



Ministério da
**Ciência, Tecnologia
e Inovação**

Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST / MCTIC

**Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia –
PPACT**

Coleções especiais em bibliotecas universitárias: riscos e preservação do patrimônio

Jullyana Monteiro Guimarães Araujo

Matrícula: 2020-49

Orientação: Prof. Dr. José Mauro Matheus Loureiro

Novembro 2022
Rio de Janeiro/Brasil



Coleções especiais em bibliotecas universitárias: riscos e preservação do patrimônio

por

Jullyana Monteiro Guimarães Araujo

Aluna do Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia, do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCTI, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia.

Área de concentração: Acervos de Ciência e Tecnologia

Linha de Pesquisa: Acervos, Conservação e Processamento

Orientador: Prof. Dr. José Mauro Matheus Loureiro

MAST/MCTIC – RJ – Novembro de 2022

Catálogo informatizado pelo autor(a)
Bibliotecária Jullyana Monteiro Guimarães Araujo, CRB-7: 7216

A658 Araujo, Jullyana Monteiro Guimarães.

Coleções especiais em bibliotecas universitárias: riscos e preservação do patrimônio / Jullyana Monteiro Guimarães Araujo. – Rio de Janeiro, 2022.

241 f. il.

Orientador: José Mauro Matheus Loureiro.

Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia) – Museu de Astronomia e Ciências Afins, Programa de Pós-Graduação em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2022.

1. Coleções especiais. 2. Biblioteca universitária. 3. Riscos. 4. Preservação. 5. Patrimônio Bibliográfico. 6. Gerenciamento de riscos. I. Loureiro, José Mauro Matheus. II. Museu de Astronomia e Ciências Afins. Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia. III. Título.

CDD 025.8

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desse trabalho, desde que citada a fonte.

Jullyana Monteiro Guimarães Araujo

**Coleções especiais em bibliotecas
universitárias:
riscos e preservação do patrimônio**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia, do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCTI, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia.

Banca Examinadora:

Orientador:

Prof. Dr. José Mauro Matheus Loureiro
Programa de Pós-Graduação em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia
(PPACT/MAST)

Examinador Interno:

Prof.(a) Dr. Fabiano Cataldo de Azevedo
Programa de Pós-Graduação em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia do Museu de Astronomia e Ciências Afins – PPACT/MAST

Examinador Externo:

Prof.(a) Dr. Derek Warwick da Silva Tavares
Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia – ICI/UFBA

Suplente interno:

Prof.(a) Dra. Cláudia Penha dos Santos
Programa de Pós-Graduação em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia do Museu de Astronomia e Ciências Afins – PPACT/MAST

Suplente externo:

Prof.(a) Dra. Mabel Meira Mota
Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia – ICI/UFBA

Rio de Janeiro, 2022

JULLYANA MONTEIRO GUIMARÃES ARAUJO

Coleções especiais em bibliotecas
universitárias: riscos e preservação do patrimônio

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Preservação
de Acervos de Ciência e Tecnologia –
PPACT.

Aprovado em: 11 / 11 / 2022

Prof. Dr. José Mauro Matheus Loureiro (Orientador)
Programa de Pós-Graduação em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia
(PPACT/MAST)

Prof. Dr. Fabiano Cataldo de Azevedo (Avaliador Externo)
Programa de Pós-Graduação em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia
do Museu de Astronomia e Ciências Afins – PPACT/MAST

Prof. Dr. Derek Warwick da Silva Tavares (Avaliador Externo)
Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia – ICI/UFBA

Rio de Janeiro, Novembro de 2022

Para meus pais: Ana Claudia e João.
Para o Sr. João Boiadeiro.

AGRADECIMENTOS

“A few choice words can sometimes be the life raft that gets you home. To be seen. To be found. Isn't that what we're all searching for?”

– 9-1-1, temporada 3, episódio 3 “The Searchers”.

A jornada que culmina neste trabalho não foi fácil. Escrever uma dissertação em meio à uma pandemia, que escancarou incertezas, inseguranças e despreparos, entre muitas outras emoções e momentos bons e ruins, não teria de nenhuma maneira sido possível sem a ajuda e o apoio direto e indireto de muitas pessoas. Primeiramente, agradeço à Deus. Agradeço à minha Santa Rita de Cássia e aos meus Santos pela coragem, pela força de continuar seguindo quando a vontade era de parar, desistir e escolher outro caminho. Tenho certeza de que essa caminhada não teria sido completada sem o auxílio de todos os meus guias espirituais.

Agradeço aos meus pais que, apesar de não entenderem o motivo pelo qual escolhi esse caminho nem muito bem o tema desde trabalho, sempre me deram o apoio e a força necessária, mesmo que indiretamente, mesmo que “disfarçado” de conversas aleatórias, distrações, uma comida gostosa e um abraço apertado. Pai e mãe, amo vocês. Nesse mesmo sentido, agradeço aos meus irmãos, pelos momentos aleatórios que me fizeram esquecer de tudo, distrair a cabeça, reiniciar o cérebro.

Para minha banca, composta por Prof. Dr. Fabiano Cataldo, Prof. Dr. Derek Warick, Profa. Dra. Cláudia Penha, e Profa. Dra. Mabel Mota, entre avaliadores e suplentes, meu muito obrigada pela atenção e cuidado com a pesquisa, desde a qualificação. Agradeço demais os apontamentos durante a qualificação, e quero que saibam que sempre guardarei todos com muito carinho.

Para o meu orientador, Prof. Dr. José Mauro Matheus Loureiro: muito obrigada por topar essa jornada comigo, por seus apontamentos e auxílio ao longo desse tempo.

Do primeiro seminário na graduação até esta dissertação, eu posso dizer que, graças a Deus, fiz muitos e ótimos amigos e colegas, sem os quais esse trabalho não seria possível por todas as mensagens positivas, toda a fé e carinho que tiveram comigo enquanto eu surtava entre dúvidas, lamentos e momentos de felicidade. Alguns, citarei a seguir por nome, mas a todos que me ajudaram com uma mínima palavra de incentivo, meu muito obrigada!

Beatriz, a amiga que eu fiz lá em 2014, ainda no pré-vestibular, não tenha dúvidas de que seu apoio foi indispensável para que eu chegasse até aqui. Todas as palavras de afirmação, os momentos que você me colocou para cima, que xingou comigo textos que nem entende (você, engenheira civil!), que me tirou de casa para espalhar, que mandou memes para eu rir. Te amo amiga, muito obrigada por tudo!

Dandara, Antonia, Luyze: que também conheci lá em 2014, no mesmo pré-vestibular, os momentos que passo com vocês são alguns dos melhores que tenho na lembrança. Obrigada pelas palavras de afirmação, pelos votos de confiança, pelo incentivo. Amo vocês!

Ellen e Nathália: nossos *bussabinhos* são alguns dos momentos que mais amo na vida, amo sentar para conversar com vocês, amo que nossa amizade não ficou na UNIRIO. Muito obrigada pelo incentivo, pela fé, e eu espero que daqui a 30 anos a gente esteja ainda se encontrando – seja lá onde for! – para muitos e muitos *bussabinhos* durante o ano. A vocês, todo o meu amor.

Jamille, obrigada pelo apoio, desabafos, encontros na Starbucks e conversas aleatórias. Luciana, obrigada por me escutar, incentivar, ajudar: sua amizade é uma das maiores surpresas que a UNIRIO me proporcionou. Claudia Souza, obrigada pela ajuda com bibliografias e palavras de acolhimento e incentivo.

Fabiano, querido amigo, por todo o apoio que sempre me deu em minha caminhada. Saiba que grande parte da discussão que trago aqui não seria possível sem as suas brilhantes indagações, e tenha certeza que sou infinitamente grata por tudo.

Não posso deixar de agradecer à casa que recebe que este trabalho, que foi fundamental para que ele existisse, tanto antes como depois da minha aprovação neste programa, e que me acolheu tão bem durante todos esses meses. Ao MAST, meu muito, muito, muito obrigada. Sou apaixonada por todos os serviços e oportunidades que vocês oferecem, por todos os profissionais com quem lidei, e desejo a esse lugar maravilhoso muitos anos de sucesso pela frente.

Neste tópico, agradeço também aos meus colegas de turma, sem os quais essa caminhada teria sido bastante sem graça: Amal, Bruno, Camila, Jessica, Juliana, Mariana, e Rodolpho – obrigada pela companhia nas aulas remotas, todos os desabafos, risadas, e talvez algumas lágrimas. Eu não poderia ter escolhido uma turma melhor para passar por essa experiência. A vocês: muito obrigada!

Para além das pessoas, acredito que devo agradecer também ao que me

proporcionou momentos de refúgio, de inspiração, ou apenas de calma e descanso em meio à escrita do trabalho e, principalmente, em meio à pandemia que seguimos vivendo. Assim, agradeço às séries 9-1-1 (2018-presente), da emissora Fox, e Heartstopper (2022), da Netflix, à série de livros “Corte de Espinhos e Rosas”, de Sara J. Maas, aos incontáveis livros de comédia romântica lidos ao longo desses dois anos, aos cantores Harry Styles e Taylor Swift, e às bandas One Direction e McFly. Pela sanidade e momentos de fuga que me permitiram finalizar essa pesquisa, obrigada.

Por fim, acredito que devo deixar também um agradecimento a mim. Esse trabalho também não seria possível sem a escolha diária de me dedicar a ele. Nem sempre foi fácil e nem sempre foi uma tarefa cumprida todos os dias, mas cheguei até aqui.

Guardar uma coisa não é escondê-la ou trancá-la. Em cofre não
se guarda coisa alguma. Em cofre perde-se a coisa à vista.
Guardar uma coisa é olhá-la, fitá-la, mirá-la por admirá-la, isto
é, iluminá-la ou ser por ela iluminado.
Guardar uma coisa é vigiá-la, isto é, fazer vigília por ela, isto é,
velar por ela, isto é, estar acordado por ela, isto é, estar por ela
ou ser por ela.
Por isso melhor se guarda o vôo de um pássaro
Do que pássaros sem vôos.
Por isso se escreve, por isso se diz, por isso se publica, por isso se
declara e declama um poema:
Para guardá-lo:
Para que ele, por sua vez, guarde o que guarda:
Guarde o que quer que guarda um poema:
Por isso o lance do poema:
Por guardar-se o que se quer guardar.

Guardar, Antonio Cícero.

RESUMO

Este trabalho tem como tema principal a preservação de coleções especiais em bibliotecas universitárias, com foco nos riscos a que estão sujeitas. Utiliza os dez agentes de deterioração como base para caracterizar esses riscos, e coloca o uso da metodologia da gestão de riscos, e o preparo para emergências, na forma do gerenciamento de desastres, como instrumentos para pensar a preservação de coleções especiais em bibliotecas universitárias. Considera as coleções especiais a partir da valoração que recebem e discorre sobre esses valores. A importância de preservar as coleções especiais em bibliotecas universitárias é discutida a partir de sua consideração como patrimônio bibliográfico, colocando-as ainda como semióforos, Teatros da Memória e Laboratório da História. Objetiva formar uma base teórica para a produção de um Guia de Preservação de Coleções Especiais em Bibliotecas Universitárias como produto técnico-científico, inspirado no Guia de Gestão de Riscos para o Patrimônio Museológico do ICCROM/CCI. Para isso, discute e detalha os conceitos de coleções, coleções especiais, riscos, gerenciamento de riscos e de desastres utilizando a pesquisa qualitativa e a pesquisa bibliográfica, com posterior revisão de literatura, como instrumentos metodológicos. Conclui que a preservação de coleções especiais é importante para garantir a permanência das memórias que guardam para as próximas gerações, e que isso só pode ser alcançado com o conhecimento acerca dos riscos que essas coleções correm e como é possível gerenciá-los; e, ainda, propõe um guia que poderá servir de base para bibliotecários e gestores de coleções especiais pensarem a gestão de preservação de coleções especiais.

Palavras-chave: Coleções especiais. Biblioteca universitária. Riscos. Preservação. Patrimônio Bibliográfico.

ABSTRACT

This work has the preservation of special collections in university libraries as its theme, focusing on the risks these collections are under. It uses the ten agents of deterioration as a base to characterize these risks, and establishes the risk management methodology, as well as emergency preparedness in the form of disaster management, as instruments of preservation of special collections in university libraries. It considers special collections based on the valuation that they receive and discusses these values. The importance of preserving special collections in university libraries is discussed based on their consideration as bibliographic heritage and placing them as semiophores, Theaters of Memory, and Laboratories of History. It aims to form a theoretical basis for producing a Guide to the Preservation of Special Collections in University Libraries as a technical-scientific product, inspired by the Guide to Risk Management of Cultural Heritage by ICCROM/CCI. In order to do so, it discusses and details the concepts of collections, special collections, risks, risk management, and disaster management, using qualitative research and bibliographic research, with subsequent literature review, as methodological instruments. It concludes that the preservation of special collections is important to safeguard the memory contained within these collections for the next generations. This can be achieved by using the knowledge of the risks to which these collections are submitted and how it is possible to manage them. It also asserts that the guide can serve as a basis for thinking about preservation management in special collections, by librarians and managers of special collections.

Key-words: Special collections. University library. Risks. Preservation. Bibliographic heritage.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1	As etapas do gerenciamento de riscos	128
Ilustração 2	Seis níveis de invólucro do acervo	133
Ilustração 3	Diagrama de Valor da Coleção Especial Acadêmico de Biblioteconomia	145
Ilustração 4	Seis níveis de invólucro da coleção	152
Ilustração 5	Ciclo de Gerenciamento de Riscos	203
Ilustração 6	Seis níveis de invólucro do acervo	206
Ilustração 7	Diagrama de Valor da Coleção Especial Acadêmico de Biblioteconomia	216
Ilustração 8	Seis camadas de invólucro da coleção	223

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Valores a serem considerados para a valoração de coleções especiais	76
Quadro 2	Três tipos de riscos	98
Quadro 3	Agente de deterioração “água”	101
Quadro 4	Agente de deterioração “fogo”	103
Quadro 5	Agente de deterioração “praga”	104
Quadro 6	Agente de deterioração “poluentes”	106
Quadro 7	Agente de deterioração “luz/UV”	108
Quadro 8	Agente de deterioração “temperatura incorreta”	111
Quadro 9	Agente de deterioração “umidade relativa incorreta”	114
Quadro 10	Agente de deterioração “criminosos”	116
Quadro 11	Agente de deterioração “dissociação”	118
Quadro 12	Agente de deterioração “forças físicas”	120
Quadro 13	Seis invólucros em relação ao agente “água”	134
Quadro 14	Dez agentes de deterioração em relação aos três tipos de riscos	135
Quadro 15	Escala ABC	139
Quadro 16	Escala ABC	140
Quadro 17	Escala ABC	141
Quadro 18	Escala ABC	142
Quadro 19	Distribuição do valor da coleção entre os grupos que a compõe	144
Quadro 20	Valores contidos no Grupo 1	145
Quadro 21	Fontes de informação para a etapa “Análise dos Riscos”	146
Quadro 22	Magnitude de Risco (MR)	149
Quadro 23	Escala ABC hipotética para a Coleção Especial Acadêmico de Biblioteconomia	151
Quadro 24	Cinco estágios de controle dos riscos	154
Quadro 25	Seis camadas de invólucro da coleção x Cinco estágios de controle dos riscos	155
Quadro 26	Seis invólucros em relação ao agente “água”	206
Quadro 27	Três tipos de riscos	207
Quadro 28	Tipos de risco em relação ao agente “forças físicas”	208
Quadro 29	Escala ABC	210

Quadro 30	Escala ABC	210
Quadro 31	Escala ABC	211
Quadro 32	Escala ABC	213
Quadro 33	Distribuição do valor da coleção entre os grupos que a compõe	215
Quadro 34	Valores contidos em cada grupo	216
Quadro 35	Fontes de informação para a etapa “Análise dos Riscos”	218
Quadro 36	Magnitude de Risco (MR)	220
Quadro 37	Escala ABC hipotética para a Coleção Especial Acadêmico de Biblioteconomia	221
Quadro 38	Cinco estágios de controle dos riscos	224
Quadro 39	Seis camadas de invólucro da coleção x Cinco estágios de controle dos riscos	226
Quadro 40	Links úteis para a gestão de preservação	232

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BSEN	Biblioteca Setorial de Enfermagem e Nutrição
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCI	Canadian Conservation Institute
CMB	Coleção Memória da Biblioteconomia
COC	Casa de Oswaldo Cruz
COMUT	Programa de Comutação Bibliográfica
DeCORE	Departamento de Coleções de Obras Raras e Especiais
FCLar	Faculdade de Ciências e Letras
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICCROM	International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property
MAST	Museu de Astronomia e Ciências Afins
MR	Magnitude de Risco
PNBU	Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias
Rede BIBLIODATA	Rede Nacional de Catalogação Cooperativa
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
UnB	Universidade de Brasília
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UR	Umidade Relativa
URJ	Universidade do Rio de Janeiro

USP

Universidade de São Paulo

UV

Ultravioleta

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 A UNIVERSIDADE E A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO DE SEU SURGIMENTO ATÉ OS DIAS ATUAIS	29
2.1 E então, o que são bibliotecas (universitárias)?.....	29
2.2 Universidades e bibliotecas universitárias no Brasil: 1930-2020.....	37
2.2.1 A Universidade no Brasil: 1930-2000.....	37
2.2.2 A biblioteca universitária no Brasil: 1930-2020.....	43
3 COLEÇÕES E COLEÇÕES ESPECIAIS EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: REFLEXÕES ACERCA DE VALORAÇÕES E PATRIMÔNIO	53
3.1 O colecionismo de livros.....	61
3.3 A valoração dentro das coleções especiais: detalhamentos e possibilidades.....	74
3.4 Coleções especiais em bibliotecas universitárias: um patrimônio necessário.....	82
4 GESTÃO DE PRESERVAÇÃO EM COLEÇÕES ESPECIAIS: VAMOS FALAR SOBRE RISCOS?.....	88
4.1 Risco.....	91
4.2 O risco em bibliotecas.....	94
4.3 A deterioração como consequência do risco.....	99
4.3.1 Água.....	101
4.3.2 Fogo.....	102
4.3.3 Pragas.....	104
4.3.4 Poluentes.....	105
4.3.5 Luz/UV.....	107
4.3.6 Temperatura Incorreta.....	109
4.3.7 Umidade Relativa Incorreta.....	112
4.3.8 Criminosos.....	115
4.3.9 Dissociação.....	117
4.3.10 Forças Físicas.....	120
5 GESTÃO DE RISCOS E DESASTRES EM COLEÇÕES ESPECIAIS	123
5.1 O ciclo de gerenciamento de riscos aplicado às coleções especiais.....	127
5.1.1 Escopo, contexto e critério.....	128
5.1.2 Identificação dos riscos.....	131
5.1.3 Análise dos riscos.....	137
5.1.4 Avaliação dos riscos.....	148
5.1.5 Tratamento dos riscos.....	151
5.1.6 Comunicação e consulta.....	157
5.1.7 Registro e relato.....	158
5.1.8 Monitoramento, revisão e análise crítica.....	158

5.2 Breves considerações sobre a gestão de desastres em coleções especiais	159
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	166
REFERÊNCIAS	173
Apêndice A: GUIA DE PRESERVAÇÃO DE COLEÇÕES ESPECIAIS EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	187
1 APRESENTAÇÃO	188
2 INTRODUÇÃO	188
3 O QUE SÃO COLEÇÕES ESPECIAIS EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS?	189
4 VAMOS FALAR SOBRE RISCOS EM COLEÇÕES ESPECIAIS?	190
4.1 Água	192
4.2 Fogo	193
4.3 Pragas	194
4.4 Poluentes.....	195
4.5 Luz/UV.....	196
4.6 Temperatura incorreta	197
4.7 Umidade Relativa Incorreta.....	198
4.8 Criminosos.....	199
4.9 Dissociação	200
4.10 Forças Físicas	201
5 O GERENCIAMENTO DE RISCOS	202
5.1 O ciclo de gerenciamento de riscos: escopo, contexto e critério	203
5.2 O ciclo de gerenciamento de riscos: identificação de riscos.....	204
5.3 O ciclo de gerenciamento de riscos: análise dos riscos	208
5.4 O ciclo de gerenciamento de riscos: avaliação dos riscos.....	220
5.4 O ciclo de gerenciamento de riscos: tratamento dos riscos.....	222
5.6 O ciclo de gerenciamento de riscos: registro e relato	227
5.7 O ciclo de gerenciamento de riscos: comunicação e consulta	227
5.8 O ciclo de gerenciamento de riscos: monitoramento, revisão e análise crítica do processo.....	228
6 BREVES NOTAS SOBRE O GERENCIAMENTO DE DESASTRES	228
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS DESTES GUIA.....	232
8 LINKS ÚTEIS.....	232
REFERÊNCIAS	235
APÊNDICE B: Roteiro de observação de aspectos referentes aos riscos em coleções especiais	238

1 INTRODUÇÃO

Existem três marcas distintas de uma universidade: um grupo de estudantes, um corpo de instrutores, e uma coleção de livros; e entre elas, a mais importante é a coleção de livros. Por interação desses três fatores, a universidade manifesta a sua dupla atividade para o mundo. Seus pesquisadores, por meio dos livros fornecidos a eles, avançam a causa do conhecimento e o reino da verdade, e assim, faz da universidade um lugar de aprendizado. Em segundo lugar, o corpo de instrutores faz a mediação entre os livros e os estudantes, e [...] colocam uma nova geração em contato com o conhecimento acumulado do mundo. Sem livros [...] nenhuma universidade e, na verdade, nenhuma civilização, é possível¹ (TINKER, 1924, tradução nossa).²

O patrimônio é, principalmente, uma oportunidade para que alguém – um indivíduo ou um grupo – conheça a sua história, sua memória e sua identidade. Coleções patrimoniais são, sobretudo, a reflexão da jornada de uma comunidade, sociedade ou nação. Nesse sentido, elas devem estar disponíveis – deve haver a possibilidade de conhecimento sobre a sua existência e de acesso aos seus itens, se desejarmos que o seu valor patrimonial continue fazendo sentido. Para isso, é necessário que elas sejam preservadas e, para tanto, é preciso que aqueles responsáveis por essas coleções estejam cientes dos tipos de riscos, em outras palavras, eventos que podem causar danos à sua integridade física.

A partir da observação das coleções especiais em bibliotecas como um tipo de coleção patrimonial, o presente estudo tem como **tema** a preservação de coleções especiais em bibliotecas universitárias, onde consideramos, principalmente, a possibilidade de redução dos riscos que ameaçam essas coleções, a partir da construção de conhecimento acerca desses riscos e como lidar com eles. As bibliotecas universitárias, especificamente, possuem uma função patrimonial diferenciada – elas são, normalmente, não apenas as guardiãs responsáveis pelo conhecimento necessário para a atuação de seus cursos de graduação e pós-graduação, mas também do conhecimento produzido por seus alunos, professores e

¹ “There are three distinguishing marks of a university: a group of students, a corps of instructors, and a collection of books; and of these the most important is the collection of books. By interaction of these three factors the university manifests its twofold activity to the world. Its scholars, by means of the books provided for them, advance the cause of knowledge and the reign of truth, and so make the university a seat of learning. In the second place, this corps of instructors mediates between the books and the students, and [...] puts a new generation in touch with the stored-up thought of the world. Without books [...] no university and, indeed, no civilization, is possible [...]”.

² Discurso de Chauncey Brewster Tinker no “Dia dos Ex-Alunos” na Universidade de Yale no ano de 1924, retirado do texto de William L. Joyce, “The evolution of the concept of special collections in american research libraries”, de 1987.

técnicos, na forma de trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses, etc, além do conhecimento confiado a ela, por meio de coleções particulares que são doadas para o seu acervo.

Nesse sentido, é necessário que os responsáveis por esses acervos e coleções especiais estejam preparados para reconhecer e lidar com possíveis riscos, principalmente na prevenção, mas também na resposta. Dessa maneira, iremos refletir sobre os conceitos e entendimentos de coleção especial, bibliotecas universitárias, patrimônio e patrimônio bibliográfico, riscos e desastres, separadamente e também em coleções especiais.

A escolha do tema surgiu em minha graduação, a partir da participação em palestras e cursos relacionados à preservação de acervos e ao gerenciamento de riscos – destaco um curso feito no próprio Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), onde essa atual pesquisa se insere, no fim de 2017. Esse curso despertou meu interesse e evidenciou a necessidade de considerarmos a gestão de riscos dentro da área biblioteconômica, o que culminou no trabalho de conclusão de curso (TCC) elaborado na graduação, onde foi abordada a segurança física de coleções especiais sob a ótica do gerenciamento de riscos³.

A partir desse estudo inicial na preservação de coleções especiais, o tema desta dissertação não poderia ser outro. Com o amadurecimento de ideias, da graduação até hoje, ficou claro que há muito a ser discutido sobre coleções especiais em nosso país, e mais ainda sobre a sua preservação dentro das bibliotecas, principalmente em um cenário de escassez de recursos que exigem o estabelecimento de prioridades. O debate a respeito do nosso patrimônio, especialmente considerando a sua perda em alguns desastres recentes – como incêndios e enchentes –, levanta a questão acerca de como podemos preservá-lo, para além da discussão sobre o quê, efetivamente, constitui esse patrimônio. Com isso, o tema foi motivado pela crescente necessidade de discutirmos coleções especiais em bibliotecas universitárias, a partir da ótica do patrimônio bibliográfico e a importância de as preservarmos – ou seja, a importância de reduzirmos os riscos em torno delas. A perda de tais coleções se configura como um desastre para o patrimônio cultural e social da humanidade, como o incêndio na Biblioteca Jagger,

³ O trabalho está disponível na lista de referências ao final desta pesquisa.

na Universidade da Cidade do Cabo (África do Sul)⁴, provou recentemente. Com isso em mente, é necessário sabermos quais os riscos que essas coleções correm, e como eles podem ser reduzidos, evitados ou mitigados.

Dessa forma, a pesquisa apresentada neste trabalho foi motivada por algumas perguntas: o que são coleções especiais? É possível relacioná-las à ideia de patrimônio; nesse sentido, patrimônio bibliográfico? Seguindo essa linha, o que podemos considerar como patrimônio e patrimônio bibliográfico, de modo que seja possível encaixar as coleções especiais no seu escopo? A partir disso, se as coleções especiais são patrimônio (bibliográfico), estamos, como profissionais da informação e cidadãos, encarregados de garantir a sua preservação ao longo do tempo – então, como realizar essa tarefa?

Algumas dessas perguntas começaram a ser pensadas e respondidas parcialmente ainda no trabalho de conclusão da graduação, mas com as limitações metodológicas e de tempo, além do próprio escopo de pesquisa, não foi possível um aprofundamento no tema da preservação de coleções especiais, razão pela qual optei pela continuidade da pesquisa para a dissertação.

Portanto, o **objetivo geral** desta pesquisa é refletir sobre a preservação de coleções especiais, a partir da ótica do patrimônio bibliográfico e do gerenciamento de riscos, de modo a fornecer os subsídios teóricos necessários para a elaboração de um instrumento de preservação de coleções especiais em bibliotecas universitárias.

O caminho para o cumprimento desse objetivo irá passar pelos seguintes **objetivos específicos**: caracterizar as coleções especiais em bibliotecas universitárias e sua relação com o patrimônio; identificar e detalhar quais são os agentes de riscos que podem acometer coleções bibliográficas (que incluem as coleções especiais); refletir sobre a conservação preventiva e o gerenciamento de riscos em bibliotecas e sua importância para as coleções especiais; e desenvolver o instrumento pretendido na forma do Guia para a Preservação de Coleções Especiais em Bibliotecas Universitárias.

O **escopo** deste trabalho é, portanto, as bibliotecas universitárias e suas coleções especiais, mas acreditamos que as reflexões realizadas aqui sejam úteis

⁴ Conforme noticiado pelo jornal El País em 21 de abril de 2021, disponível neste link: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-04-21/doi-seculos-de-historia-e-literatura-queimados-na-cidade-do-cabo.html>.

para pensar coleções especiais e sua preservação em outros tipos de biblioteca também. Esperamos que os apontamentos apresentados nesta pesquisa possam auxiliar os responsáveis por essas coleções na sua gestão e preservação, e isso será sintetizado no produto técnico-científico pretendido, na forma do Guia para a Preservação de Coleções Especiais em Bibliotecas Universitárias.

Sobre este guia, é importante informar a nossa inspiração no “Guia de Gestão de Riscos para o Patrimônio Museológico”, realizado pelo *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property* em parceria com o *Canadian Conservation Institute*, em 2016. Pretende-se que esse guia seja um instrumento que possa ser adaptado e utilizado em diversos casos – ou seja, mais uma ferramenta para auxiliar a gestão e o conhecimento sobre coleções especiais, seus riscos e sua preservação, ajustável a diferentes acervos e contextos.

É possível **justificar** a escolha do tema da preservação de coleções especiais em bibliotecas universitárias, a partir da consideração de que os gestores de coleções especiais devem ter, dentre as suas competências, habilidades relacionadas com a manutenção dessas coleções, no sentido de assegurar que elas estejam sempre “seguras e protegidas de todos as ameaças ambientais internas e externas, roubo e dano”⁵ (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2020, p. 14, tradução nossa), além do reconhecimento da importância dessas coleções para a biblioteca.

Para além disso, devemos considerar que as bibliotecas têm, no geral, três objetivos básicos: (1) permitir o acesso ao acervo, de modo a (2) disseminar a informação e o conhecimento, ao mesmo tempo que (3) adota medidas e realiza ações para preservar esse acervo da melhor maneira possível. Considerando esses objetivos, as perdas causadas a partir do acontecimento de riscos que levam a deteriorações são, geralmente, bastante graves para o acervo da biblioteca, uma vez que, se deteriorado, ele não pode ser acessado ou disseminado, não podendo, por isso, ser utilizado para o desenvolvimento de conhecimento e, assim, a sua preservação se torna uma tarefa ainda mais árdua do que normalmente. Esses objetivos são ainda mais evidenciados se considerarmos as bibliotecas universitárias, cuja razão de existir gira em torno de fornecer apoio às atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação da universidade, de seus docentes e discentes e do público externo.

⁵ “Special collections professionals must ensure that their materials remain secure and protected from all internal and external environmental threats, theft and damage”.

Partindo da concepção de que as coleções em bibliotecas são majoritariamente compostas por livros e demais documentos que têm o papel como suporte, podemos afirmar que essas coleções estão sempre mais próximas de sofrerem danos do que ao contrário – nesse sentido, a própria composição material dos itens se configura como uma fonte de riscos para a sua deterioração, uma vez que materiais como o papel e o couro são, no mínimo, alimento de diversos insetos que podem devastar as coleções. Em outro sentido, os riscos também podem ser externos – o manuseio, a ambientação climática, os acontecimentos maiores dentro e fora das paredes da biblioteca (como chuvas, guerras, etc). Quando diagnosticados, esses riscos podem ser evitados, minimizados ou, ao menos, podemos responder melhor às suas ocorrências, diminuindo, dessa forma, a chance de perda de importantes registros da sociedade.

As perdas causadas pelas deteriorações consequentes de riscos podem ser ainda mais graves se considerarmos as coleções especiais em bibliotecas, especialmente, as universitárias. A razão disso está no valor diferenciado que essas coleções possuem, valores relacionados à missão, história, memória e identidade dessas bibliotecas. Dessa maneira, se nas coleções correntes é possível substituir itens danificados de forma relativamente tranquila, não podemos afirmar o mesmo para os itens de coleções especiais, uma vez que o valor que lhes é atribuído torna impraticável uma substituição satisfatória desses itens.

Nesse sentido, é particularmente relevante estar ciente das deteriorações que podem acontecer em uma coleção especial, uma vez que isso pode implicar na perda de importantes registros culturais da sociedade. Para tanto, o **objeto** dessa pesquisa está delimitado às coleções especiais em bibliotecas universitárias, uma vez que esse tipo de biblioteca é fundamental para a guarda e preservação da memória da sociedade. Assim, a justificativa desta pesquisa está também no desejo de contribuir para a diminuição dos riscos ao patrimônio cultural brasileiro de forma geral, e em particular, considerando o objeto delimitado, o patrimônio bibliográfico.

De forma mais ampla, esta pesquisa se justifica a partir da possibilidade de contribuição no crescente e atual debate a respeito da necessidade de conhecer e preservar o patrimônio do Brasil. Portanto, a discussão também terá como foco a consideração das coleções especiais como patrimônio bibliográfico, especialmente aquelas abrigadas em bibliotecas universitárias.

Para além disso, é ainda indispensável estabelecer quais são, como se

manifestam, e como podem ser reduzidos os riscos que incidem sobre as coleções especiais e que contribuem para a sua deterioração. Se o desejo é preservar o patrimônio bibliográfico, é preciso que os gestores dessas coleções conheçam e estejam cientes desses riscos.

Consideramos, ainda, a necessidade de reunir em um documento para esses gestores os subsídios teóricos básicos que tornarão possível estabelecer prioridades e tomar medidas concretas para a redução de riscos em coleções especiais em bibliotecas universitárias. Dessa forma, justificamos a estruturação do produto técnico-científico pretendido.

A pesquisa em bases como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Google Acadêmico revelou muitos trabalhos relacionados à catalogação, digitalização, formação e desenvolvimento de coleções especiais e de obras raras, além daqueles considerando a preservação associada a um ou mais riscos específicos. No entanto, não foram encontrados textos sobre coleções especiais em bibliotecas universitárias e os riscos que podem correr. Esse fato torna mais evidente a utilidade desta pesquisa, corroborando sua justificativa.

O espaço empírico das bibliotecas universitárias foi selecionado a partir do entendimento de que essas bibliotecas são de suma importância na guarda da memória de uma comunidade, e que motivos como a pressão por espaço, cortes financeiros, os baixos índices de uso, projetos de digitalização, entre outros, estão sendo usados como explicação para o descarte de diversas coleções que poderiam ser valoradas como patrimônio bibliográfico institucional e, a partir disso, consideradas coleções especiais (WEITZEL; SANTOS, 2018).

Assim, será discutido especificamente as coleções especiais nas bibliotecas universitárias, uma vez que trabalhos recentes, como Souza (2017), Weitzel e Santos (2018) e Sobrinho (2019) evidenciam a necessidade de discutir esse tipo de coleção no espaço empírico proposto.

A delimitação das universidades públicas foi realizada pelo entendimento – e aqui evoco os trabalhos citados no parágrafo anterior – de que são essas as instituições que estão, atualmente, no cerne da discussão acerca da formação e desenvolvimento de coleções especiais, a partir de coleções de livros impressos que constituem a memória da ciência e tecnologia no país, mas que muitas vezes são considerados obsoletos e, por isso, passíveis de descarte (SANTOS; WEITZEL, 2017). Além disso, as bibliotecas universitárias são ainda aquelas que, geralmente,

recebem doações ou fazem aquisições de coleções particulares de indivíduos relevantes de determinada área e que, na maioria das vezes, acabam se tornando coleções especiais.

Por fim, esta pesquisa se justifica pela possível contribuição que trará para a área de preservação de coleções especiais. Espera-se que as reflexões teóricas apresentadas contribuam para discussões e produções científicas futuras dentro da área.

Os subsídios teóricos necessários serão desenvolvidos a partir da discussão e reflexão acerca dos seguintes conceitos: coleções e coleções especiais, patrimônio e patrimônio bibliográfico, biblioteca universitária, risco, conservação preventiva e gerenciamento de riscos. Esta pesquisa é, sobretudo, uma pesquisa qualitativa, entendida como aquela que não se preocupa em quantificar a realidade, um tipo de pesquisa que não utiliza de estatísticas para chegar a sua conclusão (MINAYO, 2002). Na pesquisa qualitativa, o foco está no significado, no ser humano em suas relações e ações. No entanto, é necessário dizer que a pesquisa qualitativa não se opõe ao universo dos números, uma vez que pode ser complementado por ele, mas que simplesmente não é o seu foco (MINAYO, 2002).

A propriedade qualitativa dessa pesquisa será percebida por meio da abordagem dos conceitos principais, no sentido de que serão discutidos seus contextos e definições, assumindo como cenário geral as bibliotecas universitárias públicas e como cenário específico as coleções especiais abrigadas nessas bibliotecas. Considerando que se pretende compreender esses conceitos e sua aplicação no universo proposto, a pesquisa qualitativa é o tipo que mais se adequa a esse objetivo.

Godoy (1995) afirma que “a palavra escrita ocupa lugar de destaque nessa abordagem [...] tanto no processo de obtenção dos dados quanto na disseminação dos resultados” (GODOY, 1995, p. 62). Assim, afirma-se que a base da pesquisa e das reflexões que serão exibidas nesta dissertação serão documentos bibliográficos, majoritariamente encontrados ou possíveis de serem adquiridos na *web*, como artigos, anais de eventos, livros e demais tipologias. Os resultados, da mesma forma, serão comunicados recorrendo-se principalmente a palavra escrita e as conexões que podemos realizar com elas.

Quanto aos procedimentos metodológicos utilizados, aplicamos principalmente a pesquisa bibliográfica em bases, repositórios institucionais e

websites, a partir da pesquisa de palavras-chave pré-definidas, com o objetivo de recuperar publicações – artigos, anais, resumos, livros, guias, manuais, entre outros – envolvendo os conceitos abordados. Além disso, também foram utilizadas publicações encontradas na bibliografia de algumas das disciplinas cursadas no Programa em que se insere esse trabalho. A opção pelos recursos virtuais se deu por dois motivos: primeiramente, o contexto pandêmico em que vivemos desde 2020, que por muito tempo impossibilitou a visita às bibliotecas e centros de informações; em segundo lugar, o entendimento de que os materiais necessários para esta pesquisa, bibliográfica e qualitativa, poderiam ser encontrados virtualmente. Por fim, a pesquisa bibliográfica deu origem à revisão de literatura que fundamenta este trabalho.

De modo geral, consideramos que as coleções especiais são formadas a partir de obras consideradas mais relevantes em conjunto do que separadamente, por algum valor pré-determinado atribuído a elas. São coleções que podem ou não já existir dentro da biblioteca. Muitas vezes, em bibliotecas universitárias, podem ser coleções que estão marcadas para desbaste ou descarte, mas a partir de uma avaliação mais profunda da sua importância para a instituição mantenedora e/ou para a biblioteca, são remanejadas para “locais de armazenamento especial destacada das coleções correntes” (WEITZEL, 2013, p. 67).

No contexto das bibliotecas universitárias, a atribuição de valor necessária a existência da coleção especial é bastante específica, uma vez que deve estar relacionada, ao mesmo tempo, com a biblioteca, a instituição e os seus usuários (reais e potenciais). Isso quer dizer que as coleções especiais deveriam ser valoradas em relação a história da universidade, da biblioteca, de um curso ou ainda de um professor, pesquisador e/ou indivíduo importante no âmbito da instituição. Portanto, nesse cenário, essas coleções deveriam estar primeiramente relacionadas com o seu próprio contexto – missão, história, memória, usuários, instituição mantenedora, etc. Entendemos, dessa maneira, que não há sentido em criar ou manter uma coleção que não se relaciona com esses aspectos – que não possui essa valoração.

Assim, a atribuição como ‘importante’ ou ‘especial’ vai depender principalmente da relação da coleção com os indivíduos a que ela serve, as pessoas e o contexto a que está ligada. Apesar dessa variação, entende-se que uma vez que esse significado seja atribuído e esteja claro, essas coleções devem ser

preservadas, e para que isso seja possível, é necessário conhecimento acerca dos riscos relacionados à deterioração do seu suporte, e como estes podem ser reduzidos, evitados ou mitigados.

Quando nos referimos à deterioração em documentos bibliográficos, nos referimos genericamente a qualquer evento que danifique a estrutura física do documento, impossibilitando total ou parcialmente que este possa ser disponibilizado aos usuários, e também dificultando medidas de preservação por parte da equipe da biblioteca. Nesta pesquisa, a deterioração está relacionada aos “dez agentes de risco” (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2013), a saber: fogo, água, forças físicas, pragas, poluentes, luz/UV/ criminosos, dissociação, temperatura incorreta e umidade relativa incorreta. Consideramos que a ocorrência de um ou mais eventos relacionados a esses dez agentes se configura como um risco significativo para a preservação das coleções especiais mantidas na biblioteca, que é o escopo desta pesquisa.

Dessa forma, toda a reflexão colocada até o momento, e que será mais bem detalhada ao longo da dissertação, irá resultar no mencionado Guia de Preservação para as Coleções Especiais em Bibliotecas Universitárias. O objetivo desse guia é que ele proporcione um maior entendimento sobre as coleções especiais, os valores que podem ser atribuídos a elas, os agentes de riscos, e o gerenciamento de riscos, propondo uma metodologia para elencar prioridades de tratamento de preservação. Assim, o Guia é pretendido mais como um instrumento auxiliar que um manual fechado, e deverá ser adaptado às realidades de cada biblioteca.

Por fim, é relevante detalhar que este estudo está dividido em seis capítulos: o primeiro, esta introdução; o segundo onde abordaremos as bibliotecas universitárias, especialmente no Brasil; o terceiro, sobre coleções especiais em bibliotecas universitárias; no quarto detalharemos a nossa compreensão acerca dos riscos que podem ocorrer em coleções especiais; o quinto capítulo versa sobre gerenciamento de riscos e, ainda que brevemente, sobre o gerenciamento de desastres; e, no sexto capítulo, estão as considerações finais da pesquisa teórica exibida, e que foi a base para a elaboração do produto técnico-científico pretendido, apresentado no *Apêndice A*. A lista de referências da pesquisa está logo após as considerações finais.

Além dos capítulos, existem dois Apêndices: o primeiro detalha o produto técnico-científico elaborado, e é onde culmina, de forma resumida, todas as reflexões

realizadas ao longo dos capítulos. Esse Guia é encarado como um produto à parte com, por exemplo, sua própria introdução e lista de referências. O segundo apêndice apresenta uma sugestão de roteiro de observação de coleções especiais abrigadas em salas individuais e considerando os aspectos de riscos que podem ocorrer.

2 A UNIVERSIDADE E A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO DE SEU SURGIMENTO ATÉ OS DIAS ATUAIS

Clastrum sine armaria, quasi castrum sine armamentario (MORAES, 2006, p. 4, grifo nosso).⁶

A biblioteca universitária é o local empírico principal desta pesquisa e, por esta razão, primeiramente, é imprescindível um mergulho um pouco mais detalhado (ainda que conciso) no que significa a universidade no Brasil, o seu surgimento e suas mudanças ao longo do tempo, para que possamos falar então sobre as bibliotecas universitárias brasileiras e como estas também se modificaram com o passar dos anos.

Antes, no entanto, é necessário considerar outro grande foco desta pesquisa e discorrer sobre como compreendemos a noção básica de biblioteca e de biblioteca universitária, de modo a relacioná-la com o que será articulado, mais adiante, sobre coleções e coleções especiais.

Desse modo, consideramos que o entendimento de biblioteca e biblioteca universitária, principalmente, pode ser intrinsecamente relacionado com o de coleções especiais, no sentido de que possuir e/ou desenvolver esse tipo de coleção é uma parte importante das funções da biblioteca universitária junto à memória institucional da Universidade e junto à memória e identidade de seus usuários.

2.1 E então, o que são bibliotecas (universitárias)?

A palavra grega *bibliothéke* e a sua correspondente latina *bibliotheca* deram origem à palavra que hoje utilizamos, biblioteca. Em suas raízes gregas, *biblíon* significa livro e *théke*, um invólucro protetor, um cofre, uma caixa, um estojo, um edifício ou uma estante, por exemplo (FONSECA, 2007). Nesse sentido, uma biblioteca é um invólucro protetor para os livros. A biblioteca é conceituada por Cunha e Cavalcanti (2008, p. 48) como “coleção de material impresso ou manuscrito, ordenado e organizado com propósito de estudo e pesquisa ou de leitura geral ou ambos”, e os autores também consideram os “serviços e respectivo pessoal, que têm a atribuição de fornecer e interpretar esses registros, a fim de atender às necessidades de informação de seus usuários”.

É possível compreender, dessa forma, que uma biblioteca abriga coleções de

⁶ “Mosteiro sem biblioteca é como quartel sem arsenal”, provérbio medieval.

registros da informação realizada e acumulada pela sociedade em diversos ramos do conhecimento e das artes ao longo das décadas e, às vezes, dos séculos, para satisfazer as necessidades dos seus usuários – curiosidade, pesquisa, trabalho escolar, acadêmico ou profissional, entre outros. É necessário dizer, nesse momento, que nos referimos principalmente àquela biblioteca que está a serviço da população, diferentemente das bibliotecas/coleções privadas.

Para além de fornecer o acesso às coleções, as bibliotecas ainda oferecem serviços para a comunidade interna e externa a fim de auxiliá-los a utilizar e analisar o que as elas oferecem e devem também gerenciar a preservação delas ao longo do tempo. Dessa maneira, a biblioteca possui duas funções: a função serviço, onde deve prestar atendimento às demandas daqueles que a procuram, e que está “implícita no conceito de ‘biblioteca’” (RIBEIRO, 1996, p. 29); e a função patrimonial de “conservação da memória colectiva, através da informação registrada em suportes materiais” (RIBEIRO, 1996, p. 29).

A história das bibliotecas e das suas coleções evidencia que as coleções de livros foram sendo criadas pela pretensão de ostentação de conhecimento e de poder (MURGUIA; YASSUDA, 2007), com o “desejo de reunir em um único espaço o maior conhecimento possível” (MURGUIA; YASSUDA, 2007, p. 73). Um exemplo citado pelos autores é a Biblioteca de Alexandria, que foi criada e sustentada pelos Ptolomeus com o objetivo de reunir, em um único espaço, todo o conhecimento registrado daquela época. “Por esses motivos formaram-se as bibliotecas: lugares de ostentação e de criação de conhecimento” (MURGUIA, YASSUDA, 2007, p. 73).

Na perspectiva de Jacob (2010), a biblioteca é “um lugar, uma instituição” onde buscamos fazer coexistir a tentativa de armazenamento de “todos os vestígios do pensamento humano confinados a escrita” com políticas e restrições diversas – de seleção, de preservação, de acesso etc. (JACOB, 2000, p. 10 *apud* MURGUIA, 2009, p. 98).

A biblioteca é também colocada por Murguia e Yassuda (2007) e Murguia (2009) como um lugar de informação, mas também lugar ou centro de memória, e ainda Teatro e Laboratório de Memória, segundo os conceitos de Pierre Nora (1993) e Meneses (1994), explorados pelos autores em seus textos.

Nessa perspectiva, temos que, por um lado, as bibliotecas são “lugares de informação”, pois elas existem com a função de coletar, armazenar, organizar e disseminar a informação para aqueles que a procuram, e tal dever está incorporado

na função de serviço que mencionamos anteriormente; por outro lado, as bibliotecas disponibilizam documentos – e aqui entendemos “documento” amplamente, apesar do foco no suporte papel que permeia este trabalho – que aludem e representam ao passado de indivíduos e grupos diversos (MURGUIA, 2009) e, por essa razão, podem ser consideradas como “lugar de memória”, segundo Pierre Nora (1993).

A memória, seja esta a definidamente individual que possuímos ou aquela mais impessoal que está registrada em suportes diversos, das paredes de cavernas às folhas de papel, “é um recurso que utilizamos para lembrar eventos passados, sanar dúvidas ou simplesmente recordar voluntária ou involuntariamente de algo” (BAPTISTA; SOUSA; MANINI, 2019, p. 28).

A memória embasa a história (BAPTISTA; SOUSA; MANINI, 2019) e a história guarda a memória, e ambas, sendo feitas e refeitas por seres humanos, dependem, de certa forma, dos registros criados entre passado e presente, e dos que serão feitos no futuro, nos diversos suportes que as épocas nos permitem. Portanto, a história é fortalecida pela existência de registros dos acontecimentos e conhecimentos, e a partir desses registros, armazenados muitas vezes em bibliotecas, podemos fortalecer – e enfraquecer, vale ressaltar – as memórias (e histórias) dos grupos e comunidades à nossa volta.

Pierre Nora discorre sobre a relação entre memória e história em texto de 1993, a partir do qual também podemos compreender melhor os lugares de memória, categoria onde é possível colocar as bibliotecas. Para Nora, a memória é algo vivo, carregada por grupos vivos e sempre em evolução, sendo também vulnerável a usos e a manipulações, aberta a lembranças e a esquecimentos (NORA, 1993). A história, por sua vez, é apenas uma reconstrução do que não existe mais – nesse caso, a memória. A história, portanto, é a memória que não é mais viva, não é mais carregada através dos tempos com os grupos (NORA, 1993). A história depende dos registros, dos monumentos, dos lugares.

Nesse sentido, os lugares de memória existem pois as memórias que estes representam não mais existem no dia a dia. Esse “desaparecimento da memória tradicional”, como denominado pelo autor, nos obriga “a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que já foi [...]” (NORA, 1993, p. 15). Assim, em razão desse desaparecimento, existem os lugares de memória, particularmente, as bibliotecas, museus e arquivos. A memória, atualmente, de acordo com Nora, seria a lembrança da história, e os lugares de

memória auxiliam não só para que essas memórias sejam guardadas e preservadas, mas também para que sejam compatíveis com a comunidade ao seu redor, fazendo o possível para minimizar esquecimentos e apagamentos.

Relacionando-se a este conceito, podemos mencionar a biblioteca como Teatro da Memória, segundo Meneses (1994) e Murguia (2009). Nessa compreensão, a biblioteca funciona como um “espaço físico evocador de lembranças e simbolicamente como elemento fundamental de criação de identidades, sejam individuais ou coletivas” (MURGUIA, 2009, p. 98-99). Em outras palavras, a biblioteca é Teatro da Memória, pois é um espaço de reminiscência de indivíduos e grupos do passado que estão retratados nas coleções (MURGUIA, 2009). Esse entendimento reforça ainda mais o lugar da biblioteca como um local que deve refletir os indivíduos e as comunidades à sua volta, um espaço onde essas pessoas possam se reconhecer, onde possam validar suas memórias e sua identidade – um lugar de memória.

Meneses (1994) ao discorrer sobre objeto e objeto histórico, faz colocações sobre a impossibilidade de neutralidade do artefato, onde podemos compreender que nenhum objeto, nenhum documento e, talvez, por correlação, nenhum lugar como uma biblioteca ou um museu possui neutralidade ou deve se portar de forma neutra. O autor assevera que “o artefato neutro, asséptico é ilusão, pelas múltiplas malhas de mediações internas e externas que o envolvem, no museu, desde os processos, sistemas e motivos de seleção [...] até [...] as expectativas e valores dos visitantes [...]” (MENESES, 1994, p. 20).

É possível relacionarmos essa afirmação às bibliotecas e, sendo esse um dos temas desta pesquisa, às coleções especiais. Nesse sentido, lembramos que a biblioteca surgiu e se modificou (e ainda se modifica) ao longo do tempo, de acordo com as mudanças ocorridas na sociedade. Foi (e, em alguns casos, continua sendo) um local de acumulação do conhecimento como em Alexandria, de controle do que era copiado e estudado nos mosteiros da Idade Média, de apoio ao ensino nas primeiras bibliotecas universitárias, sinal de prestígio entre os colecionadores particulares e, hoje, pode ser assimilada e apreciada como um local de desenvolvimento social, considerando dentre outras a biblioteca pública e a universitária, associada ao exercício da cidadania tanto de quem a torna possível como de quem a visita e utiliza.

As coleções, segundo Yeo (2012, p. 61, tradução nossa), “[...] indicam o que

coleccionadores pensaram ser interessante, importante, típico ou excepcional ao longo do tempo, e quais combinações eles achavam que poderia constituir um todo satisfatório”⁷. Apesar de o autor se referir às coleções particulares, também podemos colocar as bibliotecas e suas coleções nesta afirmação, uma vez que o acervo de uma biblioteca, em palavras simples, nada mais é do que uma constante decisão do que é adequado ser adicionado e mostrado, levando em consideração, ao menos em teoria, os desejos e necessidades da comunidade servida pela biblioteca. Em outras palavras, “decisões de seleção e agregação são inevitavelmente influenciadas pelo contexto cultural na qual são feitas, e a composição de coleções refletem os modos contextualizados de pensamento daqueles que a montaram” (YEO, 2012, p. 61, tradução nossa)⁸.

Isso significa dizer que cada decisão de seleção e de acréscimo em uma coleção abrigada em uma biblioteca é influenciada pelo contexto de pensamento do bibliotecário, do gestor ou, no mínimo, da instituição a qual a biblioteca está ligada. Esse contexto de pensamento quase sempre está representado nos gostos, desejos e necessidades da comunidade, que também influenciam – ou ao menos deveriam influenciar – as decisões de seleção da biblioteca.

Dessa maneira, assim como não é possível existir neutralidade no objeto de museu, no artefato, também não podemos encontrar tal coisa em uma biblioteca. Cada biblioteca possui uma visão e um objetivo que quer deixar claro para o seu usuário, seja com seu acervo, seja nos produtos e serviços que se dispõe a oferecer. A neutralidade, inclusive, não pode ser um desejo – sendo a biblioteca um local cultural, seja ela pública, universitária ou de qualquer outro tipo, a postura neutra diante dos acontecimentos sociais e culturais só a prejudica enquanto local de exercício da cidadania.

Essa questão está representada nas coleções especiais, se considerarmos que ela deve possuir uma ressonância com a biblioteca e com sua comunidade, ou seja, ela deve representar os indivíduos que a utilizam, assunto que será discutido no próximo capítulo.

Assim, segundo Blom (2003, p. 219, grifo nosso),

⁷ “Collections – past or present – indicate what collectors over time have thought interesting, important, typical, or exceptional, and what combinations they have believed might constitute a satisfactory whole”.

⁸ “Selection and aggregation decisions are inevitably influenced by the cultural contexts in which they are made, and the composition of collections reflects the contextualized modes of thought of those who assembled them”.

cada coleção é um teatro da memória, uma dramatização e uma *mise-en-scène* de passados pessoais e coletivos, de uma infância lembrada e da lembrança após a morte. Ela garante a presença dessas lembranças por meio dos objetos que as evocam.

Se a biblioteca e suas coleções como Teatro da Memória se configuram como espaço que evoca e celebra as memórias, elas também “[...] se delineiam como um espaço de trabalho sobre a memória [...]” (MURGUIA, 2009, p. 99), em que “[...] ela é tratada, não como um *objetivo*, mas como um *objeto* de conhecimento” (MENESES, 1994, p. 41, grifo do autor) – ou seja, um Laboratório da História.

Como um Laboratório da História, a biblioteca é um espaço que serve como base para a construção do conhecimento, o que, por sua vez, a torna também um local de apoio ao desenvolvimento e avanço do conhecimento ao longo do tempo. Essa afirmação é corroborada pelo que talvez seja o principal ativo da biblioteca – as suas coleções –, que como registro do passado sustentam a produção intelectual do presente e do futuro.

Por outra forma, o estudo das coleções em bibliotecas, seja utilizando seus itens ou a coleção em si, coleções essas que já são Teatro da Memória e se configuram como Laboratório da História, pois podemos tratá-las como um objeto para construção de um outro conhecimento. Como exemplo, podemos citar a pesquisa realizada por Marli Bibas em seu trabalho de conclusão de curso da graduação em Biblioteconomia, no ano de 2019, intitulado “As marcas de proveniência como elementos para a construção narrativa da trajetória do exemplar *Histoire de l’Origine et des Premiers Progrès de l’Imprimerie* (1740): da Real Biblioteca à Biblioteca Central da UNIRIO”. Nesta ocasião, foi utilizado um exemplar da coleção especial Memórias da Biblioteconomia, pertencente à Biblioteca Central da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), para, a partir das suas marcas de proveniência bibliográfica, traçar e percorrer a trajetória do exemplar.

A biblioteca universitária, segundo Baptista, Sousa e Manini (2019, p. 28), “com sua longa história, tem uma forte ligação com [a] memória”. Ela é, portanto,

[...] um lugar de memória, pois guarda os registros intelectuais humanos, resultantes ou não das pesquisas científicas desenvolvidas dentro das universidades. Ao mesmo tempo é também uma produtora de memórias, pois no decorrer de suas atividades diárias gera informações, produz documentos e estabelece rotinas (BAPTISTA; SOUSA; MANINI, 2019, p. 28).

Dessa forma, trabalharemos aqui com a compreensão de que a biblioteca, em suas coleções, evoca e rememora os grupos e indivíduos do passado que ela representa, mas também que ela se configura como um espaço onde é possível gerar conhecimento relacionado à essa rememoração, à essa memória. Assim, “uma biblioteca pode ser um Teatro, mas também pode ser um Laboratório, por que ela traduz a vida pessoal e institucional de seu coletor, seja individual ou institucional” (MURGUIA, 2009, p. 98-99).

As coleções especiais podem ser colocadas dentro da concepção de lugar de memória (NORA, 1993) e de Teatro da Memória (MENESES, 1994; MURGUIA, 2009) na medida em que são recortes feitos por indivíduos ou instituições de suportes da informação que representam memórias para um determinado grupo ou indivíduo, memória que já não pode mais ser a verdadeira se seu momento social está no passado, mas que será preservada dentro daquela coleção, daquela biblioteca. Da mesma forma, as coleções especiais também são Laboratórios de História (MENESES, 1994; MURGUIA, 2009), pois podem ser utilizadas como espaço gerador de conhecimento sobre a memória dos indivíduos e instituições que representa ou, ainda, sobre a própria coleção e o que ela reflete.

Portanto, é dessa forma que entendemos e que trabalhamos “biblioteca” nesta pesquisa, pensando nessas duas funções: a de prestar serviços e, principalmente, a de componente patrimonial e lugar de memória (RIBEIRO, 1996; NORA, 1993), que está relacionada a sua característica de Teatro da Memória e Laboratório da História (MENESES, 1994; MURGUIA, 2009). E é também considerando essas duas funções e características que seguiremos para discorrer sobre bibliotecas universitárias.

Para Nunes e Santos (2007), as bibliotecas universitárias surgiram conforme a fundação das próprias universidades e vieram “da necessidade da especialização de acervo para atender ao público acadêmico de forma específica e direcionada” (NUNES; SANTOS, 2007, p. 74). Em outras palavras, as bibliotecas universitárias não foram formadas para ostentação e acúmulo do conhecimento, como as suas antecessoras de outros tipos, mas com o objetivo específico de apoiar o exercício das universidades, em todas as atividades.

Ainda que, inicialmente, as universidades não tivessem o objetivo de desenvolver conhecimento, e sim de transmiti-lo (DIÓGENES, 2012),

as bibliotecas universitárias são, na sua essência, núcleos de apoio

ao ensino, à pesquisa e à extensão, pólos de disseminação do conhecimento e importante portal de acesso a informações para o desenvolvimento de projetos e pesquisas (NUNES; SANTOS, 2007, p. 74).

Assim como as universidades e como todos os aspectos da vida ao longo do tempo, as bibliotecas universitárias são influenciadas pela sociedade, pelo Estado, pela própria Universidade a que pertencem e, ainda, pelos usuários e tendências culturais, sociais e tecnológicas de cada momento, adaptando-se conforme necessário (DIÓGENES, 2012). Isso pode ser exemplificado no desenvolvimento das bibliotecas universitárias no Brasil, que veremos logo adiante.

Se hoje elas são indispensáveis, no passado, as bibliotecas universitárias eram “frequentemente, muito menos importantes e praticamente não existiam antes do século XV” (VERGER, 1999, p. 114 *apud* DIÓGENES, 2012, p. 75). Nos seus primeiros séculos, elas eram consultadas apenas por “homens do saber” que recorriam, “antes de tudo, [...] [a] suas pequenas bibliotecas pessoais” (VERGER, 1999, p. 115 *apud* DIÓGENES, 2012, p. 75). A ida a uma biblioteca universitária, na época, era excepcional e tinha motivos específicos, como a consulta a um original de alguma obra (DIÓGENES, 2012).

No contexto específico das bibliotecas universitárias norte-americanas, Diógenes (2012) esclarece que foi no século XIX e no início do XX que essas bibliotecas “desenvolveram uma estrutura formal e se tornaram parte integrante da missão da universidade servindo a professores e alunos, apoiando os currículos e pesquisas” (DIÓGENES, 2012, p. 97). Nesse período, a ênfase dessas bibliotecas passou do armazenamento e preservação das coleções para o acesso e uso, reconhecendo que era necessário “oferecer um serviço eficiente e personalizado ao usuário [...]” (DIÓGENES, 2012, p. 97), o que nos remete à função de prestação de serviço das bibliotecas, afirmada por Ribeiro (1996) e citada anteriormente.

A ênfase no ensino, pesquisa e extensão acontece no decorrer do século XX, especialmente após a Segunda Guerra, quando as bibliotecas universitárias se tornaram recursos importantes devido ao foco das universidades no “ensino de conteúdos fatuais e conceituais, na dependência do aluno em relação ao docente, tendo como consequência um aprendizado programado, orientado pelas disciplinas” (DIÓGENES, 2012, p. 97). Essa mudança nas universidades reforça a afirmação de que as bibliotecas universitárias mudam e se adaptam, conforme as necessidades

ditadas pela sociedade, pelo Estado ou pela própria universidade.

2.2 Universidades e bibliotecas universitárias no Brasil: 1930-2020

No Brasil, a história das bibliotecas universitárias pode começar a ser compreendida com a instalação de ordens religiosas no país, como a dos jesuítas. Rubens Borba de Moraes (2006, p. 4) afirma que “só vamos conhecer instrução e possuir livros a partir da segunda metade do século [de 1500], desde que se instala em 1549 o governo-geral em Salvador, na Bahia”. Para o autor,

só começamos a engatinhar pelo caminho da cultura depois do estabelecimento dos conventos dos jesuítas, franciscanos, carmelitas e beneditinos, principalmente dos padres da Companhia de Jesus que logo após a sua chegada abrem colégios na Bahia e em outras capitais. A instrução e os livros estavam nos conventos: *Clastrum sine armaria, quasi castrum sine armamentario*⁹ (MORAES, 2006, p. 4, grifo nosso).

É importante mencionar esse “surgimento” dos livros no país para podermos entender os primeiros acervos universitários formados por aqui, que surgiram com a chegada da família real portuguesa, a partir de 1808, e as primeiras tentativas de estabelecer um ensino superior no Brasil. Da mesma forma, também é relevante mencionar as tentativas de estabelecer um ensino universitário centralizado, ao longo do século XX, para podermos compreender as bibliotecas universitárias brasileiras, tanto as da época, como as que temos hoje.

Assim, na próxima seção iremos detalhar, ainda que de maneira resumida, o processo de evolução das universidades brasileiras, passando brevemente pelo século XIX, mas partindo principalmente dos anos 1930, até os anos 2000. E, após essa seção, abordaremos as bibliotecas universitárias, especificamente, dos anos 1930 até as tendências atuais, na década de 2020.

2.2.1 A Universidade no Brasil: 1930-2000

Bem longe da universidade como as conhecemos atualmente, as primeiras escolas de ensino superior visavam “[...] assegurar um diploma profissional com direito a ocupar postos privilegiados em um mercado de trabalho restrito além de garantir prestígio social” (MARTINS, 2002, p. 4). Em decorrência da chegada da família real, algumas escolas de ensino superior foram criadas no país, entre as

⁹ “*Mosteiro sem biblioteca é como quartel sem arsenal”, segundo um provérbio medieval utilizado pelo autor.

quais a de Cirurgia e Anatomia, em Salvador, hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e a Academia da Guarda Marinha, no Rio de Janeiro (MARTINS, 2002).

Eram escolas isoladas, característica que persistiu de forma mais explícita até pelo menos os anos 1960 – época da Reforma Universitária de 1968 –, e os acervos de suas bibliotecas, “como ocorreu com as bibliotecas universitárias europeias” (BAPTISTA; SOUSA; MANINI, 2019, p. 35), foram criados a partir das coleções de ordens religiosas ou de particulares (BAPTISTA; SOUSA; MANINI, 2019). As mesmas autoras, como exemplo, citam as bibliotecas da Academia de Direito de São Paulo e da Faculdade de Medicina da Bahia que foram fundadas, respectivamente, no Convento de São Francisco, em 1827, e no Colégio dos Jesuítas em Salvador, em 1836.

No entanto, a temporalidade pretendida para esta pesquisa se localiza no século XX e, por essa razão, não discorreremos com maiores detalhes sobre as bibliotecas universitárias dos períodos colonial e imperial. Sobre este período, dentro do contexto que pretendemos aqui, é importante compreender que o ensino superior no Brasil começou a passos lentos, e assim continuou por cerca de um século, até quase os meados dos anos 1900. Esse atraso se deu, principalmente, pelo choque entre os projetos dos intelectuais com os interesses da elite política da época (BAPTISTA; SOUSA; MANINI, 2019).

Nosso recorte começa no ano de 1931, mais especificamente com o decreto nº 19.851, de 11 de abril do mesmo ano, que trata do Estatuto das Universidades Brasileiras (DIÓGENES, 2012; MAYRINCK, 2017; BAPTISTA; SOUSA; MANINI, 2019) sob a Reforma Francisco Campos, o primeiro Ministro da Educação do país, no governo Getúlio Vargas. Em seu preâmbulo, esse decreto

Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferencia, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização technica e administrativa das universidades é instituida no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras (BRASIL, 1931).

E, em seu Art. 5º, entre as exigências que a universidade brasileira deveria atender, está “congregar em unidade universitaria pelo menos três dos seguintes institutos do ensino superior: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação Ciências e Letras” (BRASIL, 1931). É

possível perceber, a partir dessas duas pequenas partes do decreto, o caráter de institutos isolados da educação superior brasileira, e a intenção de formar mão de obra para postos específicos do mercado de trabalho e da sociedade da época. Martins (2002, p. 5) afirma que “embora a reforma representasse um avanço, ela não atendia a principal bandeira do movimento da década de 1920 por não dar exclusividade pública ao ensino superior além de permitir o funcionamento de instituições isoladas”.

A Universidade de São Paulo (USP), que foi criada em 1934, “surgiu [...] com o projeto de instaurar elites intelectuais para o comando do País e aperfeiçoar o ensino de primeiro e segundo graus, introduzindo [...] o modelo de ensino e pesquisa [...]” (DIÓGENES, 2012, p. 113). A autora afirma que, até esse momento, a pesquisa enquanto atividade universitária não era vista sob a perspectiva econômica, e adotávamos o modelo francês, com foco na formação de profissionais para o Estado (DIÓGENES, 2012).

Antes de 1934, no entanto, é criada a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), em 7 de setembro de 1920, por meio do decreto nº 14.343, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a primeira universidade criada pelo governo federal no país (UFRJ, [20-?], *on-line*). Sem muito alarde, a criação da URJ ocorreu “sem debates e discussões” e “foi recebida sem interesse”, não tendo modificado as escolas superiores isoladas existentes, uma vez que ela mesma foi criada a partir da reunião de três faculdades que já existiam (DIÓGENES, 2012). Nas décadas seguintes, a mesma autora detalha que apesar de as universidades brasileiras começarem a nascer, ainda não havia consciência por parte do governo federal e dos governos estaduais acerca da ciência e da pesquisa como “impulsionadoras do desenvolvimento social, econômico e tecnológico” (DIÓGENES, 2012, p. 112).

Por essa razão, é atribuída à USP “[...] o mérito de ter sido a primeira universidade do País que integrou às suas funções a missão de desenvolver ações de pesquisa e ensino” (DIÓGENES, 2013, p. 113). É relevante esta afirmação, pois, hoje, as bibliotecas universitárias são percebidas principalmente em suas funções de apoio a essas ações de pesquisa, ensino e extensão. Nesse sentido, as bibliotecas universitárias no país têm como missão principal, atualmente, apoiar a vida acadêmica dos docentes e discentes em seus projetos dentro dessa tríade, o que mostra a evolução do ensino superior no país ao longo dos anos.

De 1930 a 1960, a discussão acerca da universidade brasileira e a própria

passaram por momentos relevantes, como a disputa entre lideranças laicas e católicas pelo controle da educação no país, a luta do movimento estudantil e de jovens professores por, entre outras reivindicações, um ensino público e um modelo universitário em oposição às faculdades isoladas que existiam na época, a consolidação do ensino privado no país, com o crescimento estável das matrículas e o aumento do número de instituições – este último, aliás, aconteceu também na esfera pública (MARTINS, 2002; DIÓGENES, 2012).

O início da Segunda Guerra Mundial significou um certo freio na questão, até então patente, da educação no país, que “foi diluída na luta maior contra o autoritarismo” (MAYRINCK, 2017, p. 32). À época da deflagração da Guerra, o Brasil vivia sob o Estado Novo, que possuía seus próprios meios de fiscalização e controle dos estudantes brasileiros. Cunha (2000, p. 170) detalha que

a orientação ideológica da maioria dos estudantes era contrária ao autoritarismo do Estado Novo, mas a repressão policial às manifestações políticas fez com que sua ação prática se deslocasse para o plano internacional, combatendo-se o autoritarismo no Brasil pela defesa da causa dos países de regime liberal-democrático em guerra contra os países de regime nazi-fascista, em muitos aspectos semelhantes ao Estado Novo brasileiro (CUNHA, 2000, p. 170).

Em outras palavras, para os estudantes da época era, em certa forma, inviável uma luta constante, clara e prática contra o Estado Novo, uma vez que havia sempre a ameaça da repressão policial à toda e qualquer ação nesse sentido. Dessa forma, a maneira encontrada para combater o autoritarismo do Estado Novo foi a luta, dentro do país, para defender as causas (liberais-democráticas) dos países em guerra contra o autoritarismo dos países nazifascistas.

Após 1945, no período de desenvolvimento pós-Segunda Guerra, é possível observar “o crescimento das universidades, a consolidação do ensino privado, a exigência de mercado de trabalho em termos de ciência e tecnologia [...]” que levaram, inclusive, à “criação de bibliotecas ligadas às universidades, com o nome de biblioteca central [...]” (CUNHA; DIÓGENES, 2016, p. 102), o que vamos abordar melhor mais adiante.

Cabe mencionar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1961, que foi considerada uma vitória para os defensores da iniciativa privada de ensino no país – escolas privadas que, aliás, já existiam com certa força antes da Lei, com 64,4% dos estabelecimentos e 43,7% das matrículas, em 1933 (MARTINS, 2002). Do ano de

1933 até 1960, ocorre a consolidação e o crescimento do setor privado de ensino no país, com a estabilidade de matrículas para responder às “demandas desse período que apresentou novas exigências para a educação superior [no Brasil]” (DIÓGENES, 2012, p. 113).

A questão é que muitas lutas e discussões foram colocadas em pauta, no que diz respeito ao ensino superior brasileiro, no período entre a Reforma Francisco Campos, nos anos 1930, e os anos anteriores ao golpe militar em 1964, que culminaram, de certa forma, na Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.

Essa lei é referenciada ainda hoje como Reforma Universitária de 1968, que marcou a educação no final da década de 1960 e “definiu boa parte da atual configuração do ensino superior no Brasil” (DIÓGENES, 2012; ARONI, 2017, p. 236). Sampaio ([1991], p. 15) afirma que “a reforma promulgada pelo Governo Federal em 1968 correspondia a uma versão conservadora do projeto proposto por Darcy Ribeiro para a Universidade de Brasília (UnB), que incorporava muitas das novas idéias do movimento docente e estudantil”.

A Reforma foi responsável por significativas mudanças – ou iniciativas de mudanças – no ensino superior da época: o sistema de créditos; a semestralidade; o vestibular unificado (no sentido de ser válido para todos os cursos da instituição); a abolição da cátedra; os departamentos como unidade mínima de ensino dentro dos institutos; a melhor definição da carreira de docente, com a criação das licenciaturas; o currículo em duas etapas: o ciclo básico e o profissionalizante; a pós-graduação, entre outras mudanças (ARONI, 2017; DIÓGENES, 2012; FÁVERO, 2006; MARTINS, 2002; ROSETTO, 2019; SAMPAIO, [1991]).

Em sua exposição sobre essa parte da história universitária do Brasil, Diógenes (2012) utiliza Meneghel (2002) para afirmar que a lei da Reforma

[...] representa um marco do Estado como orientador de políticas para o ensino superior. O Estado assume o controle de várias instituições, tendo como alvo de suas políticas a expansão do ensino superior, com ampla liberdade para o setor privado e a modernização promovendo a implementação da pesquisa e da pós-graduação em áreas prioritárias para os militares” (DIÓGENES, 2012, p. 115).

É necessário considerar, sem dúvidas, o turbulento período social em que o país vivia, em razão do governo militar pós-golpe. Sampaio ([1991], p. 16) detalha que “para os militares, sobretudo no início, os problemas do ensino superior eram

uma questão de polícia e disciplina”. Por essa razão,

[...] reitores eleitos foram substituídos por coronéis, professores foram demitidos, estudantes foram presos, as ciências sociais acabaram sendo banidas e a educação cívica obrigatória foi introduzida. Amplos setores das universidades foram destruídos e desmoralizados, enquanto milhares de estudantes se engajaram na guerrilha urbana (SAMPAIO, [1991], p 16).

Com décadas de duração, o período de governo militar pós-golpe de 1964 ruiu o movimento estudantil, manteve universidades públicas, estudantes e professores sob constante vigilância, “ocorrendo em consequência o expurgo de importantes lideranças do ensino superior e a expansão do setor privado, sobretudo a partir de 1970” (MARTINS, 1970, p. 5).

Em outro ponto de vista, sem esquecer dos horrores cometidos pelo Governo Federal durante o período militar, Diógenes (2012, p. 115) afirma que “houve consideráveis investimentos no ensino superior, no setor público” (DIÓGENES, 2012, p.115). A autora detalha que, até o início da década de 1980, “ampliou-se a pós-graduação, instalaram-se bons prédios, montaram-se laboratórios e bibliotecas, foram profissionalizados docentes e funcionários técnicos e administrativos” (DIÓGENES, p. 115).

Entramos, neste momento, em três décadas, diga-se de passagem, calmas, em relação aos acontecimentos, para o ensino superior brasileiro. No geral, entre 1960 e 1980, houve um aumento nas matrículas para o ensino superior, sobretudo na rede privada (DIÓGENES, 2012). A metade da década de 1970 observa a heterogeneidade das instituições de ensino superior, “[...] algumas se dedicavam à pesquisa [...] e outras ao ensino, muitas vezes de qualidade duvidosa, apesar da obrigatoriedade do modelo único” (DIÓGENES, 2012, p. 115). No final dos anos 1970, essas instituições foram “[...]responsabilizadas pela falência da Reforma Universitária de 1968; por serem, de modo geral, ineficientes para o mercado e para o Estado ou privilegiarem a elite que concluía o segundo grau [...]” (DIÓGENES, 2012, p. 115).

Ao mesmo tempo que não era uma grande preocupação na agenda do último governo militar, nos anos 1980, a educação novamente passa a ser vista como importante para o conhecimento tecnológico e como base da terceira Revolução Industrial, relevante para o capitalismo contemporâneo e globalizado, que exige um novo tipo de profissional em meio a uma mudança para um modelo neoliberal de Estado (DIÓGENES, 2012).

O tom neoliberal rege os anos 1990, com parte das esferas de governo e as elites empresariais do país implementando, de forma gradual, medidas econômicas neoliberais (SILVA, 2005A). A autora detalha que “o governo federal e as elites dominantes [...] passaram a defender um Estado que se ocupasse dos interesses do capital, [...] e que tivesse firmeza na contenção dos investimentos públicos na área social, em especial na educação pública” (SILVA, 2005, p. 259).

O final dos anos 1990 e o início dos anos 2000 são marcados pelos governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luís Inácio Lula da Silva, que trouxeram significativas mudanças na educação do país. Enquanto para o primeiro podemos marcar a expansão das instituições privadas, flexibilização curricular, adequação ao mercado de trabalho, etc., o segundo apresentou “elementos de continuidade e ao mesmo tempo de alterações” (DIÓGENES, 2012, p. 120) em relação ao governo anterior, com medidas como regulamentação do ensino à distância (iniciada no governo de Fernando Henrique), criação do Programa Universidade Para Todos (PROUNI), expansão das instituições federais de ensino superior, entre outros (DIÓGENES, 2012).

Os anos 2000, de modo geral, são marcados por uma expressiva expansão no acesso da população à educação de nível superior, pela instalação de políticas sociais e pelo desenvolvimento do país de forma mais democrática, com atenção às populações menos favorecidas e às minorias. A universidade pública, nesse contexto, cresce, ainda que não de maneira ideal, e as projeções para os anos de 2010 e 2020 envolvem modernização e, de certa maneira, uma volta aos ideais neoliberalistas dos anos 1990.

Ao longo do tempo, como percebemos, a universidade brasileira passou por muitos momentos e foi afetada por diversos acontecimentos sociopolíticos da história do país, como acontece até os dias de hoje. A biblioteca universitária, por sua vez, não ficou imune: apesar de seu desenvolvimento tardio, também foi e ainda é afetada pelos momentos sociais, culturais e políticos do país, o que iremos detalhar na seção a seguir.

2.2.2 A biblioteca universitária no Brasil: 1930-2020

A Universidade, enquanto parte de um sistema social, cultural e político maior que si mesma, que vem a ser a sociedade e as políticas governamentais, deve se adequar às medidas e ações propostas à ela sem, muitas vezes, ter um grande

direito de escolha sobre o que adotar ou não. No entanto, “a universidade pública resiste e se revela um espaço plural e comunicativamente interativo, um lugar propício as formas contemporâneas de experimentação e aprendizagem social” (MAYRINCK, 2017, p. 62).

Por sua vez, as bibliotecas (e aqui colocamos, também, as bibliotecas universitárias) “enquanto instituição secular do conhecimento e da memória [...] não só compõem, preservam e disseminam os saberes culturais e a pesquisa científica, [...] são hoje, produtores específicos de conhecimento e de informação” (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 2017, p. 239). Nesse sentido, as bibliotecas (universitárias) produzem

[...] conhecimento sobre conhecimento, informação sobre as informações, inter-documentos sobre todas as mediações e inscrições (documentos, artefatos e coleções; informações cadastrais e referenciais). Participam das formas estabelecidas de validação e credenciamento da produção do conhecimento, seus produtores e suas vinculações institucionais (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 2011, p. 239).

De maneira geral, portanto, as bibliotecas universitárias, segundo Mayrinck (2017, p. 62-63), “organizam, preservam e disseminam os saberes culturais e a pesquisa científica que são colocados sob sua guarda e são também produtoras de conhecimento e de informação”, que podem ser encontradas na forma de “[...] fontes terciárias como os catálogos, os repositórios, bases de dados, serviços de alerta, etc.” (MAYRINCK, 2017, p. 63).

Com isso em mente, voltamos ao início desta seção, onde detalhamos que o Brasil começa a possuir livros a partir da segunda metade século XVI, com a instalação do governo-geral de Salvador e a chegada dos jesuítas à, então, colônia, onde fundaram colégios e bibliotecas (MORAES, 2006). O período jesuítico no Brasil observou uma expressiva expansão das bibliotecas e do acervo em nível universitário (DIÓGENES, 2012). A autora afirma que “no final do século XVI, já existia em Salvador uma biblioteca no colégio jesuíta. [...] ligada ao ensino das ciências [...], possuía obras de Clavius, de Kricher e os livros de Newton e Descartes” (DIÓGENES, 2012, p. 124). No Rio de Janeiro, a biblioteca do colégio dos jesuítas já possuía, em meados do século XVIII, quase 5.500 volumes (DIÓGENES, 2012).

Assim como os cursos de ensino superior, que surgiram efetivamente no início do século XIX, em razão da chegada da família real portuguesa para suprir

necessidades da corte, as bibliotecas universitárias ligadas à essas instituições e cursos também surgiram na mesma época por uma necessidade explícita e específica que era o ensino desses cursos na colônia, e o seu surgimento e desenvolvimento estão ligados aos acervos já existentes em instituições religiosas e às doações de particulares (BAPTISTA; SOUSA; MANINI, 2019). Como exemplo, podemos citar as bibliotecas da Academia de Direito de São Paulo e da Faculdade de Medicina da Bahia, que foram fundadas, respectivamente, no Convento de São Francisco, em 1827, e no Colégio dos Jesuítas, em Salvador, em 1836 (BAPTISTA; SOUSA; MANINI, 2019).

Avançando para o período de nosso recorte, o início das bibliotecas universitárias, como as conhecemos hoje, se deu bem depois do Estatuto das Universidades Brasileiras, de 1931. Nesse sentido, compreendemos que a biblioteca universitária, enquanto parte fundamental da universidade e de apoio às suas funções, só surge nos meados do século XX, apesar da existência do código dos Institutos Oficiais do Ensino Superior, de 1901, que em seu 19º capítulo discorre sobre a organização e o funcionamento das bibliotecas do ensino superior, e dos estudos para a criação de uma biblioteca universitária junto aos planos de concepção da Universidade do Brasil (atual UFRJ) encontrados nos arquivos pessoais de Gustavo Capanema, que foi ministro de Getúlio Vargas (DIÓGENES, 2012). A autora afirma que

se [...] as tentativas de criação e regulamentação da universidade se desenrolaram por anos a fio [...] as tentativas para a criação e marcos regulatórios do Estado para bibliotecas universitárias se deram mais tardiamente, com exíguos orçamentos e inexistência de políticas governamentais integradas até hoje (DIÓGENES, 2012, p. 124).

Dessa maneira, a história das bibliotecas universitárias brasileiras, ao menos nesta pesquisa, se inicia com o crescimento das universidades no país, depois de 1945, ou seja, época do fim da Segunda Guerra Mundial. Nesse momento, vemos uma exigência do mercado de trabalho em relação à ciência e tecnologia que, com o crescimento das universidades, significa

[...] a criação de bibliotecas ligadas às universidades, com o nome da biblioteca central da universidade, ou bibliotecas ligadas às diversas faculdades que foram reunidas e levaram o nome da universidade (DIÓGENES, 2012, p. 124-125).

É relevante mencionar que nos referimos aqui às bibliotecas centrais de cada

universidade, uma vez que assim como existiam escolas isoladas de cada curso, também existiam bibliotecas isoladas para cada faculdade, como é o caso das bibliotecas da Faculdade de Direito, Medicina, e Farmácia da USP, por exemplo, que foram criadas com a fundação da universidade, em 1934. Essas bibliotecas isoladas possuíam cada uma o seu acervo, orçamento e direção, raramente se encontrando (DIÓGENES, 2012). Nesse sentido, a criação de bibliotecas centrais nas universidades mostra a preocupação na redução da duplicação de esforços, centralização de ações, expansão de acervo e serviços, entre outros.

No caso específico das bibliotecas universitárias centrais, é deste ano de 1945, por exemplo, a biblioteca central da UFRJ, que em 1990 implantou o seu Sistema de Bibliotecas e Informação. Muitas outras bibliotecas centrais surgem no país durante o restante da década e nos anos 1950, como a biblioteca Central da USP (1947) e a da Universidade Federal do Ceará (1957) (DIÓGENES, 2012, p. 126). Uma das pioneiras no quesito inovação e renovação, a Biblioteca Central da UnB foi criada em 1962, segundo Diógenes (2012, p. 216), “[...] opondo-se à tradição inadequada de múltiplas bibliotecas dispersas nas várias unidades de ensino das universidades – um sistema oneroso que gerava duplicações desnecessárias de acervo e processos técnicos e administrativos”.

A estruturação em bibliotecas centrais ganha força com a Reforma Universitária de 1968, devido à implantação de departamentos e da administração centralizada. A palavra de ordem era a não duplicação de meios, ou seja, a redução de esforços e, por isso, duas particularidades ficaram evidentes: a primeira, que o modelo de biblioteca central foi proposto “[...] para eliminar a duplicidade de meios para fins idênticos” (MAYRINCK, 2017, p. 56), e a segunda, “[...] que as bibliotecas deveriam se reorganizar de forma a minimizar custos e conseguir um desempenho capaz de integrá-las definitivamente ao Ensino, Pesquisa e Extensão [...]” (MOSQUEIRA, 1981, p. 98), atividades que foram favorecidas, ao menos em teoria, no texto da Reforma. A intensificação dessas atividades, segundo o autor, “[...] gerou a necessidade de ampliação dos serviços oferecidos aos usuários, até então limitados ao empréstimo domiciliar e ao oferecimento de uma sala de leitura” (MOSQUEIRA, 1981, p. 98).

A Lei da Reforma Universitária não cita as bibliotecas universitárias ou outro tipo de unidade de informação dentro das universidades que pudessem servir de apoio à pesquisa, atividade que é colocada como o objetivo do ensino superior logo

em seu Art. 1º (BRASIL, 1968). No entanto, os trabalhos e relatórios entregues por consultores estrangeiros ao governo brasileiro, posteriores à Lei, fazem algumas recomendações:

[...] a integração ao centro básico, onde suas instalações deveriam estar bem no centro do campus, de modo que os acessos irradiassem dela para todas as direções; atuação como biblioteca central; institucionalização da biblioteca enquanto órgão suplementar; exigência da biblioteca para autorização e reconhecimento de cursos (SILVA, 2010, p. 8).

Os campi que fossem erguidos considerando a Reforma teriam que, “[...] obrigatoriamente, construir bibliotecas centrais, tendo como modelo a Biblioteca da Universidade de Brasília” (SILVA, 2010, p. 8). Com isso, constatamos que, apesar de a biblioteca universitária não ser diretamente citada no texto da Lei da Reforma Universitária de 1968, ela foi considerada mais adiante nos trabalhos e relatórios consequentes dos acordos internacionais realizados pelo governo brasileiro na época, o que tornou possível um direcionamento acerca do funcionamento ideal dessas bibliotecas.

Isso não significou, no entanto, o crescimento efetivo das bibliotecas universitárias ao longo das décadas pós-Reforma, como é detalhado por Mayrinck (2017):

No âmbito federal, grandes prédios foram planejados para sediar as bibliotecas e muitos ficaram anos em fase de construção [...]. Essa demora reflete os cortes de verbas em todos os setores das universidades, agravados com o regime militar chegando ao fim e o esgotamento do milagre econômico, atingindo as bibliotecas a ponto de muitas delas terem de paralisar a prestação de serviços (MAYRINCK, 2017, p. 57).

A reabertura política do país nos governos que sucederam o golpe militar de 1964 significou um aumento nas discussões e trabalhos publicados sobre o papel social e político das bibliotecas, acompanhando a tendência da “[...] emergência de um novo cenário de reafirmação política da sociedade brasileira e com ela uma grande produção científica sobre os novos movimentos sociais” (SILVA, 2010, p. 10).

É relevante mencionar que foi o período pós-Reforma Universitária de 1968, embalados pelos governos militares e pelas mudanças propostas nas ideias reformadoras que motivaram discussões acerca do papel social e político da biblioteca, que propiciou a criação de importantes fóruns de debates sobre a biblioteca universitária brasileira. Entre eles, o Seminário Nacional de Bibliotecas

Universitárias (SNBU), criado no final da década de 1970, e que acontece até hoje (MAYRINCK, 2017).

A criação do Seminário, segundo a mesma autora (2017, p. 66-67), possibilitou “[...] a construção da ‘consciência crítica da biblioteca universitária’, diante das crescentes dificuldades oriundas da expansão do ensino superior”. O objetivo do SNBU, na época e ainda hoje, é discutir a biblioteca universitária no contexto do desenvolvimento científico, cultural, econômico e tecnológico da sociedade brasileira, com foco nas ações que essas bibliotecas podem promover ou apoiar nesse sentido.

Em seus quase 50 anos de realização, o SNBU se transformou “[...] num dos maiores fóruns de debates e reflexões na área de Biblioteconomia” (MAYRINCK, 2017, p. 67). A realização do seminário, sem dúvida, iniciou e mantém, ainda hoje,

[...] uma tradição de estudo conjunto e análise sistemática da atuação das bibliotecas universitárias, suas tendências, deficiências, etc., buscando no diálogo nacional [...] a adoção de medidas racionais que as fortaleçam, capacitando-as à realização de seu objetivo maior, devidamente expresso no tema central de seu primeiro seminário – ‘a Biblioteca como suporte do ensino e da pesquisa para o desenvolvimento nacional’ (MAYRINCK, 2017, p. 67).

Em um texto de 1981, a biblioteca universitária brasileira é vista como um “resultado da situação socioeconômica da universidade brasileira”, sendo também reflexo de suas características (TARAPANOFF, 1981, p. 16). A biblioteca universitária, nesse sentido, “[...] é uma unidade subordinada à universidade que pertence e [...] reflete as características da situação socioeconômica da universidade” (DIÓGENES, 2012, p. 128). Essa afirmação, inclusive, é verdadeira até hoje: a biblioteca universitária não é um órgão que existe no vazio, pelo contrário: ela deve estar subordinada e de acordo com os objetivos da sua universidade mantenedora, sejam estes sociais, culturais, econômicos e políticos, e da comunidade acadêmica (e, às vezes, não acadêmica) que serve.

O tom da década de 1980 parece ter sido o de “cooperação”, com as bibliotecas universitárias participando de programas como a Rede Nacional de Catalogação Cooperativa (Rede BIBLIODATA), e o Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT) e, ainda, sendo alvo de programas de políticas públicas como o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU) (DIÓGENES, 2012).

Nos anos 1990, o cenário brasileiro é de reestruturação do Estado, com aumento das privatizações e uma ótica mais mercadológica, inclusive para a educação (DIÓGENES, 2012). Adaptando-se a todas essas “[...] mudanças das políticas globais de Estado, da educação superior, [...] [e] tecnológicas [...]”, as bibliotecas universitárias brasileiras, especialmente aquelas subordinadas ao Estado, passam a conviver com “problemas de pessoal [...], redução de orçamento, realizar inovações nas atividades tradicionais e atender às novas demandas da universidade em relação ao seu papel pedagógico [...]” (DIÓGENES, 2012, p. 136).

Nessa era da visão neoliberal do Estado, as bibliotecas universitárias, “a partir de 1990, se defrontaram nas suas atividades com número reduzido de funcionários, novos serviços informacionais, novas exigências dos processos avaliativos do MEC, assimilação dos princípios gerenciais, [...]” (CUNHA; DIÓGENES, 2016, p. 110).

Além dos desafios que as políticas de governo da última década do século XX trouxeram às bibliotecas universitárias, é importante destacarmos também as novas tendências que surgiram e que seguem se desenvolvendo ainda hoje: a expansão tecnológica, a informação para além do suporte papel, e outras maneiras de acessar e permitir acesso à informação nas bibliotecas.

Nesse sentido, temos, entre o final da década de 1990 e o início do novo milênio, em 2000, a criação e o surgimento de algumas novas tecnologias, todas elas voltadas para a expansão dos serviços das bibliotecas para além do acervo físico. Dentre outras, podemos citar o aparecimento e expansão do CD-ROM como suporte e a disponibilização de trabalhos científicos em bases eletrônicas como a *Scientific Eletronic Library Online* (SCIELO), em 1998, o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em 2000, e a Base de Dados de Teses e Dissertações (BDTD), em 2003 (CUNHA; DIÓGENES, 2016).

Os mesmos autores (2016, p. 113) detalham que, com o início da década de 2000

[...] intensificam-se as discussões e iniciativas no mundo em torno do acesso aberto à literatura científica, que surgiu principalmente como reação da comunidade científica face aos elevados preços dos periódicos científicos cobrados pelas editoras que dificultavam o acesso à informação [...] e às oportunidades propiciadas por avanços nas novas tecnologias de informação, permitindo a interoperabilidade de conteúdo (CUNHA; DIÓGENES, 2016, P. 113).

Para Murilo Bastos da Cunha (2000), a primeira década do novo milênio seria

responsável por muitas mudanças nas universidades, especialmente nas bibliotecas universitárias, sobretudo em razão da globalização e das novas tecnologias da informação (CUNHA, 2000). Para algumas áreas da universidade, como os cursos mais distantes dos gostos do mercado, essa globalização econômica poderia trazer – como trouxe, conforme observamos hoje – esquecimentos de áreas como as de humanidades, a partir do maior investimento naquelas com mais afinidade ao que o mercado econômico considerava essencial – medicina e tecnologia, por exemplo. Para as bibliotecas universitárias “o enfoque globalizante do mercado pode ser perverso [...] porque elas, tradicionalmente, são centros de custos, e não de captação de recursos” (CUNHA, 2000, p. 72).

A biblioteca universitária, segundo as previsões do autor, deveria entender essa globalização da forma mais completa possível, para que assim “possa ocupar um nicho importante na vida acadêmica” (CUNHA, 2000, p. 72). Essa é uma tendência que assistimos ainda hoje, 22 anos após a publicação do texto de Cunha: as bibliotecas universitárias se adaptam para continuarem relevantes e se mostrarem importantes frente às rápidas mudanças sociais e tecnológicas, que alteram, constantemente, as maneiras de disponibilização e acesso ao acervo e serviços, ao mesmo tempo que em que se exige que o passado não seja esquecido – nesse sentido, a função de preservação da biblioteca universitária ainda existe e, provavelmente, existirá, se não para sempre, por um longo tempo.

Assim, no que diz respeito à biblioteca universitária enquanto entidade ligada não apenas à universidade, mas também ao Estado e suas políticas, compreendemos que

[...] o ambiente legal, criado pelo Estado no âmbito das políticas públicas para a educação superior, ciência e tecnologia estabelece o contexto dentro do qual as bibliotecas universitárias devem operar, ou seja, como setores cujas funções informativa, educacional e comunicativa, permitem que as práticas inerentes às políticas estatais se realizem (MAYRINCK, 2017, p. 63).

Para esta década de 2020, e para as próximas, “o elemento-chave será a capacidade de as universidades e, em especial, sua biblioteca assimilarem os novos paradigmas” (CUNHA, 2000, p. 88), o que o autor sintetiza como uma mudança de enfoque, que agora deve mirar o estudante, suas necessidades, desejos e possibilidades. Sobre isso, Ortega (1999) resume:

as universidades têm estado frequentemente mais preocupadas com

seus próprios problemas internos que às demandas da sociedade, mais preocupadas com a autonomia como reivindicação que do que com a sua responsabilidade social. A situação do entorno social externo, à qual a universidade serve, tem mudado muito. A situação dos finais dos anos [19]70 não é a mesma que a do fim do milênio e das décadas vindouras¹⁰ (ORTEGA, 1999, *on-line*, tradução nossa).

Dessa forma, ao longo desse capítulo, observamos as mudanças pelas quais as universidades e as bibliotecas universitárias brasileiras passaram com o decorrer dos anos, do surgimento do livro no país, na metade do primeiro século da colonização portuguesa, ao início deste século. De modo geral, trata-se de uma existência de luta: para existir, para funcionar, para ter bons recursos, sendo a tendência atual, conforme Cunha (2000), um foco maior nos serviços à comunidade.

Por isso, podemos afirmar que, apesar de ter acontecido em diferentes momentos dependendo do local, as universidades passaram de uma “função tradicional de preservação” (DIÓGENES, 2012, p. 107-108) para dar prioridade aos serviços à comunidade, de acordo com as mudanças nos procedimentos técnicos da área. Mas, no geral,

a biblioteca universitária [...] teve seu desenvolvimento tecido ao longo dos séculos, tentando acompanhar as mudanças no sistema acadêmico, quer adequando seu acervo às mudanças das instituições de ensino superior, quer utilizando tipos de classificação diversos, quer atendendo a usuários, embora sem o amplo acesso, quer tendo como referência principal de seu papel a preservação do conhecimento por meio do acervo que mantinha (DIÓGENES, 2012, p. 106).

No campo da ciência e da tecnologia, as bibliotecas universitárias “ocupam um papel de destaque, abrigando as mais ricas coleções bibliográficas e de multimídia, destinadas ao campo da C&T [...]” e, por essa razão, elas se configuram como “portal do conhecimento para o mundo da comunicação e da informação” (DIAS; SILVA; CERVANTES, 2013, p. 45).

Nesse cenário de mudanças de foco em suas funções, não podemos afirmar que a função de preservação foi totalmente esquecida. Na verdade, essa é “[...] uma das funções que menos rapidamente mudam”: a biblioteca universitária tem sido,

¹⁰ “Las universidades han estado con frecuencia más atentas a sus propios problemas internos que a las demandas de la sociedad, más preocupadas de la autonomía como reivindicación que de la responsabilidad social consiguiente. La situación del entorno social externo, al que la universidad sirve, ha cambiado mucho. La situación de finales de los setenta no es la misma que la del fin de milenio y la de las décadas venideras”.

“através dos séculos, o ponto focal da universidade [...] com o seu acervo de obras impressas preservando o conhecimento da civilização” (CUNHA, 2000, p. 73) e, hoje, ainda é o ponto central dessa preservação do conhecimento, mas não mais apenas de obras impressas, entrando na questão o acervo em formato digital, de som, ou em vídeo, entre outros (CUNHA, 2000).

A biblioteca universitária, em sua função de preservação, busca salvaguardar os registros do conhecimento humano em duas vertentes: a primeira, mais geral, considerando os cursos universitários de graduação e pós-graduação que atende, e nesse sentido ela coleta, organiza e dissemina as produções bibliográficas – atuais ou não – necessárias para o desenvolvimento desses cursos e dos seus discentes e docentes; e, a segunda, em um sentido mais restrito, está relacionada à sua própria produção, na forma de artigos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses produzidos e publicados por seus discentes e docentes.

Um grande testemunho dessa função de preservação do conhecimento dentro das bibliotecas universitárias são as coleções especiais, considerando que elas são recortes de conhecimentos valorados especialmente para um grupo específico, que pode incluir a própria instituição. Essas coleções remetem geralmente a um recorte do conhecimento e/ou da vivência humana que não é mais possível ser acessado diretamente no presente, e cabe às bibliotecas universitárias preservá-lo, reforçando também a sua potencialidade como lugar de memória.

Dessa maneira, falaremos no próximo capítulo sobre coleções especiais, e sobre a sua presença em bibliotecas universitárias, comentando também a função de preservação desse tipo de biblioteca, prevista ainda no Art. 271 do código dos Institutos Oficiais do Ensino Superior, de 1901: “ao bibliotecário compete [...] cuidar da conservação das obras” (BRASIL, 1901).

3 COLEÇÕES E COLEÇÕES ESPECIAIS EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: REFLEXÕES ACERCA DE VALORAÇÕES E PATRIMÔNIO

Cada coleção é um teatro da memória, uma dramatização e uma *mise-em-scène* de passados pessoais e coletivos, de uma infância lembrada e da lembrança após a morte. Ela garante a presença dessas lembranças por meio dos objetos que as evocam.

(BLOM, 2003, p. 219)

As coleções são compreendidas nesta pesquisa a partir de dois olhares mais gerais: o privado, do indivíduo colecionador; e o institucional, como é o caso das bibliotecas universitárias, recorte deste trabalho. No primeiro, temos as coleções a partir de um olhar individual, que não está, muitas vezes, preocupado com o sentido do colecionamento e uso por parte de terceiros. As coleções particulares são formadas, principalmente, a partir dos gostos e desejos do indivíduo colecionador, e podem surgir a partir da atividade profissional, acadêmica, ou interesse pessoal. A depender da atuação do indivíduo, são essas as coleções que, muitas vezes, serão doadas ou adquiridas por bibliotecas universitárias, tornando-se coleções especiais.

Nas instituições, por sua vez, as coleções são formadas e desenvolvidas considerando, principalmente, as suas próprias necessidades – ou seja, no caso das bibliotecas universitárias, da universidade a qual pertencem. As necessidades de informação da comunidade de discentes, docentes e técnicos administrativos são a pedra fundamental dessas coleções, e as “decisões de seleção e agregação” (YEO, 2012, p. 61, tradução nossa)¹¹ são motivadas por essas necessidades.

Nesse sentido, as coleções especiais em bibliotecas universitárias podem surgir a partir de duas frentes: um desejo e/ou necessidade da instituição de reunir itens que considera relevantes por um motivo específico e, por isso, cria esse tipo de coleção a partir de seu acervo corrente; e com a doação ou aquisição de coleções particulares de indivíduos relacionados à biblioteca e/ou à instituição, seja pela temática de pesquisa ou pela sua história e memória, e/ou de indivíduos relacionados aos cursos e áreas do conhecimento com que a biblioteca e/ou a instituição trabalham. Essas coleções, na maioria das vezes, acabam se tornando especiais dentro da biblioteca e, então, temos as coleções especiais originadas de coleções particulares.

Para que possamos entender as coleções especiais, é necessário voltarmos

¹¹ “Selection and aggregation decisions [...]”

um pouco e abordarmos, primeiro, sobre as coleções e o colecionismo, ainda que a intenção seja mais uma breve reflexão que uma análise profunda. Neste capítulo, iremos discorrer sobre esses dois tópicos, para então falarmos sobre coleções especiais, sua condição de semióforo, de patrimônio bibliográfico, e a sua consideração como Teatro da Memória e Laboratório da História.

As coleções são formadas por conjuntos de objetos que, julgados interessantes dentro de determinado critério, são reunidos por um indivíduo (ou ainda uma instituição), criando então o todo que passa a ser mais satisfatório que o objeto considerado individualmente. O contexto cultural, social e político, dentre outros, influenciam a escolha dos objetos, e as decisões de inclusão ou exclusão na/da coleção refletem o tempo ao longo do qual a coleção é montada (YEO, 2012).

O espírito colecionador pode ser considerado como um dos aspectos mais rudimentares dentro do funcionamento humano, o hábito mais básico que nós, enquanto espécie, possuímos. Coletar e, em consequência, colecionar, foi uma das formas encontradas por todas as gerações anteriores, e pela nossa, para descobrir o mundo e o que ele pode oferecer (MARSHALL, 2005).

Em texto para a Enciclopédia Einaudi, editado pela Imprensa Nacional/Casa da Moeda de Portugal, Krzysztof Pomian traça considerações acerca do verbete denominado “Coleção”. Para o autor, as coleções existem desde o Paleolítico Superior¹², quando os objetos passam a serem divididos em coisas (aqueles que servem à alguma utilidade¹³ humana) e semióforos (aqueles que não têm utilidade para a vida humana, mas são dotados de um significado). A partir daí, podemos encontrar coleções no costume de enterrar os mortos com seus objetos – o mobiliário funerário; também podemos nos deparar com as coleções na antiguidade através dos objetos que eram oferecidos aos deuses gregos em seus templos; nas Igrejas (principalmente Católicas), a partir das relíquias; nos palácios de príncipes e reis e nas casas dos indivíduos e famílias mais relevantes da sociedade, na Idade

¹² O Paleolítico Superior ou “Idade da Pedra Lascada” é parte do que conhecemos como Pré-História, e data de 2,6 milhões de anos atrás até o ano 10.000 a.C, aproximadamente, “[...] portanto, há 12.000 anos” (HISTÓRIA DO MUNDO, [201-?], *on-line*). “O Paleolítico é marcado pelas **condições rústicas** em que os homínídeos sobreviviam. Primeiramente, essa sobrevivência dependia da **caça de animais** e da **coleta de frutos e raízes** na natureza. Esse estilo de vida baseado na caça, pesca e coleta significa que o homem era **nômade**, isto é, mudava-se sempre de lugar” (HISTÓRIA DO MUNDO, [201-?], *on-line*, grifo do autor).

¹³ Para esta pesquisa, “utilidade” se relaciona com a serventia de um objeto para uma atividade humana, portanto, dizemos que se o objeto tem serventia para a realização de tal atividade, ele possui utilidade, é útil.

Média; e, ainda, é possível encontrarmos as coleções formadas pela camada mais popular, ou menos abastada, das quais podemos mencionar a Holanda dos séculos XVII e XVIII. Chegamos até os dias atuais, onde uma infinidade de objetos pode ser colecionada, por um número igualmente grande de razões, de itens produzidos em série até as edições limitadas, incluindo, é claro, os considerados raros e especiais (POMIAN, 1984; BLOM, 2003).

Ainda segundo o autor polonês, as coleções são compreendidas como

[...] qualquer conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, sujeitos a uma proteção especial num local fechado preparado para esse fim, e expostos ao olhar do público (POMIAN, 1984, p. 53).

Nesse sentido, as coleções, de maneira geral, para serem realmente consideradas coleções, podem ser compostas por qualquer conjunto de objetos, sejam estes naturais ou artificiais; que devem estar protegidos de possíveis degradações em um local feito para o seu armazenamento; onde será exposta ao olhar do público (seja este público qual for); e, por último, não podem estar incluídas no circuito de atividades econômicas, significando que não devem ter mais o seu valor de uso, o valor como utilidade, nem serem utilizadas para acumular riquezas com objetivo de trocas ou pagamentos (POMIAN, 1984).

Essa definição nos ajuda a entender melhor a trajetória das coleções que veremos a seguir e, até hoje, é uma concepção bastante importante para compreendermos as coleções em bibliotecas, sobretudo as coleções especiais.

Observamos, dessa forma, que o ato de colecionar passou por algumas transformações ao longo do tempo – como, aliás, todos os aspectos da sociedade também passaram. Com base em Marshall (2005), podemos compreender que o colecionador pré-histórico age por um senso de necessidade, de entender o seu ambiente para garantir a sua sobrevivência. Sendo assim,

o colecionismo do caçador-coletor pré-histórico implica uma grande proficiência sensorial, certa argúcia taxonômica, enorme sentido do espaço e uma relação intensa entre desejo e necessidade, mediados pelo conhecimento. Do contrário, o urso devora, a planta mata, o abismo engole ou o corpo falece (MARSHAL, 2005, p. 14).

Na Antiguidade, o colecionismo pode ser encontrado nos objetos deixados em templos da Grécia, oferecidos aos Deuses e que, uma vez ali, não saíam, mesmo que deteriorados – o autor polonês esclarece que “uma vez oferecidos aos deuses,

em teoria, os objetos deviam ficar para sempre no templo que os tinha acolhido” (POMIAN, 1984, p. 57). Nesses templos as oferendas eram acumuladas e expostas, podendo, portanto, serem consideradas coleções.

Em Roma, as coleções eram símbolos de ostentação e prosperidade. Muitas coleções romanas originaram-se de despojos de guerra, e Pomian (1984) afirma que os grandes colecionadores eram generais ou pró-cônsules que obtinham os objetos de suas coleções a partir de saques. De maneira geral, a atividade colecionadora foi bastante difundida na Roma imperial, “[...] a tal ponto que Vitruvius previa na planta da casa um lugar especial para os quadros e esculturas” (POMIAN, 1984, p. 58).

Ainda na Antiguidade, é necessário mencionar a coleção criada pelos Ptolomeus na grandiosa Biblioteca de Alexandria, fundada em aproximadamente 300 a.C., para aquecer a vida cultural da cidade e servir como recurso para os intelectuais que os governantes da época buscavam atrair para o local (CASSON, 2018). O objetivo dos governantes que a criaram e daqueles que a continuaram, até o momento de seu declínio, residiu na tentativa de acumular o maior número possível de representações do conhecimento existente dentro e fora das fronteiras e territórios que eram conhecidos. A política, segundo Casson (2018, p. 48), era “adquirir tudo, desde a exaltada poesia épica até um prosaico livro de receitas [...]”, pois “os Ptolomeus desejavam tornar a coleção um abrangente repositório de escritos gregos, bem como uma ferramenta para a pesquisa”.

Além da biblioteca de Alexandria, outra coleção da mesma época também merece menção: a da Biblioteca de Pérgamo, na cidade de mesmo nome na antiga Grécia, onde hoje está localizada a cidade de Bergama, na atual Turquia. Criada por Eumenes II, tinha como objetivo tornar a cidade “um centro de literatura e aprendizagem” (CASSON, 2018, p. 62). É fato conhecido que existia certa rivalidade entre Alexandria e Pérgamo, tanto que a esse último local é creditada a “invenção” do pergaminho, em razão de um bloqueio, por parte de um Ptolomeu, da exportação do papiro, suporte criado a partir da planta de mesmo nome utilizado para a escrita (CASSON, 2018, p. 65).

Na Idade Média, devemos destacar as acumulações da Igreja Católica e os gabinetes de curiosidades. As coleções que foram formadas pela Igreja estão bastante centradas na figura das relíquias, reunindo objetos “que se pensasse ter tido contato com algum personagem da história sagrada, ou uma parte de seu corpo” (POMIAN, 1984, p. 59). Assim como nos templos gregos, as relíquias que entravam

em alguma igreja não saíam – nesse caso, apenas com a exceção de roubo ou quando eram oferecidas a indivíduos influentes (POMIAN, 1984). Com isso, elas eram acumuladas em uma numerosa coleção e precisavam ser organizadas, sendo necessário até mesmo a elaboração de catálogos para controlar a sua permanência nas igrejas (SILVA, 2010).

Em grande parte desse período, as coleções eram monopolizadas pelo clero e por príncipes e reis – os detentores do poder – que limitavam o acesso às camadas mais simples da população como forma de afirmar e perpetuar sua posição dominante na sociedade (SILVA, 2010). No entanto, os novos grupos sociais formados a partir do Renascimento almejam “o monopólio sobre certos conhecimentos e capacidades, quais sejam: o saber sobre a vida dos antigos, a produção de obras, a ciência” (SILVA, 2010, p. 33), e tinham a sua curiosidade estimulada por outros grupos que não eram representantes da Igreja.

Como resultado, foram criadas coleções que buscavam representar e compreender o mundo como se conhecia até o momento. Silva (2010, p. 34) afirma que “com o Renascimento veio uma grande quantidade de coleções que procuravam explorar e representar o mundo como ele parecia àquela altura”. Em consequência, o século XVI foi o momento do “primeiro surto de atividade colecionadora, na verdade a primeira atividade colecionadora que não se restringia a um punhado de pessoas desde os tempos de Roma” (BLOM, 2003, p. 37).

Com a expansão da atividade colecionadora para além dos círculos mais ricos da sociedade e a sua popularização entre aqueles que não tinham tantos recursos, podemos chegar ao que chamamos de gabinetes de curiosidades. Inicialmente, eram comprados objetos “para guardar em seus armários e exibir para os amigos” (BLOM, 2003, p. 40). Sobre as coleções colocadas nos chamados armários de curiosidades, Blom afirma que

só em Amsterdã [na Holanda], pouco menos de cem armários particulares de curiosidade foram registrados entre 1600 e 1740, testemunho do grande prestígio que as coleções tinham alcançado e da disponibilidade de objetos para encher, de acordo com as inclinações e os recursos do dono, gavetas ou cômodos inteiros (BLOM, 2003, p. 40).

Essas coleções possuíam sobretudo itens de menor valor, como moedas e exemplares da história natural (SILVA, 2010), e a sua equivalente para os mais abastados, a *Kutzkammer* (câmara de artifícios), que guardava pedras preciosas e

antiguidades, dentre outros, já não supria mais a necessidade que esses colecionadores mais poderosos tinham (BLOM, 2003; SILVA, 2010). A *Wunderkammer* (câmara de milagres) foi a sua sucessora, com uma mentalidade um pouco mais sofisticada que aquela que a antecedeu. Essa câmara “configurava-se como um lugar privilegiado para guardar as curiosidades, preservar a memória e tentar decifrar o divino mistério da criação” (SILVA, 2010, p. 36).

As coleções que estavam nas *Wunderkammer* pela Europa, pertencentes a influentes indivíduos da sociedade, “ficaram conhecidas como gabinetes de curiosidades” e seu objetivo “era proporcionar, através dos objetos a existência dos outros, a compreensão de tudo o que há no mundo” (SILVA, 2010, p. 37). Para o mesmo autor,

os gabinetes de curiosidades são os lugares de relação entre o que se conhece e o que se imagina. Nesta relação fica explicitado o sentimento necessário de controle, de poder, de conhecimento do mundo, da criação divina. São lugares de uma memória que amplia a sensação de poder, de conhecimento [...] [e] eram tentativas de reproduzir o mundo através das coleções privadas (SILVA, 2010, p. 37, 39).

O colecionismo na Idade Média, portanto, têm em suas raízes dois principais motivos: a busca pelo conhecimento, principalmente além daquele que era difundido e pregado pela Igreja Católica, e o desejo dos colecionadores de, de certa forma, superar a morte ao fazer de suas coleções “testamentos para as futuras gerações” (BLOM, 2003, p. 38). Nesse sentido, o colecionador morreria, mas não a sua coleção e o que ela representa, que transpõe o conteúdo e chega à vida do colecionador. Devemos citar, é claro, que uma raiz do colecionismo também esteve, e talvez para sempre estará, no desejo de prestígio e poder que possuir uma grande coleção pode trazer.

Contemporaneamente, Murguia (2009) se utiliza da obra de Susan Pearce (1992) para afirmar que o colecionismo, nesse cenário da “sociedade capitalista contemporânea”, é iniciado e levado mais como um “divertimento, um *hobby*, uma atividade de lazer [...]” (MURGUIA, 2009, p. 93). Se considerarmos o que foi exposto acerca do colecionismo até o momento, podemos identificar uma mudança nos motivos que levam alguém a colecionar. Podemos dizer que, hoje, os indivíduos formam coleções menos pela busca e desejo de novos conhecimentos e fomento científico, que foi o tom do Renascimento, e mais por motivos pessoais, relacionados

às atividades de trabalho, de ensino, ou até mesmo pelo prazer pessoal que possuir uma coleção pode trazer, independente do seu tamanho ou do objeto colecionado.

Evidentemente, o interesse em desenvolver uma grande coleção ainda pode estar relacionado a motivos como o prestígio e à “vida após a morte”, consequências quase naturais e, muitas vezes, ainda desejadas, de empreender tal tarefa. Não falamos, é claro, por todos os colecionadores. Os motivos para se formar uma coleção são, frequentemente, muito pessoais ou até mesmo inexistentes – simplesmente formou-se uma coleção pelo desejo de realizar tal atividade. Murguia (2009, p. 93) afirma que

o colecionismo é um ato voluntário que leva à construção de uma coleção, nunca pensada em partes, mas como um todo inseparável. As coleções sempre começam de forma espontânea, e, nesse sentido, elas existem pela vontade do colecionador, embora muitas delas sejam construídas como forma de prestígio social.

É relevante mencionarmos a análise realizada por Francisco Marshall, professor e pesquisador da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da palavra “coleccionar”. Traçando uma análise semântica da palavra, Marshall a relaciona com as noções de “falar” e “comunicar”, de onde podemos inferir que uma coleção é uma fala, uma comunicação onde aquele que coleciona quer transmitir algo e, para isso, reúne objetos que possam cumprir esse objetivo (MARSHALL, 2005, p. 15). Dessa maneira, podemos dizer: uma coleção comunica, fala, transmite, conta uma história, é uma narrativa contada pelo colecionador, que pode ser vista ou não por outros indivíduos.

Nesse sentido, as coleções, sejam as reunidas por colecionadores mais abastados ou os mais simples, independentemente do objeto que as compõe, são uma ponte entre aquele que as observa – que pode ser o mesmo que a coleciona – e o mundo que ela representa, o chamado mundo invisível. Silva (2010, p. 7) coloca que

este mundo invisível pode compreender desde lugares onde se encontram os deuses, o mundo dos mortos, tempos imemoriais, o passado objetivo, um passado imaginado, uma lembrança pessoal, entre outras possibilidades [...]. O invisível pode ser também o lugar onde se encontra o sentido do colecionamento, seja como resultado de uma pulsão, seja como necessidade de completar um conjunto ou legar um discurso de si à posterioridade. Coleções tornam-se assim meios de comunicação entre quem as possui (o proprietário/coleccionador ou o público que possui/absorve a coleção no momento da visita) e um invisível que os objetos representam.

Portanto, quando falamos de colecionismo e de coleção, pensamos, no primeiro momento, em toda a gama (diversa) de objetos que podem fazer parte desse arranjo, de selos postais a partes de animais, como visto nos gabinetes de curiosidades na Idade Média. Uma coleção pode incluir uma infinidade de objetos, imbuídos de um valor específico e especial para o colecionador, seja este um indivíduo ou uma instituição.

Para se tornarem objetos de coleção, os objetos perdem seu valor de uso (POMIAN, 1984) – antes, por exemplo, uma luneta era um instrumento utilizado para observar os céus e, portanto, tinha valor de uso, de utilidade. Dentro de uma coleção, esse valor é transformado. A luneta não mais é um instrumento com a finalidade única de observar os céus, mas ela é um representante dessa atividade, podendo também representar, por exemplo, um período, técnica, instituição ou cientista específico.

Com o valor de uso “perdido”, ou melhor, substituído, os objetos em coleções ganham novos usos e novos valores: o prazer estético, a representação simbólica, a aquisição de conhecimentos históricos ou científicos (SILVA, 2010), dentre outros. Dessa forma, reafirmamos o papel da coleção como ponte entre quem as possui/observa/coleciona, e o mundo invisível que cada objeto, ou a coleção como um todo, representa.

A função das coleções, segundo Silva (2010, p. 21), “é permitir aos objetos que as compõem desempenhar o papel de mediadores entre os expectadores e o mundo invisível”. Elas são simultaneamente “[...] ligações entre um espectador que as olha e um leque de possibilidades e de camadas temporais da história do objeto”. Dessa maneira, os objetos e, por consequência, as coleções são imbuídos de significados que permitem considerá-los representações do invisível, tornando visível, portanto, as camadas invisíveis que queremos expor e, em razão disso, se tornam semióforos.

Semióforos são objetos que não possuem mais utilidade – valor de uso –, e por isso não são coisas¹⁴, mas representam o invisível por serem dotados de significados (POMIAN, 1984; SILVA, 2010). Para que o objeto tenha utilidade ou para ser acrescido de um significado é imprescindível a figura do observador, do

¹⁴ Segundo Pomian, os objetos podem ser divididos entre coisas e semióforos. As coisas são os objetos úteis e a serviço das necessidades humanas; os semióforos não possuem (mais) a qualidade de utilidade, de servir necessidades, estando, por possuírem significados, relegados à função de representar o invisível (POMIAN, 1984).

referencial – nesse sentido, “nenhum objeto é ao mesmo tempo e para o mesmo observador uma coisa e um semióforo” (SILVA, 2010, p. 23). No entanto, essa função só pode ser cumprida se os objetos – a coleção – estiverem expostos a esses expectadores. Se escondidos, os objetos e as coleções não cumprem seu papel de mediadores (POMIAN, 1984). Assim,

cada semióforo é introduzido numa troca entre dois ou mais parceiros e entre o visível e o invisível, pois cada um remete prioritariamente para alguma coisa atualmente invisível e que não poderia, portanto, ser designada por um gesto, mas unicamente evocada pela palavra; somente de uma maneira derivada e secundária acontece [de] os semióforos remeterem para alguma coisa presente aqui e agora. Na medida em que substitui alguma coisa invisível, a mostra, a indica, a recorda ou conserva dela um vestígio, um semióforo é feito para ser olhado, quando não examinado nos seus mínimos pormenores (POMIAN, 1998, p. 80).

É pertinente para esta pesquisa que tenhamos em mente essa exigência: uma coleção só pode ser uma ponte entre o expectador e o mundo invisível se tiver ao alcance do olhar de quem a observa, se estiver disponível para acesso. Para que a coleção esteja disponível, ela deve estar em condições para tal, e, portanto, adentramos a temática desta dissertação: para estar em condições ideais, ela precisa ser preservada e, para ser preservada, é necessário que se conheça os riscos que podem deteriorá-la.

Afirmamos anteriormente que esta pesquisa está centrada nas coleções bibliográficas, ou seja, aquelas formadas majoritariamente por livros (em códice) e/ou outros formatos (como folhetos e jornais) em suporte papel, principalmente, mas também em papiro e pergaminho¹⁵, e, por essa razão, também falaremos desse tipo de coleção.

3.1 O colecionismo de livros

Colecionar livros, para Blom (2003, p. 228), “talvez seja a forma mais rica e mais ambígua de colecionar”. Os colecionadores de livros podem ser divididos em dois tipos: aqueles que o veem meramente como um objeto; e aqueles que consideram certos aspectos intrínsecos como os mais relevantes, como a qualidade do papel, a fonte, o lugar e a data de impressão. Eles podem colecionar apenas

¹⁵ Em texto de 1998, Pomian considera que “um rolo de papiro ou um códice em pergaminho” são formas diferentes do livro e, portanto, baseados nisso, consideramos aqui esses dois suportes e os formatos que deles podem ser derivados (como o rolo de papiro) como livro. Para o autor, um livro “deve poder ser lido sem a mediação de uma máquina” e podemos distingui-lo “[...] a olho nu, de um conjunto de folhas de papel brancas ou cobertas de manchas [textuais] [...]” (POMIAN, 1984, p. 73).

primeiras edições; livros de um autor específico; livros publicados em determinado local; impressos por determinada gráfica, entre outras quase infinitas possibilidades (BLOM, 2003).

Os objetos compõem coleções e, nesta pesquisa, os livros são considerados também como objetos. Nesse sentido, tomamos o livro como objeto a partir do que comunica a sua materialidade, que vai além da informação escrita que lhe é característica, e temos o livro como objeto que é fonte e documento (AZEVEDO; LOUREIRO, 2019):

pensemos nas categorias “Coleções Especiais” e “Livros Raros”; em ambos os casos, para que determinado livro esteja em uma delas, ou nas duas, leva-se em consideração o texto, o autor, mas também suas características materiais que tipificam [o] livro como objeto, ou seja, as marcas d’água, a encadernação, o formato, bem como as marcas de uso e de proveniência. Nesse sentido, ao olharmos para aquele item, o livro, considerando sua materialidade, poderíamos pensar também que é o momento em que o percebemos como o objeto que de fato é (AZEVEDO; LOUREIRO, 2019, p. 7).

No entanto, entendemos também que os livros não são, nunca, apenas objetos, uma vez que “[...] têm uma voz com a qual falam através do tempo e das vidas [...]” (BLOM, 2003, p. 228). Para o autor mencionado, essa voz não depende apenas da materialidade do livro, mas “está expressa vigorosamente em seu conteúdo”, de maneira a dizer que os livros falam por meio da informação que contém, para além do seu exterior. É com essa visão que enxergamos o livro: um objeto que deve ser considerado a partir de seu conteúdo e da sua materialidade, seja de maneira individual (apenas o conteúdo ou apenas a materialidade) ou em conjunto (o conteúdo e a materialidade).

Nesse sentido, os livros “[...] são ao mesmo tempo relíquias de uma época diferente, e de personalidades para sempre jovens, falando como objetos e como livros, a partir de sua própria época e da época do leitor” (BLOM, 2003, p. 228). Dessa forma, se anteriormente afirmamos que os objetos – nos túmulos, templos, palácios, etc. – podem ser considerados semióforos por estarem imbuídos de significados que os transformam em uma conexão com o invisível, o mesmo pode ser afirmado sobre os livros. Uma vez que “remete para um destinatário que lhe é exterior ou para um significado invisível que pode ser extraído [...] ao lê-lo”, ou seja, uma vez que podemos utilizar o livro – em seu conteúdo e/ou materialidade – para aludir a algo ou alguém exterior a ele, para além dele, o livro deixa de ser apenas um

objeto visível, e passa a semióforo – “um objeto visível investido de significado” (POMIAN, 1998, p. 77).

No entanto, é necessário afirmar que, assim como para os outros objetos, um livro tornar-se semióforo depende da figura essencial do observador e, ademais, eles não são colocados dentro dessa categoria de forma aleatória, e nem para sempre. Para o livro, o ser semióforo é uma função impulsionada por ações realizadas sobre ele, que “[...] são atitudes programadas pela sua própria forma [...]” (POMIAN, 1998, p. 77), quer dizer:

[...] quando o lemos ou o folheamos ou, pelo menos, quando o colocamos nas prateleiras da nossa biblioteca, de uma livraria, de uma loja de alfarrabista. Trata-o também como semióforo aquele que o preserva por ver nele um livro, sem no entanto estar disposto a lê-lo, ou que só vê nele um objeto estranho ou precioso que, por essa razão, resolve guardar. E aquele que o manda queimar, convencido de que pode exercer uma influência nociva sobre os leitores ou por querer destruir as produções escritas de um grupo, com o fim de destruir esse mesmo grupo (POMIAN, 1998, p. 77).

Assim, o livro é semióforo na medida em que lhe é atribuído um significado, que não necessariamente tem a ver com o seu conteúdo ou sua aparência física, especificamente. No geral, podemos até afirmar que esse significado vai além desses dois aspectos, e remete a algo que está *representado no conteúdo e/ou na materialidade física*. Por exemplo, podemos atribuir a um livro o significado de uma obra de arte, o chamado valor artístico, em razão de sua encadernação ou de iluminuras interiores. Essa atribuição torna o livro uma representação desse tipo de arte, e esse significado vai além de uma encadernação esteticamente prazerosa ou de iluminuras tecnicamente belas.

Porém, a mera existência do livro não basta para que este seja um semióforo. Essa função deve ser atribuída e reconhecida por alguém, em outras palavras, um indivíduo, um grupo, uma instituição, que deve aceitar e reconhecer um livro como objeto investido de significado – assim como podem também atribuir esses significados – tornando possível, dessa maneira, considerá-lo como semióforo (POMIAN, 1998). Nesse sentido, a atribuição de significado assemelha-se, nesta pesquisa, à atribuição de valores, e é nessa atribuição de valores que surgem as coleções especiais, como veremos mais adiante.

Os livros fazem parte de coleções desde que estas surgiram, sejam no formato como hoje o conhecemos, o códice, ou até se considerarmos as tabuletas

de argila da Biblioteca de Alexandria como um tipo de livro. Portanto, talvez possamos conceituar que eles são colecionados desde a Antiguidade. Porém, a explosão do colecionismo de livros, ou seja, a sua existência para além dos círculos mais abastados da sociedade, pode ser atribuída à imprensa de tipos móveis de Johannes Gutenberg, no século XV, e a conseqüente popularização do livro, o quê, sem dúvida, aumentou as coleções de livros.

Na Biblioteconomia, uma área que tradicionalmente lida com os documentos em suporte papel, o estudo das coleções esteve, inicialmente, mais conectado à sua formação, organização e uso, portanto, nas necessidades dos usuários. As coleções eram consideradas fora de seu contexto de criação, de forma “a-histórica”, como se os contextos que a envolvem não influenciassem em sua formação (MURGUIA, 2009).

Esse foco parece mudar, no entanto, quando adentramos nos estudos da Bibliofilia – o amor pelos livros e por sua coleção. Dentro da área são muito populares as obras que tratam de colecionadores de livros e das especificidades que levam um indivíduo a tornar-se um colecionador, um bibliófilo, assim como obras dos próprios bibliófilos sobre suas coleções e trajetória. Nesse último caso, podemos citar os livros *O Bibliófilo Aprendiz*, de Rubens Borba de Moraes, e *Minha Vida Entre Livros*, de José Mindlin, publicados em 2005 e 2008, respectivamente. Ambos, assim como outras publicações, são importantes marcos do tema “coleccionismo de livros”, dentro da Biblioteconomia (MURGUIA, 2009).

Porém, retornando à questão, o fato é que muitas vezes as coleções bibliográficas e, por conseqüência, as coleções em bibliotecas, principalmente, as coleções de livros correntes (aqueles que estão comumente disponíveis para o usuário), são consideradas de forma a-histórica, sendo apenas uma coleção que serve para atender as necessidades dos consulentes. Geralmente, não se considera que, até para satisfazer tais questões, é preciso entender como aquela coleção surgiu e em que contexto está localizada, para ser possível direcionar seu futuro.

A exceção aparenta surgir quando pensamos nas coleções especiais, que é o foco e o recorte desta pesquisa.

Refletimos acerca do objeto como semióforo e, portanto, da coleção como semióforo. Essas considerações se aplicam também aos livros e ao colecionismo de livros, como já ponderamos. O livro é visto como algo além de um objeto visível, ele.

[...] remete para um destinatário que lhe é exterior ou para um

significado invisível que se supõe poder ser extraído por aquele ao lê-lo. [...] Nesta perspectiva, o livro é um semióforo: um objeto visível investido de significado (POMIAN, 1998, p. 77).

Sendo investidos de significados e, por isso, mediadores da comunicação entre o visível e o invisível, os livros são revestidos de valores e, quando falamos de valores, chegamos às coleções especiais – aqui nesta pesquisa, as coleções especiais bibliográficas.

Falamos que, para um livro ser considerado semióforo, é preciso que um indivíduo, um grupo, ou uma instituição, aceite e reconheça esse livro como um objeto investido de significados, ou da mesma forma, o objeto livro pode receber tais significados. Consideramos que a atribuição de significado se assemelha a atribuição de valor e, neste momento, três perguntas nos saltam a mente e precisam ser refletidas, sobretudo, considerando as coleções especiais: o que são esses valores, quem os atribui, e o que significam?

Antes de tentarmos responder, ou no mínimo oferecer material para refletirmos sobre as perguntas, é necessário detalharmos o que consideramos coleções especiais.

3.2 As coleções especiais, valor e patrimônio (bibliográfico)

Ser especial está diretamente relacionado com a ideia de importância, nesse sentido, “[...] à relevância que algo tem em determinado contexto, relevância esta que o faz especial” (ARAUJO, 2020, p. 88). Em outras palavras, coleções em bibliotecas podem ser consideradas como especiais ao serem valoradas como tal pela instituição a qual pertencem, a partir da relação entre a coleção, o contexto da biblioteca e dos seus usuários reais e potenciais. Inicialmente, então,

coleções especiais são coleções que, por determinado motivo e para uma determinada instituição, foram consideradas relevantes, diferenciadas do acervo em geral, e por isso são guardadas em locais separados e recebem atenção especial quanto à sua preservação e segurança (ARAUJO, 2020, p. 88).

A Universidade de Glasgow, na Escócia, traz uma definição de coleções especiais bastante apreciada e que será utilizada nesta pesquisa. Assim, coleções especiais são aquelas “coleções de livros e arquivos consideradas importantes (ou ‘especiais’) o bastante para serem preservadas para as gerações futuras. [...] Geralmente elas têm significativo valor de pesquisa e/ou cultural” (UNIVERSITY OF

GLASGOW, [20-?], *on-line*, tradução nossa)¹⁶.

Ainda nesse entendimento, é afirmado que “elas [as coleções especiais] frequentemente são muito antigas, raras ou únicas, ou frágeis” (UNIVERSITY OF GLASGOW, [20-?], tradução nossa)¹⁷. Apesar de verdadeira, é preciso uma reflexão acerca da relação imediata que é feita entre “coleções especiais” e “livros antigos” e/ou “livros raros”:

[...] tenta-se desconstruir a ideia de que coleções especiais são formadas apenas a partir de livros considerados “antigos” e, por isso, “raros”. Aceitando-se a relativa subjetividade desses dois termos, subjetividade essa que está relacionada ao contexto das obras que se considera, há de se desfazer a ideia de que apenas livros considerados “muito antigos” em um acervo são dignos de atenção especial por serem, em razão da sua idade, “raros” de alguma forma. É necessária uma correta reflexão acerca do que é importante para a instituição a partir dos conceitos que a literatura fornece, para que então se possa, aí sim, apontar uma ou outra coleção, ou uma ou outra obra, como “raro” ou “especial”. Nesse sentido, muitas vezes, a raridade em nada tem a ver com a limitação de idade (ARAUJO, 2019, p. 67).

Ainda no entendimento da Universidade de Glasgow, a reunião de itens em uma coleção especial é justificada porque

às vezes os itens separados dentro da coleção [geral da biblioteca] não são, sozinhos, ‘raros’ ou ‘valiosos’, mas ganham importância a partir do contexto em que eles são colecionados, ou porque eles formam uma massa crítica de material em um determinado tópico (UNIVERSITY OF GLASGOW, [20-?], *on-line*, tradução nossa).¹⁸

Nesse sentido, “[...] a soma é maior que as partes” (UNIVERSITY OF GLASGOW, [20-?], *on-line*, tradução nossa)¹⁹. Dessa maneira, entende-se que os itens possuem um valor maior reunidos em uma coleção do que se os considerarmos individualmente (o que não impede, no entanto, que alguns itens sejam mais valiosos que outros). Frequentemente, as coleções especiais são formadas a partir das “bibliotecas ou arquivos pessoais de indivíduos [...]”, mas também podem ser “[...] ‘artificialmente’ criadas por instituições para criar fontes

¹⁶ “[...] collections of books and archives considered important (or “special”) enough to be preserved for future generations. They are often very old, rare or unique, or fragile. Usually they have significant research and/or cultural value”.

¹⁷ “They are often very old, rare or unique, or fragile. Usually they have significant research and/or cultural value”.

¹⁸ “Sometimes the separate items within a collection are not in themselves “rare” or “valuable” but gain importance from the context in which they were collected or because they form a critical mass of material on a particular topic”.

¹⁹ “[...] the sum is greater than the parts”.

primárias de pesquisa [...]” como, por exemplo, é o caso das universidades, que criam coleções especiais para fundamentar o ensino e a aprendizagem (UNIVERSITY OF GLASGOW, [20-?], *on-line*, tradução nossa)²⁰.

De modo geral, esse tipo de coleção pode ser formada pela biblioteca particular de uma personalidade, por itens que foram manuseados ou possuem autógrafos, dedicatórias e outras marcas de um personagem ilustre, por itens cuja abordagem em determinado tema é relevante, ou por itens que possuem relação com a memória institucional, a partir da atribuição de alguns valores específicos (LINO; HANNESCH; AZEVEDO, 2007; ALVES, 2015; CÓSCIA, 2015).

Em razão desses valores atribuídos, as coleções especiais são sempre “gerenciadas e armazenadas separadamente das coleções mais comuns, para que fatores ambientais como temperatura, umidade e níveis de luz possam ser cuidadosamente controlados e monitorados” (UNIVERSITY OF GLASGOW, [20-?], *on-line*, tradução nossa)²¹. Em outras palavras, essas coleções são diferenciadas das demais não apenas pelo significado distinto que possuem, mas também, e justamente por isso, devem ser consideradas à parte no que diz respeito à sua preservação, acesso e segurança. Existem “regras e regulamentos especiais para assegurar que o material seja manuseado corretamente e para salvaguardá-lo para o futuro”²² (UNIVERSITY OF GLASGOW, [20-?], *on-line*, tradução nossa).

Cóscia (2015) afirma que, no Brasil, a ideia da coleção especial como um “material bibliográfico diferenciado” é recente, e que “tais coleções resgatam a memória intelectual da sociedade, perpetuando o saber por meio do registro e disponibilização das criações humanas, tanto bibliográficas como pictóricas, dentre outras” (CÓSCIA, 2015, p. 71).

A diferença entre coleções especiais e as demais está na valoração que lhes é atribuída. Uma coleção para se tornar especial passa, antes de tudo, por um processo de valoração, de significação, que irá assegurar não apenas a sua incorporação ou formação na biblioteca, mas também a sua permanência e preservação.

²⁰ “[...] the personal libraries or archives of individuals [...] can also be ‘artificially’ created by institutions to create primary research resources [...] to support teaching and learning in the case of universities, for example”.

²¹ “Special Collections are managed and housed separately from the more mainstream collections so that environmental factors such as temperature, humidity and light levels can be carefully controlled and monitored”.

²² “There are special rules and regulations to ensure the material is handled correctly and to safeguard it for the future”.

Pensando nesses valores atribuídos, nos aproximamos da consideração das coleções especiais como semióforos. Conforme detalhado anteriormente, os semióforos são objetos investidos de significados que, para realmente serem semióforos, devem ter esses significados atribuídos e/ou reconhecidos por um observador, seja este um indivíduo, uma instituição, e/ou um grupo social.

As coleções especiais bibliográficas, portanto, podem ser tratadas como semióforos, pois, além de remeterem a um mundo invisível (a história ou memória de uma instituição, de uma área do conhecimento, de um fazer, de uma personalidade, época, técnica, etc.) são objetos revestidos de significados que lhes são concedidos e/ou reconhecidos por indivíduos, grupos sociais e/ou instituições. Significados que se traduzem em valores e que são necessários para que as coleções sejam consideradas especiais.

Em bibliotecas, esses valores podem ser atribuídos pelos usuários, que veem em determinada coleção uma parte de sua identidade, memória e/ou história e, nessa atribuição, temos a razão pela qual a biblioteca decide abrigar e salvaguardar a coleção. E, conforme visto anteriormente, a própria instituição pode atribuir valores, considerando a sua própria história, memória e identidade.

Em ambos os processos de valoração, nos aproximamos do conceito de patrimônio, que neste trabalho será fundamental para compreendermos as coleções especiais e por quais motivos devemos preservá-las. O patrimônio “[...] se refere àqueles bens [...] históricos, culturais e naturais elaborados em alguma nação” (PALMA PEÑA, 2013, p. 33, tradução nossa)²³, que foram herdados das gerações anteriores juntamente com aqueles que a geração atual está produzindo, “[...] por que patrimônio pode ser também o que estamos criando e deixaremos para as gerações futuras” (FERNÁNDEZ DE ZAMORA, 2009, p. 02, tradução nossa)²⁴.

Dessa forma, o patrimônio pode ser compreendido como “uma herança social, coletiva, comunitária, comum a indivíduos pertencentes do mesmo grupo, comunidade ou sociedade” (ARAUJO, 2020, p. 79). Ele “[...] revela significados construídos na relação que os indivíduos [...] estabelecem com o tempo e com o espaço, com os outros indivíduos e com a natureza” (ARAUJO, 2019, p. 66).

²³ “Tomando en cuenta este concepto, se retoma y se pone énfasis en que el patrimonio se refiere a aquellos bienes heredados, históricos, culturales y naturales elaborados en alguna nación”.

²⁴ “[...] el conjunto de bienes culturales heredados del pasado y el creado por la propia generación [...] porque patrimonio puede ser también lo que estamos creando y dejaremos para las generaciones futuras”.

Portanto, o patrimônio, representado nos objetos culturais do passado e do presente que são, efetivamente, tidos como tal, surge a partir dos valores que um grupo social atribui a um objeto. Assim, é correto afirmar que um edifício, um local, um costume, ou, como aqui tratamos, um livro ou coleção, apenas podem ser considerados patrimônio a partir da valoração dada por um conjunto de indivíduos e/ou de instituições.

Dentro do que valoramos como patrimônio é possível encontrar uma gama diversa de elementos, materiais e imateriais, móveis e imóveis, como objetos, obras de arte, edificações, festas culturais, sítios arqueológicos e - por que não? -, documentos bibliográficos como os livros e semelhantes. Nesse sentido, o patrimônio bibliográfico é uma tipologia de patrimônio que diz respeito às manifestações produzidas pela sociedade, seus grupos e comunidades, que está materializado em textos impressos ou manuscritos, como os já mencionados livros, mas também nos folhetos, publicações periódicas, revistas, pôsteres e outros.

O patrimônio bibliográfico, portanto,

[...] é constituído por um tipo de documento com características próprias, fundamentalmente determinadas por sua informação de carácter bibliográfico, o que significa que é produto de um processo de edição, reproduzido em escala e com fins de distribuição ou comercialização; ademais, [é] criado por vontade e intencionalidade do autor, em qualquer época; este tipo de patrimônio historicamente tem sido conservado e organizado pelas bibliotecas²⁵ (JARAMILLO; MARÍN-AGUDELO, 2014, p. 428, tradução nossa).

Segundo os autores, trata-se de uma tipologia de patrimônio que é relativo a documentos e, aqui, por “documentos” nos referimos àqueles em suporte papel, que foram produzidos com o objetivo de transmissão de um saber ou ideia e que, mais tarde, receberam valores específicos; ou ainda, que foram produzidos em um momento histórico para um grupo ou comunidade, ou que possuam valor simbólico para esses mesmos indivíduos (JARAMILLO; MARÍN-AGUDELO, 2014).

O formato de sua apresentação (livro, folheto, revista, etc) não é tão relevante quanto o seu suporte, o papel. Nessa questão nos referimos aos documentos impressos de qualquer época, e aos manuscritos, inclusive aqueles que estão em

²⁵ “[...] está conformado por un tipo de documento con características propias, fundamentalmente determinado por su información de carácter bibliográfico lo que significa que es producto de un proceso de edición, reproducido en escala y con fines de distribución o comercialización; además, creado por voluntad e intencionalidade del autor, en cualquier época; este tipo de patrimonio, historicamente ha sido conservado y organizado por las bibliotecas”

suportes semelhantes ao papel, como o papiro e o pergaminho. Os livros e documentos são “um conjunto de manifestações e representações que têm acompanhado as sociedades em seu desenvolvimento e que são testemunho fiel de sua construção [...]”²⁶ (PALMA PEÑA, 2013, p. 32, tradução nossa).

Deve-se mencionar, nesse momento, que reconhecemos a possibilidade (e a realidade) da coleção especial ter objetos diferentes daquele que tratamos aqui, o livro: como bem sabemos, uma coleção especial pode ser formada por objetos museológicos e/ou arquivísticos, além dos bibliográficos. Nesse sentido, a coleção é caracterizada como patrimônio documental, se entendermos que essas tipologias de objetos podem ser consideradas documentos, de acordo com as visões de Paul Otlet (1934) e Suzanne Briet (1951).²⁷

Para considerar as coleções especiais como patrimônio é preciso que elas sejam reconhecidas pelos indivíduos e/ou instituições como representações do seu contexto. Dessa forma, as coleções especiais não podem estar dissociadas da realidade da biblioteca, da instituição (nesta pesquisa, a Universidade), e de seus usuários. É necessário que a coleção especial represente algo dentro do contexto da biblioteca, da instituição e dos seus usuários, para ser entendida como tal e, assim, depois ser reconhecida e valorada como patrimônio.

Compreender uma coleção especial como patrimônio significa apreendê-la “como um recorte valioso da identidade cultural de um determinado grupo, comunidade e/ou sociedade [...]” (ARAUJO, 2020, p. 91-92) e, por isso, entendemos

[...] a sua assimilação como patrimônio, uma vez que o patrimônio é a herança de um grupo e/ou sociedade para suas gerações presentes e futuras, e mais especificamente o patrimônio bibliográfico é essa herança registrada de forma manuscrita ou impressa, em formato de livros, cadernos, folhetos, revistas, entre outros formatos físicos. Ao compreender a coleção especial como patrimônio bibliográfico, compreende-se a sua relevância social, cultural, científica, etc. para um grupo, criando-se por isso um maior senso de preservação contínua, ampliando esses esforços. Amplia-se, também, a preocupação com a viabilização, ainda que restrita, do acesso pelo usuário a esses conjuntos especiais presentes em determinado acervo (ARAUJO, 2020, p. 91-92).

²⁶ “Un conjunto de manifestaciones y representaciones que han acompañado a las sociedades en su desarrollo y que son testimonio fiel de su construcción son los libros y los documentos”.

²⁷ Este tópico não será desenvolvido nesta pesquisa, para nos adequarmos ao escopo e contexto pretendidos, mas recomendamos a leitura de “A coleção especial como patrimônio bibliográfico no Brasil: uma abordagem conceitual”, de 2020, onde faço uma consistente, ainda que breve, discussão sobre o assunto. O artigo pode ser acessado neste link:

<http://memoriaeinformacao.casaruibarbosa.gov.br/index.php/fcrb/article/view/132>.

Portanto, neste tópico, observamos que as coleções especiais serem consideradas como patrimônio, está relacionado com assegurar a ressonância e a aderência dessa coleção junto ao seu público – no caso, os usuários reais e potenciais da biblioteca. Se uma coleção possui ressonância e aderência, isso significa dizer que ela desperta no usuário o contexto na qual foi criada, que deve ser o contexto que representa. Ao mesmo tempo, por despertar e representar esse momento, ela deve obter certo grau de importância para um usuário que está dentro dessa conjuntura (GONÇALVES, 2005; BORGES; CAMPOS, 2012).

Por exemplo, a Coleção Memória da Biblioteconomia²⁸, desperta e representa o contexto na qual foi criada – o início da Biblioteconomia no Brasil – e, para os usuários dessa área – estudantes, professores, bibliotecários – ela possui um enorme grau de importância, pois, justamente, remete e reflete a 100 anos atrás, quando este curso foi iniciado na Biblioteca Nacional (ARAUJO, 2019).

Com o entendimento do conceito de coleções especiais esclarecido, é preciso afirmar que, para além de serem compreendidas como semióforos, conforme Pomian (1984; 1998), e, em aproximação a esse entendimento, esta pesquisa também compreende as coleções, uma vez que já sejam consideradas como especiais, como Teatro da Memória e Laboratório da História, conforme Meneses (1994).

Como dissemos anteriormente, a biblioteca é considerada a partir de duas funções que temos como principais: a função de serviço, onde ela deve oferecer serviços relevantes à comunidade que serve, e a função patrimonial, de memória (RIBEIRO, 1996), onde sua missão vai além do lugar essencialmente útil, e chega a um já bastante conhecido, da biblioteca que atua como detentora e protetora da memória da sociedade.

A função patrimonial nos permite justificar a existência das coleções especiais dentre as demais da biblioteca, sobretudo se entendermos os livros, e por equivalência, as coleções bibliográficas e as coleções especiais, como semióforos – ou seja, objetos investidos de significados que, como vimos, são atribuídos pelos indivíduos e grupos sociais, levando à aproximação com o patrimônio.

Para além da função patrimonial, e em proximidade com o conceito de

²⁸ A Coleção Memória da Biblioteconomia, ou CMB, é uma das coleções especiais que estão abrigadas na Biblioteca Central da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, a UNIRIO. Ela foi formada a partir das obras selecionadas para apoiar o ensino do primeiro curso de Biblioteconomia no Brasil, inaugurado em 1911, na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro (ARAUJO, 2019).

semióforos, uma vez que as coleções já sejam consideradas especiais, elas são também um Teatro da Memória, e não restritas a isso, podem também ser percebidas como Laboratório da História. Ora, as coleções especiais evocam e celebram áreas do conhecimento, instituições, personalidades, grupos, dentre outros e, portanto, são Teatros. Mas, ao mesmo tempo, não devem ser apenas isso – a partir delas deve ser possível aprender sobre a História, aprender sobre a memória, sendo um objeto de conhecimento. Nesse momento, ela é também Laboratório da História (MENESES, 1994).

A coleção como Teatro da Memória é um espaço de representação, de rememoração, e como Laboratório da História se torna um espaço de criação, de estudo, de desenvolvimento de conhecimento. Na coleção especial, essas duas categorias se alimentam e se completam: só é possível estudar o que é representado, e a rememoração, a representação vai se tornando mais precisa na medida em que criamos e desenvolvemos conhecimentos a partir dela.

Nesse sentido, Araujo (2015) afirma que

tanto na perspectiva particular quanto institucional, coleções são mantidas para atender demandas informacionais ligadas a pesquisas, trabalhos técnicos e atividades de cunho cultural e científico. Mas é na dinâmica da pesquisa científica que as coleções raras e especiais exercem uma dupla função: fontes e objetos (ARAUJO, 2015, p. 27).

A afirmação do autor corrobora nosso pensamento nesta pesquisa: as coleções, sobretudo as coleções especiais dentro de bibliotecas universitárias, florescem na dinâmica da pesquisa científica, hoje tão comum às instituições de ensino superior, onde são ao mesmo tempo objetos valiosos (ou seja, valorados diferencialmente) e fontes de pesquisa – ao mesmo tempo Laboratórios da Memória e Teatros da História; coisa e semióforo.

Entendemos, então, que os objetos e, em consequência, a sua reunião em uma coleção, podem ser semióforos. Considerando os livros como objetos, a coleções bibliográficas especiais também podem ser apontadas como semióforos, uma vez que são investidas de significados – valores – específicos que as tornam especiais. Esses valores, concebidos e reconhecidos pelos indivíduos, instituições e/ou grupos sociais, as colocam como patrimônio, mais especificamente como patrimônio bibliográfico. Sendo semióforos e, portanto, patrimônio bibliográfico, elas são também Teatros da Memória, uma vez que evocam passados, e devem ser

Laboratórios da História, ou seja, consideradas como objetos de conhecimento, com os quais é possível realizar trabalhos sobre a memória.

Para melhor ilustrar esse entendimento, podemos pensar em um exemplo hipotético, de uma biblioteca que possui em seu acervo uma coleção com livros manuscritos por monges copistas ainda antes da imprensa de Gutenberg, no século XV. Esses livros podem ser considerados especiais?

Percorrendo o caminho que traçamos neste capítulo até o momento, podemos, antes de qualquer outra ação, afirmar que esses livros remetem a um mundo (hoje) invisível, de duas formas: por um lado, o passado da fabricação dos livros e, por outro, o seu conteúdo e a sua materialidade. Para além disso, também podem ser investidos de significados, na forma de diversos valores que podem vir a ser atribuídos e/ou reconhecidos: valor histórico, de arte, estético, de pesquisa, de antiguidade, sentimental, monetário, associativo, comemorativo, de raridade, institucional, intrínseco, de autoria, de coleção e de contexto (APPELBAUM, 2019; LINO; HANNESNCH; AZEVEDO, 2005; PEDRÃO; MURGUIA, 2013) e, por fim, ainda podemos mencionar o valor patrimonial, que está relacionado com a memória e/ou com a história de um grupo social, instituição, área, técnica, etc.

Por serem essa ponte de comunicação com o invisível, e por seus significados, esses livros são semióforos e, especialmente, por conta dos valores que lhes foram atribuídos, são também patrimônio bibliográfico. Considerando apenas sua condição de patrimônio bibliográfico, a partir dos valores dados à coleção, é possível afirmar que esses livros podem formar uma coleção especial. Uma vez que isso aconteça, podemos dizer que essa coleção se configura como Teatro da Memória, pois evocam e celebram esse passado, e são Laboratórios da História, pois a consideração desses livros como objetos de conhecimento possibilita a realização de pesquisas, o conhecimento sobre a memória, o estudo de técnicas e de fazeres, dentre outros.

Voltamos, então, às três perguntas sobre coleções especiais que destacamos no início desse capítulo: o que são esses valores atribuídos a elas, quem os atribui, e o que eles significam?

3.3 A valoração dentro das coleções especiais: detalhamentos e possibilidades

Valorar um objeto reflete a atribuição de um significado relativo a uma função específica que ele cumpre para o indivíduo, grupo ou instituição, que lhe atribui o valor. Isso quer dizer que, se um objeto recebe um valor de arte, é porque ele cumpre para o indivíduo a função de objeto de arte, considerando o que este indivíduo e o seu contexto consideram como arte.

Com isso em mente, podemos dizer que “existem muitos tipos diferentes de valor”²⁹ (APPELBAUM, 2019, p. 86, tradução nossa), e mais de um valor pode ser atribuído a um mesmo objeto, com diferentes ou o mesmo grau de importância. Da mesma forma, “um objeto pode ter diferentes valores para grupos ou indivíduos diferentes [,] [e] as maneiras como um objeto é valorado também pode mudar no decorrer do tempo”³⁰ (APPELBAUM, 2019, p. 86, tradução nossa). Um objeto pode ter, portanto, valor de arte e valor histórico e, ainda, um valor de antiguidade, além de diferentes indivíduos poderem considerar um ou outro destes valores como o mais relevante, dependendo do contexto.

É possível dividirmos os valores em duas categorias, de acordo com Appelbaum (2019): pessoais e culturais. Os valores pessoais são aqueles que um objeto recebe por seu dono ou sua família, são os valores mais próximos do sentimental humano (APPELBAUM, 2019), e podemos exemplificá-lo a partir do colecionismo discutido anteriormente. Uma coleção de livros de certo indivíduo, antes de tudo, carrega consigo o peso do valor de ser possuída, considerada e querida por ele. Em segunda instância, esses livros também podem carregar outros valores: estético, de arte, histórico, etc. Nesse sentido, os valores pessoais dizem respeito aos significados que o dono do objeto atribui a ele.

Os valores culturais, por sua vez, são atribuídos por um amplo e diverso grupo de pessoas ou pela sociedade como um todo (APPELBAUM, 2019) e, ainda, podemos dizer também que são atribuídos por instituições. A mesma coleção de livros citada no exemplo anterior, deslocada de seu papel de coleção particular, pode ser reconhecida como importante para a história de um grupo, recebendo valores que estão mais relacionados com a atuação cultural que a coleção pode ter.

²⁹ “There are many different kinds of value [...]”.

³⁰ “An object may have different values to different groups or individuals. The ways in which an object is valued can also change over time”.

Portanto, a valoração só pode ser compreendida

a partir do ato de atribuição feito pelo homem, da sua compreensão material e simbólica do mundo e, a partir disso, sua avaliação sobre o que deve ser preservado ou não. Nessa análise, objetos só adquiririam valor para o homem quando incorporados à sua vida social, na qual os objetos seriam “humanizados”. Não estamos dizendo que objetos não existem para além dos homens, mas só passam a ser/ter significados quando são espacialmente e temporalmente localizados, pois o processo de significação é dependente do humano (ARAUJO, 2019, p. 70).

Quando refletimos acerca da valoração que recebem as coleções – que é o que permite que estas se tornem especiais –, é possível perceber que esses valores estão mais relacionados aos valores culturais do que aos valores pessoais. Em coleções especiais, os valores pessoais só existem a partir da experiência individual de cada pessoa dentro daquela coleção e, portanto, são bastante subjetivos³¹. Por essa razão, para valorarmos coleções para que se tornem especiais, devemos recorrer a valores mais relacionados com os aspectos culturais, com os grupos e instituições que se mostrem relevantes para essa ação.

Assim, os valores atribuídos às coleções especiais referem-se à “construção mental que um indivíduo ou grupo faz sobre a importância de um determinado conjunto de manifestações e representações que a humanidade produziu [...]” (PALMA PEÑA, 2013, p. 35, tradução nossa)³². Dessa maneira, os valores conferidos às coleções especiais são significados e estão relacionados com a relevância do objeto valorado em determinado contexto. Portanto, podemos ter objetos valorados como arte, como peça histórica, como antiguidade, entre outros valores.

A reflexão feita nesses últimos parágrafos torna possível compreendermos quem, exatamente, atribui esses valores aos objetos (e às coleções). Ao afirmar que devemos focar a valoração de coleções bibliográficas nos valores culturais, destacamos também que quem faz essa valoração são os indivíduos relacionados ao contexto cultural da coleção, ou seja, os indivíduos ou grupos presentes na sociedade como um todo, ou em um cenário social específico.

³¹ O mesmo acontece com coleções museológicas e com os próprios museus. Um bom exemplo talvez seja o Museu Nacional que para diversos moradores da cidade do Rio de Janeiro (sem mencionarmos os seus pesquisadores e trabalhadores) possui um valor bastante sentimental relacionado às experiências individuais dentro do Museu.

³² “El valor se refiere a la construcción mental que hace algún individuo o grupo sobre la importancia que posee determinado conjunto de manifestaciones y representaciones que la humanidad ha producido”.

As instituições culturais, onde estão incluídas as bibliotecas, fazem parte do que chamamos de “grupos presentes na sociedade” e, por essa razão, também podem ser responsáveis pela valoração de coleções. Esta é, aliás, parte da premissa dessa pesquisa: a valoração de coleções por parte de instituições. No entanto, em locais como a biblioteca universitária, essa ação não deve ser realizada de modo desconectado da comunidade que a biblioteca deseja servir – ou seja, de seus usuários reais e potenciais, na forma da comunidade acadêmica de discentes e docentes e, ainda, do corpo técnico e administrativo da instituição.

Dessa forma, as coleções especiais bibliográficas presentes em bibliotecas universitárias podem receber valores diversos, atribuídos pela instituição que a abriga ou não, mas que, obrigatoriamente, devem estar conectados ao contexto da biblioteca, sua missão e seus usuários.

Por isso, a pergunta que fica é: afinal, que valores são esses? Admitimos que, em um primeiro momento, pensar sobre esses valores nos leva para caminhos bem subjetivos, uma vez que está, de modo geral, relacionado à cultura de um grupo, de uma sociedade. No entanto, propomos aqui um quadro com valores específicos que podem ser considerados e desdobrados, de maneira a diminuir consideravelmente o aspecto subjetivo da valoração.

Quadro 1 – Valores a serem considerados para a valoração de coleções especiais

Valor	Autores	Significado
Valor histórico	Appelbaum (2019); Lino; Han-nesch; Azevedo (2006)	É um valor direcionado a objetos que portam informações sobre a história, eles possuem uma relação autêntica e direta com eventos históricos ou períodos específicos.
Valor de arte	Appelbaum (2019); Pedrão; Murguia (2013) ³³	Objetos intencionalmente criados como arte ou vis-

³³ Em seu artigo, Pedrão e Murguia relacionam esse objeto ao valor estético, que aqui colocamos separadamente.

		tos como arte por conta de características estéticas. Ainda, Appelbaum (2019) coloca que objetos que não tem uma função física intencional (que aqui entendemos como a função de uso), geralmente, são vistos como arte.
Valor estético	Appelbaum (2019)	Quando um objeto é valorado por sua aparência, geralmente, por sua beleza, ele possui um valor estético. A beleza aqui é encontrada quando vemos um objeto que exigiu um alto nível de habilidade, criatividade, etc. para ser feito. No geral, é um valor pessoal e não vem sozinho, sendo acompanhado de outros.
Valor de pesquisa	Appelbaum (2019)	Objetos com esse valor são importantes para pesquisas (acadêmicas), para a criação de novos conhecimentos dentro de uma área do conhecimento ou técnica.
Valor de antiguidade³⁴	Appelbaum (2019)	Esse valor existe quando um objeto é antigo, tem

³⁴ A autora coloca que “mesmo que um objeto seja valorado por sua aparência antiga, esse valor de antiguidade não cria valor cultural se o objeto não for valorado de alguma outra forma. Valorizar algo primeiramente porque parece antigo é uma preferência pessoal não relacionada com opiniões de

		aparência de antigo e/ou é apreciado por ser antigo. Quando a idade do objeto se torna algo atraativo, ela se torna um valor. No entanto, este é outro valor que, sozinho, não confere valores culturais a um objeto.
Valor monetário	Appelbaum (2019); Lino; Hannesch; Azevedo (2006) ³⁵ ; Souza (2017);	Esse valor está relacionado ao preço do objeto no mercado e é bastante utilizado para indicar valor cultural, mas pode ser “inexato e enganoso” (APPELBAUM, 2019). Apesar de ser apontado como um valor cultural, e de ser importante para o estabelecimento de medidas de proteção e segurança, acreditamos que não deve ser considerado sozinho quando pensamos em valoração de coleções especiais.
Valor associativo	Appelbaum (2019)	Objetos com esse valor têm conexões com uma pessoa que possui ou possuiu uma quantidade

especialistas ou do público, e não é suficiente para conferir valor cultural a algo. Dessa forma, o valor de antiguidade é um valor pessoal. Coisas antigas com valor cultural têm [valor de] qualidade artística, raridade, ou outro valor em adição a ter sobrevivido a sua idade avançada” (APPELBAUM, 2019, p. 107, tradução nossa).

³⁵ Os autores falam em “valor intrínseco” (LINO; HANNESCH; AZEVEDO, 2006, p. 10).

		considerável de fama ou relevância em algum aspecto, geralmente, pertenceu, foi utilizada ou criada por essa pessoa.
Valor comemorativo	Appelbaum (2019)	Objetos com esse valor foram intencionalmente criados para participarem de cerimônias, ou para (re)lembrar um acontecimento, fato ou pessoa. A intenção é que o que está representado no objeto continue em nossas memórias.
Valor de raridade	Appelbaum (2019); Pedrão; Murguia (2013); Souza (2017)	A raridade está relacionada ao número de objetos iguais ou com muitas características parecidas que existem em determinado local e, nesse sentido, é um valor que pode estar restrito à localidade – um objeto é raro em uma cidade, mas não em outra. A raridade também está relacionada à escassez, à dificuldade de se encontrar tal objeto. Geralmente, é um valor colocado em objetos que já são culturalmente valorados. Não necessariamente

		te é atribuído a objetos com algum traço ou característica única. A raridade costuma intensificar os outros valores.
Valor institucional	Lino; Hannesch; Azevedo (2006); Souza (2017)	Objetos têm valor institucional se são importantes para determinada instituição, levando em conta a sua missão, objetivos e público. Em bibliotecas, esses objetos podem possuir conteúdo científico relevante para a instituição – por exemplo, as coleções de TCCs, teses e dissertações, e as coleções especiais.
Valor de autoria	Pedrão; Murguia (2013)	Objetos que foram criados por autores consagrados ou conhecidos, mas também por autores relevantes por outros motivos em determinado contexto (local, regional, nacional ou ainda internacional) recebem esse valor.
Valor de coleção/de contexto	Lino; Hannesch; Azevedo (2006) ³⁶ ; Pedrão; Murguia (2013)	Um ou mais objetos recebem esse valor quando a relevância está relacionada ao seu pertencimento

³⁶ Os autores falam em “valor associativo” (LINO; HANNESCH; AZEVEDO, 2006, p. 10).

		a uma coleção, a um conjunto.
Valor de patrimônio/de identidade/de memória	Pedrão; Murguia (2013); Souza; Azevedo; Loureiro (2017).	São objetos valorados por grupos, indivíduos ou instituições, pois representam ou se relacionam “com a preservação de técnicas, memórias, públicos ou comunidades” (PEDRÃO; MURGUIA, 2013, p. 400). Podem estar relacionados a outros valores.

Fonte: A autora (2022).

Nesta pesquisa, o valor de patrimônio é o principal valor a ser considerado quando pensamos em formar coleções especiais em bibliotecas universitárias. Uma coleção pode ser considerada patrimônio por diversos motivos, a partir da reflexão da memória, história ou identidade de uma instituição (e nesse caso, também recebem o valor institucional), de um local (relacionado ao espaço mais próximo à coleção, como o bairro, cidade, região ou país), ou de um grupo e/ou sociedade.

É possível termos, por exemplo, a coleção particular de um indivíduo X que lecionou por décadas na universidade e cuja trajetória acadêmica e profissional é de bastante relevância para uma das áreas do conhecimento cobertas pela instituição. Nesse exemplo, a coleção pode receber um valor de pesquisa, associativo, institucional e, principalmente, o valor de patrimônio, pois faz parte da memória, da identidade e da história da instituição.

Portanto, a valoração de uma coleção depende da atribuição de significados específicos, que devem estar relacionados com o contexto em que a coleção está – podendo receber valor histórico, de autoria, associativo, entre outros dos citados acima. Essa valoração só pode ser realizada pelos indivíduos ou grupos desse contexto e, é interessante que mencionemos, que não é algo estático, não é para sempre. Nesse sentido, um objeto pode “perder” (ou ganhar) determinados valores, variando com o ponto de vista, a época e o local.

A atribuição de valores aos objetos é uma espécie de marca que permite agrupar em um conjunto aqueles que tenham o mesmo valor, ou com valores relacionados, formando, por isso, uma coleção especial. Sendo esses valores também significados, a coleção passa a ser um semióforo relacionado ao patrimônio do contexto em que é valorada. Se estamos falando de coleções bibliográficas em bibliotecas universitárias, a valoração torna estas coleções não apenas especiais, mas também patrimônio bibliográfico, o que justifica a sua formação e também a sua preservação ao longo do tempo.

3.4 Coleções especiais em bibliotecas universitárias: um patrimônio necessário

Considerando o contexto no qual esta pesquisa está inserida – as bibliotecas universitárias –, é necessária uma reflexão acerca das coleções especiais nesse cenário específico, o que será realizado nesta seção.

A biblioteca universitária, como estabelecemos no capítulo anterior, foi se tornando, ao longo do tempo, um espaço que permite não só o desenvolvimento, mas também a criação de conhecimentos, a partir de seus serviços e de sua missão de apoiar a instituição a qual está subordinada. Essas bibliotecas “devem fornecer o arcabouço bibliográfico, documental e multimeios que sustentam a academia através dos tempos” (ALVES, 2015, p. 45) e esse apoio, essencial para a tríade ensino, pesquisa e extensão, tão importante na academia, é realizado pelo acervo da biblioteca, mas também por suas ações (ALVES, 2015), e “[...] devem mesclar sua história, seu papel educativo-social e o desenvolvimento de produtos e serviços informacionais” (ALVES, 2015, p. 45).

Souza, Azevedo e Loureiro (2017) deixam claro que

desde a idade média, a biblioteca universitária configura-se como um importante espaço de aquisição e troca de saberes científicos, como guardião do patrimônio bibliográfico e da memória científica da Universidade que a acumulou e da disciplina ou disciplinas às quais se dedica. Em decorrência dos acervos que acumulam ao longo de décadas, no processo de formação e desenvolvimento de coleções, exercem um importante papel na preservação desse patrimônio e da memória técnico-científica da universidade (SOUZA; AZEVEDO; LOUREIRO, 2017, p. 2).

A afirmação colocada pelos autores acima aproxima a biblioteca universitária

da função patrimonial que a encaixamos nesta pesquisa e, ao colocar esse tipo de biblioteca com o “importante papel” de preservar o patrimônio (bibliográfico) e a memória técnico-científica da universidade, podemos afirmar que as coleções especiais são, definitivamente, um dos meios pelos quais a biblioteca universitária pode alcançar a realização desse papel, como local de preservação (e também, é claro, de criação) do patrimônio bibliográfico institucional, local e, quem sabe, até mesmo nacional.

Em bibliotecas universitárias, geralmente, as coleções especiais são formadas a partir de uma de três origens: uma coleção particular que pertenceu a um indivíduo ou grupo que esteja relacionado com a memória, história ou identidade da instituição; uma coleção que pode não ter pertencido a alguém importante, mas que possui um tema, ou têm determinadas características, entre outras possibilidades, que são relevantes para a biblioteca e que, por isso, foi recebida; ou, por último, uma coleção formada na própria biblioteca, a partir da seleção e reunião de itens com particularidades em comum, por exemplo: temática, autoria, materiais de confecção, entre outros (ALVES, 2015; CÓSCIA, 2015; CARVALHO, 2015; ARAUJO, 2020). Uma das principais diferenças entre essas três possibilidades, além das óbvias, é que as duas primeiras são incorporadas pela biblioteca via compra ou doação, e a última, é criada artificialmente a partir do seu próprio acervo.

Em qualquer um dos casos, uma coleção especial dentro de uma biblioteca universitária se enquadra no processo de formação e desenvolvimento de coleções, e sua existência deve envolver as etapas que já conhecemos na biblioteconomia, como o estudo de comunidade, a seleção, a aquisição em si, a avaliação e, se for o caso, o desbastamento (WEITZEL, 2013; SOUZA; AZEVEDO; LOUREIRO, 2017). Esse processo ainda é beneficiado pela existência de uma política de seleção para as coleções especiais, assim como uma política de aquisição, de avaliação, e de desbastamento que, talvez nesse último caso, envolva menos o realocamento da coleção para outro local dentro da biblioteca e mais a pesquisa para encontrar uma outra biblioteca, mais adequada, para ela.

No processo de receber, formar e/ou desenvolver uma coleção especial em uma biblioteca universitária também está envolvida a reflexão de como essa coleção será preservada, e uma parte importante dessa ponderação passa por uma autoanálise: a biblioteca está preparada para preservar essa coleção?

É interessante considerar que preservação de coleções especiais, como já

mencionado, é um pouco mais complexa do que o restante do acervo, uma vez que se refere à proteção e salvaguarda de itens diferenciados pela atribuição de valores aceita e/ou realizada. Nesse sentido, a preservação de coleções especiais envolve conhecer sua história, os riscos que podem atingi-la, e a preparação para o caso de um desastre, ou seja, do acontecimento de um dos riscos previstos. Esse assunto será melhor abordado no próximo capítulo, sobre os riscos de deterioração e a gestão de preservação em coleções especiais.

Neste século, a formação e o desenvolvimento de coleções especiais, de modo geral, será potencializada se ampliarmos as práticas curatoriais para um paradigma social – em outras palavras, se pensarmos primeiro na comunidade e em seu contexto quando da consideração dessas coleções (ARAUJO, 2015). Essa consideração se relaciona com a questão da ressonância e aderência que comentamos anteriormente, e voltamos a afirmar que as coleções especiais devem possuir, para o seu público, essas duas características. Dessa maneira, “curadores de coleções raras e especiais precisam considerar o **contexto** no qual os acervos são formados ao desenvolverem suas práticas de seleção, organização, avaliação e difusão da informação, incluindo ainda as práticas de preservação” (ARAUJO, 2015, p. 28, grifo do autor).

Desse modo, “trabalhar com a história, a memória e a cultura são funções da biblioteca universitária assim como as ações já consolidadas para o apoio ao ensino, a pesquisa e a extensão” (ALVES, 2015, p. 45). Esse trabalho pode ser realizado pelas coleções especiais, se considerarmos que elas devem refletir a história, memória e identidade da biblioteca, da instituição e de sua comunidade, de seu contexto.

Então, a partir do que falamos até aqui, como surgem as coleções especiais em bibliotecas universitárias?

Nesse tipo de biblioteca, as coleções especiais, na maioria das vezes, originam-se de coleções privadas que pertenceram a indivíduos relevantes dentro do contexto da universidade e/ou da biblioteca, que em vida ou *post mortem* doaram suas coleções para o local em que trabalharam e/ou se formaram, ou ainda pela compra de tais coleções, geralmente, negociadas pelos herdeiros após o falecimento do indivíduo formador da coleção. Dessa forma,

na Universidade, essas coleções [as especiais] são constituídas por acervos que pertenceram a renomadas personalidades do meio

científico, ou de destacada atuação na vida acadêmica. Por isso, são consideradas especiais em decorrência do valor do conjunto em seu todo, tendo em vista a trajetória de quem as reuniu, a importância de seu conteúdo ou, ainda, as características de exemplares que a integram (CARVALHO, 2015, p. 93).

Por outro lado, as coleções especiais em bibliotecas universitárias também podem ser formadas pela reunião de “[...] um acervo ou setor específico, que devido a interesses profissionais, temáticos, históricos, culturais, artísticos, importância e/ou características singulares encontram-se destacadas do acervo geral” (ALVES, 2015, p. 61). Esse tipo de coleção especial é, geralmente, formado pela biblioteca, não sendo originárias de coleções particulares, podendo ser também, é claro, adquirida por compra ou doação. São coleções formadas pelos temas e/ou outras características que certas obras possuem em comum, como o modo de produção, uma encadernação específica, um autor, etc. Alves (2015, p. 61) comenta que as coleções especiais temáticas da Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras (FCLar), da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), “foram organizadas a partir da seleção e manifestação de áreas de pesquisa e ensino da instituição”.

De maneira geral, algumas coleções podem ser citadas como exemplo do que falamos nesta seção até aqui: a Coleção Especial Guilherme Figueiredo e a Coleção Especial Memória da Biblioteconomia, da UNIRIO; a Coleção Sérgio Buarque de Holanda, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); a coleção de Luís Martins, do Departamento de Coleções de Obras Raras e Especiais (DeCORE), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); e a Sala de Cultura Africana da FCLar, na UNESP, entre muitas outras espalhadas pelo país.

Talvez, mais do que em qualquer outro tipo de biblioteca, as coleções especiais de bibliotecas universitárias devem ter uma relação clara com o seu contexto e a sua comunidade – deve estar de acordo com seus usuários, com os cursos oferecidos pela universidade, com as temáticas abrangidas pelo acervo geral, com a sua história, memória ou identidade. Em outras palavras, a coleção deve ter ressonância e aderência (GONÇALVES, 2005; BORGES; CAMPOS, 2012) em relação à biblioteca e a tudo o que ela e seu acervo representam.

Essa ressonância e aderência podem ser alcançadas através da valoração, conforme discutido na seção anterior. As coleções especiais podem ser valoradas para justificar a sua inserção, permanência e preservação dentro da biblioteca, e é

importante mencionar que essa valoração não é permanente: como muitos outros aspectos da rotina bibliotecária, precisa ser revisada, reavaliada e, talvez, refeita, de tempos em tempos.

Tomemos como exemplo a Coleção Memória da Biblioteconomia, da UNIRIO, com a qual a autora teve contato próximo em razão do trabalho de conclusão da graduação. Trata-se de uma coleção que se originou no primeiro curso de Biblioteconomia do Brasil, instalado na Biblioteca Nacional, em 1911. À época, foi montado um acervo básico para o ensino das disciplinas, que reuniu publicações do acervo da própria Biblioteca Nacional e obras adquiridas para essa função específica. Essa coleção foi, por muitos anos, utilizada na formação de dezenas de bibliotecários brasileiros, inclusive após a ida do curso para o que hoje conhecemos como UNIRIO, sendo retirada do acervo geral e colocada como coleção diferenciada apenas no início dos anos 1990 (ARAUJO, 2019).

Para esta coleção, especificamente, poderíamos com certeza alocar os seguintes valores: histórico, de pesquisa, institucional, de coleção/contexto, e de patrimônio, conforme as descrições colocadas no Quadro 1. Com uma pesquisa mais aprofundada (e aqui vemos as possibilidades da coleção especial enquanto Laboratório da História), outros valores certamente poderiam ser considerados.

É interessante mencionar que a valoração pode já estar imbuída na coleção e, nesse sentido, chega na biblioteca com valores pré-colocados ou assumidos, cabendo à sua equipe concordar com eles ou ressignificá-los. Se não seja o caso, os valores devem ser colocados pela biblioteca, a partir de um estudo cuidadoso da coleção, seu histórico e suas significâncias em seu contexto.

Em outra menção interessante, precisamos considerar a importância de assegurar o acesso à coleção especial. Cósia (2015, p. 82) considera que “tornar todo esse material [as coleções especiais] acessível é essencial”. Nessa perspectiva, a coleção especial não deve ser encarada como um mausoléu ou uma casa fantasma, um local para serem guardados os itens especiais e nunca mais ser adentrado novamente. Para que possam cumprir suas funções para com seus usuários e a sociedade, a coleção especial deve ser acessada – dentro, é claro, das limitações pertinentes de segurança e preservação. Um esforço nesse sentido é muito bem realizado pela Biblioteca Setorial de Enfermagem e Nutrição (BSEN), da UNIRIO, como colocado por Almeida, Santana, Silva e Reis (2018).

Com origem em coleções particulares ou formadas pela biblioteca através da

reunião de temas, o fato é que as coleções especiais em bibliotecas universitárias ainda são um tema relativamente recente de discussão, especialmente, se colocarmos o patrimônio nesse debate. Muito se fala sobre as coleções raras e o critério de raridade, no entanto, coleções especiais universitárias são peculiares por, muitas vezes, se tratar de acervos datados do século XX ou ainda mais novos, que não se encaixam nos critérios tradicionais de raridade vistos na literatura e, por isso, carecem de discussões aprofundadas sobre sua aquisição, formação e desenvolvimento, além das questões de preservação e de acesso.

Por isso, neste capítulo, procuramos mostrar que é preciso ter em mente que as coleções especiais podem ser consideradas além dos critérios de raridade já conhecidos pelos bibliotecários: essas coleções, especialmente em bibliotecas universitárias, devem ser vistas na perspectiva de patrimônio bibliográfico, e em suas condições de semióforo, de Teatro da Memória, e de Laboratório da História.

4 GESTÃO DE PRESERVAÇÃO EM COLEÇÕES ESPECIAIS: VAMOS FALAR SOBRE RISCOS?

Existe algo especial na preservação da herança do mundo. É uma espécie de fé que nós temos. É tangível e pode ser provada – se alguma coisa na vida merece ser provada.
– Deanne Keller, Oficial da Monumentos (EDSEL, 2014, p. 305)

Uma vez que compreendemos que as coleções especiais são partes do patrimônio de um grupo, comunidade, instituição, entre outros, podemos assimilar a importância de falar sobre a preservação desse tipo de coleção, especialmente em bibliotecas universitárias, onde o desbaste e o descarte estão presentes nas suas rotinas, talvez até mais que em outras. Preservar uma coleção especial é garantir que os grupos, para os quais ela é um patrimônio, continuem a ter sua memória, identidade e/ou história preservada, e que ainda possam estudar e gerar conhecimento, a partir dos escritos que consideram parte de si.

De uma maneira geral, a preservação é entendida como uma área abrangente – das ações operacionais e gerenciais àquelas mais direcionadas às coleções ou ao item –, o que torna possível garantir a longevidade satisfatória dos itens do acervo (CASSARES, 2000). Em outras palavras, ao pensarmos em preservação, planejamos maneiras de fazer com que o acervo sobreviva ao tempo em um estado físico suficientemente razoável que permita que ele continue sendo disseminado e acessado.

Nesse sentido, a preservação abrange três outras áreas: a conservação, a conservação preventiva e a restauração. A conservação foca nas ações iniciais ou mínimas para preservação que são aplicadas diretamente em um item ou em um conjunto de itens, como os pequenos reparos (colagem de partes rasgadas, por exemplo). Ela é, por vezes, chamada de “conservação curativa” ou “conservação remediativa”, deixando claro que pretende ser uma medida paliativa para um risco que já aconteceu, portanto, atuando na resposta e não na prevenção (ARAUJO, 2019).

A conservação preventiva, diferentemente da conservação, está focada na prevenção do acontecimento dos riscos e embarca ações que devem abranger todos os itens do acervo. Isso significa dizer que, primeiro, as medidas de conservação preventiva devem ser indiretas aos itens e, segundo, devem ser aplicadas visando a sua eficácia considerando todos os itens ou coleções, e não apenas algum

específico. As medidas de acondicionamento climático ou de manuseio são bons exemplos (ARQUIVO NACIONAL DO CANADÁ, 2001; ARAUJO, 2019; CASSARES, 2000; COC-FIOCRUZ, 2013).

A restauração é, geralmente, reservada para itens que possuem um valor excepcional (seja este qual for) e que se encontram bastante deteriorados por riscos já ocorridos. É uma ação que costuma ter um alto custo monetário e deve ser reservada para ocasiões, itens e deteriorações específicas. Por ser uma medida bastante intrusiva, deve ser realizada após um estudo acerca da sua necessidade e possibilidade de realização e manutenção (CASSARES, 2000; ARAUJO, 2019).

Em bibliotecas universitárias, as coleções de livros especiais “[...] têm o potencial de assumir a função de geradoras de novas pesquisas, acumulando a função anterior de coleção memorial [...]” e, por essa razão, “[...] faz-se necessário elaborar uma estratégia de salvaguarda para a sua preservação, garantindo a continuidade do usufruto de seus benefícios por seus usuários reais” (PINHEIRO et al, 2014, p. 11). Para os efeitos desta pesquisa, a salvaguarda das coleções especiais em bibliotecas universitárias é traduzida no gerenciamento de sua preservação, envolvendo a aplicação de forma satisfatória dos três conceitos previamente delineados, visando a salvaguarda dos itens da coleção e, conseqüentemente, da coleção em si.

Neste trabalho, a gestão de preservação para a salvaguarda de coleções especiais em bibliotecas universitárias passa por (re)conhecer a coleção especial, conhecer os riscos que podem ocorrer, o gerenciamento dos riscos, e o gerenciamento de possíveis desastres. Dessa forma, um dos três conceitos abordados acima se destaca: o de conservação preventiva, onde devemos, basicamente, pensar nos riscos que podem ocorrer e o que será feito caso ocorram.

Essencialmente, é um caso de passado, presente e futuro, considerando os riscos. Quais já ocorreram? Quais podem ocorrer hoje? E o que podemos fazer para que não ocorram amanhã? O que fazer caso ocorram amanhã? Nesse sentido, lidamos com a questão do gerenciamento de riscos e do gerenciamento de desastres – a existência deste último dentro de um programa de conservação é confirmada por Hernampérez (1999, p. 90).

O mesmo autor (1999, p. 24) considera que cinco assuntos devem ser destacados como fundamentais no trabalho preventivo, no que diz respeito à preservação:

o controle de fatores ambientais, principalmente umidade, calor, contaminantes atmosféricos, microorganismos e insetos; a avaliação das características do edifício para detectar e corrigir os problemas estruturais que implicam na deterioração das coleções; o planejamento de sinistros, incluindo a recuperação de documentos danificados; as atividades relacionadas à proteção e manutenção dos materiais, desde a limpeza à proteção em caixas. Finalmente, para alcançar um tratamento adequado das coleções, a educação dos trabalhadores [da biblioteca] e dos usuários (HERNAMPÉREZ, 1999, p. 24, tradução nossa)³⁷.

Pretendemos, nesta pesquisa, nos debruçar sobre esses cinco assuntos destacados como fundamentais por Hernampérez, no entanto, divididos de maneira diferente: os fatores ambientais, a avaliação do edifício, as atividades relacionadas à proteção e manutenção dos materiais e a educação de usuários e da equipe da biblioteca serão colocados dentro da gestão de riscos, como parte dos dez agentes de deterioração; o planejamento de sinistros está inserido no gerenciamento de desastres. Todos serão mais bem detalhados no próximo capítulo deste trabalho.

A conservação preventiva está voltada para a prevenção dos riscos dentro de uma biblioteca, e abriga as medidas concretas – políticas, planos, ações – para satisfatoriamente prevenir a ocorrência de um ou mais riscos para as coleções. O objetivo dessas políticas e ações, propriamente ditas, é evitar o acontecimento de riscos que resultem na deterioração total ou parcial dos itens nas coleções.

Para começarmos, porém, é necessário entender o que exatamente é considerado como “risco” nesta pesquisa. Partimos de uma tentativa de compreender e delinear o que é risco no sentido geral, considerando áreas não afins à tríade Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, para então tentar alcançar o que significa risco em bibliotecas, de que forma ele pode se manifestar, e em que é possível pensar no esforço para contê-los.

Portanto, este capítulo irá detalhar nosso entendimento sobre risco, de maneira geral e, particularmente, em bibliotecas e coleções especiais, assim como sobre a deterioração como consequência desses riscos e a importância de pensarmos como melhor gerenciá-los.

³⁷ “El control de los factores ambientales, principalmente humedad, calor, contaminantes atmosféricos, microorganismos e insectos; la valoración de las características del edificio para detectar y corregir los problemas estructurales que implican el deterioro de las colecciones; la planificación de siniestros, incluyendo la recuperación de documentos danados; las actividades relacionadas con la protección y mantenimiento de los materiales, desde la limpieza a la protección mediante cajas. Finalmente, para lograr una adecuada manipulación de los fondos, la educación de los trabajadores y de los usuarios”.

4.1 Risco

O entendimento comum sobre o conceito de risco é quase sempre associado à ideia de perigo, de um acontecimento que traz consequências negativas ou, no mínimo, diferentes daquelas que inicialmente se tem em mente. Por exemplo, se o objetivo é chegar em um lugar em determinada hora, um engarrafamento é um acontecimento que pode trazer consequências inteiramente negativas, como não chegar na hora desejada e perder o compromisso ou minimamente diferentes, como atrasar apenas alguns minutos.

Em outra instância, também é possível admitir o risco como o oposto do dano, do perigo – como uma oportunidade. Se pensarmos, por exemplo, em provar um prato culinário que nunca comemos antes, há o risco de não gostarmos, mas também há o risco – a oportunidade – de gostarmos. No entanto, é fato que o entendimento mais frequente, no senso comum e na literatura, associa o risco à probabilidade de perigos, de ameaças e de danos.

Socialmente, a palavra risco é constantemente associada à ideia de perigo – o risco de ser assaltado em tal rua, de escorregar em um piso molhado, de chegar atrasado, de perder dinheiro em uma compra errada, entre muitos outros exemplos da expressão “correr risco”. Nesse sentido, analisando as menções que o senso comum faz da palavra “risco”, é possível destacar que este está relacionado ao futuro. O risco decorre, no pensamento coletivo, de uma ação realizada ou sofrida que pode trazer uma consequência indesejada futura. Fala-se em risco, dessa forma, em relação ao acontecimento de um evento no futuro que trará um resultado inesperadamente ruim. Se existe um objetivo, e algum evento traz um efeito inesperado, que desvia ou prejudica esse objetivo, falamos em risco.

Portanto, a palavra “risco” é “bastante associada à probabilidade de algo dar errado” e o seu “conceito atual a inclui a um evento futuro que pode ser identificado e ao qual é possível associar uma probabilidade de evento” (JATOBÁ, 2018, p. 24).

A Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) considera que risco está ligado à “possibilidade de ocorrência de um evento que venha a ter impacto negativo na realização de objetivos. O risco é medido em termos de probabilidade e impacto” (FIOCRUZ, 2019, p. 4). Essa definição é semelhante à da norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre o tema, a ABNT ISO 31000, de 2009, e sua atualização de 2018, onde risco é o “efeito da incerteza nos objetivos” (ABNT, 2009, p. 1; 2018, p. 1). Essa incerteza “é o estado, mesmo que parcial, de deficiência de

informações relacionadas a um evento, sua compreensão, conhecimento, consequência ou probabilidade” (ARQUIVO NACIONAL, 2019, p. 6).

Segundo a norma mencionada acima, risco pode ser “[...] expresso em termos de *fontes de risco, eventos potenciais, suas consequências e suas probabilidades*” (ABNT, 2018, grifo do autor, p. 1). Na Administração Financeira, risco é novamente considerado em termos de possibilidade, sendo definido como a “possibilidade de que os resultados realizados possam diferir daqueles esperados” (GITMAN, 1997, p. 17 *apud* PEDOTE, 2002, p. 23).

Risco ainda pode ser “a possível ocorrência de algo danoso” (MOTTA, 2002, p. 23) ou a “probabilidade de ocorrer uma perda no presente ou no futuro” que pode trazer “como resultado final uma perda ou decréscimo de valor num bem” (BRODER, 1991, p. 1 *apud* ZAMITH, 2006, p. 38).

Muitas vezes relacionada ao risco, a vulnerabilidade “opera apenas quando o risco está presente; sem risco, vulnerabilidade não tem efeito” (YUNES, SZYMANSKI, 2001, p. 28 *apud* JANCZURA, 2012, p. 302). A vulnerabilidade seria, dessa maneira, uma condição que os indivíduos podem possuir ou experimentar, ainda que temporária, que os tornam mais suscetíveis às consequências negativas do risco. Ao mesmo tempo, a vulnerabilidade em si não é o risco, e se este não existir ou se apresentar, então, essa condição não faz diferença.

Em coleções bibliográficas, a própria composição material dos itens – o papel – torna os itens vulneráveis aos ataques de insetos, à ação do tempo, aos danos consequentes do manuseio incorreto, entre outros. No entanto, essa vulnerabilidade não existe ou é diminuída se forem adotadas medidas para lidar com esses riscos.

Uma importante concepção está em compreender que “a noção de risco implica não somente iminência imediata de um perigo, mas também a possibilidade de, num futuro próximo, ocorrer uma perda de qualidade de vida pela ausência de ação preventiva” (JANCZURA, 2012, p. 306). Em outras palavras, associa-se o risco não apenas a um acontecimento futuro com consequências negativas, mas também a um acontecimento futuro cujas consequências negativas podem ser evitadas com ações preventivas. Por exemplo, pode-se evitar os machucados provenientes de um escorregão ou queda em um chão molhado se houver mais cuidado ao pisá-lo ou se antes de declará-lo bom para trânsito, secá-lo totalmente. Dessa forma, “a ação preventiva está relacionada com o risco, pois não se trata de só minorar o risco imediatamente, mas de criar prevenções para que se reduza significativamente o

risco, ou que ele deixe de existir” (JANCZURA, 2012, p. 306).

A noção de ação preventiva para evitar, reduzir ou cessar riscos é de extrema importância, não apenas socialmente, mas também no escopo que se fala aqui, de riscos em bibliotecas. A ação preventiva pressupõe um abandono (parcial ou total) de práticas unicamente reativas, onde esperamos o risco acontecer para atenuar suas consequências. Reconhecer que riscos existem e que podem acontecer em várias esferas trazendo consequências negativas deve subentender ações para evitá-los, e não (apenas) remediá-los.

A noção de risco estava relacionada, na Idade Média, às viagens marítimas e era utilizada para se referir aos eventos que comprometiam essas viagens, sendo atribuídos não à conduta humana, mas a um “ato divino, uma força maior, um fenômeno da natureza como uma tempestade ou outro perigo do mar alheio ao comportamento humano” (RODRIGUES, 2014, p. 22). Nessa concepção, cabia aos seres humanos apenas a preparação para “tentar reduzir os impactos que não seriam possíveis evitar” (RODRIGUES, 2014, p. 22).

Até o século XVI, a ampliação e ressignificação da noção de riscos sinalizou uma mudança de pensamento, onde os seres humanos também eram responsáveis pela produção dos riscos “em suas condutas, em suas liberdades, em suas relações em sociedade e principalmente em suas decisões políticas e econômicas” (RODRIGUES, 2014, p. 23). Dessa forma, na modernidade o conceito de risco e “os [seus] resultados inesperados podem ser também provenientes da ação humana e não somente o resultado da vontade de Deus” (RODRIGUES, 2014, p. 23), como era considerado na Idade Média.

Chegando ao século XX, Rodrigues (2014, p. 27) afirma que desde o final desse século o “risco passa a ser usado para relacionar resultados negativos ou indesejáveis, o que não era positivo”, o que condiz com a ideia de risco que é socialmente reconhecida hoje.

É possível perceber que a noção de risco está inteiramente relacionada ao futuro e, portanto, os riscos “[...] não se esgotam [...] em efeitos e danos já ocorridos. Neles, exprime-se sobretudo um componente futuro” (BECK, 2010, p. 39). Segundo o mesmo autor, os riscos “indicam um futuro que precisa ser evitado” e, por isso, têm “fundamentalmente a ver com antecipação, com destruições que ainda não ocorreram, mas que são iminentes e que, justamente nesse sentido, já são reais hoje” (BECK, 2010, p. 39-40).

Dessa maneira, “riscos” são entendidos como os eventos cuja ocorrência trará consequências negativas ou inesperadas para um objetivo traçado para um projeto, empresa, instituição, ou para a vida social e seus acontecimentos. Os seres humanos, de modo geral, estão cientes de que os riscos existem e que eles próprios podem ser responsáveis pela sua produção e ocorrência e, nesse sentido, a ação preventiva é uma maneira de evitar os efeitos desfavoráveis que deles advêm. Sabe-se que os riscos existem e que trazem consigo resultados prejudiciais, por isso, se faz o possível para evitá-los juntamente com suas consequências. É verdade que nem sempre ações preventivas são possíveis, mas o conhecimento sobre a possibilidade do risco é vantajoso para uma melhor eficiência em lidar com a sua ocorrência.

Entende-se, ainda, que a noção de risco é uma “construção sociocultural” (RODRIGUES, 2014, p. 28). Em outras palavras, o entendimento de risco é construído pela sociedade a partir da consideração de seu contexto social, cultural e até político. Por isso, é “um conceito com múltiplos significados e ideologicamente carregado” (RODRIGUES, 2014, p. 28). Dessa forma, segundo a mesma autora, percebe-se que “o discurso do risco está impregnado com as ideologias de perigo, mortalidade e retribuição divina” e que suas definições, ao longo do tempo, “fornecem descrições importantes da vida cotidiana e como específicos contextos históricos e socioculturais lidavam com a ameaça, o perigo, com o acaso, com o medo” (RODRIGUES, 2014, p. 29).

4.2 O risco em bibliotecas

Até o momento, utilizamos autores de diversas áreas fora da tríade Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia para compreender o risco como a probabilidade de um acontecimento que trará resultados negativos para os objetivos de um projeto, instituição, grupo etc. Trazendo esse conceito para o âmbito desta pesquisa, serão utilizados, nos próximos parágrafos, autores que estão diretamente relacionados com as áreas mencionadas.

Abrindo um breve parêntese para detalhar o que entendemos por “acervos culturais”, é necessário primeiro afirmar que a “cultura”, em si, é compreendida neste trabalho como todas as manifestações criadas e/ou preservadas por um grupo social, que são continuamente transmitidas e adaptadas entre gerações e que podem tomar a forma de tradições, crenças, costumes, modos de viver e conviver,

valores, lugares, expressões artísticas, registros impressos e demais documentos, entre outros.

Dessa forma, a cultura abrange os registros que acompanham o surgimento, desenvolvimento e, por vezes, o fim de comunidades, grupos ou sociedades inteiras. Esses registros são salvaguardados por arquivos, museus e bibliotecas e, nesse sentido, “acervos culturais” referem-se aos conjuntos desses registros presentes nessas instituições.

De maneira geral, compreendemos que um risco é a possibilidade de um evento acontecer que irá desviar ou anular completamente os objetivos de uma instituição, de um projeto, empresa, sociedade, ou, nesse momento, de uma biblioteca e suas coleções. A partir da definição dos objetivos da biblioteca, do museu ou do arquivo, é preciso considerar que qualquer evento que impeça ou desvie minimamente a sua realização é um risco. A possibilidade do risco traz uma consequência negativa, algo que deve ser evitado.

Nos cabe, então, refletir: qual é o objetivo, ou objetivos, que uma biblioteca espera alcançar por meio de suas coleções? Considerando as funções patrimonial e de serviço que colocamos anteriormente, podemos dizer que os objetivos dos acervos em bibliotecas estão relacionados com o seu uso e com a sua preservação ao longo do tempo. Com isso em mente, todo evento que possa trazer consequências negativas para o uso e/ou para a preservação do acervo, impedindo que um ou outro ou ambos sejam satisfeitos, deve ser considerado um risco.

O risco também pode ser compreendido como “a possibilidade de perda” – no caso das coleções em uma biblioteca, “perda de valor” (BROKERHOF, 2006, p. 2, tradução nossa)³⁸. Nesse caso, como detalhamos anteriormente, entendemos que as coleções possuem um valor – tanto de uma coleção em relação à outra, como os itens dentro das coleções –, e o risco é tido como a possibilidade de um acontecimento que leve à perda parcial ou total desse valor, ou seja, algo negativo, visto que um dos objetivos das coleções é mantê-las com o valor que lhes foi atribuído, dentro do possível e pelo tempo que for plausível.

A mesma autora ainda afirma que o “risco é geralmente entendido como o produto da probabilidade de um evento ou processo prejudicial acontecer e as consequências ou efeitos desse evento ou processo” (BROKERHOF, 2006, p. 2,

³⁸ “Risk is defined as the ‘possibility of loss’ in our case ‘loss of value’”.

tradução nossa)³⁹. Essa compreensão do risco está alinhada com o que foi detalhado e refletido na seção anterior, onde o risco está associado à possibilidade de um evento que trará resultados negativos.

Basedos na norma técnica australiana/neozelandesa 4360, de 2004, Hollós e Pedersoli Jr. definem risco como “a chance de algo acontecer causando um impacto sobre objetivos” (HOLLÓS; PEDERSOLI JR.; 2009, p. 76). A semelhança dessa definição com a apresentada na norma ISO 31000 não é por acaso, visto que a norma 4360:2004 é considerada a precursora da norma 31000:2009, hoje internacionalmente conhecida.

Para o “Guia de gestão de riscos para o patrimônio museológico”, publicado pelo *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property* (ICCROM), em 2017, pensar em risco pressupõe considerar, ao mesmo tempo, a chance de o risco ocorrer e o impacto esperado caso ocorra, e este último é expresso a partir da perda de valor que se espera no acervo (PEDERSOLI JR.; AN TOMARCHI; MICHALSKI, 2017).

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, da sigla em inglês), por sua vez, relaciona as noções de “risco” e de “desastres” para afirmar que “o risco de desastres é produto do perigo potencial e da vulnerabilidade” (UNESCO, 2015, p. 12). Nesse sentido, o perigo é o evento “com potencial de causar perturbação ou dano ao bem cultural [...]” (UNESCO, 2015, p. 12), e a vulnerabilidade, como entendido a partir de Janczura (2012), é a condição suscetível do bem cultural, ainda que temporária, de sofrer com as consequências negativas do risco. Por exemplo, a luz solar é um perigo, um risco para o papel em coleções bibliográficas, e estantes de livros próximas a janelas e expostas à luz solar tornam esses objetos vulneráveis – ou seja, suscetíveis – a esse risco, tanto por sua localização, como por suas características intrínsecas.

Dessa forma, “enquanto o perigo é a fonte externa de um desastre, a vulnerabilidade é a fraqueza inerente ao bem cultural (em virtude da sua localização ou das suas características específicas)” (UNESCO, 2015, p. 12-13). Como exemplos de riscos que podem levar a desastres (sendo o risco, portanto, o evento, e o desastre, as suas consequências), a publicação lista, entre outros, riscos meteorológicos que podem levar a furacões, tornados, incêndios etc., e hidrológicos,

³⁹ “Risk is usually looked at as the product of the probability that a harmful event or process takes place and the consequences or effects of that event or process [...]”.

que desencadeiam desastres como inundações, tsunamis etc. (UNESCO, 2015).

Para o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), o risco é “uma situação de perigo, a exposição da vulnerabilidade de algo, ou alguém, [e] ocasiona diversos níveis de perda e de efeitos negativos” que não se referem “apenas aos fatores físicos relacionados ao território [...], mas também aos fatores socioculturais e econômicos” (IBRAM, 2013, p. 11-12). Em outras palavras, o risco para o IBRAM é a situação de perigo que expõe a vulnerabilidade de algo, nesse caso, um objeto cultural, e pode ocorrer tanto a partir de fatores climáticos (chuva, ondas de calor) ou geográficos (deslizamentos, terremotos) relacionados ao território em que o acervo está, como também em consequência de fatores econômicos e socioculturais, como orçamentos limitados, guerras, protestos, etc.

A partir do IBRAM (2013), é possível compreender que o risco em acervos culturais – aqui incluída a biblioteca – não está apenas relacionado a acontecimentos externos ao objeto, mas também tem relação com as suas características intrínsecas, como o material em que foi confeccionado. Objetos culturais, dessa forma, apresentam vulnerabilidades que se relacionam tanto com o seu contexto intrínseco de fabricação e de acondicionamento, como ao extrínseco e externo, que são inevitavelmente mais variáveis e nem sempre possíveis de controlar.

No que tange aos riscos que podem trazer consequências negativas a acervos culturais, a literatura afirma que a sua identificação “[...] pode ser estruturada sistematicamente considerando-se a ação de **dez agentes de deterioração**” (HOLLÓS; PEDERSOLI JR., 2009, p. 78, grifo nosso) ou, nas palavras do IBRAM (2013, p. 12, grifo nosso), “**dez agentes de risco**”, a saber: forças físicas, furto/roubo e vandalismo, fogo, água, pragas, poluentes, luz e UV, temperatura incorreta, umidade relativa incorreta e dissociação.

Assim, percebe-se que o risco em bibliotecas e, conseqüentemente, em coleções especiais, está relacionado com o acontecimento de algo – que pode ser identificado entre os dez agentes de risco – que trará impactos negativos no alcance dos objetivos das coleções e, dentro desses objetivos, aqui consideramos o uso e a preservação. Além disso, está relacionado à perda de valor – nesse sentido, considera-se que as coleções possuem valorações, como já discutido no capítulo anterior, e o risco pode trazer uma perda de valor para a coleção, o que constitui um dano.

É interessante mencionar que os riscos em acervos culturais podem ser considerados a partir de três tipificações: processos cumulativos, eventos comuns, e eventos raros. O primeiro, processos cumulativos, refere-se aos riscos cujas consequências são processos que vão acontecendo ao longo do tempo, não sendo, talvez, visível em um estágio inicial ou mais leve. Os eventos comuns são aqueles que a biblioteca, o museu e o arquivo podem já estar acostumados com o seu acontecimento, aqueles que acontecem ou podem acontecer seguidamente em um curto período, que já aconteceram várias vezes, ou o suficiente para serem considerados comuns na história do acervo. Os eventos raros referem-se àqueles riscos que aconteceram apenas uma ou duas vezes na história da instituição, ou até mesmo nunca aconteceram, apesar da chance existir. No quadro a seguir, uma sistematização dos três tipos de riscos:

Quadro 2 – Três tipos de riscos

Tipo de riscos	Descrição	Exemplo
Processos cumulativos	Acontecem ao longo de um período, que pode ser curto ou mais longo. Talvez não seja visível em estágio inicial.	Desgaste têxtil, a poeira, e o amarelecimento do papel.
Eventos comuns	Riscos que já aconteceram vezes o suficiente para gerar certo costume; acontecem ou aconteceram algumas vezes em curto período. São eventos de risco ao qual a equipe pode já estar acostumada.	Infiltrações, princípios de incêndio, vandalismos e, até mesmo, pequenos furtos.
Eventos raros	Aconteram apenas uma ou duas vezes na história da instituição, ou acontecem com intervalos longos de tempo, ou que nunca aconteceram, apesar dessa chance existir.	Enchentes, terremotos, grandes roubos.

Fonte: A autora (2022) com base em Pedersoli Jr.; Antomarchi; Michalski (2017) e Waller (1994).

A importância de conseguir relacionar os riscos com as possíveis maneiras em que ele pode se manifestar quanto ao seu tipo (comum, raro, processo cumulativo) está em poder determinar a prioridade de tratamento desses riscos, uma vez que um risco do tipo “raro” talvez não receba a prioridade máxima se existir um outro risco que seja “comum” ou um “processo” que pode ser evitado.

A seguir, vamos focar na deterioração como consequência do risco, isto é, os danos que efetivamente podem acontecer aos acervos, considerando a sua estrutura física enquanto objeto.

4.3 A deterioração como consequência do risco

Em bibliotecas, o risco pode se manifestar, principalmente, de duas maneiras: causando a impossibilidade de acesso aos registros que guarda no seu acervo; e/ou impedindo que a biblioteca forneça os seus serviços aos usuários. Nesta pesquisa será considerado, sobretudo, o risco manifestado em eventos que impedem ou tornam mais complexo o acesso ao acervo, principalmente, em razão de problemas relacionados à preservação, mais especificamente das suas coleções especiais. Dessa maneira, o risco está associado à deterioração do acervo, que pode ter causas variadas, entre intrínsecas, que são aquelas relacionadas à fabricação do item (como tipo de papel, tintas utilizadas...), e extrínsecas (inundações, poeira, fogo). Em outra consideração, o risco em bibliotecas também está relacionado à perda de valor que o acervo pode sofrer, a partir do acontecimento de um evento com consequências negativas. Nesse sentido, a deterioração do suporte informacional pode ser o motivo da perda de valor das coleções, além de impossibilitar o acesso e o uso e tornar a preservação ainda mais complicada. Essa perda de valor ocorre em uma coleção caso haja danos em parte ou em todos os itens que a compõem. Se algum acontecimento pode causar a perda de valor – ainda que não cause uma deterioração tão severa – também é um risco.

Ao entendermos o risco a partir da preservação do acervo, e considerando os eventos que podem causar a deterioração dos itens que compõem as coleções da biblioteca, percebemos que o risco está associado aos dez agentes de deterioração, que aqui serão mencionados como “dez agentes de risco”, conforme nomeado pelo IBRAM (2013).

Portanto, esses dez agentes de riscos serão o caminho utilizado nesta pesquisa para compreendermos a ação dos riscos nas coleções bibliográficas, e

como parâmetros para pensar a preservação preventiva desses riscos – ou seja, de que modo podemos evitar o seu acontecimento. Só podemos evitá-los se conhecermos a sua ocorrência e, portanto, cabe aos gestores de coleções especiais bibliográficas adquirirem familiaridade com cada um dos agentes, para que possam reconhecê-los e planejar medidas que dificultem o seu acontecimento.

É interessante mencionar que, apesar desta pesquisa considerá-los como “agentes de risco”, eles são conhecidos mais amplamente como “agentes de deterioração”. Quando falamos em deterioração, visualizamos os danos que ficam aparentes na estrutura física do item do acervo, por exemplo, um livro com rasgos, buracos de pragas, manchas de água, capas soltando ou faltando, entre outros. Para fins de compreensão, nesse momento não é interessante para nós pensarmos sobre a gravidade da situação – toda deterioração é considerada inquietante e séria, seja em maior ou menor escala.

De modo geral, os dez agentes de riscos podem ser entendidos como dez grandes categorias de riscos, onde cada um engloba uma série de possíveis acontecimentos que, caso ocorram, podem causar deteriorações nas coleções bibliográficas. Por exemplo, o agente “água” abrange eventos como enchetes, goteiras, infiltrações, chuvas, e até tsunamis. Já o agente “forças físicas”, inclui ventanias, manuseio incorreto, acondicionamento e/ou armazenamento incorreto, entre outros. A consideração dos agentes é interessante, pois nos permite direções mais concretas de ação, uma vez que torna a identificação dos riscos menos complexa e permite agrupar medidas de prevenção e resposta.

Para tornar o entendimento sobre os agentes de risco menos abstrato, abaixo detalhamos cada um deles e os seus possíveis efeitos em coleções bibliográficas. Para isso, partimos principalmente do *Canadian Conservation Institute (CCI)*⁴⁰, do *Conservation Wiki*⁴¹, e do Guia de Gestão de Riscos para Acervos Museológicos, de Pedersoli Jr.; Antormarchi; Michalski (2017). A preferência por dividir os dez agentes de riscos em subseções e tabelas individuais se deu para que pudessem ser explicados ao pormenor, com descrições e fotos.

⁴⁰ O *Canadian Conservation Institute* (CCI, da sigla em inglês, como costuma ser mais conhecido) possui uma sessão para maior entendimento dos 10 agentes de deterioração que pode ser acessada por meio deste link: <https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/agents-deterioration.html>.

⁴¹ O *Conservation Wiki* é uma página patrocinada pelo *American Institute for Conservation* (AIC), com informações sobre a conservação de itens de variados materiais. A página sobre os dez agentes de deterioração pode ser acessada por meio deste link: https://www.conservation-wiki.com/wiki/Ten_Agents_of_Deterioration.

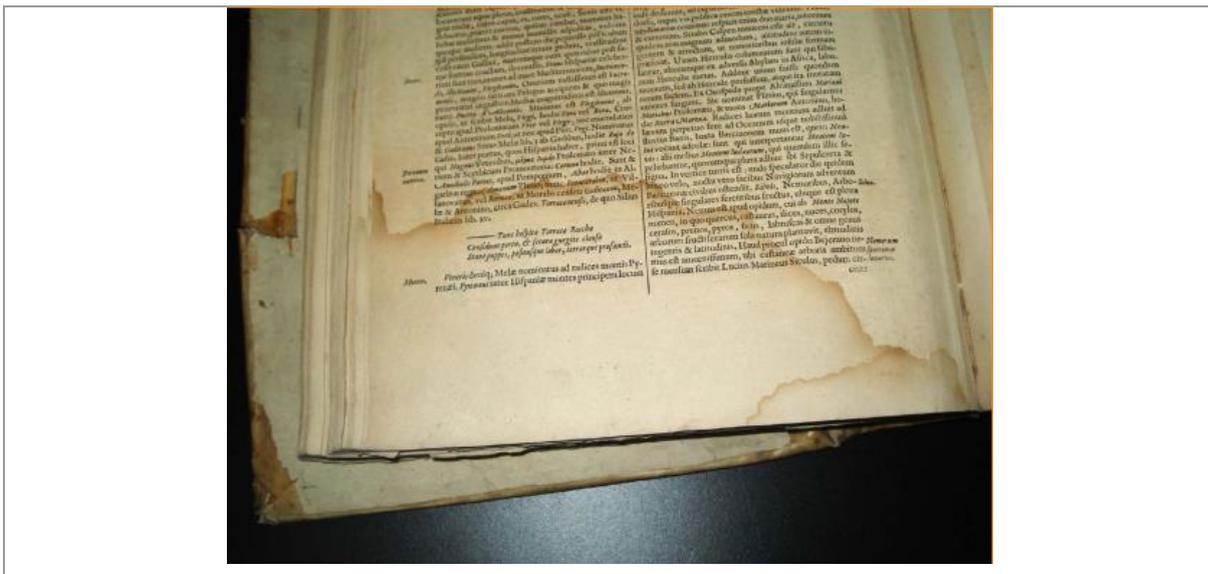
4.3.1 Água

Os danos relacionados a água são, possivelmente, os mais comuns – além de um dos mais lembrados –, quando pensamos na possibilidade de deteriorações nas coleções da biblioteca. Na maioria das vezes, eles surgem a partir da ocorrência de eventos como períodos de chuva (mesmo que sejam apenas algumas horas), que podem ocasionar goteiras, infiltrações e enchentes. No entanto, algo que devemos ter em mente quando falamos da ocorrência de riscos é que eles podem sofrer variações de contexto para contexto – isso significa que, em algumas localidades, a possibilidade de um tsunami é real e séria, e deve ser levada em consideração, enquanto em outros locais é um risco com baixa probabilidade, ou ainda, em lugares pode ser um risco impossível.

Dessa maneira, o risco “água” em uma coleção bibliográfica pode ter diversas fontes e ocasionar algumas consequências, em maior ou menor escala, como podemos observar no Quadro 3 abaixo.

Quadro 3 – Agente de deterioração “água”

Agente de risco	Fontes do agente	Possíveis consequências
Água	Chuvas, infiltrações, goteiras, canos estourados, vazamentos diversos, enchentes, acidentes de limpeza, acidentes de construção, ações de combate a incêndios, lençol freático, sistema hidráulico do edifício, tsunamis.	Manchas, distorções, tintas e demais corantes escorridos, mofo (em combinação com temperatura e umidade relativa incorretas), amolecimento dos papéis e/ou do miolo do livro.
Ilustração da deterioração que pode ser causada por esse agente:		



Fonte: Tremain (2018); Pedersoli Jr.; Antormarchi; Michalski (2016; 2017). Foto: Bojanoski; Almada (2021).

4.3.2 Fogo

O fogo como agente de risco em coleções bibliográficas é, possivelmente, um dos mais temidos e, muito frequentemente, o que mais supreende os gestores de coleções em bibliotecas quando acontece, ou dependendo da gravidade que acontece. Juntamente ao agente “água”, incêndios são um dos tipos de desastres mais comuns em bibliotecas (ALEGBELEYE, 1993, *apud* NWOKEDI; PANLE; SAMUEL, 2017), e o que, caso alguma parte do acervo seja atingida, se apresenta como um dos mais difíceis para a recuperação das coleções, principalmente, as bibliográficas.

O agente “fogo”, portanto, pode ser considerado o mais letal, o mais prejudicial dos agentes de risco, pois dependendo da gravidade e da parte do acervo que é atingida, a recuperação dos itens após o desastre é quase impossível, configurando muitas vezes uma perda inestimável – ainda mais se considerarmos as coleções especiais.

Quadro 4 – Agente de deterioração “fogo”

Agente de risco	Fontes	Possíveis consequências
Fogo	Fiação elétrica (falhas, curtos, etc.), equipamentos elétricos com defeitos ou falhas, líquidos inflamáveis, obras dentro do prédio ou próximo, incêndios em prédios próximos, incêndios florestais, uso de equipamentos como aquecedores, fogões, etc. perto das coleções, criminosos, coleções naturalmente inflamáveis (como filmes de nitrato de celulose e outras).	Descoloração, distorções, fragilização do suporte, manchas devido ao depósito de fuligem, perda total ou parcial pela combustão do suporte.

Ilustração da deterioração que pode ser causada por esse agente:

Fonte: Stewart (2018); Pedersoli Jr.; Antormarchi; Michalski (2016; 2017). Foto: Panglione (2017).

4.3.3 Pragas

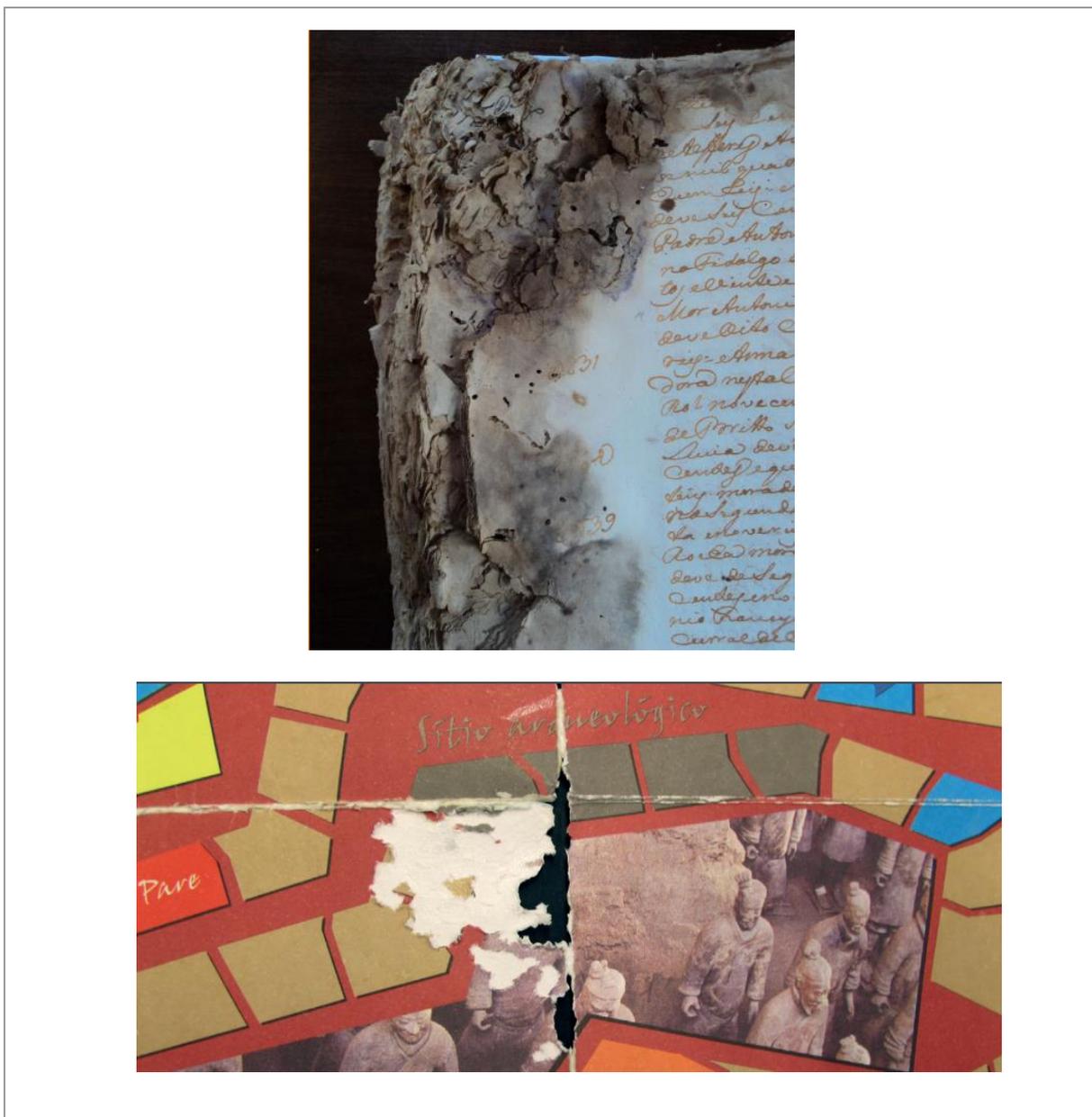
O agente “pragas” também é bastante conhecido pela denominação “pestes” e é associado à categoria de “agente de biodeterioração”, visto que a deterioração do material é causada por agentes biológicos, como roedores e insetos, seja locais ou que, por algum motivo, chegaram ao acervo. O fungo, causado por um microorganismo que prospera na combinação de umidade relativa e temperatura incorretas, também é considerado por muitos dentro dessa categoria.

Na maioria das vezes, as “pragas” chegam até a coleção por meios externos, pois já existem na fauna local da região onde a biblioteca está. A sua entrada no edifício, no entanto, pode ser facilitada pela existência de acessos como buracos em paredes, portas, teto ou chão. E, ainda, a entrada ou existência dessas “pragas” pode ser facilitada pela própria equipe, com o negligenciamento da limpeza do mobiliário ou da sala e da higienização da coleção.

Por fim, é importante mencionar que a prevenção a esse agente não passa por meios tóxicos, como inseticidas e semelhantes, aplicados diretamente na coleção ou no local em que ela está. Para evitar o agente em questão, devemos nos ater às armadilhas no entorno e ter atenção redobrada à limpeza, higienização e aos possíveis meios de entrada que pragas diversas podem encontrar pelo edifício ou sala da coleção.

Quadro 5 – Agente de deterioração “praga”

Agente de risco	Fontes	Possíveis consequências
Pragas , também chamado de “pestes” ou “agente de biodeterioração”.	Insetos, roedores, aves, microorganismos. Além disso, o mofo também é considerado por alguns autores como um tipo de praga.	Furos, buracos, manchas, enfraquecimento do material, perda de informação.
Ilustração da deterioração que pode ser causada por esse agente:		



Fonte: Strang; Kigawa (2022); Pedersoli Jr.; Antormarchi; Michalski (2016; 2017). Foto: Panglione (2017); Bojanoski; Almada (2021).

4.3.4 Poluentes

Segundo Tétrault (2021), os poluentes “são agrupados em uma variedade de compostos que podem ter reações químicas com qualquer componente de um objeto”⁴² (TÉTREULT, 2021, tradução nossa). Nesse sentido, quando falamos desse agente de riscos, devemos ter em mente que a deterioração acontece, na maioria das vezes, devido a ação de elementos químicos íntrosos ou extrínsecos ao item.

⁴² “Pollutants are grouped into a range of compounds that can have chemical reactions with any component of an object”.

Em outras palavras, devemos considerar que o livro, por exemplo, é fabricado com materiais que possuem uma vida química pré-datada, que começam a se desfazer em um período pré-determinado, mas que essas reações e deteriorações também podem ser aceleradas ou causadas por substâncias externas que entram em contato com o livro e causam os danos.

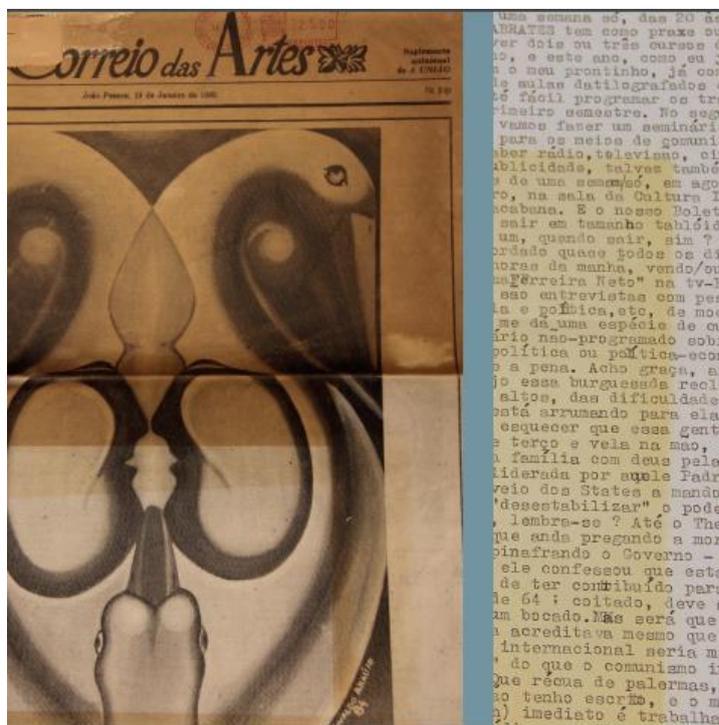
Quadro 6 – Agente de deterioração “poluentes”

Agente de risco	Fontes	Possíveis consequências
<p>Poluentes, podem se manifestar na forma de gases, aerossóis, líquidos ou sólidos, naturais ou não.</p>	<p>(1) Intrínseca, em que as substâncias já existem no item e as condições do ambiente fazem elas se manifestarem, ou são formados por reações dos próprios materiais que compõem o(s) item(ns); (2) transferência/contato entre dois ou mais materiais; (3) pelo ar, na forma de aerossóis ou gases.</p> <p>Interessante mencionar que, segundo o CCI, depósitos de partículas sólidas (como a fuligem ou a poeira) também são considerados poluentes, “e ainda que eles não necessariamente causem danos, eles [...] alteram a aparência do objeto”⁴³ (CCI, [201-?], tradução nossa).</p> <p>Concretamente, os poluentes podem vir de indústrias, veículos, obras de construção ou re-</p>	<p>Acidificação de papéis, desfiguração de objetos (como livros), descoloração do papel ou de suas cores, manchas, enfraquecimento, atração para pragas.</p>

⁴³ “Deposits of solid particles are considered pollutants, and while they may not necessarily cause damage, they are recognized as altering the aesthetic aspects of the objects”.

novação no edifício, visitação,
etc.

Ilustração da deterioração que pode ser causada por esse agente:



Na foto, a migração ácida de um tipo de papel para o outro, a partir do contato (Panglione, 2017).

Fonte: Tétrault (2021) Pedersoli Jr.; Antormarchi; Michalski (2016; 2017). Foto: Panglione (2017).

4.3.5 Luz/UV

Uma das maiores questões em relação ao agente “Luz/UV” é o debate entre a necessidade de existir luz suficiente para que seja possível visualizar o item, mas não tanta que ocasione um dano. Decididamente, esse debate é muito mais presente no mundo dos museus, onde os objetos podem ser mais sensíveis à ação desse agente, no entanto, não deve ser ignorado nas bibliotecas, principalmente, para as coleções especiais, que muitas vezes podem fazer parte de exposições onde essa questão deve ser considerada.

É certo que a luz solar, principalmente, é bastante danosa aos itens de coleções bibliográficas, como os livros, que não devem, se possível nunca, serem expostos diretamente à luz natural por um longo período, pois isso pode causar um dano

irreversível às suas páginas. É interessante citar que a luz, enquanto agente de risco, é um processo: o dano causado por esse agente é construído ao longo de um período (geralmente, anos ou décadas), em que o item é exposto a ele. No entanto, também pode ser causado rapidamente, se colocarmos o item diretamente sob a luz, principalmente, a solar.

O *Conservation Wiki* detalha que este é um agente cujo dano “[...] é cumulativo e, uma vez ocorrido, é irreversível, sendo uma função da intensidade da luz [...] vezes o tempo de exposição”⁴⁴ (CONSERVATION WIKI, 2020, *on-line*, tradução nossa).

Quadro 7 – Agente de deterioração “luz/UV”

Agente de risco	Fontes	Possíveis consequências
Luz, radiação ultravioleta (UV), radiação infravermelha (IR). ⁴⁵	Luz natural ou artificial.	Descoloração, amarelamento, fragilização, escurecimento. A incidência de luz sobre materiais bibliográficos também acelera as reações que já acontecem nos materiais, de forma que as deteriorações naturais dos itens se tornam mais rápidas.
Ilustração da deterioração que pode ser causada por esse agente:		

⁴⁴ “Damage from radiation [...], which is cumulative and, once sustained, irreversible, is a function of light intensity [...] times length of exposure”.

⁴⁵ O CCI menciona que, “informalmente”, o termo “radiação” caiu em desuso, no entanto, escolhemos por utilizá-lo nesta tabela para fins de melhor entendimento.



Fonte: Michalski (2018); Pedersoli Jr.; Antormarchi; Michalski (2016; 2017). Foto: Bojanoski; Almada (2021).

4.3.6 Temperatura Incorreta

A temperatura é um risco que não podemos realmente evitar e, por essa razão, falamos em “temperatura incorreta” e não apenas em “temperatura” – devemos pensar que, se para a água, por exemplo, existe uma temperatura de ebulição, para diversos materiais, como os que compõem um livro, existe uma temperatura ideal e uma temperatura que pode fazer surgir diversos danos ao item, como o temido mofo, que acontece em correlação com a umidade relativa incorreta. Dessa maneira, a temperatura pode estar incorreta em três momentos: quando está muito alta, muito baixa, ou quando acontecem muitas flutuações (MICHALSKI, 2018; CONSERVATION WIKI, 2020).

Quando está muito alta, a temperatura pode causar e/ou acelerar reações químicas que causam deteriorações às coleções bibliográficas, incluindo os possíveis danos físicos que ocorrem apenas em altos graus de temperatura. Muito baixa, a temperatura pode fazer com que alguns materiais quebrem, fiquem mais frágeis, apesar de, no geral, a baixa temperatura trazer benefícios para as coleções

bibliográficas.

A flutuação de temperatura talvez seja o que mais devemos considerar quando pensamos em “temperatura incorreta”. A flutuação de temperatura quer dizer que ocorre a variação entre muitos graus em um curto período repetidas vezes, ou ao longo de algum período. Por exemplo, é prejudicial ter a temperatura variando entre 18°C e 25°C repetidas vezes durante horas ou dias, ou que a temperatura do ambiente mude drasticamente, dia sim, no outro também.

Idealmente, é necessário encontrar uma temperatura que seja adequada para o acervo e (relativamente) boa para o conforto humano, ao mesmo tempo.

Falar sobre uma temperatura totalmente correta é bastante complexo, uma vez que devemos considerar, na maioria das vezes, o conforto humano junto ao bem-estar das coleções. No geral, a literatura recomenda que coleções bibliográficas sejam armazenadas em uma temperatura entre 18-23°C, visto que algumas reações que causam deteriorações podem começar com 25°C. Cassares (2000, p. 15) recomenda manter a temperatura “o mais próximo possível” de 20°C, e detalha que devemos evitar “de todas as formas” que aconteçam oscilações de 3°C de temperatura.

No entanto, é necessário citarmos que grande parte da literatura sobre esse agente de risco deriva de países do hemisfério norte, onde as condições climáticas podem ser completamente diferentes da que encontramos em nosso país. Por essa razão, ao pensar a temperatura incorreta como um risco, devemos sempre levar em consideração o que acontece no local mais imediato e na região mais abrangente em que o acervo está – como é o clima ao longo do ano, como é a climatização das coleções, quais itens estão presentes na coleção e os seus níveis de sensibilidade à temperatura, etc. Para Toledo (2010), “nos trópicos quentes e úmidos, é difícil reduzir os valores de temperatura e UR do ar, sendo melhor evitar ganhos de calor e umidade pelo edifício” (TOLEDO, 2010, p. 76).

Dessa maneira, lidar com a temperatura em nossos acervos é menos aceitar cegamente o que é dito pela literatura, e mais conhecer o acervo, as coleções e os itens, para que seja possível estabelecer uma temperatura boa para as coleções e para o conforto humano, e – talvez o mais importante –, que possa ser mantida estável sem muitos problemas.

Quadro 8 – Agente de deterioração “temperatura incorreta”

Agente de risco	Fontes	Possíveis consequências
Temperatura incorreta	Luz elétrica, luz natural, clima local, sistemas de controle climático, trânsito de objetos (que podem causar alteração na temperatura da coleção por determinado período).	Acelera a acidificação do papel, pode tornar o papel quebradiço, fragilização, escurecimento, ressecamentos, alguns materiais que compõem os livros, como as colas, podem se desintegrar ou desfazer.

Ilustração da deterioração que pode ser causada por esse agente:



Na foto, folhas fragilizadas e quebradiças, danos que podem ser causados pela variação de temperatura e da umidade relativa.

Fonte: Michalski (2018); Pedersoli Jr.; Antormarchi; Michalski (2016; 2017). Foto: Bojanoski; Almada (2021).

4.3.7 Umidade Relativa Incorreta

A umidade relativa (U.R.) do ar, assim como a temperatura, não é em si considerada um agente de deterioração, uma vez que não podemos evitá-la – por isso, também falamos em “umidade relativa *incorreta*”, que pode acontecer em quatro tipos, segundo Michalski (2021):

- Úmido, com a U.R acima de 75%;
- U.R acima ou abaixo de um valor crítico para aquele objeto;
- U.R acima de 0%
- Flutuações de U.R.

(Michalski, 2021, *on-line*, tradução nossa)⁴⁶

Antes de detalharmos cada um desses tipos, é interessante entender que materiais orgânicos já contêm certa umidade e que absorvem e perdem umidade na tentativa de achar um equilíbrio entre a sua umidade intrínseca e a que está no ar ambiente (CONSERVATION WIKI, 2020, tradução nossa). Então,

Se a umidade relativa (teor de umidade) no ar aumentar, eles irão absorvê-la e inchar, e se diminuir, eles irão perder umidade e encolher. Se isso ocorrer lenta e moderadamente, então, nenhum dano será causado. No entanto, flutuações de umidade relativa repentinas, grandes e frequentes podem causar encolhimento, deformação, divisões, e um envelhecimento geral de objetos feitos de materiais orgânicos (CONSERVATION WIKI, 2020, tradução nossa)⁴⁷.

Portanto, os materiais com os quais lidamos em coleções bibliográficas, normalmente, já interagem com a umidade presente no ambiente, pois são em sua maioria, feitos de materiais orgânicos que contêm umidade intrinsecamente. Aumentar ou diminuir a umidade relativa, seja por um acontecimento natural do clima local ou regional, ou algo obtido com o auxílio de máquinas e sistemas de climatização, tem influência nas reações do material e como ele se apresenta esteticamente.

Quanto aos tipos de umidade relativa incorreta, o primeiro trata-se da U.R. acima de 75%, que é o ponto mais crítico de U.R. e, portanto, o limite máximo de umidade que a maioria dos itens em acervos pode aguentar – é interessante mencionar que alguns itens podem começar a deterioração, ou se deteriorarem quase totalmente, em umidades menores que 75%. Essa U.R., que é chamada de “úmida”, “causa mofo, que desintegra ou descolora [...] couro, tecidos, papel, [...] e ocasio-

⁴⁶ “Damp, over 75% RH.; RH above or below a critical value for that object.; RH above 0%.; RH fluctuations”.

⁴⁷ “If the relative humidity (moisture content) in the air goes up, they will absorb moisture and swell, and if it goes down, they will give off moisture and shrink. If this occurs slowly and moderately then no damage will be caused. However, sudden, large and frequent relative humidity fluctuations can cause shrinkage, warping, splitting, and general aging of objects made of organic materials”.

nalmente madeira, pinturas, e vidro”⁴⁸ (Michalski, 2021, tradução nossa). O ideal, portanto, é manter a U.R. abaixo de 75% - Cassares (2000, p. 15) recomenda entre 45% a 50%, evitando-se oscilações de 10% de U.R.

O segundo tipo de U.R. incorreta é aquela que está em um valor acima ou abaixo de um valor crítico para um objeto. Devemos pensar que, assim como a temperatura, muitos objetos possuem um nível específico de U.R. em que deteriorações já esperadas podem começar a acontecer em sua superfície e, portanto, esse ponto de U.R. passa a ser um “valor crítico” para aquele objeto. Isto é, um nível de U.R. que deve ser evitado a todo custo, na medida do possível – seja evitando esse ponto exatamente, ou ainda um valor bem inferior ou bem superior. Esse talvez seja um tipo de U.R. incorreta mais relevante e comum em museus, mas é interessante sabermos, pois, muitas coleções especiais, apesar do foco bibliográfico desta pesquisa, recebem também objetos museológicos que são acondicionados junto da coleção bibliográfica. Saber qual é esse ponto crítico depende do conhecimento da coleção e de seus objetos, o que é indispensável para o gestor de coleções especiais, e permite uma melhor gestão climática no que diz respeito a U.R. (MICHALSKI, 2021).

A U.R. acima de 0% como incorreta pode parecer curioso – e é – mas, no geral, faz sentido, conforme detalhado por Michalski (2021):

[a U.R. acima de 0%] se aplica àqueles materiais arquivísticos como papel ácido, fitas magnéticas, filmes de acetato e nitrato, que decaem quimicamente dentro de algumas décadas [...]. A reação química por trás dessa decadência [...] requer umidade, então a presença de qualquer valor de água, qualquer U.R. acima de 0%, permite que a reação prossiga (MICHALSKI, 2021, *on-line*, tradução nossa)⁴⁹.

Portanto, a U.R. acima de 0% como incorreta refere-se a materiais que se deterioram naturalmente dentro de um período, e/ou que já se encontram com certo nível de deterioração, e para os quais qualquer umidade acima de 0% pode ser perigosa.

Assim, a variação de U.R. como incorreta é bem semelhante ao que discutimos anteriormente para a temperatura incorreta. Algo que precisamos entender sobre as mudanças na U.R. é que ela “[...] faz com que o teor de umidade [já presente]

⁴⁸ “Damp causes mould, which disintegrates or discolours [...] leather [...], textiles, paper, [...], and occasionally wood, paint, and glass.

⁴⁹ “[...] it applies to all those archival materials such as acidic paper, magnetic tape, acetate and nitrate films, that decay chemically within a few decades [...]. The chemical reaction behind this decay [...] requires moisture, so the presence of any water vapour, any RH above 0%, permits the reaction to proceed”.

em materiais orgânicos como [...] papel, couro, fotografias, negativos, plásticos, pinturas, colas, etc. muda, o quê, por sua vez, causa uma mudança de tamanho neles” (MICHALSKI, 2021, *on-line*, tradução nossa)⁵⁰. O problema não é tanto a expansão e contração do material, mas, sim, se eles têm espaço para realizar essa ação, pois

[...] se o material está restringido por outros componentes do objeto, ou simplesmente por seu próprio volume interno durante uma variação rápida, então, peças em expansão serão esmagadas, e peças em contração podem se quebrar (MICHALSKI, 2021, *on-line*, tradução nossa).⁵¹

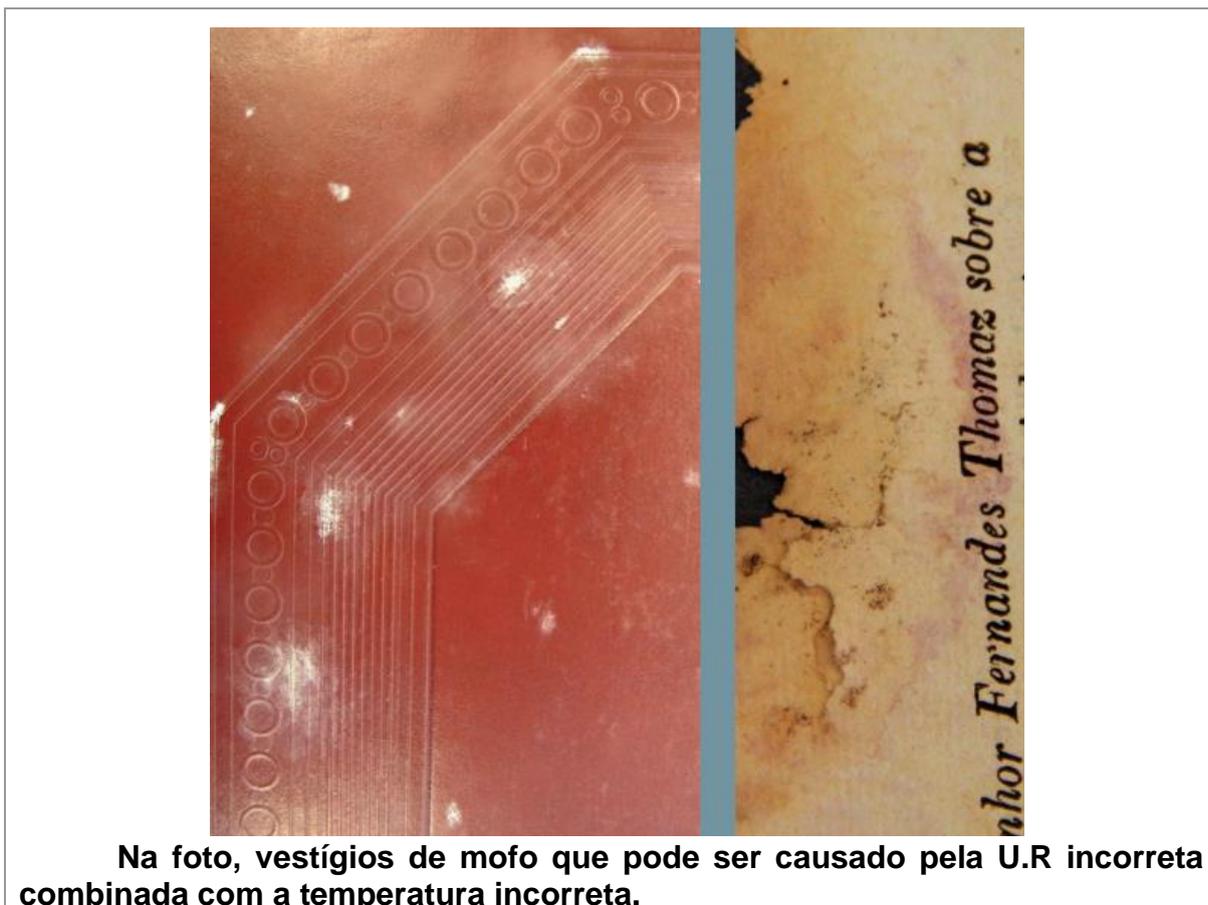
Para a realidade brasileira, em um território extenso e diverso como o nosso, o mais importante sobre a umidade relativa, como na questão da temperatura, é saber como se comporta esse índice climático em nossos locais imediatos e nos mais abrangentes, como bairros, cidades, estados e região. A U.R. não pode ser evitada, mas a U.R. incorreta pode ser prevenida com conhecimentos e equipamentos, como desumidificador ou umidificador, dependendo do local.

Quadro 9 – Agente de deterioração “umidade relativa incorreta”

Agente de risco	Fontes	Possíveis consequências
Umidade relativa incorreta	Clima local, geografia do local onde está o edifício, microclimas do edifício, água da chuva, drenagens do solo ou superfície, paredes exteriores, sistemas de aquecimento, água no geral.	Mofo, fragilização e escurecimento do papel, distorções.
Ilustração da deterioração que pode ser causada por esse agente:		

⁵⁰ “A change in RH causes the moisture content of organic materials such as [...] paper, leather, photographs, negatives, plastics, paints, glues, etc. to change, which in turn causes their size to change”.

⁵¹ “[...] if the material is constrained by other components of the object, or simply by its own inner bulk during a rapid fluctuation, then expanding parts will be crushed, and shrinking parts may fracture”.



Fonte: MICHALSKI, 2021; Pedersoli Jr.; Antormarchi; Michalski (2016; 2017). Foto: Panglione (2017).

4.3.8 Criminosos

O agente “criminosos” é um dos mais importantes quando consideramos os agentes de riscos em coleções especiais. Isso acontece devido ao valor diferenciado dessas coleções, que acaba atraindo a atenção de muitos indivíduos mal-intencionados, culminando em furtos, roubos, vandalismos e/ou dissociações, este último também um agente de risco, do qual falaremos a seguir.

Com este agente, ocorre o dano ou a extração de parte, como uma folha ou ilustração, ou de todo item de uma coleção. O mais relevante, ao pensarmos sobre o agente “criminosos” em coleções especiais, é compreender que ele pode ser praticado por pessoas externas, mas também por pessoas da equipe, ou que fingem ser da equipe, com acesso mais imediato à coleção, ao acervo, à biblioteca ou instituição. São ações que podem ser premeditadas ou crimes de oportunidade (TREMAIN, 2020), por motivações ideológicas, financeiras, religiosas, psicopatológicas, etc., que causam a desfiguração, desaparecimento ou destruição do item que sofre a ação

(ARAUJO, 2019; SPINELLI JR.; PEDERSOLI JR.; 2010; PEDERSOLI JR.; ANTON-MARCHI; MICHALSKI, 2017). É interessante considerar também que a prevenção a esse agente passa mais por ações preventivas de reeducação da equipe e nas rotinas da biblioteca e da instituição, do que por grandes sistemas antifurto e roubo, apesar de, obviamente, estes últimos serem de grande ajuda.

Mais informações sobre esse agente em coleções especiais podem ser encontradas no trabalho de conclusão de curso de Araujo (2019), que trata especificamente de dois agentes: criminosos e dissociação, e que está na lista de referências deste trabalho.

Quadro 10 – Agente de deterioração “criminosos”

Agente de risco	Fontes	Possíveis consequências
Criminosos (intencionais ou ocasionais)	Vandalismos, roubos e/ou furtos.	Perda total ou parcial do item ou itens do acervo, seja pela retirada do local, em roubos ou furtos, ou pelo dano causado no material por vandalismos como rasgos, inscrições, etc.
Ilustração da deterioração que pode ser causada por esse agente:		
<p data-bbox="539 1435 1086 1469">ARTS & CULTURE SEPTEMBER 2020</p> <h1 data-bbox="459 1503 1166 1715">The Inside Story of the \$8 Million Heist From the Carnegie Library</h1> <p data-bbox="440 1742 1190 1872">Precious maps, books and artworks vanished from the Pittsburgh archive over the course of 25 years</p>		

Na foto, a *Smithsonian Magazine* conta a história de um roubo que aconteceu, ao longo de 25 anos, na sala de livros e arquivos raros da Carnegie Library, em Pittsburgh (EUA).



Na foto, um livro da coleção especial da Universidade Católica de Leuven, na Bélgica, datado da segunda metade do século XVII, que teve parte de seu texto pintado com tinta vermelha, o que pode ser caracterizado como um tipo de vandalismo.

Fonte: TREMAIN (2020); Pedersoli Jr.; Antormarchi; Michalski (2016; 2017). Fotos: Smithsonian Magazine (2020); Biblioteca da Universidade Católica de Leuven (Bélgica) (2022).

4.3.9 Dissociação

A dissociação, de modo geral, “refere-se a tendência natural, com o passar do tempo, da desorganização de sistemas” (SPINELLI JR.; PEDERSOLI JR., 2010, p. 31). Neste trabalho, utilizaremos a definição de “dissociação” de Araujo (2019, 60), onde esse agente é compreendido como

[...] a perda ou extravio de um item ou parte dele dentro da própria instituição, que pode ser causado por diversos motivos: etiquetas e/ou rótulos colocados errados ou que se apagaram com o tempo; inexistência ou deterioração de registros (inventários, etc.) de coleções; informações registradas erroneamente; obsolescência de máquinas que dão acesso a registros legíveis apenas por máquinas, etc.

Para além de acontecer dentro da instituição e, por muitas vezes, ser causado

pela própria equipe e suas rotinas (ou a falta de rotinas) biblioteconômicas, a dissociação também pode ser causada por terceiros – no que se configura como um ato criminoso e, portanto, está relacionado ao agente anterior –, “se considerarmos páginas [e demais partes] arrancadas de propósito, seja para lucro ou por ódio ou aversão ao conteúdo” (ARAUJO, 2019, p. 60). Nesse contexto, a dissociação se relaciona à biblioclastia, que é definido como o ato de “destruição propositada de livros, por ódio ao seu conteúdo ou aversão à cultura” (MICHAELIS, [20-?], *on-line*).

Tanto no agente criminosos como na dissociação, existe um certo debate entre oferecer acesso *versus* a necessidade de guardar o objeto, de modo que ele não corra o risco de sofrer com nenhum desses dois agentes. É importante considerarmos que uma coleção, principalmente uma coleção especial, não pode cumprir seu papel se for trancada a sete chaves em um canto escuro da biblioteca. Ela precisa ser vista, utilizada e lembrada, e para que isso ocorra sem maiores riscos de ações criminosas ou dissociativas, devemos adotar medidas de segurança realistas e possíveis, que beneficiem a coleção, mas também o usuário.

Por isso,

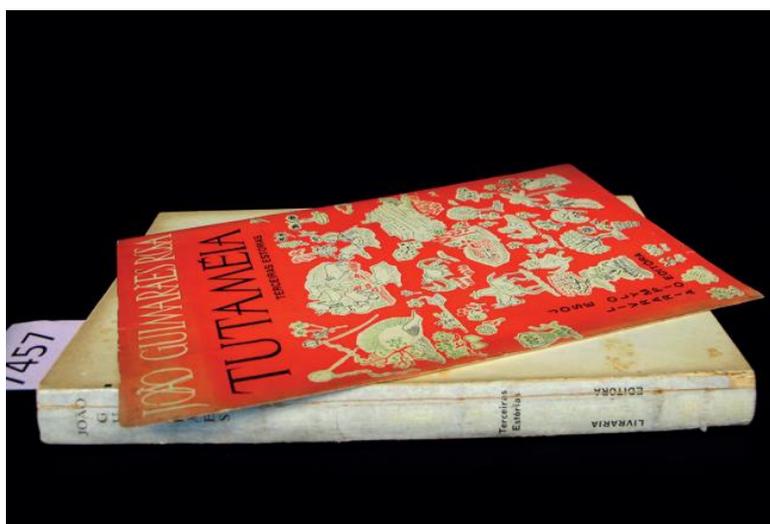
tanto a ação criminosa quanto a dissociativa tem potencial para ser, em bibliotecas – considerando o grande volume de itens, falta de pessoal em número suficiente, política de segurança insuficiente, entre outros – silenciosa e, em grande parte, passar despercebida. É nesse sentido que, considerando uma biblioteca e, especialmente, coleções especiais, deve-se ter em mente que tais ações podem acontecer e que medidas devem ser tomadas para preveni-la (ARAUJO, 2019, p. 60)

Quadro 11 – Agente de deterioração “dissociação”

Agente de risco	Fontes	Possíveis consequências
Dissociação	Manuseio incorreto, criminosos, remoção ou colocação incorreta de etiquetas e placas, assim como etiquetas e placas que se apagaram com o tempo e não foram substituídas, erros na trans-	Comprometimento ou perda total ou parcial do item e/ou coleções, ou ainda das informações sobre itens ou coleções.

crição de informações, armazenamento de informações sobre o item em meios ilegíveis, inexistência ou deterioração de registros (inventários, etc.), informações registradas erroneamente sem perceber, obsolescência de máquinas que dão acesso aos registros sobre a coleção, etc. (ARAUJO, 2019, p. 60).

Ilustração da deterioração que pode ser causada por esse agente:



Na foto, um dano que é conhecido como “pasta destacada” (Panglione, 2017, p. 67) que consiste no desprendimento da capa do restante do livro. Segundo a autora, é um dano causado pelo desgaste físico do suporte. É um exemplo de dissociação em razão do alto risco da capa ser perdida, em relação ao restante do livro.

Fonte: ARAUJO, 2019; WALLER; CATO (2019); Pedersoli Jr.; Antormarchi; Michalski (2016; 2017). Foto: Panglione (2017).

4.3.10 Forças Físicas

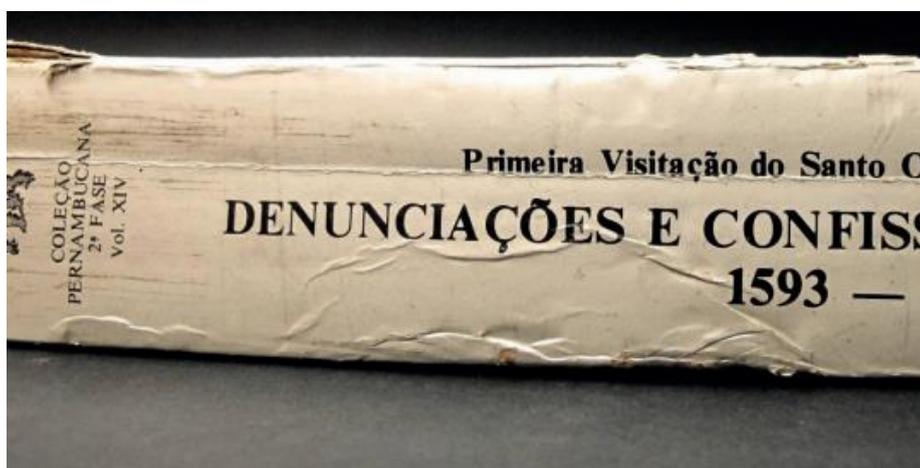
O agente “forças físicas” refere-se àqueles eventos diretos ou indiretos que podem causar estresse no objeto, culminando em danos como amassos, distorções, rasgos, etc. Um bom exemplo é o manuseio incorreto de um livro, que pode resultar em lombadas quebradas, capas amassadas, páginas dobradas de modo irreversível; vibrações que podem fazer com que o livro caia de onde está e acabe com amassos e outras deformações.

Marcon (2018) detalha que existem cinco importantes efeitos relacionados à força física, que são: impacto, choque, vibração, pressão e abrasão, e que “alguns desses estão intimamente ligados” (MARCON, 2018, *on-line*, tradução nossa). O “**impacto** é o resultado de algo se chocando contra um objeto, um objeto se chocando contra uma superfície dura, ou objetos se chocando entre si”; “**choque** é geralmente o resultado de um impacto grande. Pode induzir grandes deformações e tensões nos objetos ou em suas partes”; “**vibração** é o movimento oscilante de um objeto em relação a um ponto fixo de referência”; “**pressão** é a força aplicada em uma unidade de área do material. A pressão pode ser o resultado da gravidade ou do manuseio”; e, por último, “**abrasão** é possível sempre que existe movimento entre duas superfícies que estão em contato” (MARCON, 2018, *on-line*, tradução nossa, grifo do autor)⁵².

Quadro 12 – Agente de deterioração “forças físicas”

Agente de risco	Fontes	Possíveis consequências
Forças físicas	Manuseio, armazenamento, acondicionamento, trânsito de um local para o outro, escavações que podem causar o desabamento do solo ou do teto, vibrações de construções, ventanias, terremotos, guerras.	Amassos, distorções, rasgos, perda de partes.

⁵² “**Impact** is the result of something striking an object, an object striking a hard surface, or objects striking each other; **Shock** is usually the result of a strong impact. It can induce large deformations and strains in objects or their parts; **Vibration** is the oscillating motion of an object relative to a fixed point of reference; **Pressure** is the force applied on a unit area of material. Pressure may be the result of gravity or handling; **Abrasion** is possible wherever there is movement between two surfaces that are in contact”.

Ilustração da deterioração que pode ser causada por esse agente:

Na foto, rugas causadas por manuseio incorreto ou pelo acondicionamento/armazenamento incorreto do item (Panglione, 2017).

Fonte: MARCON (2018); Pedersoli Jr.; Antormarchi; Michalski (2016; 2017). Foto: Panglione (2017).

Assim, quando pensamos sobre a noção de riscos em bibliotecas, ou sobre como e quais riscos podem ameaçar as coleções, podemos (e devemos) pensar também sobre o que significa o risco relacionado às forças físicas, ao furto/roubo e vandalismo, fogo, água, pragas, poluentes, luz e ultravioleta (UV), temperatura incorreta, umidade incorreta e dissociação. É importante conhecer os danos que podem acontecer como consequência desses riscos, para que seja possível evitá-los ou, no mínimo, responder a eles de maneira satisfatória. Dessa forma, consideramos neste trabalho que os riscos em bibliotecas podem se manifestar nos danos que impedem o acesso às coleções, como as perdas informacionais advindas dos dez agentes de

riscos. Ao mesmo tempo, esses riscos estão relacionados com a possibilidade de ocorrência de um evento e com a fragilidade do suporte informacional dos itens e da coleção, e que podem provocar a perda de valor do acervo.

Ao longo deste capítulo, compreendemos que a existência de riscos é fato conhecido pelos seres humanos há centenas de anos – ainda que, inicialmente, se pensasse que a responsabilidade pela produção e ocorrência desses riscos não fosse da sociedade e de seus indivíduos, é possível dizer que sempre foi reconhecida a possibilidade da ocorrência de algum evento com consequências negativas, ou seja, um risco.

O passar do tempo trouxe a percepção de que os seres humanos podem ser aqueles que produzem os riscos em primeiro lugar, e não mais provocados por uma “força divina” que deixaria os indivíduos apenas com a tarefa de mitigar os acontecimentos. Atualmente, a noção de risco se relaciona – e foi este o caminho que trilhamos aqui – com a possibilidade de acontecimentos que trazem resultados negativos para os objetivos, seja de uma pessoa, instituição, projeto, comunidade, etc.

Consideramos, portanto, que o risco é a chance de ocorrência de um evento que trará consequências negativas em relação aos objetivos traçados. Em bibliotecas, o objetivo principal está relacionado ao acesso e uso das coleções para fins de disseminação da informação e do conhecimento e, nesse sentido, a deterioração do acervo é um risco contra esse objetivo, e pode se materializar na forma dos dez agentes de risco.

Em coleções especiais, o risco significa a possibilidade de danos em documentos que são considerados patrimônio, ou seja, parte da memória, identidade e/ou história de um grupo, comunidade, instituição, corrente cultural, entre outros. São itens praticamente insubstituíveis pelos valores que possuem e que, portanto, devem ser salvaguardados para as gerações que virão, além da presente. Trata-se de achar um equilíbrio: precisamos proteger essas coleções e, ao mesmo tempo, nos certificar de que elas são vistas e acessadas e, assim, manterem-se em ressonância e aderência com os usuários.

Desse modo, afirmamos que a prevenção desses riscos passa por seu gerenciamento – ou seja, pelo gerenciamento de riscos e pelo gerenciamento de desastres, o que iremos abordar no próximo capítulo.

5 GESTÃO DE RISCOS E DESASTRES EM COLEÇÕES ESPECIAIS

Devemos pensar em toda a nossa economia em termos de uma patologia preventiva em vez de uma patologia curativa. Não oponha as forças; use-as.⁵³

Richard Buckminster-Fuller (*apud* BEALES, 2003, p. 13)

Uma vez que compreendemos a coleção especial como patrimônio bibliográfico, perceber a importância de falar sobre os riscos que essas coleções correm e a importância de conhecê-los e preveni-los se torna evidente: afinal, são registros da memória, história e/ou identidade de uma parte da sociedade, de indivíduos – nossos usuários – que devem ter essa parte de si preservada, na medida do possível. Da mesma forma, são itens que, por essa valoração patrimonial – além de todas as outras –, tornam-se impossíveis de substituir, caso ocorra um desastre com potencial para causar a sua deterioração parcial ou total.

Entendemos, portanto, que o “patrimônio é um conceito muito importante em coleções especiais”⁵⁴, pois “[...] significa que alguém atribuiu valor a algo”⁵⁵ (BOS, 2012, p. 20, tradução nossa). Nesse sentido, em coleções especiais, o risco significa a potencialidade de perder para sempre um fragmento ou a totalidade de itens que são parte do legado, da herança cultural de um fragmento da sociedade.

Trata-se, essencialmente, de garantir que as próximas gerações tenham acesso aos documentos que formaram ou foram a base para um pensamento, um grupo, comunidade, corrente cultural, política, ideológica, etc. Cabe a nós, portanto, como profissionais da informação, bibliotecários e gestores dessas coleções, o papel de preservar esse patrimônio e de garantir a sua salvaguarda para os que ainda virão. Dessa maneira, precisamos conhecer e reconhecer os riscos, ter ciência da sua existência e da importância de impedir seu acontecimento em coleções especiais, dentro das possibilidades disponíveis.

Devemos admitir, é claro, que os livros, como a maioria dos demais objetos em coleções especiais, são perecíveis: eles nascem e eles também morrem, em seu próprio tempo e por seus próprios motivos. Nossa tarefa é, simplesmente, retardar tal morte e tentar evitar ao máximo um perecimento precoce.

Considerando a maneira como os riscos foram abordados no capítulo

⁵³ “We must think of our whole economics in terms of a preventive pathology instead of a curative pathology. Don’t oppose forces; use them”.

⁵⁴ “Heritage is a very important concept in special collections”.

⁵⁵ “Heritage [...] means that someone attached value to something”.

anterior, as tarefas mencionadas acima podem ser alcançadas por meio da conservação preventiva e do gerenciamento de riscos. Ambos são medidas de prevenção, parte da mentalidade onde decidimos por tentar o que for viável para evitar que o risco aconteça, em contraponto à um pensamento de apenas responder ao que for acontecendo, quando acontecer.

A Casa de Oswaldo Cruz (COC), unidade da FIOCRUZ (2013, p. 8) define a “conservação preventiva” como um “conjunto de medidas e ações definidas de forma multidisciplinar, com o objetivo de evitar e minimizar a deterioração e a perda de valor dos bens culturais. [...] [E] são prioritariamente indiretas, não interferindo no material nem na estrutura dos objetos”.

As medidas preventivas têm o objetivo de “**diminuir o risco** de um sinistro para evitar que este aconteça” (CLAVAÍN, 2010, p. 6, grifo do autor, tradução nossa)⁵⁶. O autor ainda afirma que essas medidas “[...] se dirigem especialmente aos sinistros de origem acidental, já que não podemos prevenir desastres naturais” – podemos apenas responder aos desastres naturais, do modo mais satisfatório diante do acontecimento, o que pode ser planejado no gerenciamento de desastres e que veremos de maneira breve na próxima seção.

A conservação preventiva tira o foco do individual, de tratar apenas de um item, e o coloca na coleção, no ambiente da biblioteca, na equipe, no prédio, no futuro, como colocado por Guichen (1999):

Conservação preventiva significa pensar de maneira diferente, de modo que: o ‘objeto’ de ontem se torne a ‘coleção’ de hoje; a ‘sala’ de ontem se torne o ‘prédio’ de hoje; o [que era] ‘individual’ ontem se torne a ‘equipe’ de hoje; o ‘presente’ de ontem seja o ‘futuro’ de hoje; os ‘profissionais’ de ontem se tornem o ‘público’ (em seu sentido amplo) de hoje; o ‘segredo’ de ontem se torne a ‘comunicação’ de hoje; [e] o ‘como?’ de ontem se torne o ‘por quê?’ de hoje (GUICHEN, 1999, p. 5, tradução nossa).⁵⁷

Agir preventivamente, no que diz respeito aos riscos em bibliotecas, envolve, principalmente, conhecer o que pode atingir as coleções, quais prioridades podemos elencar e que ações podemos listar para evitar esses riscos. É nesse momento que

⁵⁶ “Las medidas preventivas se dirigen a disminuir el riesgo de irrupción de um siniestro para evitar que se produzca. Por tanto se dirigen especialmente a los siniestros de origen accidental, ya que no podemos prevenir desastres naturales”.

⁵⁷ “Preventive conservation means to think differently, so that: yesterday's ‘object’ becomes today's ‘collections’; yesterday's ‘room’ becomes today's ‘buildings’; yesterday's ‘individual’ becomes today's ‘team’; yesterday's ‘present’ becomes today's ‘future’; yesterday's ‘professionals’ become today's ‘public’ (in its broad sense); yesterday's ‘secret’ becomes today's ‘communication’; yesterday's ‘how?’ becomes today's ‘why?’”.

contamos com o gerenciamento de riscos, que pode ser colocado dentro das ações de conservação preventiva, segundo Zuñiga (2012, slide 27).

O gerenciamento de riscos, segundo Pedersoli Jr., Antomarchi e Michalski (2016), é

[...] tudo o que fazemos para entender e lidar com possíveis impactos negativos em nossos objetivos. Isso inclui a identificação, análise e priorização (nós chamamos de avaliação) de riscos. Então, nós tomamos atitudes para ‘tratar’ os riscos, i.e., para evitar, eliminar ou reduzir os riscos que consideramos inaceitáveis (PEDERSOLI JR.; ANATOMARCHI; MICHALSKI, 2016, p. 14, tradução nossa)⁵⁸.

Sobretudo, o gerenciamento de riscos é um método eficaz para o estudo e o conhecimento do que pode afetar negativamente os nossos objetivos – neste trabalho, os objetivos que as bibliotecas têm em relação às suas coleções especiais. Não se trata apenas de conhecer os dez agentes de deterioração, mas de contrastá-los com o contexto da coleção, da biblioteca, da instituição, dos usuários, do local, etc., para que seja possível uma análise factível do que, efetivamente, representa um perigo para a preservação e o acesso às coleções especiais. Dessa maneira, o gerenciamento de riscos é “uma ferramenta que auxilia na preservação de acervos e favorece a identificação de ações prioritárias e mais eficientes” (LEIPNITZ, 2009, p. 11).

Araujo (2019) afirma que,

fundamentalmente, o gerenciamento de riscos é sobre identificar os riscos possíveis em relação ao que se está trabalhando [...] classificá-los de modo a poder avaliar o mais ou menos urgente e, a partir disso, agir para minimizá-los, evitá-los ou, no mínimo, proceder corretamente após o seu acontecimento. Então, em suma, o gerenciamento de riscos é, acima de tudo, um trabalho de planejamento que dependerá de cada contexto e [...] coleção. Não tem um fim em si mesmo – é mutável, adaptável, deve levar em consideração os objetivos de cada biblioteca, cada instituição, cada coleção. Por isso, é recomendável que cada biblioteca tenha o seu, e que este esteja sempre sendo revisado (ARAUJO, 2019, p. 45).

Nesse sentido, o gerenciamento de riscos é uma metodologia que existe, primeiramente, na área administrativa e financeira, e que foi adaptada ao longo do tempo para diversas outras áreas, incluindo a cultural. “Gerenciar” é um termo que

⁵⁸ “Risk management is everything we do to understand and deal with possible negative impacts on our objectives. It includes the identification, analysis, and prioritization (we call it evaluation) of risks. Then we take action to ‘treat’ risks, i.e., to avoid, eliminate or reduce the risks that we consider unacceptable”.

“[...] surge sempre quando há um conjunto de decisões a serem tomadas acerca de um assunto ou problema com a possibilidade de afetar um local e/ou grupo de pessoas” (ARAUJO, 2018, p. 4). Considerando as coleções especiais, o gerenciamento de riscos surge para auxiliar na gestão de preservação por permitir, com a aplicação da metodologia, a priorização dos riscos e, da mesma forma, a possibilidade de alocar melhor nossos recursos, garantindo a salvaguarda desse patrimônio.

É relevante afirmar, nesse momento, que o gerenciamento de riscos é aplicável apenas àqueles riscos para os quais podemos preparar ações de prevenção e, portanto, devemos lembrar que existem riscos que apenas a ação de resposta será possível, como é o caso dos desastres naturais e de outros eventos que podem atingir as coleções, mesmo com medidas de prevenção em vigor.

Nesse contexto, entramos no planejamento para emergências, aqui traduzido como gerenciamento de desastres, algo de extrema relevância se estamos considerando o gerenciamento de riscos em coleções especiais. O desastre é entendido como “qualquer incidente que ameaça a segurança humana e/ou causa dano, ou ameaça causar dano para um edifício, coleção, item(ns), equipamento e sistemas” (EDEN; MATTHEWS, 1996 *apud* VELASQUEZ; EVANS; KAEDING, 2016, p. 1, tradução nossa)⁵⁹. Apesar da semelhança com o que entendemos por “risco”, é interessante perceber que o desastre está relacionado com aqueles riscos quase sempre inevitáveis, geralmente grandiosos, com poder de paralisar todos, ou quase todos, os sistemas e serviços da biblioteca, além dos danos às coleções e as ameaças à vida humana. Os desastres acontecem quando não podemos prevenir ou evitar o risco e, assim como para os riscos, é importante termos consciência de que eles são possíveis, e que responder ao seu acontecimento de maneira satisfatória pode ser a diferença entre a coleção deixar de existir em alguns minutos, ou garantir a sobrevivência de, ao menos, parte dela por mais algum tempo.

Portanto, este capítulo será sobre o gerenciamento de riscos em coleções especiais, com breves considerações sobre a gestão de desastres, nesse contexto. O objetivo principal é direcionar a gestão de preservação após tomarmos conhecimento dos possíveis riscos em coleções especiais, o que foi o tema do capítulo anterior. Para além disso, também desejamos consolidar o gerenciamento

⁵⁹ “[...] any incident which threatens human safety and/or damages, or threatens to damage a building, collection(s), item(s), equipment, and systems”.

de riscos como uma metodologia possível e relevante para a gestão da preservação de coleções especiais.

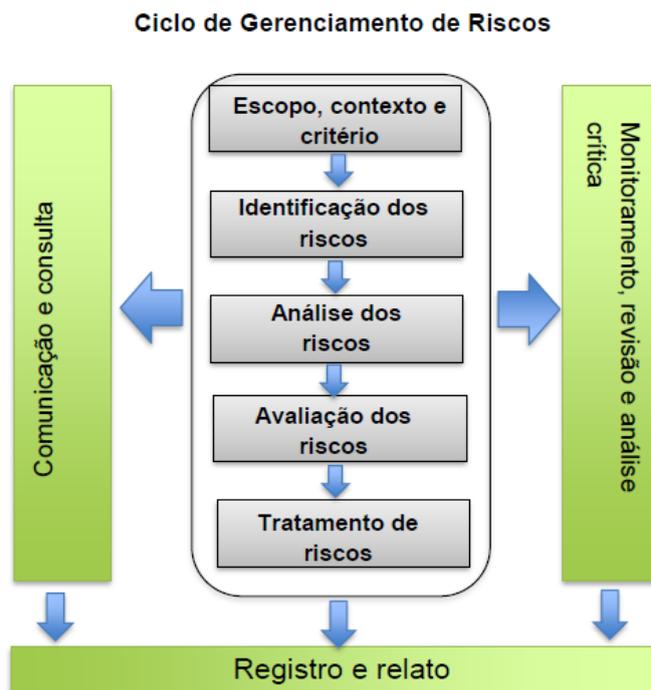
5.1 O ciclo de gerenciamento de riscos aplicado às coleções especiais

O gerenciamento de riscos, enquanto método, é formalizado pela norma internacional ISO 31000, de 2009. No Brasil, a ABNT lançou a primeira versão dessa norma também em 2009, chamada ABNT NBR ISO 31000, foi atualizada em 2018 e ainda está vigente. Ao observar e destrinchar a norma, como realizado por Araujo (2019), percebemos que “o gerenciamento de riscos pressupõe a implantação de um processo de gestão contínuo na organização e o apoio e envolvimento de todos os seus seguidores” (HOLLÓS; PEDERSOLI JR., 2009, p. 76).

Uma vez que se trata de um processo cuja origem está fora das ciências sociais, a sua adaptação para a área cultural, especificamente dos acervos culturais – museus, arquivos e bibliotecas – se deu com a criação de algumas ferramentas auxiliares ao ciclo original descrito pela norma, de modo a facilitar a sua aplicação nesses contextos. Podemos citar a consideração dos três tipos de riscos, dos cinco estágios para controle de riscos, dos seis níveis de invólucro do acervo e, é claro, dos dez agentes de deterioração. Essas ferramentas serão detalhadas mais adiante.

O ciclo estabelecido pela norma possui um total de oito passos, sendo cinco principais e sequenciais, e outros três adjacentes, que devem acontecer ao longo de todo o processo. Abaixo, uma ilustração com as oito etapas do processo de gerenciamento de riscos. Cada etapa será detalhada considerando os acervos culturais e, especialmente, as coleções especiais.

Ilustração 1 – As etapas do gerenciamento de riscos



Fonte: Araujo (2019).

5.1.1 Escopo, contexto e critério

A primeira etapa do processo consiste em definir o seu escopo, contexto e critério, e é também uma das mais importantes. Segundo a norma ABNT NBR 31000, de 2018, o propósito desta etapa é “[...] personalizar o processo de gestão de riscos, permitindo um processo de avaliação de riscos eficaz e um tratamento de riscos apropriado” (ABNT, 2018, p. 10).

Na definição do escopo, cabe decidir sobre o nível em que o processo será aplicado, por exemplo: será em nível operacional, de um programa, de um projeto, de alguma outra atividade? É o equivalente a definir a razão pela qual o processo está sendo iniciado e onde, exatamente, será realizado (ABNT, 2018). Para isso, “é importante ser claro sobre o escopo em consideração, os objetivos pertinentes a serem considerados e o seu alinhamento aos objetivos organizacionais” (ABNT, 2018, p. 10).

A norma inclui alguns dos elementos a serem considerados:

- objetivos e decisões que precisam ser tomadas;
- resultados esperados das etapas;
- tempo, localização, inclusões e exclusões específicas;
- ferramentas e técnicas apropriadas para o processo de avaliação de riscos;

- recursos requeridos, responsabilidades e registros a serem mantidos;
- relacionamentos com outros projetos, processos e atividades (ABNT, 2018, p. 10-11).

Ao definir o contexto, “[...] tentamos entender todos os aspectos relevantes do contexto no qual o patrimônio histórico está situado. Isso inclui seus ambientes físico, administrativo, legal, político, sociocultural e econômico” (PEDERSOLI JR.; AN-TOMARCHI; MICHALSKI, 2016, p. 20, tradução nossa). Trata-se de considerar os contextos internos e externos da coleção, de modo que torne possível conhecer os ambientes em que a coleção está situada, e como eles podem influenciar nos riscos. Para a norma, a compreensão do contexto é importante, pois:

- a gestão de riscos ocorre no contexto dos objetivos e atividades da organização;
- fatores organizacionais podem ser uma fonte de risco; e
- propósito e escopo do processo de gestão de riscos podem estar inter-relacionados com os objetivos da organização como um todo (ABNT, 2018, p. 11).

Em relação ao que pode ser examinado no contexto interno e no externo, são elencados alguns pontos que podem ser considerados – é importante dizer, porém, que são apenas exemplos, e que podem existir outros que não estão listados. Primeiro, no contexto externo podemos citar:

- fatores sociais, culturais, políticos, jurídicos, regulatórios, financeiros, tecnológicos, econômicos e ambientais, em âmbito internacional, nacional, regional ou local;
- direcionadores-chave e tendências que afetem os objetivos da organização;
- relacionamentos, percepções, valores, necessidades e expectativas das partes interessadas externas;
- relações e compromissos contratuais;
- complexidade das redes de relacionamento e dependências (ABNT, 2018, p. 6).

No contexto interno é possível incluir:

- visão, missão e valores;
- governança, estrutura organizacional, papéis e responsabilizações;
- estratégia, objetivos e políticas;
- cultura da organização;
- normas, diretrizes e modelos adotados pela organização;
- capacidades entendidas em termos de recursos e conhecimento (por exemplo, capital, tempo, pessoas, propriedade intelectual, processos, sistemas e tecnologias);

- dados, sistemas de informação e fluxos de informação;
- relacionamentos com partes interessadas internas, levando em consideração suas percepções e valores;
- relações contratuais e compromissos;
- interdependências e interconexões (ABNT, 2018, p. 6-7).

A definição dos critérios de riscos trata, principalmente, de “[...] estabelecer, considerando normas, padrões, especialistas, leis, os contextos interno e externo, entre outros, qual é a medida aceitável ou não de um risco” (ARAUJO, 2019, p. 48) dentro da instituição, da biblioteca e da coleção. Deve-se refletir sobre as possíveis consequências do risco, e sobre o que se está disposto a aceitar nesse sentido. Por exemplo, se um risco traz apenas uma deterioração considerada mínima, ele é aceitável? Ou qualquer risco que traga qualquer deterioração é inaceitável?

Convém, portanto,

[...] que a organização especifique a quantidade e o tipo de risco que podem ou não assumir em relação aos objetivos. Convém também que estabeleça critérios para avaliar a significância do risco e para apoiar os processos de tomada de decisão. Convém que os critérios de risco sejam alinhados à estrutura de gestão de riscos e sejam personalizados para o propósito específico e o escopo da atividade em consideração. Convém que os critérios de risco reflitam os valores, objetivos e recursos da organização e sejam consistentes com as políticas e declarações sobre gestão de riscos. Convém que os critérios de risco sejam estabelecidos levando em consideração as obrigações da organização e os pontos de vista das partes interessadas (ABNT, 2018, p. 11).

Considerando especificamente as coleções especiais, podemos listar algumas perguntas que devem ser respondidas nessa etapa e que são elencadas abaixo. É evidente que existem outras perguntas a serem respondidas e outras que, provavelmente, irão surgir ao longo do processo, mas para início de reflexão, listamos as seguintes:

- De onde veio a coleção especial? Qual sua origem?
- Como essa coleção chegou à biblioteca?
- Qual a relação dessa coleção com as demais coleções especiais e/ou com o acervo da biblioteca?
- Qual a relação dessa coleção com a biblioteca e/ou instituição?
- Qual a relação dessa coleção com os usuários da biblioteca?
- Quais os valores que essa coleção possui? Esses valores vieram com a coleção ou foram atribuídos posteriormente?

- Qual o motivo que levou à decisão de realizar o processo de gerenciamento de risco nessa(s) coleção(ões)?
- Já foram realizados processos semelhantes anteriormente?
- Existe um nível de risco aceitável ou inaceitável que deverá ser considerado?
- Qual o objetivo final da realização do gerenciamento de risco nessa(s) coleção(ões)?

Por fim, cabe afirmar que essa etapa é uma das mais importantes do ciclo, pois define as bases sobre as quais serão considerados os riscos no processo, sempre em relação ao ambiente interno e externo do espaço onde ele está sendo aplicado – nesse caso, a coleção especial.

5.1.2 Identificação dos riscos

Após a definição da base do processo, a segunda etapa parte para a identificação dos riscos, onde “o propósito [...] é encontrar, reconhecer e descrever riscos que possam [...] impedir que uma organização alcance seus objetivos. Informações pertinentes, apropriadas e atualizadas são importantes na identificação de riscos” (ABNT, 2018, p. 12). Dessa maneira, devemos tentar identificar “todos os riscos que ameaçam nossa coleção, prédio, monumento ou região patrimonial” (PEDERSOLI JR.; ANTONMARCHI; MICHALSKI, 2016, p. 26, tradução nossa)⁶⁰.

É importante destacar que a identificação dos riscos inclui até mesmo aqueles cuja ocorrência ou fonte não estão sob o controle da biblioteca ou da instituição, mas que, mesmo assim, podem acarretar consequências para as coleções (ABNT, 2018, p. 13). Esses riscos que estão fora do controle da biblioteca/instituição têm potencial para se tornarem os mais perigosos para os objetivos da coleção especial, justamente por essa característica imprevisível, e devem estar delineados no processo junto daqueles que podemos listar mais facilmente. Para além disso, ao identificar os riscos, “convém considerar que pode haver mais de um tipo de resultado, o que pode resultar em uma variedade de consequências tangíveis ou intangíveis” (ABNT, 2018, p. 13).

A norma lista alguns fatores a serem observados na identificação de riscos,

⁶⁰ “[...] identify all the risks that threaten our heritage collection, building, monument or site. It is important that we do not miss any significant risk.

dentre os quais colocamos abaixo os mais pertinentes para este trabalho:

- fontes tangíveis e intangíveis de risco;
- causas e eventos;
- ameaças [...];
- vulnerabilidades e capacidades;
- mudanças nos contextos externo e interno;
- indicadores de riscos emergentes;
- natureza e valor dos ativos e recursos;
- consequências e seus impactos nos objetivos;
- limitações de conhecimento e de confiabilidade da informação;
- fatores temporais (ABNT, 2018, p. 12).

Para as coleções especiais, o melhor ponto de partida para essa etapa são os dez agentes de riscos, que detalhamos no capítulo anterior. Em coleções especiais, para cada agente, podemos nos fazer as seguintes perguntas:

- Esse risco já ocorreu antes?

Se sim:

- Quando?
- Como?
- Por quê?
- Qual a gravidade?
- O que foi feito para prevenir, mitigar ou responder à essa ocorrência?

Se não:

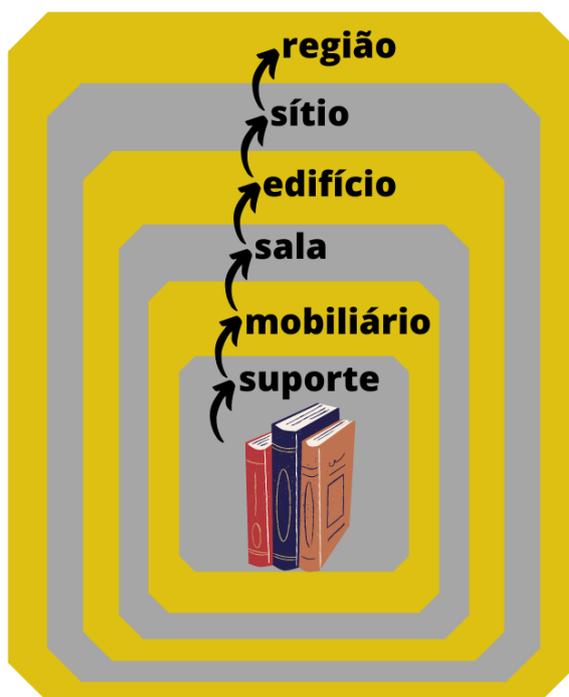
- Existe probabilidade de ocorrer?
- Quais os danos esperados?
- Qual a perda de valor esperada?
- Como ele pode vir a ocorrer?
- Como ele pode ser evitado?

Aliadas aos dez agentes e às perguntas acima, é interessante considerar ainda outras duas ferramentas criadas para o gerenciamento de riscos em acervos culturais: as seis camadas de invólucro do acervo, e os três tipos de riscos.

Os níveis de invólucro do acervo dizem respeito aos seis níveis de camadas físicas, intencionais ou não, que envolvem tanto cada item do acervo, quanto todo ele em si. Elas são, em ordem da maior para a menor: região, sítio, edifício, sala,

vitrine/estante/mobiliário e embalagem/suporte (PEDERSOLI JR.; ANATOMARCHI; MICHALSKI, 2017, p. 51). Se considerarmos um livro, podemos visualizar que ele está contido em uma *região*, que pode ser o bairro, cidade, estado, país ou até mesmo o entorno mais imediato da biblioteca; em um *sítio*, como o terreno da biblioteca, por exemplo; em um *edifício*, que pode ser uma construção histórica ou não; em uma *sala*, que terá características específicas como quantidade de janelas, climatização, mobiliário, etc.; em um *mobiliário/estante/vitrine*, que poderá ser de materiais como madeira, vidro, aço, entre outros; e, por último, em um *suporte*, que pode ser o seu original, ou uma *embalagem*, que pode ser um acondicionamento, ambos com características próprias específicas. Podemos visualizar esses níveis na ilustração abaixo:

Ilustração 2 – Seis níveis de invólucro do acervo



Fonte: Com base em Pedersoli Jr.; Antomarchi; Michalski (2017).

Nessa etapa de identificação dos riscos, os seis níveis de invólucros são importantes para que possamos analisar: a) se o risco existe em cada uma dessas camadas; b) se o risco afeta cada uma dessas camadas; e/ou c) se o risco pode surgir a partir de alguma camada.

Como exemplo, vamos considerar neste momento o agente de deterioração

“água”. O quadro abaixo detalha o que devemos ter atenção em cada uma das seis camadas, conforme a figura anterior, e observando o agente mencionado:

Quadro 13 – Seis invólucros em relação ao agente “água”

Camada	Perguntas pertinentes
Suporte	De qual material é feito o item? Ele está acondicionado em alguma “embalagem”? Se sim, de qual material? De que maneira a água afeta esse(s) material(is)?
Mobiliário	O material que o mobiliário é feito pode ser afetado pela água? Se sim, com quais consequências?
Sala	A sala é vulnerável à entrada de água? Se sim, de que maneira? (Exemplos: infiltrações na parede ou teto; por meio de buracos na construção ou brechas em portas e janelas; vazamentos de encanamento ou aparelhos de ar-condicionado ou umidificação/desumidificação; água de enchentes ou chuvas, etc.)
Edifício	O edifício é vulnerável à entrada de água? Se sim, de que maneira? Se sim, existe a possibilidade dessa água chegar até às coleções? Como?
Sítio	Quais características do sítio estão ligadas à água? (Exemplos: encanamentos; lençóis freáticos; proximidade de rios e semelhantes; vulnerabilidade à chuvas, etc.). Essas características podem afetar a biblioteca?
Região	De que maneira o agente “água” pode se manifestar na região da coleção? (Exemplos: níveis de chuva previstos e históricos para os meses do ano; possibilidades de enchentes; possibilidades de tsunamis, etc.). As coleções podem ser afetadas?

Fonte: A autora (2022).

Por fim, os níveis de invólucro auxiliam irmos um pouco mais além nessa etapa de identificação dos riscos, ao nos permitir apontar, com mais ou menos precisão, de onde vem e de que maneira determinado risco pode acontecer.

Os três níveis de riscos, por sua vez, consistem em classificar os riscos em (1) eventos raros, (2) eventos comuns ou (3) processos cumulativos (PEDERSOLI JR.; ANATOMARCHI; MICHALSKI, 2017, p. 55), e que são tratados por Waller (1994,

p. 12, tradução nossa)⁶¹ como “raros e catastróficos; esporádicos e intermediários; e constantes e graduais”, respectivamente. Para alguns contextos, por exemplo, um tsunami é um evento raro e catastrófico; pequenos furtos são vistos como um evento esporádico e intermediário; e o amarelecimento do papel é um processo constante e gradual.

Com essa ferramenta devemos considerar todos os riscos relacionados a esses três tipos, usando como base informações de acontecimentos passados e previsões – o que é interessante, pois fornece uma perspectiva para as consequências esperadas. Geralmente, riscos raros são quase impossíveis de evitar, enquanto para os comuns podemos elencar medidas de prevenção, e para os processos podemos apenas retardar, mas não evitar completamente.

Para fins de ilustração, colocamos o quadro abaixo, elaborado por Araujo (2019):

Quadro 14 – Dez agentes de deterioração em relação aos três tipos de riscos

Agente de deterioração	Tipo de risco	Exemplo
Força física	1	Terremotos, colapso da estrutura do prédio, etc.
	2	Dano por queda de itens, dano enquanto se transporta objetos, etc.
	3	Objetos mal sustentados [em suas prateleiras, etc.], resultando em distorção.
Criminosos	1	Roubos profissionais com um alvo específico dentro do acervo.
	2	Roubo feito por uma pessoa que teve acesso permitido às coleções.
	3	Visitantes em um museu pegam pequenas partes de objetos expostos, resultando em perda parcial desses objetos.
Fogo	1	Fogo se inicia e se propaga de um objeto a outro e aos compartimentos/divisão, consome e destrói todo o prédio e coleção.

⁶¹ “[...] three types of risk are recognized. These range from ‘type 1’ defined as rare and catastrophic, to ‘type 3’, which are constant and gradual. Between these extremes are ‘type 2’ risks, which are sporadic and intermediate in severity”.

	2	Fogo se inicia e se propaga de um objeto a outro, para um compartimento/divisão, o consumindo e destruindo todo esse compartimento/divisão.
Água	1	Inundação de rios ou canais próximos.
	2	Vazamento de calhas, rompimento de canalizações ou infiltrações nas paredes, resultando no aparecimento de marcas de maré nos objetos.
	3	Infiltração no chão do porão do prédio, resultando, por exemplo, na corrosão de objetos de metal que estavam no chão.
Pestes	1	Infestação total de insetos ou roedores.
	2 ou 3	Insetos entram na coleção em livros devolvidos e vão consumindo parte dos itens/objetos, resultando em perdas parciais ou totais.
Poluentes	1	Contaminação por acidente industrial.
	2	Contaminação por líquidos corrosivos de limpeza derramados acidentalmente na coleção.
	3	Exposição dos itens às reações causadas pela relação entre alta temperatura e umidade e os materiais de acondicionamento e o suporte dos itens.
Luz e raios UV	2 e 3	Exposição que causa descoloração, escurecimento ou dano estrutural.
Temperatura incorreta	1	Degelo de coleções de tecidos (não-têxteis) congelados.
	2	Falhas dos sistemas de refrigeração que causam choque térmico.
	3	Temperatura muito alta, anual ou sazonalmente, levando à reações químicas aceleradas e resultando em desintegração de objetos.

Umidade relativa incorreta	2	Alta o suficiente para causar mofo ou bolor.
	3	Aparecimento de fungos.
Dissociação	1	Abandono da coleção.
	2	Perda de itens e de informações sobre itens, etc.
	3	Falha recorrente de assegurar de quem é o objeto, acesso fácil, etc.

Fonte: Adaptado de Araujo (2019).

É interessante mencionar que nem sempre o risco que está sendo analisado se manifestará nos três tipos mencionados, ou será encontrado em todos os invólucros que podemos considerar. Tratam-se, justamente, de ferramentas que podem ser utilizadas para tornar o processo de gerenciamento de riscos mais verídico e o menos subjetivo possível.

Por fim, é necessário frisar que as informações para dizermos que um risco “y” pode ocorrer de forma “x” em invólucro “z”, por exemplo, devem vir de fontes confiáveis e pertinentes – ou seja, nenhuma parte dessa etapa do processo, nem qualquer outra, deve ser realizada com base em informações subjetivas.

5.1.3 Análise dos riscos

Uma vez que identificamos os riscos na etapa anterior, partimos para a sua análise, que consiste em estimar a “[...] *chance de ocorrência* e o *impacto esperado*” (PEDERSOLI JR.; ANATOMARCHI; MICHALSKI, 2017, p. 64, grifo do autor), para que possamos, posteriormente, decidir quais riscos devem ser tratados de maneira prioritária, e quais podem ficar em segundo plano. Isso pode ser realizado com o auxílio da Escala ABC, desenvolvida por Stefan Michalski, do CCI, e que será detalhada adiante.

No entanto, é necessário detalharmos que em acervos culturais – como os museológicos, arquivísticos e bibliográficos – o *impacto esperado*, mencionado acima, é medido em termos da *perda de valor esperada* (PEDERSOLI JR.; ANATOMARCHI; MICHALSKI, 2017) da coleção. Recuperamos, portanto, nossa discussão sobre valor do capítulo três.

Estabelecemos, anteriormente, que toda coleção especial possui um valor

diferenciado em relação ao acervo geral da biblioteca e, em razão disso, ela deve ser preservada e salvaguardada de maneira diferenciada. Se uma biblioteca possui mais de uma coleção especial, é perfeitamente possível que tenham valores diferentes entre si e que, portanto, dentro do contexto daquela biblioteca, uma coleção possua valores considerados mais relevantes que a outra. Da mesma forma, é também possível que, dentro da coleção, um item ou alguns itens sejam mais importantes, do ponto de vista da valoração, que outro – o que não invalida a coleção, pelo contrário, só a enriquece.

Nesta etapa do gerenciamento de riscos, é necessário que os valores sejam elencados e detalhados, incluindo a forma como eles podem se assemelhar ou diferenciar de uma coleção para a outra e, ainda, dentro da coleção em si. Por exemplo, podemos ter duas coleções com o mesmo tipo de valor, como o valor associativo, por exemplo, mas para uma delas esse valor é visto como mais importante do que para a outra. Da mesma forma, quase sempre, há diferentes valorações entre os itens da coleção, assim, é necessário o detalhamento desses valores para que saibamos o que será perdido, caso uma parte específica da coleção seja atingida por algum risco.

Nesse sentido, respondemos às perguntas:

- Quais os valores que a coleção possui?
- Como esses valores estão distribuídos na coleção (igualmente, onde todos os itens possuem os valores listados; parcialmente, onde parte da coleção possui valor X, a outra valor Y, etc...)?
- Existem itens dentro da coleção cuja valoração é diferenciada, mais ou menos relevante que o restante dos itens? Que valores são esses? Por que são mais (ou menos) relevantes?
- Se a coleção como um todo for afetada pelo risco, que valores serão perdidos?
- Se uma parte específica da coleção for afetada pelo risco, que valores serão perdidos? Serão os mais relevantes?

É interessante pensar nos valores dentro da coleção especial além do conjunto como um todo, pois isso nos prepara para lidar com o fato de que nem sempre será possível salvar ou tratar toda a coleção e, uma vez estabelecido que esse ou

aquele item possui mais ou menos valor que outro, será possível definir prioridades de salvamento e/ou tratamento, no caso do acontecimento de riscos.

Após elencarmos e detalhamos os valores que a coleção possui, partimos para a Escala ABC, importantíssima nesta etapa do processo de gerenciamento de riscos. Segundo Pedersoli Jr.; Antomarchi e Michalski (2017, p. 66, grifos dos autores),

esta ferramenta foi desenvolvida com a finalidade específica de nos auxiliar a calcular, comparar e comunicar a magnitude de riscos para os bens culturais. Trata-se de escalas numéricas (denominadas *escalas ABC*) utilizadas para quantificar a *frequência ou rapidez de ocorrência* e a *perda de valor esperada* para cada um dos riscos identificados.

A Escala se baseia em três perguntas: **A**, que se relaciona com a frequência do risco; **B**, relacionada à perda de valor em cada objeto afetado; e **C**, que diz respeito à parcela da coleção afetada pelo risco. No quadro abaixo, as três perguntas detalhadas:

Quadro 15 – Escala ABC

A	Para riscos que são eventos, com que frequência ocorrerá o risco? (tempo médio entre 2 consecutivos) Para os processos contínuos, em quanto tempo ocorrerá o risco? (tempo necessário para que o grau de deterioração esperado na pergunta B ocorra)
B	Qual a perda de valor (estimada) em cada objeto afetado?
C	Quanto da coleção poderá ser afetada (parte, todo)?

Fonte: Pedersoli Jr. (2017, p. 169).

As respostas são dadas em pontuações entre 5, a maior, mais grave, e 1, menor e mais leve, e estão detalhadas nos quadros seguintes.

Quadro 16 – Escala ABC

A – Para eventos, com que frequência ocorrerá o risco? Para processos cumulativos, em quanto tempo ocorrerá o risco?	
Pontuação	Eventos: tempo médio entre 2 eventos consecutivos. Processos cumulativos: tempo necessário para que a deterioração chegue em níveis inaceitáveis.
5	~ 1 ano
4 ½	~ 3 anos
4	~ 10 anos
3 ½	~ 30 anos
3	~ 100 anos
2 ½	~ 300 anos
2	~ 1.000 anos
1 ½	~ 3.000 anos
1	~ 10.000 anos
½	~ 30.000 anos

Fonte: Adaptado de Pedersoli Jr.; Antomarchi; Michalski, 2017.

A primeira pergunta pede que seja estimado, em anos, o tempo necessário para que o risco observado ocorra. É possível utilizar dados e informações de eventos passados para que a estimativa seja a mais fiel possível. Dessa maneira, podemos prever, por exemplo, que “uma enchente de grandes proporções danificando o acervo irá ocorrer dentro de 3 anos”, e a pontuação para o risco “enchente”, do agente de deterioração “água”, é $A = 4\frac{1}{2}$.

Nos processos cumulativos, é interessante fixar um intervalo de tempo pertinente para a análise, que pode ser de 10, 30, ou até mesmo 100 anos, para estimar o grau de deterioração dentro desse período (PEDERSOLI JR.; ANATOMARCHI; MICHALSKI, 2017). Por exemplo, podemos trabalhar com um intervalo de 10 anos e estimar que nesse período, todos os itens da coleção especial irão sofrer amarelamento e fragilização, resultando $A = 4$. É interessante mencionar que nos processos cumulativos, tanto podemos selecionar um período e estimar o grau de deterioração que irá acontecer, ou seja, *em dez anos a estimativa é de x grau de deterioração*; quanto é possível que A indique o período de tempo necessário para que um grau específico de dano se acumule, ou seja, *para chegarmos neste grau de deterioração*.

ração x, serão necessários y anos (PEDERSOLI JR.; ANATOMARCHI; MICHALSKI, 2017). Para os processos cumulativos, essa diferença vai depender do que é estabelecido como aceitável ou inaceitável em relação à deterioração.

Quadro 17 – Escala ABC

B – Qual a perda de valor esperada em cada objeto afetado?		
Pontuação	Perda de valor esperada em cada item afetado	Escala verbal
5	100%	Perda de valor total ou quase total em cada item afetado.
4 ½	30%	
4	10%	Perda de valor grande em cada item afetado.
3 ½	3%	
3	1%	Perda de valor pequena em cada item afetado.
2 ½	0,3%	
2	0,1%	Perda de valor muito pequena em cada item afetado.
1 ½	0,03%	
1	0,01%	Perda de valor minúscula em cada item afetado.
½	0,003%	

Fonte: Adaptado de Pedersoli Jr.; Antomarchi; Michalski, 2017.

Considerando que todo objeto possui um valor, a perda total desse valor é esperada quando, por exemplo, todo o objeto é perdido, não restando nada para salvar ou reparar. Isso pode acontecer quando ocorrem incêndios, furtos, incidentes com água, entre outros. Devemos nos perguntar: “*se risco X acontecer, quanto de cada objeto da coleção será atingido?*” e, dependendo da resposta, será possível estimar uma perda de valor maior ou menor do objeto dentro da coleção especial. Cabe mencionar que

ao quantificar a perda de valor esperada em itens do acervo, é especialmente importante consultar e buscar consenso entre o maior número de pessoas possível (equipe do museu, especialistas, usuários, etc.). Devemos também levar em consideração a função ou uso pre-

tendidos para os itens em questão. A estimativa da perda de valor esperada deve sempre ser feita em relação ao atual estado de conservação dos objetos do acervo (PEDERSOLI JR.; AN TOMARCHI; MICHALSKI, 2017, p. 69).

Tomemos como exemplo um livro do século XX, cujo principal valor é o patrimonial, que está em uma coleção especial em uma biblioteca universitária. A ocorrência de um incêndio que atinja todos os itens da coleção acarretará uma perda de valor total, onde B = 5; enquanto um usuário escrever seu nome à caneta na página de rosto do livro irá causar uma perda de valor de pequena a minúscula no item, em que B ficará entre 3 e 1. Dessa maneira, podemos observar que as maiores perdas de valor, geralmente, estão relacionadas aos riscos catastróficos e/ou grandiosamente repentinos; e as menores perdas referem-se aos riscos de eventos mais comuns ou cumulativos.

Quadro 18 – Escala ABC

C – Quanto da coleção é afetada?		
Pontuação	Porcentagem ou fração do valor da coleção afetada	Escala verbal
5	100%	Todo ou quase todo o valor da coleção foi afetado.
4 ½	30%	
4	10%	Uma fração grande do valor da coleção foi afetada.
3 ½	3%	
3	1%	Uma fração pequena do valor da coleção foi afetada.
2 ½	0,3%	
2	0,1%	Uma fração muito pequena do valor da coleção foi afetada.
1 ½	0,03%	
1	0,01%	Uma fração mínima do valor da coleção foi afetada.
½	0,003%	

Fonte: Adaptado de Pedersoli Jr.; Antomarchi; Michalski, 2017.

Nessa última pergunta, de letra C, devemos estimar a fração do acervo como um todo que pode ser atingida, caso o risco ocorra. Então, se, por exemplo, um incêndio atinge a sala onde a coleção especial é armazenada, a perda de valor seria

de 100%, onde $C = 5$. No entanto, os eventos de risco mais comuns são aqueles que atingem apenas uma parcela da coleção, ou que vão acontecendo em alguns itens, ao longo do tempo. Nesse sentido, para analisar C precisamos saber como o valor da coleção como um todo está distribuído entre os seus itens (PEDERSOLI JR.; ANATOMARCHI; MICHALSKI, 2017).

Em outras palavras, precisamos saber a porcentagem ou fração do valor da coleção contida em cada um de seus componentes, sejam itens individuais, ou grupos de itens. Vamos imaginar, em exemplo, uma coleção especial bibliográfica, originária da coleção particular de um importante acadêmico da área da Biblioteconomia, com cerca de 500 itens. Essa coleção foi doada para uma biblioteca universitária e pode ser dividida em três grupos de itens: 150 itens - livros comprados pelo acadêmico para o exercício da sua profissão, com anotações manuscritas e que são obras importantes para a área; 250 itens - exemplares que foram doados ou oferecidos ao acadêmico, a maioria com dedicatórias, onde nem todos apresentam sinais de que foram lidos ou têm relação com a área biblioteconômica; 100 itens - documentos originais como manuscritos de artigos e demais trabalhos acadêmicos, tanto os de autoria própria como aqueles que o acadêmico orientou. Um dos “tesouros” dessa coleção é um livro do final do século XX, basilar para a Biblioteconomia no Brasil, comprado pelo acadêmico e com dedicatória da autora para ele. Todos os itens se encontram em bom estado de conservação. Após extensa discussão e reflexão da equipe da biblioteca, considerando a missão da instituição, da biblioteca, e os objetivos da coleção, assim como os interesses dos usuários, foi feita uma estimativa da distribuição da relevância total do acervo entre os grupos mencionados anteriormente, que pode ser visto no “Diagrama de Valor”⁶² abaixo (PEDERSOLI JR.; ANATOMARCHI; MICHALSKI, 2017).

⁶² São gráficos onde “cada setor ou ‘fatia’ indica quanto (em %) cada componente representa do valor total do acervo (PEDERSOLI JR.; ANATOMARCHI; MICHALSKI, 2017, p. 74).

Quadro 19 – Distribuição do valor da coleção entre os grupos que a compõe

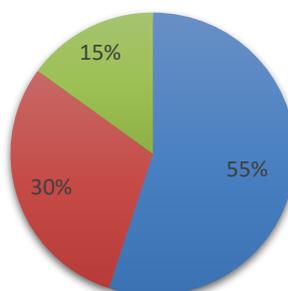
Principais componentes da coleção	Porcentagem ou fração do valor da coleção representada por cada componente	Motivo da porcentagem
Grupo 1 – 150 itens comprados pelo acadêmico, anotados	55%	Itens comprados para o exercício da profissão; possuem mais valores.
Grupo 2 – 250 itens doados para o acadêmico, com dedicatórias	30%	Itens doados ao acadêmico, onde nem todos foram lidos e que não necessariamente têm relação com a sua área.
Grupo 3 – 100 manuscritos originais de trabalhos acadêmicos autorais ou orientados	15%	São relevantes para mostrar a evolução e o registro do trabalho do acadêmico ao longo dos anos, mas não para a sua atuação, que é a razão de ser da coleção.
Total	100%	

Fonte: A autora (2022), adaptado de Pedersoli Jr.; Antomarchi; Michalski (2017).

Esse quadro está representado no gráfico abaixo:

Ilustração 3 – Diagrama de Valor da Coleção Especial Acadêmico de Biblioteconomia

Coleção Especial Acadêmico de Biblioteconomia



- Itens comprados pelo acadêmico, anotados
- Itens doados para o acadêmico, com dedicatória
- Manuscritos originais de trabalhos acadêmicos autorais ou orientados

Fonte: A autora (2022), com base em Pedersoli Jr.; Antomarchi; Michalski, 2017.

Esses grupos podem ser ainda mais detalhados, se levarmos em consideração a formação dos valores contidos em cada grupo separadamente. Tomando o Grupo 1 como exemplo, podemos dividi-lo da seguinte maneira:

Quadro 20 – Valores contidos no Grupo 1

Conjuntos de diferente importância relativa no Grupo 1 – Itens comprados pelo acadêmico, anotados	Porcentagem ou fração do valor do acervo representada por cada conjunto
Livro do século XX com dedicatória da autora (1 item)	10%
Livros de língua estrangeira comprados em eventos acadêmicos (50 itens)	20%
Livros em português comprados ao longo da profissão, utilizados em aula (80 itens)	20%
Livros de áreas adjacentes (19 itens)	5%
Total	55% da coleção

Fonte: A autora (2022), adaptado de Pedersoli Jr.; Antomarchi; Michalski (2017).

Dessa forma, podemos ter dois cenários: no primeiro, uma enchente pode atingir a biblioteca e chegar à essa coleção, afetando especificamente todos os itens do Grupo 1. Nesse cenário, a perda de valor da coleção como um todo seria de 55%, que é a porcentagem de valor que esse Grupo possui na coleção e, nesse caso, $C = 5$. No segundo cenário, um incêndio pode atingir os livros de língua estrangeira comprados em eventos acadêmicos do Grupo 1 dessa coleção e, assumindo que todos os 50 itens sejam afetados, a perda de valor da coleção seria de cerca de 0,06% (50 itens desse conjunto x 20% – que é o valor desse conjunto na coleção – divididos por 150 itens do total), onde $C = 2$, que é a pontuação mais próxima para esse resultado.

Ao fim dessa parte, todas essas pontuações – A, B, e C – devem ser somadas, dando origem à Magnitude do Risco, “[...] ou seja, seu potencial para causar perda de valor ao acervo” (PEDERSOLI JR.; ANATOMARCHI; MICHALSKI, 2017, p. 79), que será melhor detalhada abaixo.

Para finalizar essa etapa, cabe reafirmar que as reflexões necessárias para cada pergunta da Escala devem ser feitas com base em informações verídicas e precisas, o que não necessariamente significa apenas conhecimento científico e técnico. Pedersoli Jr.; Antomarchi; Michalski (2017) listam algumas fontes relevantes para isso:

Quadro 21 – Fontes de informação para a etapa “Análise dos Riscos”

Estatísticas regionais	Conhecimento local e senso comum	Conhecimento técnico e científico
Estas estatísticas formam a base para a compreensão e análise de riscos catastróficos. Várias organizações, de diferentes setores ao redor do mundo, desenvolvem e disponibilizam na internet e em outros canais uma série de ferramentas e recursos para a análise desses riscos por usuários não especializados.	Esta fonte de informação requer a participação em discussões e entrevistas a diferentes pessoas, assim como realização de inspeções prediais e no entorno da biblioteca e da sala onde estão as coleções especiais, inspeções no acervo, etc. Não subestime ou superestime esta fonte de informação em relação às outras duas. Ela inclui também o bom senso e a intuição	Algumas publicações nacionais e internacionais podem ser citadas, ressaltando que existem outras que podem ser consultadas: <ul style="list-style-type: none"> • O capítulo 4 desta dissertação; • Página na web do Instituto Canadense de Conservação sobre os 10 agentes de deterioração (inglês); • Como fazer conservação preventiva em ar-

	<p>dos envolvidos na análise dos riscos.</p>	<p>quivos e bibliotecas, de Norma Cassares;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Página na web <i>Conservation Wiki</i>, também sobre os 10 agentes de deterioração (inglês); • Guia de Gestão de Riscos para o Patrimônio Museológico (IC-CROM); • Cartilha Gestão de Riscos ao Patrimônio Museológico Brasileiro (IBRAM); • Gerenciamento de riscos: do planejamento à execução (Arquivo Nacional); • Plano de gerenciamento de riscos: salvaguarda & emergência (FBN). <p>Além disso, deve-se buscar informações adicionais na literatura técnico-científica pertinente, em consultas aos colegas e especialistas (locais, internacionais, universidades, centros de pesquisa, etc.).</p>
<p>Esta é a fonte usual de conhecimento sobre a frequência e intensidade de eventos raros.</p>	<p>Esta é a fonte usual de conhecimento sobre eventos comuns e sobre a intensidade de danos cumulativos.</p>	<p>Esta é a fonte usual de conhecimento sobre a susceptibilidade dos materiais e objetos do acervo aos processos cumulativos. A maioria das teorias utilizadas na análise de riscos também deriva desta fonte.</p>
<p>Exemplos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sistema de informação 	<p>Exemplos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inspeções prediais; 	<p>Exemplos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Literatura técnica e

geográfica (GIS); <ul style="list-style-type: none"> • Tabelas climáticas; • Bases de dados sobre desastres naturais; • Estatísticas governamentais; • Dados compartilhados entre organizações patrimoniais. 	Documentação referente ao edifício do museu; <ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento e memória de funcionários; • Memória de residentes do local; • Observações de danos passados. 	científica; <ul style="list-style-type: none"> • Especialistas técnicos e científicos; • Modelos de riscos.
--	---	---

Fonte: Adaptado de Pedersoli Jr.; Antomarchi; Michalski (2017).

5.1.4 Avaliação dos riscos

Seguindo o ciclo de gerenciamento de riscos apresentado na Ilustração 1, a avaliação dos riscos começa como um produto da etapa anterior, mais especificamente, um produto das respostas da Escala ABC. Sendo as respostas de cada pergunta da Escala ABC uma pontuação de 5 (mais grave) e 1 (menos grave), a soma das perguntas nos fornece a magnitude de cada risco (MR) e, portanto, “nesta etapa do processo, comparamos os riscos entre si, avaliamos seus respectivos níveis de prioridade e decidimos, no âmbito institucional, quais são os riscos aceitáveis e quais aqueles que [...] requerem ‘tratamento’ para a sua eliminação ou redução” (PEDERSOLI JR.; ANATOMARCHI; MICHALSKI, 2017, p. 96). A comparação dos resultados da Escala ABC pode nos levar a “fazer mais nada; considerar as opções de tratamento dos riscos; realizar análises adicionais para compreender melhor o risco; manter os controles existentes; ou reconsiderar os objetivos” (ABNT, 2018, p. 13-14).

Seguindo a lógica da pontuação das perguntas da Escala ABC, os valores de MR são organizados de modo que, quanto mais alto, mais grave e catastrófico, quanto mais baixo, menor a prioridade e as chances de acontecer grandes danos. É importante salientar que, sendo a magnitude dos riscos um produto da Escala ABC, que, por sua vez, deve ser realizada por integrantes da equipe da biblioteca e/ou gestor(es) da coleção especial, qualquer erro nessa etapa é um erro das respostas à Escala ABC, o que reforça a necessidade de atenção e cuidado na etapa de Análise dos Riscos. O quadro abaixo ilustra como está organizada as pontuações da magnitude de risco:

Quadro 22 – Magnitude de Risco (MR)

<i>Grau de prioridade do risco</i>	MR	Perda de valor esperada no acervo
13,5 – 15 <i>Prioridade catastrófica</i> Todo ou quase todo o acervo sofrerá perda total em alguns poucos anos.	15	100% em um ano
	14,5	30% ao ano
	14	10% ao ano = 100% em 10 anos
	13,5	3% ao ano = 30% a cada 10 anos
11,5 – 13 <i>Prioridade extrema</i> Danos significativos em todo o acervo ou perda total de uma fração significativa do mesmo em, aproximadamente, uma década. Perda total do acervo ou de grande parte do mesmo em, aproximadamente, um século.	13	10% a cada 10 anos = 100% em 100 anos
	12,5	3% a cada 10 anos = 30% a cada 100 anos
	12	1% a cada 10 anos = 10% a cada 100 anos
	11,5	0,3% a cada 10 anos = 3% a cada 100 anos
9,5 – 11 <i>Prioridade alta</i> Perda de valor significativa numa pequena fração do acervo ou uma pequena perda de valor em parte significativa do acervo em, aproximadamente, um século.	11	1% a cada 100 anos
	10,5	0,3% a cada 100 anos
	10	0,1% a cada 100 anos
	9,5	0,03% a cada 100 anos
7,5 – 9 <i>Prioridade Média</i> Danos pequenos e similar perda de valor no acervo em muitos séculos. Perda significativa na maior parte do acervo no transcurso de vários milênios.	9	0,1% a cada 1.000 anos = 1% a cada 10.000 anos
	8,5	
	8	0,01% a cada 1.000 anos = 0,1% a cada 10.000 anos
	7,5	
7 e/ou inferior <i>Prioridade baixa</i> Danos e perda de valor mínimo ou insignificantes para o acervo no transcurso de vários milênios.	7	0,001% a cada 1.000 anos = 0,01% a cada 10.000 anos
	6,5	
	6	0,0001% a cada 1.000 anos = 0,001% a cada 10.000 anos
	5,5	
	5	0,00001% a cada 1.000 anos = 0,0001% a cada 10.000 anos

Fonte: Pedersoli Jr.; Antomarchi; Michalski (2017).

Na interpretação do que podemos chamar de escala de magnitude de risco podemos refletir o seguinte:

o valor máximo de MR obtido com as escalas ABC é $MR = 15$. Tal pontuação significa que esperamos a perda total do acervo em 1 ano. Este tipo de risco existe, por exemplo, quando o acervo se encontra localizado numa zona de guerra. Nesta escala de MR, cada decréscimo de 1 unidade significa que o risco é 10 vezes menor. Por exemplo, um risco de $MR = 14$ é dez vezes menor que outro de $MR = 15$. Um risco de $MR = 13$ é 100 vezes inferior àquele de $MR = 15$ e 10 vezes menor que o risco de $MR = 14$. Já um risco de $MR = 12$ é 1.000 vezes menor que aquele de $MR = 15$ e assim sucessivamente (PEDERSOLI JR.; ANATOMARCHI; MICHALSKI, 2017, p. 96).

Junto a isso, podemos ainda interpretar a perda de valor esperada, mostrado na terceira coluna do Quadro 22, para decidir o que pode ser um risco aceitável ou não. Nesse sentido, uma perda de 1% de valor a cada 10 anos, o que equivale a 10% a cada 100 anos, apesar de estar na “prioridade extrema” ($MR = 12$), pode ser um risco aceitável para algumas bibliotecas e, nesse caso, todos os MR de 12 para baixo seriam aceitáveis. No entanto, para outra biblioteca este MR pode ser inaceitável e, assim, todos os MR de 12 para cima seriam inaceitáveis (PEDERSOLI JR.; ANATOMARCHI; MICHALSKI, 2017).

Vamos retomar o exemplo da Coleção Especial Acadêmico de Biblioteconomia, que discutimos na etapa anterior. Trata-se de uma coleção especial bibliográfica, originária da coleção particular de um acadêmico com alta relevância na área da Biblioteconomia. Essa coleção possui 500 itens, e pode ser dividida em três grupos: 150 itens são livros comprados pelo acadêmico, para o exercício da sua profissão, que estão todos anotados e se tratam de obras importantes para a área; 250 itens que lhes foram doados, a maioria com dedicatórias, mas que nem todos foram lidos e não necessariamente têm relação com a área biblioteconômica; 100 itens são arquivos originais como manuscritos de artigos e demais trabalhos acadêmicos, tanto os de autoria própria como aqueles que o acadêmico orientou. Um dos “tesouros” dessa coleção é um livro do final do século XX, basilar para a Biblioteconomia no Brasil, comprado pelo acadêmico e com a dedicatória da autora para ele.

Agora, vamos considerar o risco de uma enchente de grandes proporções atingir essa coleção. Ao responder a Escala ABC para esse caso, temos que:

Quadro 23 – Escala ABC hipotética para a Coleção Especial Acadêmico de Biblioteconomia

Risco: enchente de grandes proporções (agente de deterioração “água”)		
Escala ABC	Pontuação	Observações
A	4,5	Analisando o acontecimento de enchentes no passado, a partir de dados oficiais de agências governamentais e conversando com funcionários mais antigos, chegou-se a essa pontuação para este risco, que é um evento.
B	4	Verificando documentos da biblioteca, foi observado que enchentes passadas acarretaram uma perda de valor significativa em cada objeto afetado, quando não sendo total ou quase total.
C	4	Aqui, considerou-se que, no caso de a enchente atingir a coleção, uma perda de valor significativa poderia ocorrer.
MR Total	12,5	

Fonte: A autora (2022).

Nessa coleção hipotética, a MR do risco “enchente de grandes proporções” fica no valor de 12,5, ou, de acordo com a escala de MR, uma perda de valor de 3% a cada 10 anos, equivalente a 30% de perda de valor a cada 100 anos. A equipe da biblioteca responsável por esse processo decidiu que se trata de um risco inaceitável. Portanto, esse risco será uma das prioridades de tratamento, e podemos inferir que todo risco acima deste valor também será considerado inaceitável.

Esse processo de avaliação dos riscos deve ser realizado com todos os riscos encontrados, de maneira que, no final, temos uma lista de riscos mais e menos prioritários para tratamento, que é realizado na próxima etapa do ciclo.

5.1.5 Tratamento dos riscos

O tratamento dos riscos é a última das cinco etapas principais do processo de gerenciamento de riscos. Após estabelecermos escopo, critério e contexto, identificarmos os riscos, analisarmos e avaliarmos os riscos, a etapa de tratamento tem como propósito “[...] selecionar e implementar opções para abordar riscos”, e nela

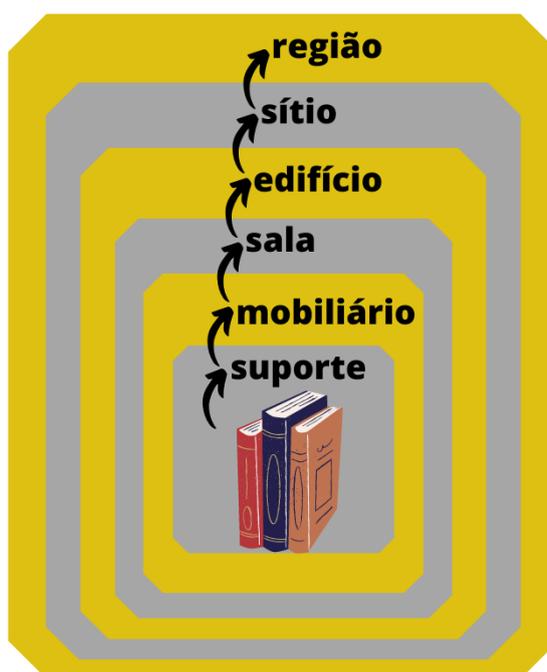
devemos

- formular e selecionar opções para tratamento do risco;
- planejar e implementar o tratamento do risco;
- avaliar a eficácia deste tratamento;
- decidir se o risco remanescente [se houver] é aceitável; [e]
- se não for aceitável, realizar tratamento adicional (ABNT, 2018, p. 14)

Assim como nas outras etapas do processo, algumas ferramentas foram desenvolvidas para que possamos pensar e realizar o tratamento de riscos, dentro do gerenciamento de riscos, em acervos culturais. Elas são as seis camadas de invólucro, que já detalhamos na etapa de identificação dos riscos, e os cinco estágios de controle de riscos.

Relembrando as seis camadas que envolvem a coleção:

Ilustração 4 – Seis níveis de invólucro da coleção



Fonte: A autora (2022), com base em Pedersoli Jr.; Antomarchi; Michalski (2017).

Na etapa de identificação dos riscos, essas seis camadas foram utilizadas para reconhecer riscos que poderiam estar presentes ou surgirem a partir de cada uma delas. Nesse momento, na etapa de tratamento, convém considerar “[...] o que pode ser feito em cada uma das camadas [...] para reduzir a ocorrência e/ou o impacto de cada risco” (PEDERSOLI JR.; ANATOMARCHI; MICHALSKI, 2017, p. 104).

Em outras palavras, relacionar as seis camadas aos tratamentos considerados ou pensar tratamentos a partir das seis camadas é uma maneira de realizar essa etapa de modo mais completo e eficaz.

Nesse sentido, se voltarmos ao risco de um incêndio que utilizamos em alguns momentos deste capítulo, é possível pensar nos seguintes tratamentos em relação às seis camadas de invólucro:

- organizar treinamentos com o corpo de bombeiros da região, simulando o acontecimento desse risco (região);
- garantir o bom funcionamento de hidrantes para o uso das equipes de emergência (sítio);
- garantir que as instalações elétricas estejam atualizadas e em bom estado (edifício);
- garantir o bom funcionamento de equipamentos elétricos, evitando um curto-circuito ou sobrecarga (sala);
- evitar, dentro do possível, móveis que ajudam na propagação rápida do fogo, como os de madeira (móvel).

Utilizar os invólucros nessa etapa também nos auxilia a ter uma visão mais abrangente dos tratamentos possíveis, de modo que não seja considerado apenas o ambiente mais imediato da coleção, mas também o seu entorno. É interessante observar que nem sempre iremos conseguir elencar tratamentos para todas as camadas, o que, para alguns riscos, é perfeitamente normal.

Além das seis camadas, outra ferramenta bastante útil nessa etapa se baseia nos cinco estágios de controle de riscos, que “[...] formam uma sequência lógica de ação para o tratamento de riscos ao acervo” (PEDERSOLI JR.; ANTONMARCHI; MICHALSKI, 2017, p. 105). Trata-se de cinco estágios sequenciais, a saber: evitar, bloquear, detectar, responder, e recuperar, onde devemos pensar em um ou mais tratamentos para cada estágio.

Abaixo, os cinco estágios detalhados:

Quadro 24 – Cinco estágios de controle dos riscos

Evitar	Ações para evitar a causa do risco e/ou qualquer coisa que aumente sua chance de acontecer. Se for possível, é a ação mais lógica e mais eficaz.
Bloquear	Ações para bloquear os agentes de deterioração. Se não for possível evitar, deve-se tentar interpor uma barreira entre o acervo e o agente.
Detectar	Ações para detectar os agentes de deterioração e os seus efeitos no acervo, de modo a proporcionar uma reação rápida.
Responder	Ações para responder a presença e a ação danosa dos agentes de deterioração encontrados. Inclui todo o planejamento e preparação para uma resposta rápida e eficiente. No desenvolvimento dos tratamentos dos riscos, esta etapa deve andar sempre junta à anterior.
Recuperar	Ações para recuperar perdas e danos sofridos. Essa etapa será realizada caso todas as ações anteriores falhem, ou no caso de riscos difíceis de prever com certeza.

Fonte: Araujo (2019); Pedersoli Jr.; Antomarchi; Michalski (2017).

Os cinco estágios de controle dos riscos deixam claro que, apesar da preferência por ações de prevenção, que são mais eficazes para evitar o dano, o planejamento de ações reativas também é importante para que a perda, caso o risco aconteça, seja a menor possível. Pedersoli Jr.; Antomarchi; Michalski (2017, p. 106) afirmam que “[...] uma gestão de riscos responsável e bem feita deve integrar essas duas esferas [preventiva e reativa] de ação para que os resultados almejados sejam efetivamente alcançados”.

Voltando ao exemplo do incêndio na hipotética Coleção Especial Acadêmico de Biblioteconomia, algumas das ações que elencamos para as seis camadas de invólucro também podem ser listadas para os cinco estágios:

- organizar treinamentos com o corpo de bombeiros da região, simulando o acontecimento desse risco (RESPONDER);
- garantir o bom funcionamento de hidrantes para o uso das equipes de emergência (EVITAR);

- garantir que as instalações elétricas estejam atualizadas e em bom estado (EVITAR/DETECTAR);
- garantir o bom funcionamento de equipamentos elétricos, evitando um curto-circuito ou sobrecarga (EVITAR);
- evitar, dentro do possível, mobílias que ajudam na propagação rápida do fogo, como os de madeira (EVITAR/BLOQUEAR).

E, além dessas, ainda podemos elencar mais algumas ações, considerando o risco “incêndio” e os cinco estágios de controle de riscos:

- instalar portas corta-fogo nos acessos à coleção (BLOQUEAR);
- desenvolver um plano de emergência que guie as ações da equipe caso o risco ocorra (RESPONDER/RECUPERAR).

Como observado, essas duas ferramentas, nessa etapa, podem ser combinadas “[...] para nos auxiliar a pensar em possíveis opções de tratamento de forma sistemática e abrangente” (PEDERSOLI JR.; AN TOMARCHI; MICHALSKI, 2017, p. 108), conforme o quadro abaixo:

Quadro 25 – Seis camadas de invólucro da coleção x Cinco estágios de controle dos riscos

	Região	Sítio	Edifício	Sala	Mobiliário	Embalagem, suporte
Evitar						
Bloquear						
Responder						
Recuperar						

Fonte: Pedersoli Jr.; Antomarchi; Michalski (2017).

Desse modo, podemos elencar ações e medidas de tratamento considerando, ao mesmo tempo, os cinco estágios para controle dos riscos e as seis camadas de invólucro da coleção. É importante lembrar, no entanto, que são ferramentas que permitem realizar essa etapa de maneira mais abrangente e que, portanto, “[...] não é obrigatório e, às vezes, nem mesmo possível preencher todas as células ou combinações [...] na tabela para cada um dos riscos” (PEDERSOLI JR.; ANATOMARCHI; MICHALSKI, 2017, p. 108).

Após elencar todos os possíveis tratamentos para os riscos que encontramos no começo do processo, o próximo passo é selecionar as opções mais relevantes no contexto onde o processo está sendo realizado. Nesse sentido, podemos considerar algumas questões:

- *Em que extensão a opção reduz o risco? Ela elimina completamente, reduz expressivamente, ou proporciona apenas uma redução “moderada” ou “pequena” do risco?* Nosso objetivo principal é desenvolver e selecionar opções factíveis que eliminem ou reduzam em grande extensão cada um dos riscos prioritários ao acervo.
 - *Quanto custa implementar a opção?* Lembre-se que algumas opções podem ter custos iniciais (implantação) e, subsequentemente, custos periódicos de manutenção.
 - *A opção reduz mais de um risco?* Por exemplo, exibir objetos do acervo em vitrines reduz os riscos de danos por toque intencional ou contato acidental de visitantes, acúmulo de poeira e furto oportunista.
 - *A opção é factível para o museu [ou biblioteca]? Ela conflita com outras opções?*
 - *A opção introduz novos riscos para o acervo?*
- (PEDERSOLI JR.; ANATOMARCHI; MICHALSKI, 2017, p. 115, grifo do autor).

Essa etapa não é, portanto, apenas sobre pensar e elencar os melhores tratamentos para os riscos encontrados. Devemos considerar, sobretudo, as ações e medidas de tratamento que são mais pertinentes para o contexto da coleção e da instituição, não apenas para iniciá-las, mas também para mantê-las. A manutenção é, aliás, um dos principais pontos a serem considerados na escolha de um tratamento para o risco, e deve ser refletida de modo que a biblioteca e a instituição consigam manter o tratamento pelo maior período possível, de maneira eficaz e eficiente.

Portanto, esta etapa termina com a elaboração de um plano para a implementação dos tratamentos escolhidos. Tal plano deve incluir:

- cronograma realista (indicando os momentos previstos para iniciar a implantação de cada medida e o período necessário para fazê-lo);

- a identificação de resultados mensuráveis (explicitando as mudanças ou melhorias concretas esperadas que possam ser auditadas);
- a definição clara de papéis e responsabilidades para cada um dos setores e profissionais da instituição que estarão envolvidos com o tratamento dos riscos;
- todos os recursos necessários à implementação das medidas selecionadas (materiais, equipamentos, financiamento, recursos humanos etc.);
- [a] necessidade de envolvimento ou não de profissionais externos ou internos ao setor de patrimônio cultural e à instituição, para consulta;
- [a] necessidade de envolvimento ou não de instituições externas e internas ao setor, como universidades, centros de pesquisa, corpo de bombeiros, polícias (civil, militar, federal), defesa civil, etc. (PEDERSOLI JR.; AN TOMARCHI; MICHALSKI, 2017, p. 117).

5.1.6 Comunicação e consulta

A etapa de comunicação e consulta diz respeito “[...] ao diálogo contínuo com as diferentes partes interessadas – internas e externas na gestão de riscos” (ARAÚJO, 2019, p. 52). O propósito desta etapa “[...] é auxiliar as partes interessadas pertinentes na compreensão do risco, na base sobre qual as decisões são tomadas e nas razões pelas quais ações específicas são requeridas” (ABNT, 2018, p. 10).

Uma vez que tenhamos conhecimento das partes interessadas no processo, seja interna ou externamente à coleção, biblioteca e/ou instituição, a “comunicação busca promover a conscientização e o entendimento do risco, enquanto a consulta envolve obter retorno e informação para auxiliar a tomada de decisão” (ABNT, 2018, p. 10). Nesse sentido, é possível que a equipe responsável pelo processo de gestão de riscos realize reuniões, palestras, treinamentos e outros tipos de comunicação para mostrar aos agentes interessados no processo não só o que está sendo realizado, mas a sua importância, os objetivos, os riscos que estão sendo analisados, etc. Além disso, também é possível – e, talvez, até mesmo recomendado – que a equipe consulte profissionais de outros setores da própria instituição e externos a ela, para assegurar um processo abrangente e completo.

Por fim, os objetivos dessa etapa incluem:

- reunir diferentes áreas de especialização para cada etapa do processo de gestão de riscos;
- assegurar que pontos de vista diferentes sejam considerados apropriadamente ao se definirem critérios de risco e ao se avaliarem riscos;
- fornecer informações suficientes para facilitar a supervisão dos riscos e a tomada de decisão;
- construir um senso de inclusão e propriedade entre os afetados pelo risco (ABNT, 2018, p. 10).

5.1.7 Registro e relato

Esta etapa diz respeito ao dever, de todos os envolvidos, de registrar e relatar todos os passos do processo, como dúvidas, consultas, decisões, etc. A ABNT NBR ISO 31000, de 2018, afirma que “convém que o processo de gestão de riscos e seus resultados sejam documentados e relatados por meio de mecanismos apropriados” (ABNT, 2018, p. 16), e coloca que os objetivos são:

- comunicar atividades e resultados de gestão de riscos em toda a organização;
- fornecer informações para a tomada de decisão;
- melhorar as atividades de gestão de riscos;
- auxiliar a interação com as partes interessadas, incluindo aquelas com responsabilidade e com responsabilização por atividades de gestão de riscos (ABNT, 2018, p. 16).

A equipe responsável pelo processo de gerenciamento de riscos é quem decide acerca do método de relato, frequência, informações a serem compartilhadas com terceiros, a quem se destina, qual pessoa será responsável por essa tarefa, etc. É imprescindível, no entanto, que todo o processo seja registrado enquanto acontece, em meios formais ou não formais, o que poderá gerar um documento oficial ao final do processo (ABNT, 2018). Trata-se de uma etapa importante para o trabalho de monitoramento, revisão e análise que vem após o término do processo, para atender qualquer necessidade posterior, salvaguardando a equipe, e também guiando as próximas equipes responsáveis na realização do processo novamente.

5.1.8 Monitoramento, revisão e análise crítica

Por último, esta etapa do processo de gerenciamento de riscos diz respeito ao “[...] aspecto renovável da gestão de risco [...]” no sentido de que este é “[...] um processo em movimento, em renovação, que não deve ficar estacionado em um final” (ARAUJO, 2019, p. 52). Em outras palavras, o processo de gerenciamento de riscos não acaba quando são finalizadas as etapas principais do ciclo. Nesse sentido, não possui um ponto final definitivo e deve sempre ser revisado, monitorado e analisado criticamente para que possamos assegurar que os resultados obtidos, os tratamentos escolhidos e os riscos encontrados estejam sempre de acordo com o contexto da coleção.

Assim, “o propósito [...] é assegurar e melhorar a qualidade e eficácia da concepção, implementação e resultados do processo”, assim, podemos afirmar que

“convém que o monitoramento contínuo e a análise crítica periódica do processo [...] e seus resultados sejam uma parte planejada [...], com responsabilidades claramente estabelecidas” (ABNT, 2018, p. 16).

Dessa maneira, o plano de gerenciamento de riscos deve prever, por exemplo, o prazo que será válido, de que maneira será revisado, por quem, e de quanto em quanto tempo será realizada a análise do seu funcionamento dentro da coleção.

5.2 Breves considerações sobre a gestão de desastres em coleções especiais

Se o gerenciamento de riscos deve ser utilizado para gerenciar os possíveis eventos danosos aos objetivos da coleção especial, o gerenciamento de desastres, por sua vez, lida com aqueles riscos para os quais só podemos nos preparar para responder de maneira apropriada e satisfatória, uma vez que não podemos evitar o seu acontecimento. Além disso, o gerenciamento de desastres também acontece quando os riscos ocorrem fora do nosso controle, ou em proporções maiores que as previstas, e quando acontecem apesar das medidas de prevenção. Considerando a etapa de tratamento do gerenciamento de riscos e os cinco estágios de controle, o gerenciamento de desastres está localizado nos estágios “responder” e “recuperar”.

De modo geral, podemos compreender a ideia de “desastre” de acordo com o Escritório da Organização das Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastre (*United Nations Office for Disaster Risk Reduction*, UNISDR, da sigla em inglês) que afirma que este é

uma séria perturbação do funcionamento de uma comunidade ou sociedade em qualquer escala devido a eventos perigosos [...] levando a uma ou mais das seguintes [consequências]: perda ou impacto humano, material, econômico ou ambiental. (UNISDR, 2017, *on-line*, tradução nossa)⁶³.

Quando falamos em desastres, imediatamente, se faz a associação com riscos que já conhecemos, riscos que já foram priorizados e cujo acontecimento pode trazer, na maioria das vezes, um evento de grandes proporções que, conseqüentemente, causa ou tem o potencial de causar graves danos para a biblioteca, como prejuízos no acervo, atendimento, serviços etc. Um desastre em uma biblioteca é a concretização de riscos que trazem conseqüências negativas para o seu funcionamento normal.

⁶³ “A serious disruption of the functioning of a community or a society at any scale due to hazardous events interacting with conditions of exposure, vulnerability and capacity, leading to one or more of the following: human, material, economic and environmental losses and impacts”.

Um desastre é, portanto, “[...] a tragédia de um perigo natural ou causado pelo homem que afeta negativamente a sociedade [e/] ou o ambiente”⁶⁴ (BISWAS; CHOUDHURI, 2012, p. 12, tradução nossa). Um desastre pode ser imprevisível, desconhecido, rápido, urgente e incerto, além de perigoso (BISWAS; CHOUDHURI, 2012). Geralmente, a frequência e a severidade de um evento indesejado resultam no risco de um desastre, no sentido de que, normalmente, não estamos preparados para lidar com eventos repentinos que podem ser recorrentes, ou ao menos durar por um período não previsto de tempo, e com grande potencial de danos. Por exemplo, uma temporada atípica de chuva (KOSTAGIOLAS; ARAKA; BOKOS, 2011).

É possível distinguir três tipos de desastres: aqueles causados pelo homem, via erro, negligência ou a falha de sistemas; os tecnológicos e de equipamentos tecnológicos; e os chamados sociológicos, que estão relacionados ao primeiro por possuírem um fator e motivação humana muito fortes, que causam atos criminosos, protestos e guerras (BISWAS; CHOUDHURI, 2012).

De forma bastante frequente, o desastre é considerado ainda como a “consequência de riscos que não foram gerenciados de forma apropriada” (BISWAS; CHOUDHURI, 2012, p. 13, tradução nossa)⁶⁵. Ou seja, o risco era conhecido, mas não foi considerado e/ou tratado, talvez por ser considerado insignificante e, por isso, resultou em danos consideráveis.

Se, na maioria das vezes, o desastre é consequência de um risco que já temos algum conhecimento, é relevante mencionar que eletambém pode ocorrer devido a riscos que não prevemos, seja porque eram relativamente insignificantes para o contexto – o que é possível observar durante o estudo do gerenciamento de riscos –, ou porque realmente era impossível prevê-los.

Nesse momento, chegamos ao chamado “gerenciamento de desastres”, que consiste na tentativa de “reduzir a frequência ou as consequências de um evento [que pode causar um desastre]” (BISWAS; CHOUDHURI, 2012, p. 517, tradução nossa)⁶⁶.

Em geral, o gerenciamento de desastres em bibliotecas se manifesta no esforço de conter os efeitos do acontecimento de riscos não previstos, ou daqueles

⁶⁴ “A disaster is the tragedy of a natural or human-made [...] that negatively affects society or environment”.

⁶⁵ “[...] disasters are seen as the consequence of inappropriately managed risk”.

⁶⁶ “[...] the management of preparedness levels relates either to reducing the frequency or reducing the consequences of an event”.

para os quais não nos planejamos adequadamente, ou ainda para aqueles que não imaginamos serem possíveis. Esses esforços estão relacionados com a destinação, em caráter emergencial, de recursos financeiros, humanos, de tempo, entre outros, para impedir ou minimizar possíveis efeitos negativos na biblioteca. São esforços que envolvem mais pessoas que a equipe imediata da biblioteca, onde a cooperação, rapidez e organização são, muitas vezes, as palavras de ordem principais. Nesse sentido, o gerenciamento de desastres “é um processo dinâmico que requer [uma] boa cooperação e coordenação entre tipos diferentes de profissionais”⁶⁷ (KOSTAGIOLAS; ARAKA; THEODOROU; BOKOS, 2011, p. 518, tradução nossa).

No escopo deste trabalho, o gerenciamento de desastres está relacionado a estar preparado para responder ao eventual acontecimento de riscos, de forma eficiente e eficaz – nesse sentido, reconhecemos que, às vezes, o risco acontece apesar dos nossos esforços para evitá-lo, e estarmos preparados para isso, ainda que minimamente, é essencial. No entanto, o objetivo desta seção é apenas introdutório e, dessa forma, não pretendemos nos estender detalhadamente sobre o gerenciamento de desastres, visto que não é o nosso escopo.

O gerenciamento de desastres, de maneira geral, possui quatro passos para a sua realização: prevenção, preparo, reação/resposta e recuperação, apesar de alguns autores adicionarem um ou mais passos de acordo com seus entendimentos e pesquisas (MATTHEWS; EDEN, 1996; BRITISH LIBRARY, 2013; KOSTAGIOLAS; ARAKA; THEODOROU; BOKOS, 2011; BHADE; AUTE, 2016). O primeiro passo (prevenção) pode ser compreendido, no escopo deste trabalho, dentro do que discutimos anteriormente acerca do gerenciamento de riscos, uma vez que é uma fase que “[...] está preocupada com a adoção de medidas que vão prevenir a ocorrência de um evento [...]” (KOSTAGIOLAS; ARAKA; THEODOROU; BOKOS, 2011, p. 519, tradução nossa)⁶⁸.

Os três passos restantes são compreendidos como mais relacionados ao gerenciamento de desastres, uma vez que têm como objetivo lidar com a ocorrência do risco, planejando a resposta aos eventos com alta probabilidade de causarem graves danos à comunidade e, em consequência, à biblioteca e seu acervo. O segundo

⁶⁷ “Disaster management is a dynamic process that requires good cooperation and coordination among different types of professionals”.

⁶⁸ “Prevention is concerned with the adoption of measures that will prevent an even from occurring [...]”.

passo, “preparo”, trata do “planejamento de como responder”⁶⁹ e tem como finalidade “[...] alcançar um nível satisfatório de agilidade para responder a qualquer situação de emergência”⁷⁰ (BHADE; AUTE, 2016, p. 172-173, tradução nossa). A reação/resposta, por sua vez, tem como propósito os “esforços para minimizar os perigos criados por um desastre”⁷¹, onde o objetivo “[...] é providenciar assistência imediata para manter a vida, melhorar a saúde e apoiar a moral da população afetada”⁷² (BHADE; AUTE, 2016, p. 173, tradução nossa).

Em bibliotecas atingidas por desastres, a fase da resposta pode ter dois lados: primeiramente, garantir que todos os seus trabalhadores e colaboradores, assim como a população mais imediata, estão a salvo em um local seguro, nesse momento, o foco é em garantir o bem-estar da equipe e da comunidade. Por outro lado, a fase de resposta pode também se referir a garantir a salvaguarda das coleções e serviços da biblioteca que foram atingidos, direta ou indiretamente, pelo desastre. Em uma enchente, por exemplo, significa despender esforços para salvar coleções molhadas e para restabelecer, ainda que parcialmente, os serviços que podem ser úteis à população. É necessário mencionar que esses dois lados não se excluem – pelo contrário, se complementam, e devem ser parte do pensamento de resposta a um desastre.

A última fase, da recuperação, refere-se ao “retorno da comunidade ao normal” (BHADE; AUTE, 2016, p. 174, tradução nossa)⁷³. Nesse momento, a emergência está sob controle e as ações devem ser direcionadas à recuperação do acervo e dos serviços atingidos, bem como do edifício, se for o caso. Considerando o exemplo anterior, da enchente, a fase da recuperação tem como foco as medidas para, finalmente, lidar com os itens molhados, limpar o espaço da biblioteca, recomeçar os serviços oferecidos, entre outros.

É interessante destacar que, no caso da biblioteca não ser atingida pelo desastre, é possível – e necessário – que ela sirva como um local de apoio à comunidade, como ponto de encontro seguro, com serviços úteis – como acesso a internet e telefones – ou como local de recreação, entre outras possibilidades.

⁶⁹ “Preparedness [is about] planning how to respond”.

⁷⁰ “The goal of emergency preparedness programs is to achieve a satisfactory level of readiness to respond to any emergency situation”.

⁷¹ “Response [is about the] efforts to minimize the hazards created by a disaster”.

⁷² “The aim of emergency response is to provide immediate assistance to maintain life, improve health and support the morale of the affected population”.

⁷³ “Recovery [is about] returning the community to normal”.

Além disso, podemos considerar que o gerenciamento de desastres está inserido na etapa de “tratamento” do ciclo de gerenciamento de riscos, uma vez que além do tratamento para evitar o risco também é necessário ter clareza acerca do que é preciso ser feito no caso da sua ocorrência. Nesse sentido, ter um documento oficial da instituição detalhando o que deve ser feito no caso da ocorrência de um risco é uma medida preventiva, uma vez que irá impedir que o acervo seja danificado além do necessário ou do esperado.

Assim, o gerenciamento de desastres pode ser realizado considerando um de dois contextos:

- (a) No primeiro, a biblioteca pode produzir um documento oficial para cada risco emergencial identificado – nesse caso, existirá, por exemplo, um documento para responder à ocorrência de enchentes, outro para roubos, um diferente para incêndios, e o que mais for considerado prioridade máxima no quesito riscos para aquela coleção especial;
- (b) No segundo, é possível pensar em um documento mais genérico para a reação ao desastre. Assim sendo, a biblioteca pode identificar de um a três riscos de prioridade máxima, ou escolher não especificar nenhum, e elaborar um documento oficial que objetive esclarecer as ações a serem tomadas no caso de ocorrência de qualquer risco.

A escolha acerca do tipo de documento que será feito – um específico para cada risco ou um mais geral, ou ainda qualquer outro tipo que seja mais interessante no contexto da biblioteca – depende, exatamente, da biblioteca e das suas possibilidades no que diz respeito aos recursos disponíveis para pensar, elaborar e colocar em prática esse documento.

De maneira geral, um documento oficial para o gerenciamento de desastres deve conter passos específicos e ser escrito sem jargões ou termos mais técnicos e exclusivos da área biblioteconômica, além de detalhar as prioridades de salvamento, de como será feito o manuseamento de materiais danificados, e determinar um tipo de “kit de desastre”⁷⁴ a ser mantido na biblioteca, em local de fácil acesso, que será utilizado na ocorrência de algum desastre (BEALES, 2003; KOSTAGIOLAS; ARAKA;

⁷⁴ Esse “kit de desastre” contém ferramentas, equipamentos e utensílios básicos para lidar com um desastre. Por exemplo: luvas, máscaras e demais equipamentos de proteção individuais (EPIs), flanelas, papéis mata-borrão ou toalha (entre outros); pincéis, *tags* de identificação, bolsas plásticas, etc. O que for identificado como necessário para começar a lidar com um desastre pode estar nesse kit.

THEODOROU; BOKOS, 2011).

Para coleções especiais, um documento que almeje servir ao gerenciamento de desastres deve definir, principalmente, os itens que são a prioridade de salvamento da coleção, que devem ser selecionados com base em sua importância individual, mas também pelo conjunto. Por exemplo, se temos estabelecidos os valores que a coleção especial possui, e quais são os mais importantes para a biblioteca e/ou instituição em relação àquela coleção, a definição de prioridade deve ser feita de tal modo que a coleção especial consiga manter todos ou a maioria dos valores mais importantes, após o acontecimento do desastre.

Vamos considerar, hipoteticamente, uma coleção especial que pertenceu a um indivíduo que participou de uma importante parte da história de um país – essa coleção privada, apesar de relativamente pequena, com cerca de 200 itens, é bastante relevante. Com o tempo, a mesma coleção foi acrescida de itens, como livros, cartas e outros, que versam sobre esse acontecimento, sob outras perspectivas. Essa coleção possui os seguintes valores: histórico, de pesquisa, associativo, institucional e, principalmente, o valor de patrimônio/memória, que estão distribuídos pelos seus diversos itens. Para a biblioteca, o valor histórico, de patrimônio e institucional são os mais importantes em relação à essa coleção especial específica.

Com base nessa coleção hipotética, a definição das prioridades de salvamento deve ser feita de tal modo que, se o salvamento for bem-sucedido, os itens que representam os valores mais importantes para a biblioteca terão sido salvos e seus valores mantidos, total ou parcialmente. Para isso, é importante saber quais itens são esses e marcá-los para que a identificação seja rápida e precisa, o que é necessário no momento de um desastre.

É interessante mencionar que nas prioridades de salvamento podem ser incluídos outros objetos além do acervo bibliográfico, como equipamentos eletrônicos, peças museológicas etc. E, ainda, cabe afirmar que a principal prioridade em caso de desastre, em qualquer momento ou local e por qualquer motivo, são as pessoas. As prioridades de salvamento da coleção especial somente entram em cena depois que for considerado seguro e possível realizar essa ação.

Um documento que servirá como resposta ao acontecimento de um desastre deve conter (BEALES, 2003; ARAUJO, 2022):

- **Responsáveis pela escrita, data** em que foi escrito e oficializado, bem como uma **data de “validade”**, quando deverá ser revisto e/ou refeito;

- **Conceitos básicos:** de risco, de desastre, de quando esse documento deverá ser utilizado, entre outros;
- **Área que o documento cobre:** apenas a coleção especial? Todo o acervo? Toda a biblioteca? **E por quê;**
- **Detalhamento das prioridades de salvamento**, com a localização mais exata possível do que deverá ser salvo primeiro, caso necessário.
- **Passos específicos e claros que devem ser realizados** pela equipe uma vez que o desastre ocorra, por exemplo: o que fazer primeiro? E depois?;
- **Lista dos responsáveis por colocar o plano em prática**, com cargos e tarefas prioritárias de cada um;
- **Uma lista de telefones**, tanto da equipe, quanto de autoridades com as quais pode ser necessário entrar em contato após o desastre;
- **Uma lista de telefones de consultores** (individual ou institucional) que, possivelmente, poderão ser contatados;
- **Uma lista de fornecedores que, possivelmente, serão necessários:** por exemplo, de caixas, de limpeza, de higienização, etc.

Portanto, é relevante conhecer o gerenciamento de riscos para que possibilite adiantar acontecimentos que causem danos às coleções especiais, especialmente, em um cenário de escassez de recursos e com necessidade de definição de prioridades na biblioteca. O gerenciamento de riscos permite decisões bem fundamentadas, precisas e que podem garantir uma melhor salvaguarda das coleções.

No mais, o conhecimento acerca do gerenciamento de desastres em coleções especiais pode ser a diferença entre perder toda uma coleção ou apenas alguns itens, além de fornecer mais segurança para lidar com as emoções e realizar as ações necessárias em um momento difícil, tornando possível agir com mais clareza e de maneira mais eficiente. O conhecimento desses dois métodos é de suma importância para gestores de coleções especiais e não devem ser negligenciados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Patrimônio significa que alguém atribuiu valor a algo. Mas quem é esse alguém? E de quem é o patrimônio, afinal? (BOS, 2012, p. 20)⁷⁵.

Percebemos, ao longo deste trabalho, que as coleções são uma das formas pelas quais os indivíduos escolhem expressar e explorar sua visão de mundo – nesse sentido, há alguns séculos, as coleções representam o que um indivíduo ou até mesmo um grupo entende ou deseja expor sobre um assunto, uma área, um grupo de objetos, de animais – enfim, da vida ao seu redor. As coleções são, portanto, montadas, desenvolvidas, alteradas e desmontadas considerando as visões de mundo e desejos do(s) responsável(is) por ela.

Se entendermos que basta ser um conjunto de objetos para a formação de uma coleção, podemos apontar a existência de coleções nos templos gregos e nas igrejas católicas, onde objetos eram deixados para os deuses ou para os santos. Considerando uma intencionalidade de criar uma coleção, podemos apontá-las na Roma Antiga, em Alexandria pelos Ptolomeus, em Pérgamo (atual Bergama, Turquia), e na Idade Média, período que podemos considerar como o início do desenvolvimento de coleções tal como hoje as conhecemos.

Até o aparecimento dos gabinetes de curiosidades, a grande maioria das coleções era monopolizada pelo clero e pela nobreza, os detentores do poder naquele momento, e pouco alcançavam os grupos sociais fora desses segmentos. Com o Renascimento veio o desejo de conhecer o mundo para além daquele contado por esses grupos no poder, e com a curiosidade estimulada por diversas camadas da sociedade, podemos dizer que esta época viu um aumento bastante representativo da atividade de colecionar.

Surgiram, então, os gabinetes de curiosidades que, basicamente, eram objetos guardados em armários para exposição aos amigos, conhecidos e familiares daquele que os possuía. Se tratava, para os menos abastados, de itens de menor valor – moedas, por exemplo, ou, para quem tinha mais condições, de pedras preciosas, antiguidades, entre outros.

O colecionismo, portanto, surgiu e se desenvolveu a partir de dois motivos principais: a busca pelo conhecimento além daquele divulgado pela Igreja Católica; e

⁷⁵ "Heritage [...] means that someone has attached value to something. But who is this someone? Whose heritage is it anyway?"

o desejo de quem colecionava de poder, fama, prestígio e, por que não, uma vida após a morte – afinal, eles poderiam ir, mas suas coleções ficariam contando sua história e suas glórias.

Contemporaneamente, as coleções são menos formadas pelo desejo de conhecimento além daquele exposto pelos detentores do poder, e mais pelos desejos pessoais do próprio colecionador – um *hobby* que é baseado em uma vontade de possuir edições especiais, itens escassos, belos e/ou únicos sobre determinado assunto, por exemplo. Para além disso, as coleções contemporâneas também são formadas para apoiar as atividades de trabalho, pesquisa e/ou ensino daquele que as coleciona. Os motivos “originais” – prestígio, fama, vida após a morte, etc. – ainda existem, mas são talvez mais secundários hoje, em relação aos séculos passados.

Consideramos nesta pesquisa que uma coleção é um meio de fala, de comunicação e, nesse sentido, ela transmite algo, tanto do colecionador para si mesmo, quanto do colecionador para o espectador desses objetos que, reunidos, contam uma narrativa selecionada por aquele que coleciona. A coleção, nessa linha de pensamento, é uma ponte entre aquele que a coleciona e/ou observa, e o mundo que ela representa. Nesse sentido, são semióforos – uma ponte entre o visível e o invisível.

Os objetos em coleções, portanto, possuem valores que são diferentes daqueles que existiam na sua criação e uso primário. Em outras palavras, um objeto de coleção deve perder ou ter substituído seu valor “de uso”, nesse sentido, o seu valor original de criação é trocado por novos usos e valores em uma coleção. Um manuscrito realizado por um monge copista do século XIV, por exemplo, possui originalmente a função de servir como objeto de estudo, ou de transmissão de conhecimento para aqueles que tinham acesso a ele. Em uma coleção de biblioteca, séculos depois, esses usos são substituídos ou, no mínimo, colocados em segundo lugar, para dar lugar à função de representar a criação, os costumes e os meios da época em que foi criado.

Importa mencionar, a esta altura, que o livro é considerado nesta pesquisa como um objeto, a partir da sua materialidade e do que esta comunica, e como um objeto que é fonte e documento a partir das informações que contém em seu interior. As coleções bibliográficas são, portanto, coleções de objetos e, dessa maneira, semióforos.

Na questão do objeto – livro – enquanto semióforo, devemos mencionar que tal classificação depende de quem o observa. Ou seja, a partir do entendimento de que um semióforo é um objeto ao qual foi atribuído um significado, o livro para ser um semióforo deve conter um valor atribuído por aquele que o observa e/ou que o coleciona.

Seguindo adiante, ao falar das coleções bibliográficas podemos saltar para as bibliotecas e, segundo o escopo desta pesquisa, as bibliotecas universitárias. Nesses locais, as coleções têm o objetivo principal de apoiar as funções de ensino, pesquisa, extensão e inovação da universidade, e são formadas, avaliadas, desbastadas e descartadas com esse objetivo em mente – a utilidade de seu conteúdo para docentes, discentes, técnico-administrativos e, às vezes, usuários externos à comunidade acadêmica.

As bibliotecas universitárias que, no modelo que conhecemos hoje, surgiu no Brasil há menos de um século, ainda carecem de uma política governamental integrada que tenha como objetivo o desenvolvimento contínuo desses espaços essenciais para a educação superior. Faltam, nesse sentido, incentivos, orçamentos, e um reconhecimento da essencialidade da biblioteca universitária para o desenvolvimento do conhecimento no país.

Neste trabalho, além da função de serviço, consideramos principalmente a função patrimonial e de preservação que as coleções bibliográficas universitárias também carregam. Em outras palavras, a biblioteca universitária, com suas coleções, atua como detentora e protetora da memória da sociedade a que pertence, das pessoas que fazem parte de seu contexto. E, aliada ao dever de guardar e proteger a memória, consideramos ainda que as bibliotecas universitárias, por meio de suas coleções, também devem preservar essa memória, e fazer o possível para mantê-la disponível para acesso dos usuários.

As funções patrimonial e de preservação das bibliotecas universitárias nos permite justificar a existência de coleções especiais dentro de seu acervo. Isso é possível porque as coleções especiais bibliográficas são formadas por objetos – neste caso, livros e manuscritos, majoritariamente – que foram valorados de maneira diferente do restante do acervo e, por essa razão, reunidos. Essa valoração é realizada pela instituição e/ou biblioteca, ou ainda é inerente ao próprio item, à coleção, e diz respeito à memória, história e/ou identidade dos usuários reais ou potenciais da biblioteca.

Em outras palavras, a coleção especial enquanto patrimônio representa a memória – de modo geral – dos usuários pertinentes à coleção e/ou da biblioteca, de maneira direta ou indireta, a partir da representação da memória da própria instituição e/ou biblioteca. Mais especificamente, consideramos as coleções especiais bibliográficas como patrimônio bibliográfico no sentido de que são manifestações produzidas pela sociedade e suas comunidades e indivíduos, para desenvolver seu conhecimento, representar seus costumes ou tradições, entre outros motivos, e materializados nos impressos ou manuscritos, como os livros, mas também os folhetos, publicações periódicas, revistas, pôsteres e outros – ou seja, em suporte papel e afins, independente do formato.

Os valores atribuídos às coleções especiais bibliográficas são importantes para que possamos compreendê-las, e foram abordados na discussão sobre esse tipo de coleção, neste estudo. Procuramos detalhar, ainda que não de maneira extensa, o que são esses valores e quais podem ser colocados nesse tipo de coleção, a partir da literatura escolhida. Nesse sentido, sistematizamos os valores que podem ser considerados e desdobrados em coleções especiais, com o propósito de tornar essa valoração e o entendimento dos valores possíveis um pouco menos subjetivo para os bibliotecários e gestores de coleções especiais.

Uma vez que consideramos as coleções especiais como patrimônio, afirmamos que elas devem estar disponíveis para acesso, apreciação e estudo daqueles que por ela se interessarem. Para que esse acesso seja o melhor possível, essas coleções devem estar em boas condições de uso e/ou observação – neste momento, entramos na prevenção das deteriorações, naturais ou causadas pelo homem, que podem ocorrer em coleções bibliográficas.

As deteriorações são causadas por riscos aos quais as coleções especiais estão sujeitas. Neste trabalho, os riscos foram sistematizados nos dez agentes de deterioração, já conhecidos pela literatura, que foram nomeados “agentes de riscos”, a partir do que indica o IBRAM (2013). A finalidade, ao indicar esses agentes, foi detalhá-los para que se tornassem conhecidos por aqueles que lidam e gerenciam coleções especiais, de modo que saibam identificar as possibilidades de riscos que já existem ou que podem surgir nas coleções. Para isso, indicamos imagens, descrições e cenários hipotéticos, de modo que cada um dos agentes fosse descrito de maneira mais detalhada possível.

A ocorrência desses riscos é o que ameaça os objetivos da coleção e,

considerando que alguns dos objetivos de coleções especiais são o acesso pelo usuário e a preservação, portanto, a especificação dos riscos que podem ocorrer faz parte de um trabalho para subsidiar o pensamento de prevenção daqueles que são responsáveis por esses itens. Nesse sentido, afirmamos que o caminho para a preservação é a conservação preventiva, em outras palavras, lidar com os riscos, o máximo possível, antes que aconteçam, elencando medidas e ações para prevenir suas ocorrências.

Para além do conhecimento sobre os riscos, procuramos também elencar uma metodologia para organizar uma gestão de preservação voltada à conservação preventiva ao detalhar o gerenciamento de riscos como uma maneira de identificar e trabalhar com a possibilidade de riscos na coleção especial. O gerenciamento de riscos é uma metodologia que se mostra, cada vez mais, essencial para as bibliotecas pelo fato de permitir o conhecimento dos riscos mais prioritários e, com isso, poupar gastos e esforços desnecessários.

No cenário específico das coleções especiais em bibliotecas universitárias, o conhecimento acerca dos riscos e o gerenciamento de riscos permite facilitar a priorização – o que é muito bem-vindo, especialmente, em razão dos frequentes cortes no já limitado orçamento disponível para gerenciar não só essas coleções, mas também a biblioteca como um todo. Reconhecer que a coleção pode sofrer com os riscos e agir para os evitar, mitigar ou, no mínimo, responder de forma satisfatória, é também reconhecer a importância da própria coleção, e o desejo de que sobreviva para as próximas gerações e esteja salvaguardada pela biblioteca.

Para além do gerenciamento de riscos, discutimos também o gerenciamento de desastres, em outras palavras, o planejamento para emergências. É fato que, apesar do esforço estar direcionado para a prevenção, nem todo risco ou acontecimento de risco será possível de evitar, e o trabalho que resta, então, é o de responder de maneira adequada ao seu acontecimento.

Apesar da sua provável subjetividade, ao falarmos de uma resposta adequada nos referimos àquela em que a vida humana e as coleções são protegidas, sem perdas humanas e o mínimo possível de perdas na coleção. Trata-se de garantir uma resposta rápida, coordenada, segura, eficiente e sem (muito) pânico. Para que isso aconteça, é preciso estar preparado não apenas para evitar o risco, mas também para responder a ele, e isso é materializado no planejamento para emergências, que chamamos de gerenciamentos de desastres e sobre o qual

discorreremos de maneira breve.

Sendo o programa que acolhe este trabalho um Mestrado Profissional, as discussões acerca de coleção, coleções especiais, riscos e gerenciamento de riscos e de desastres foram realizadas com o objetivo de fornecerem subsídios teóricos para a montagem de um Guia de Preservação de Coleções Especiais em Bibliotecas Universitárias, em apêndice. O propósito maior deste guia foi reunir em apenas um documento informações para o entendimento acerca de riscos em coleções especiais, e como podemos gerenciá-los. Procuramos trazer definições, discussões, imagens e exemplos em uma linguagem mais descomplicada possível.

Nesse sentido, reafirmamos a inspiração no Guia de Gestão de Riscos para o Patrimônio Museológico, do ICCROM/CCI.

Como produto técnico-científico, o guia pretende ser um instrumento metodológico, um documento que almeja, dentro de suas limitações, guiar profissionais de coleções especiais para uma gestão da preservação coordenada e eficiente para essas coleções. Não pretendemos um documento fechado e nem final, e também estamos longe de um estudo de caso. Trata-se de uma reunião de informações que desejamos serem úteis para todos aqueles que lidam com essas coleções, principalmente, em bibliotecas universitárias, mas também, por que não, em outros tipos de bibliotecas.

Por fim, procuramos mostrar nesta dissertação que as coleções especiais bibliográficas são mais que um amontoado de livros em uma sala trancada da biblioteca: elas podem ser patrimônio, contando a história, memória e/ou identidade de um grupo, de uma área do conhecimento, momento da sociedade ou até mesmo da própria instituição. São coleções com valorações diferenciadas que, ao serem colocadas como especiais – em razão desses mesmos valores diferentes – devem ser preservadas. Nesse sentido, o objetivo foi mostrar os riscos que podem ocorrer nessas coleções especiais (e patrimoniais) e como podemos sistematizar uma gestão de preservação para lidar com eles, a partir da conservação preventiva e, mais especificamente, do gerenciamento de riscos.

Coleções patrimoniais – representadas aqui pelas coleções especiais bibliográficas – refletem a jornada de uma comunidade, grupo, sociedade ou nação. Devem estar, em razão disso, disponíveis – ou seja, deve haver a possibilidade de (re)conhecimento da sua existência e de acesso aos seus itens, para que esse valor patrimonial continue fazendo sentido. Afirmamos, portanto, o quão relevante é estar

ciente dos riscos e da importância de combatê-los, com a finalidade de preservar a memória social que existe nas coleções especiais em bibliotecas universitárias.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Regina Oliveira de; SANTANA, Jéssica Camargo; SILVA, Rayssa Tavares da; REIS, Terezinha Perpetuo Socorro Normando dos. Competência em informação e coleção especial. **Memória e Informação**, v. 2, n. 1, p. 66-76, 11 out. 2018. Disponível em:

<http://memoriaeinformacao.casaruibarbosa.gov.br/index.php/fcrb/article/view/48>.

Acesso em: 11 mar. 2022.

ALVES, Ana Paula Meneses. História e memória por meio de coleções especiais: o caso da biblioteca da UNESP/FCLAR. *In*: VIEIRA, Bruno V. G.; ALVES, Ana Paula Meneses (org.). **Acervos especiais**: memórias e diálogos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 45-69. Disponível em:

<https://www.fclar.unesp.br/Home/Instituicao/Administracao/DivisaoTecnicaAcademica/ApoioaoEnsino/LaboratorioEditorial/colecao-memoria-da-fcl-n9.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.

ARAUJO, André Vieira de Freitas. Gestão de coleções raras e especiais no séc. XXI: conceitos, problemas, ações. *In*: VIEIRA, Bruno V. G.; ALVES, Ana Paula Meneses (org.). **Acervos especiais**: memórias e diálogos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 15-31. Disponível em:

<https://www.fclar.unesp.br/Home/Instituicao/Administracao/DivisaoTecnicaAcademica/ApoioaoEnsino/LaboratorioEditorial/colecao-memoria-da-fcl-n9.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.

ARAUJO, Bruno Melo de. **Entre objetos e instituições**: trajetória e constituição de objetos de C&T das Engenharias em Pernambuco. 332 f. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Museu de Astronomia e Ciências Afins. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://www.repositoriobc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/12830>. Acesso em: 16 set. 2020.

ARAUJO, Jullyana Monteiro Guimarães. Breve panorama sobre bibliotecas no contexto da Covid-19: uma análise sobre os casos da UFF, TJERJ e TCE-RJ. *In*: FREITAS, Thiago Cirne (Org.). **Grupo de Discussão em Coleções Especiais Jurídicas**: debates para o futuro do patrimônio bibliográfico no Direito. Rio de Janeiro: GIDJ/RJ, 2022. Disponível em:

<https://biblioteca.pge.rj.gov.br/scripts/bnweb/bnmap.exe?router=upload/84411>.

Acesso em: 16 jul. 2022.

ARAUJO, Jullyana Monteiro Guimarães. A coleção especial como patrimônio bibliográfico no Brasil: uma abordagem conceitual. **Memória e Informação**, [Rio de Janeiro], v. 4, n. 2, p. 75-97, jul./dez. 2020. Disponível em:

<http://memoriaeinformacao.casaruibarbosa.gov.br/index.php/fcrb/article/view/132/89>.

Acesso em: 5 de maio de 2021.

ARAUJO, Jullyana Monteiro Guimarães. **A segurança física de coleções especiais: gerenciamento de risco na Biblioteca Central da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro**. 124 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

ARAUJO, Jullyana Monteiro Guimarães. Gestão de riscos para acervos bibliográficos: uma abordagem introdutória. 26 jul. 2018. *In: Encontro Nacional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência e Gestão da Informação*, 41., Rio de Janeiro, 2018. Rio de Janeiro: XLI ENEBD RIO, 2018. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/14341>. Acesso em: 10 jul. 2022.

APPELBAUM, Barbara. **Conservation Treatment Methodology**. New York: Barbara Appelbaum Books, 2010. 427 p.

ARONI, Allan. 50 anos da Reforma Universitária de 1968: a reforma que não acabou. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 17, n. 3, p. 235-259, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5761/576161730010/html/>. Acesso em: 25 fev. 2022.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Gerenciamento de riscos: do planejamento à execução**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2019. Publicações técnicas, 61. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/ASCOM/MANUAL_GERENCIAMENTO_RISCOS_2019_DIGITAL_MIOLO_online.pdf. Acesso em: 11 out. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 31000: Gestão de riscos –diretrizes**. Rio de Janeiro, 2018. 17 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 31000: Gestão de riscos –princípios e diretrizes**. Rio de Janeiro, 2009. 24 p.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo; LOUREIRO, Maria Lucia Niemeyer Matheus. **Afinal, os objetos falam? Reflexões sobre objetos, coleções e memória**. *In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB*, XX, 2019, Florianópolis, SC. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/951/707>. Acesso em: 2 abr. 2022.

BAPTISTA, Dulce Maria; SOUSA, Maria do Socorro Neri de; MANINI, Miriam Paula. Universidade, biblioteca universitária e preservação da memória institucional: revisão de literatura. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 15, n. 2, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1066>. Acesso em: 19 fev. 2022.

BEALES, Donna L. Before Disaster Strikes. **Journal of Hospital Librarianship**, v. 3, n. 4, p. 11-24, 2003. Disponível em: https://doi.org/10.1300/J186v03n04_03. Acesso em: 19 abr. 2020.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 2010. 368 p.

BIBAS, Marli Gaspar. **As marcas de proveniência como elementos para a construção narrativa da trajetória do exemplar *Histoire de l'Origine et des Premiers Progrès de l'Imprimerie (1740)***: da Real Biblioteca à Biblioteca Central da UNIRIO. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2019. 84 f., il.

BISWAS, Bidhan Chandra; CHOUDHURI, Sabuj Kumar. Digital information resources for disaster management of libraries and information centres. **Bangladesh Journal of Library and Information Science**, v. 2, n. 1, p. 12-21, 12 dez. 2012.. Disponível em: <https://doi.org/10.3329/bjilis.v2i1.12915>. Acesso em: 19 abr. 2020.

BHADE, Vilas Kisanrao; AUTE, G.P. Disaster management for libraries. **Knowledge Librarian**, v. 3, n. 1, jan./feb. 2016, p. 171-180. Disponível em: <http://www.klibjilis.com/3.1.22.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2020.

BLOM, Philipp. **Ter e manter**: uma história íntima de colecionadores e coleções. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BOJANOSKI, Silvana; ALMADA, Márcia. **Glossário ilustrado de conservação e restauração de obras em papel**: danos e tratamentos. Belo Horizonte [MG]: Fino Traço, 2021. 586 p.

BORGES, Luiz C.; CAMPOS, Marcio D'Oliveira. Patrimônio como valor, entre ressonância e aderência. *In: Encontro Anual do Subcomitê Regional de Museologia para América Latina e o Caribe – ICOFOM LAM*, 21., 2012. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2012. Disponível em: <https://www.sulear.com.br/textos/BORGES%20e%20CAMPOS%20Patrimonio%20como%20Valor%20IV%20SIAM.pdf>. Acesso em: 15 set. 2020.

BOS, Jan. All books are equal, but some books... *In: MOUREN, Raphaële (Ed.). Ambassadors of the Book*. Holanda: IFLA Publications, 2012. p. 15-24.

BRASIL. **Decreto nº 3.890, de 1º de janeiro de 1901**. Approva o Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário, dependentes do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-3890-1-janeiro-1901-521287-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 fev. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, [...]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 fev. 2022.

BRASIL. **Lei nº 5.549, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei->

[5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html](https://www.academia.edu/7957604/Collection_Risk_Management_The_Next_Frontier). Acesso em: 20 fev. 2022.

BRIET, Suzanne. **O que é a documentação?** Tradução: Maria de Nazareth Rocha Furtado. Brasília, DF: Briquet de Lemos: Livros, 2016.

BROKERHOF, Agnes W. Collection Risk Management: the next frontier. *In: CMA Cultural Property Protection Conference*. Ottawa (Canadá), 2006. Disponível em: https://www.academia.edu/7957604/Collection_Risk_Management_The_Next_Frontier. Acesso em: 13 out. 2020.

CANADIAN CONSERVATION INSTITUTE. **10 agents of deterioration**. [Canada]: [s.n.], [201-?]. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/agents-deterioration.html>. Acesso em: 20 maio 2022.

CARVALHO, Tereza Cristina Oliveira Nonatto de. UNICAMP: Coleções especiais e raras. *In: VIEIRA, Brunno V. G.; ALVES, Ana Paula Meneses (org.). Acervos especiais: memórias e diálogos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 89-100. Disponível em: <https://www.fclar.unesp.br/Home/Instituicao/Administracao/DivisaoTecnicaAcademica/ApoioaoEnsino/LaboratorioEditorial/colecao-memoria-da-fcl-n9.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.

CASSARES, Norma Cianflone. **Como fazer Conservação Preventiva em Arquivos e Bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/publicacoes/tecnica/ver/como-fazer-conservacaopreventiva-em-arquivos-e-bibliotecas-v5>. Acesso em 18 jan. 2022.

CASSON, Lionel. **Bibliotecas no mundo antigo**. São Paulo: Vestígio, 2018.

CLAYAÍN, Javier Tacón. Los desastres en archivos y bibliotecas: causas y efectos, protección y recuperación. Madrid: Universidad Complutense, 2010. **Documentos de trabajo U.C.M Biblioteca Histórica**, v. 3. Disponível em: <https://eprints.ucm.es/10584/>. Acesso em: 12 jan. 2019.

CONSERVATION WIKI. **Ten agents of deterioration**. [Estados Unidos]: American Institute for Conservation, 2020. Disponível em: https://www.conservation-wiki.com/wiki/Ten_Agents_of_Deterioration. Acesso em: 20 maio 2022.

CÓSCIA, Vera Lucia. UFSCar: coleções especiais em uma biblioteca comunitária. *In: VIEIRA, Brunno V. G.; ALVES, Ana Paula Meneses (Orgs.). Acervos especiais: memórias e diálogos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 71-88. Disponível em: <https://www.fclar.unesp.br/Home/Instituicao/Administracao/DivisaoTecnicaAcademica/ApoioaoEnsino/LaboratorioEditorial/colecao-memoria-da-fcl-n9.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2022.

CUNHA, Murilo Bastos da. Construindo o futuro: a biblioteca universitária brasileira do em 2010. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 71-89, jan./abr. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n1/v29n1a8.pdf>. Acesso em: 26 maio 2021.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. 451 p. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/34113>. Acesso em: 23 maio 2019.

CUNHA, Murilo Bastos da; DIÓGENES, Fabiene Castelo Branco. A trajetória da biblioteca universitária no Brasil no período de 1901 a 2010. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 21, n. 47, p. 100-123, set./dez. 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/22045>. Acesso em: 10 out. 2021.

CUNHA, Luiz Antonio. Ensino superior e universidade no Brasil. *In*: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 2. ed.

DIAS, Geneviane Duarte; SILVA, Terezinha Elizabeth da; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. Políticas de informação nas bibliotecas universitárias: um enfoque no desenvolvimento de coleções. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Campinas, v.11, n.1, p.39-54, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1650/pdf>. Acesso em: 15 maio 2021.

DIÓGENES, Fabiene Castelo Branco. **Os novos papéis da biblioteca universitária brasileira**. Brasília, 2012. 444 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/12305>. Acesso em: 5 maio 2021.

EDSEL, Robert M. **Salvando a Itália**: a corrida para resgatar das mãos dos nazistas os tesouros de uma nação. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A universidade no Brasil**: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/yCrwPPNGGSBxWJCmLSPfp8r/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 fev. 2022.

FERNÁNDEZ DE ZAMORA, Rosa María. Conocer, valorar y difundir el patrimonio documental de América Latina y el Caribe. *In*: **WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS: IFLA GENERAL CONFERENCE AND ASSEMBLY**, 75., 2009, Milão. Programme and proceedings [...]. [S.l.]: IFLA, 2009. Disponível em: <https://www.ifla.org/past-wlic/2009/98-fernandez-es.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2022.

FONSECA, Edson Nery da. Introdução à Biblioteconomia. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2007.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. CASA DE OSWALDO CRUZ. **Política de preservação e gestão de acervos culturais das ciências e da saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2013. 26 p. Disponível em: http://www.coc.fiocruz.br/images/PDF/politica_preservacao_gestao_acervos_coc.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Guia de Gestão de Riscos da Fiocruz**. [s.l.]: FIOCRUZ, 2019. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/39359>. Acesso em: 11 out. 2020.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas [on-line]**, 1995, v. 35, n. 2, p. 57-63. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-75901995000200008>. Acesso em: 28 ago. 2021.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, Materialidade e Subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832005000100002>. Acesso em: 15 set. 2020.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, Maria Nélide. A universidade e a “sociedade da informação”. *Rev. Dig. Bibl. Ci. Inf.*, Campinas [SP], v. 9, n. 1, p. 225-242, jul./dez. 2011. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1928>. Acesso em: 27 fev. 2022.

GUICHEN, Gael de. Preventive conservation: a mere fad or far-reaching change?. *In: Museum International: Preventive conservation* [Paris]. [Reino Unido; Estados Unidos: Blackwell Publishers], 1999, v. 51, n. 1. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000114934>. Acesso em: 24 abr. 2019.

HERNAMPÉREZ, Arsenio Sánchez. **Políticas de conservación en bibliotecas**. [s.l.]: Arco Libros, 1999.

HOLLÓS, Adriana Cox; PEDERSOLI JR., José Luiz. Gerenciamento de riscos: uma abordagem interdisciplinar. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 3, n. 1, p.72-81, abr. 2009. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3314>. Acesso em: 11 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Programa para a gestão de riscos ao patrimônio musealizado brasileiro**. Rio de Janeiro: IBRAM, 2013. Cartilha. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/programa_PGRPMB_web.pdf. Acesso em: 11 out. 2020.

JARAMILLO, Orlanda; MARÍN-AGUDELO, Sebastián-Alejandro. Patrimonio bibliográfico en la biblioteca pública: memorias locales e identidades nacionales. **El profesional de la información**, Barcelona, v. 23, n. 4, p. 425-432, jul./ago. 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10495/8356>. Acesso em: 10 nov. 2018.

JANCZURA, Rosane. Risco ou vulnerabilidade social?. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v.2, n.2, p. 301-308, ago./dez. 2012. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/12173>. Acesso em: 11 out. 2020.

JATOBÁ, Anne Karolinne Sampaio Xavier. **Gerência de riscos em projetos de desfiles da escola de samba do grupo especial do Rio de Janeiro**: estudo de

caso da Paraíso do Tuiti. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/11734>. Acesso em: 10 out. 2020.

KILMARX, Beth T. et al. **Competency guidelines for rare books and special collections professionals**. Holanda: International Federation of Library Associations and Institutions, oct. 2020. Disponível em: <https://repository.ifla.org/bitstream/123456789/1382/1/competency-guidelines-for-rbsc-professionals.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2022.

KOSTAGIOLAS, Petros; ARAKA, Iliana; THEODOROU, Roxana; BOKOS, George. Disaster management approach for academic libraries: an issue not to be neglected in Greece. **Library Management**, v. 32, n. 8/9, p. 316-530. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/01435121111187888>. Acesso em: 19 abr. 2020.

KU Leuven Libraries Special Collections (Twitter). One of the former readers/possessors of this work (7A269)... **Post de foto em 12 maio 2022**. Disponível em: https://twitter.com/SpColl_KULeuven/status/1524766102257078272. Acesso em: 5 jun. 2022.

LEIPNITZ, Fernando. **Gerenciamento de riscos na preservação de acervos bibliográficos**. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Biblioteconomia, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/101632>. Acesso em: 18 nov. 2017.

LINO, Lucia Alves da Silva; HANNESCH, Ozana; AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. Política de Preservação no âmbito do gerenciamento de Coleções Especiais: um estudo de caso no Museu de Astronomia e Ciências Afins. *In: Encontro Nacional de Acervos Raros*, 7., 2006, Rio de Janeiro, RJ. Anais [...]. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2007. p. 59-76. Disponível em: http://planorweb.bn.br/documentos/Lucia_Alves.pdf. Acesso em: 14 jan. 2019.

LINO, Lucia Alves da Silva; HANNESCH, Ozana; AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. Política de Preservação no âmbito do gerenciamento de Coleções Especiais: um estudo de caso no Museu de Astronomia e Ciências Afins. *In: Encontro Nacional de Acervos Raros*, 7., 2006, Rio de Janeiro, RJ. Anais [...]. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2007. p. 59-76. Disponível em: http://planorweb.bn.br/documentos/Lucia_Alves.pdf. Acesso em: 14 jan. 2019.

MARCON, Paul. Agent of deterioration: physical forces. *In: Canadian Conservation Institute. 10 agents of deterioration*. [Canada]: [s.n.], 2018. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/agents-deterioration/physical-forces.html>. Acesso em: 20 maio 2022.

MARTINS, Antonio Carlos Pereira. Ensino Superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira**, v. 17, supl. 3, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-86502002000900001>. Acesso em: 25 fev. 2022.

MARSHALL, Francisco. Epistemologias históricas do colecionismo. **Episteme**, Porto Alegre, n. 20, p. 13-23, jan./jun. 2005. Disponível em:

https://www.researchgate.net/profile/Francisco-Marshall-2/publication/264849099_EPISTEMOLOGIAS_HISTORICAS_DO_COLECCIONISMO/links/542ad07f0cf29bbc126a7565/EPISTEMOLOGIAS-HISTORICAS-DO-COLECCIONISMO.pdf. Acesso em: 20 jul. 2021.

MATTHEWS, Graham; EDEN, Paul. Disaster management training in libraries.

Library Review, v. 45, n. 1, p. 30-38. Disponível em:

<https://doi.org/10.1108/00242539610107730>. Acesso em: 10 jul. 2022.

MAYRINCK, Marina. **Universidade e biblioteca universitária no Brasil: o caso da Biblioteca Central do Gragoatá da Universidade Federal Fluminense (história e memórias: 1994-2015)**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2017. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/10835>. Acesso em: 30 set. 2021.

McDade, Travis. The Inside Story of the \$8 Million Heist From the Carnegie Library.

Smithsonian Magazine, set. 2020. Disponível em:

<https://www.smithsonianmag.com/arts-culture/theft-carnegie-library-books-maps-artworks-180975506/>. Acesso em: 5 jun. 2022.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Do Teatro de Memória ao Laboratório de História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura material**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 9-42, jan./dez. 1994. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5289>. Acesso em: 5 jul. 2021.

MICHAELIS [Dicionário *on-line*]. **Biblioclastia**. Disponível em:

<http://michaelis.uol.com.br/busca?id=vOYV>. Acesso em: 16 maio. 2022.

MICHALSKI, Stefan. Agent of deterioration: incorrect relative humidity. *In*: Canadian Conservation Institute. **10 agents of deterioration**. [Canada]: [s.n.], 2021. Disponível em:

<https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/agents-deterioration/humidity.html>. Acesso em: 20 maio 2022.

MICHALSKI, Stefan. Agent of deterioration: incorrect temperature. *In*: Canadian Conservation Institute. **10 agents of deterioration**. [Canada]: [s.n.], 2018. Disponível em:

<https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/agents-deterioration/temperature.html.html>. Acesso em: 20 maio 2022.

MICHALSKI, Stefan. Agent of deterioration: light, ultraviolet and infrared. *In*:

Canadian Conservation Institute. **10 agents of deterioration**. [Canada]: [s.n.], 2018.

Disponível em: <https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/agents-deterioration/light.html>. Acesso em: 20 maio 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, Método e Criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. Brasília, DF:

Briquet de Lemos, 2006. 2. ed.

MOSQUEIRA, Cláudio Maфра. Aspectos do planejamento e construção de bibliotecas universitárias no Brasil. *In: Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias*, 2., 1981, Brasília [DF]. Brasília: CAPES, 1981. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/3473>. Acesso em: 27 fev. 2022.

MOTTA, Paulo Roberto. Ansiedade e medo na empresa: percepção de risco das decisões gerenciais. *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*, Rio de Janeiro, RJ, v. 11, n. 2-3, p. 22-37, 2012. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbpg/article/view/78733>. Acesso em: 16 out. 2020.

MURGUIA, Eduardo Ismael. O colecionismo bibliográfico: uma abordagem do livro para além da informação. *Encontros Bibli: Rev. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.*, Florianópolis, n. esp., p. 87-104, 1. sem. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2009v14nesp1p87>. Acesso em: 20 maio de 2021.

MURGUIA, Eduardo Ismael; YASSUDA, Silvia Nathaly. Patrimônio histórico-cultural: critérios para tombamento de bibliotecas pelo IPHAN. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 12, n. 3, p. 65-82, set./dez. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-99362007000300006>. Acesso em: 25 ago. 2020.

NATIONAL ARCHIVES OF CANADA. *Preservation Policy*. Canada: National Archives, 2001. Disponível em: http://www.collectionscanada.gc.ca/13/1304/docs/preservationpolicy_e.pdf. Acesso em: 10 jan. 2019.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Proj. História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Tradução de Yara Aun Houry.

NUNES, Sueli M.; SANTOS, Luciana S. Políticas de informação e aprendizagem organizacional: desafios para a implantação de novas tecnologias em bibliotecas universitárias. *Comunicação e Informação*, v. 10, n. 1, p. 73-81, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/ci/article/viewFile/10311/7160>. Acesso em: 15 maio de 2021.

NWOKEDI, Grace Iyabo; PANLE, Paul Patrick; SAMUEL, Naomi. **Disaster management and preparedness**: a case study of University of Jos Library. Nebraska: Library Philosophy and Practice (e-journal), 2017. Disponível em: <http://digitalcommons.unl.edu/libphilprac/1590>. Acesso em: 10 dez. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA; INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Gestão de riscos de desastres para o patrimônio mundial**. Brasília: UNESCO; IPHAN, 2015. 80 p., il. Disponível em: <http://whc.unesco.org/document/135126>. Acesso em: 21 out. 2020.

OTLET, Paul. **Tratado de documentação**: o livro sobre o livro: teoria e prática. Org.

de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2018.
Disponível em:

https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/32627/1/LIVRO_TratadoDeDocumenta%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 16 abr. 2020.

OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de. **Uma breve história da UFRJ**. [Rio de Janeiro], [s.n.], [20-?]. Disponível em: <https://ufrj.br/acao-a-informacao/institucional/historia/>. Acesso em: 27 fev. 2022.

ORTEGA, Vicente. Hacia la competitividad de las universidades. Madrid: **El País**, 26 set. 1999. Disponível em: https://elpais.com/diario/1999/09/27/sociedad/938383210_850215.html. Acesso em: 27 fev. 2022.

PALMA PEÑA, Juan Miguel. El patrimonio cultural, bibliográfico y documental de la humanidad: revisiones conceptuales, legislativas e informativas para una educación sobre patrimonio. **Cuicuilco**, México, v. 20, n. 58, sep./dic., p. 31-58, 2013.

Disponível em:

http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S018516592013000300003. Acesso em: 7 set. 2018.

PALEOLÍTICO. História do Mundo, [201-?]. Disponível em:

<https://www.historiadomundo.com.br/pre-historia/periodo-paleolitico.htm>. Acesso em: 10 abr. 2022.

PANGLIONE, Camila Zanon. **Glossário Visual de Conservação**: um guia de danos comuns em papéis e livros. São Paulo: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, 2017. 96 p. Disponível em:

https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/7332/1/45000036237_Glossario_Visual_Conservacao.pdf. Acesso em: 25 maio 2022.

PEDERSOLI JR., José Luiz. Gerenciamento de riscos para acervos culturais. *In*: **Apostila do VII Curso de Preservação de Acervos Científicos e Culturais**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2017.

PEDERSOLI JR., José Luiz; AN TOMARCHI, Catherine; MICHALSKI, Stefan. **A Guide to Risk Management of Cultural Heritage**. Roma: International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM); Canadian Conservation Institute (CCI), 2016. 117 p. Disponível em:

<http://www.iccrom.org/prioritizing-preservation-using-the-risk-management-approach/>. Acesso em: 15 jun 2022.

PEDERSOLI JR., José Luiz; AN TOMARCHI, Catherine; MICHALSKI, Stefan. **Guia de Gestão de Riscos para o Patrimônio Museológico**. Roma: International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM); Canadian Conservation Institute (CCI), 2016. 117 p. Disponível em:

https://www.iccrom.org/sites/default/files/2018-01/guia_de_gestao_de_riscos_pt.pdf. Acesso em: 15 jun 2022.

PEDOTE, Cristiane F. S. **Análise e gerenciamento de risco**: gestão do risco

operacional em instituições financeiras. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) –Fundação Getúlio Vargas; Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo, 2002. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/4919>. Acesso em: 11 out. 2020.

PEDRÃO, Gabriela Bazan; MURGIA, Eduardo Ismael. Formação das bibliotecas: uma abordagem desde a perspectiva do colecionismo. **Em Questão**, v. 19, n. 2, p. 396-414, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/10581>. Acesso em: 5 de jul. 2021.

PINHEIRO, Ana Virginia et al. O histórico da biblioteca como instrumento de gestão e salvaguarda das coleções de livros raros e especiais na biblioteca universitária brasileira. *In: Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias*, 18., Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/wp-content/uploads/trabalhos/549-2341.pdf>. Acesso em: 30 maio 2022.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. *In: Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984. p. 51-86. (Memória - História, v. 1). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2897806/mod_resource/content/1/Pomian%20%281984b%29.pdf. Acesso em: 9 out. 2020.

POMIAN, Krzysztof. História cultural, história dos semióforos. *In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 71-95.

RIBEIRO, Fernanda. Biblioteca: novos termos para um velho conceito. Porto: Universidade do Porto: Faculdade de Letras: Biblioteca Central. **Da memória do mundo**, 1996. Repositório Aberto da Universidade do Porto. p. 29-32. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/8749>. Acesso em: 6 maio 2021.

RODRIGUES, Carla Daniela Rabelo. **Risco, comunicação e cinema: o documentário de risco como potência narrativa**. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) –Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-22092014-103703/>. Acesso em: 11 out. 2020.

ROSETTO, Márcia Regina Chrispim Álvares. **A história das universidades no Brasil e a internacionalização do sistema universitário**. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeinovacao/article/view/859>. Revista Humanidades e Inovação, [s.l.], v. 6, n. 2, 2019. Acesso em: 27 fev. 2022.

SAMPAIO, Helena. Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990. Documento de trabalho 8-91. **Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior da Universidade de São Paulo**, [1991]. Disponível em: <https://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9108.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2022.

SILVA, Angela Maria Moreira. A construção das bibliotecas universitárias no Brasil. **Revista Informação & Universidade**, v. 2, n. 1, p. 3-23, 2010. Disponível em: https://www.academia.edu/5487884/A_constru%C3%A7%C3%A3o_das_bibliotecas_universit%C3%A1rias_no_Brasil. Acesso em: 25 fev. 2022.

SILVA, Maria Abádia da. O Consenso de Washington e a privatização na educação brasileira. **Linhas Críticas**, [S. l.], v. 11, n. 21, p. 255–264, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3251>. Acesso em: 25 fev. 2022.

SILVA, Michel Platini Fernandes da. **Coleção, colecionador, museu: entre o visível e o invisível – um estudo acerca da Casa de Cultura Christiano Câmara em Fortaleza, Ceará**. 2010. 141 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; MAST, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/12498>. Acesso em: 20 jul. 2021.

SOUZA, Ingrid Lopes de. **Patrimônio bibliográfico de C&T em universidades: proposta para formação das coleções especiais da Biblioteca Paulo Geyer**. 130 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia) – Museu de Astronomia e Ciências Afins. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11422/2500>. Acesso em: 28 ago. 2020.

SOUZA, Ingrid Lopes de; AZEVEDO, Fabiano Cataldo; LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. Coleções especiais e valor de memória: reflexões no contexto de bibliotecas universitárias. *In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB*, 18., 2017, São Paulo, SP. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/104446>. Acesso em: 10 mar. 2022.

SPINELLI JUNIOR, Jayme; PEDERSOLI JR., José Luiz. **Plano de gerenciamento de riscos: salvaguarda & emergência**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, c. 2010. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/producao/publicacoes/plano-gerenciamento-riscos-salvaguarda-emergencia>. Acesso em: 18 abr. 2019.

STEWART, Deborah. Agent of deterioration: fire. *In: Canadian Conservation Institute. 10 agents of deterioration*. [Canada]: [s.n.], 2018. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/agents-deterioration/fire.html>. Acesso em: 20 maio 2022.

STRANG, Tom; KIGAWA, Rika. Agent of deterioration: pests. *In: Canadian Conservation Institute. 10 agents of deterioration*. [Canada]: [s.n.], 2022. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/agents-deterioration/pests.html>. Acesso em: 20 maio 2022.

TARAPANOFF, K. Planejamento de e para bibliotecas universitárias no Brasil: sua posição sócio-econômica e estrutural. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS*, 2., 1981. Brasília. **Anais...** Brasília: CAPES, 1981, p. 9-35. Disponível: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/3452>. Acesso em: 26 maio 2021.

TÉTREAULT, Jean. Agent of deterioration: pollutants. *In: Canadian Conservation Institute. 10 agents of deterioration*. [Canada]: [s.n.], 2021. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/agents->

[deterioration/pollutants.html](#). Acesso em: 20 maio 2022.

TOLEDO, Franciza Lima. Controle ambiental e preservação de acervos documentais nos trópicos úmidos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 71-76, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/27/27>. Acesso em: 16 jul. 2022.

TREMAIN, David. Agent of deterioration: thieves and vandals. *In*: Canadian Conservation Institute. **10 agents of deterioration**. [Canada]: [s.n.], 2020. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/agents-deterioration/thieves-vandals.html>. Acesso em: 20 maio 2022.

TREMAIN, David. Agent of deterioration: water. *In*: Canadian Conservation Institute. **10 agents of deterioration**. [Canada]: [s.n.], 2018. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/agents-deterioration/water.html>. Acesso em: 20 maio 2022.

UNIVERSITY OF GLASGOW. **What are Special Collections**. Glasgow, UK: University of Glasgow, Special Collections, [20-?]. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20190521171905/https://www.gla.ac.uk/myglasgow/specialcollections/whatarespecialcollections/>. Acesso em: 5 de maio de 2021.

United Nations Office for Disaster Risk Reduction. **Terminology on disaster risk reduction**. Report of the open-ended intergovernmental expert working group on indicators and terminology relating to disaster risk reduction, 2017. Disponível em: <https://www.unisdr.org/we/inform/terminology#letter-d>. Acesso em: 16 abr. 2018.

VELASQUEZ, Diane L.; EVANS, Nina; KAEDING, Joanne. Risk management and disaster recovery in public libraries in South Australia: a pilot study. **Information Research**, v. 21, n. 4, december 2016. Disponível em: <http://www.informationr.net/ir/21-4/paper735.html>. Acesso em: 21 jan. 2019.

YEO, Geoffrey. The Conceptual Fonds and the Physical Collection. [Canadá], **Archivaria**, maio 2012, p. 43-80. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/13384/14691>. Acesso em: 4 de abr. de 2019.

WALLER, Robert; CATO, Paisley S. Agent of deterioration: dissociation. *In*: Canadian Conservation Institute. **10 agents of deterioration**. [Canada]: [s.n.], 2019. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/agents-deterioration/dissociation.html>. Acesso em: 20 maio 2022.

WALLER, Robert. Conservation risk assessment: A strategy for managing resources for preventive conservation. *In*: **Preventive Conservation: Practice, Theory and Research**. [Londres]: Roy and P. Smith (Eds.), 1994. p. 12-16. Disponível em: https://www.academia.edu/18440694/CONSERVATION_RISK_ASSESSMENT_A_STRATEGY_FOR_MANAGING_RESOURCES_FOR_PREVENTIVE_CONSERVATION. Acesso em: 18 abr. 2022.

WALKER, Alice. **Basic preservation**. Reino Unido: British Library, rev. de 2013.

Disponível em: [https://www.bl.uk/britishlibrary/~media/bl/global/conservation/pdf-guides/basic-archive-preservation-guide.pdf](https://www.bl.uk/britishlibrary/~/media/bl/global/conservation/pdf-guides/basic-archive-preservation-guide.pdf). Acesso em: 16 jul. 2022.

WEITZEL, Simone da Rocha. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. Rio de Janeiro: Ed. Interciência; Niterói: Intertexto, 2013.

ZAMITH, José Luís Cardoso. **Gestão de riscos e prevenção de perdas**: um novo paradigma para a segurança nas organizações. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) –Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas; Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10438/3395>. Acesso em: 11 out. 2020.

ZÚÑIGA, Solange Sette G. de. A conservação preventiva e o plano institucional de preservação. *In: Curso Informativo de Preservação de Acervos Bibliográficos e Documentais*, 16., 2012. [Rio de Janeiro]: Biblioteca Nacional, 2012. Slides do curso. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/producao/documentos/conservacao-preventiva-plano-institucional-preservacao>. Acesso em: 24 abr. 2019.

Apêndice A: GUIA DE PRESERVAÇÃO DE COLEÇÕES ESPECIAIS EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Este produto técnico-científico, enquanto “guia”, tem como objetivo dispor informações, exemplos e reflexões acerca da gestão de preservação de coleções especiais em bibliotecas universitárias, focando nos riscos à preservação e como podemos lidar com eles. Mais especificamente, almeja ser um instrumento metodológico para que bibliotecários e gestores de coleções especiais possam refletir sobre as coleções especiais e os riscos que podem ocorrer em seu contexto.

Portanto, este guia é um instrumento, e sua importância está na tentativa de reunir em um único documento, de forma coerente, a maior quantidade de informações possíveis sobre os riscos em coleções bibliográficas e como lidar com eles.

Partimos, principalmente, da conservação preventiva. Nesse sentido, este é um guia que trata de medidas de prevenção mais que de reação, e essa abordagem é a que consideramos ideal dentro de bibliotecas – pensar sempre nas maneiras de prevenir, deixando de lado a prática de reação e de resposta ao risco após ocorrido, na medida em que isso for possível.

É importante informar que este guia foi inspirado no *Guia de Gestão de Riscos para o Patrimônio Museológico*, escrito por José Luiz Pedersoli Jr., Catherine Antomarchi e Stefan Michalski, e publicado pelo *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM)*, em parceria com o *Canadian Conservation Institute (CCI)*, em 2017. O objetivo, a partir dessa inspiração, foi criar algo parecido direcionado às bibliotecas.

Por fim, este guia foi pensado e elaborado de forma que pudesse ser lido e utilizado independentemente da dissertação da qual é um produto, e esperamos que esse objetivo tenha sido alcançado.

1 APRESENTAÇÃO

Este guia foi criado como um produto técnico-científico para obtenção do grau de Mestre em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia, no âmbito do Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia, do Museu de Astronomia e Ciências Afins (PPACT/MAST).

Para além disso, foi criado a partir de indagações e inquietações da bibliotecária que escreve este trabalho, ao refletir sobre a necessidade de salvaguardar o patrimônio presente nas bibliotecas universitárias brasileiras e, ainda, pelo desejo de contribuir para as discussões acerca das coleções especiais como patrimônio.

Esperamos que o guia seja útil, elucide dúvidas e traga reflexões, ideias e animação para projetos futuros de bibliotecários e gestores de coleções especiais em bibliotecas universitárias (e, por que não, todos os outros tipos de bibliotecas).

2 INTRODUÇÃO

Em relação à pesquisa que o precede, este guia pretende ser mais sucinto e objetivo, um produto que sintetiza todas as reflexões, questões e pensamentos colocados nas páginas anteriores. Criado por uma bibliotecária para outros bibliotecários, talvez possa parecer que ele se insere em um mundo ideal de ideias, um mundo onde qualquer biblioteca universitária possui os recursos necessários – de tempo, dinheiro, tecnologias, entre muitos outros – para realizar um projeto dessa magnitude, do começo ao “fim”, sem maiores problemas.

No entanto, sabendo que esse mundo ideal raramente é possível, este guia é, sobretudo, informativo – pretende demonstrar para os gestores de coleções especiais o quão importante é o conhecimento acerca dos riscos que a cercam e de que maneira é possível começar a lidar com eles.

O objetivo deste guia é, portanto, servir como uma referência para pensar coleções especiais e a gestão de preservação de coleções especiais em bibliotecas universitárias. Isso acontece, a partir do conhecimento sobre essas coleções e a sua formação, sobre riscos, gerenciamento de riscos, e gerenciamento de desastres. Não pretendemos apresentar um texto final, definitivo, mas sim, introdutório, informativo e útil.

Neste guia, produzido a partir da dissertação que o precede, o leitor verá a culminação dos conceitos e reflexões realizadas anteriormente. Assim, desejamos

que este produto possa ser utilizado para considerar ações, planos, políticas e demais medidas de preservação em coleções especiais, bem como para pensar as próprias coleções especiais em si.

3 O QUE SÃO COLEÇÕES ESPECIAIS EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS?

As coleções especiais em bibliotecas são aquelas que, ao receber uma valoração diferenciada – dada por indivíduos, grupos e/ou pela instituição – são separadas e armazenadas à parte, de modo que as medidas de preservação, segurança e acesso também são pensadas e realizadas de maneira diferente das demais coleções presentes no acervo. Ser especial, portanto, está ligado à ideia de importância, à relevância que algo possui em determinado contexto (ARAUJO, 2020).

O processo de valoração, de significação, assegura não apenas a formação, incorporação e permanência como “coleção especial”, mas também a sua preservação, pelo tempo que os valores fizerem sentido, considerando o contexto da biblioteca.

A valoração necessária e inerente à sua concepção, coloca as coleções especiais, antes de tudo, como patrimônio bibliográfico. O valor de patrimônio é, nesta pesquisa, o mais importante, e está relacionado com a memória, história e/ou identidade de algo ou alguém – uma área do conhecimento, uma instituição, grupo, comunidade, indivíduos etc. – que conferem à coleção especial um entendimento de ser representante desse contexto. Assim, as coleções especiais não podem estar dissociadas da realidade da biblioteca, da instituição e dos seus usuários.

Em bibliotecas universitárias, as coleções especiais podem surgir de duas maneiras:

- Pelo desejo e/ou necessidade da instituição de reunir itens que considera relevantes por um motivo específico como, por exemplo, as coleções especiais que são criadas pela instituição a partir de seu acervo corrente, reunindo itens de mesma temática; com determinadas características físicas semelhantes; relacionados a um grupo de usuários ou área de conhecimento etc.;
- Com a doação ou aquisição de coleções particulares de indivíduos relacionados à biblioteca e/ou à instituição, seja pela temática de pesquisa ou por sua história e memória, e/ou de indivíduos relacionados aos cursos e áreas do conhecimento que a biblioteca e/ou a instituição trabalham. Essas coleções, na maioria das vezes, acabam se tornando especiais dentro da biblioteca e,

então, temos as coleções especiais originadas de coleções particulares.

De ambas as maneiras, é importante que a coleção possa ser relacionada ao contexto e/ou atuação da biblioteca e/ou da instituição, de modo que sua razão de existir não seja por conferir um mero sentido de *status*, mas, além disso, também – e principalmente – a potencialidade de patrimônio que ela possui em relação aos seus usuários.

4 VAMOS FALAR SOBRE RISCOS EM COLEÇÕES ESPECIAIS?

O risco é compreendido e associado à ideia de perigo, de um acontecimento que traz consequências negativas dentro do que é esperado em um dado momento. É medido em termos de probabilidade de ocorrência e do impacto previsto, uma vez que ocorra. Dessa forma, o risco é a possibilidade de ocorrência de um evento que traga impactos negativos aos objetivos que queremos alcançar.

Se considerarmos o acesso, ou seja, o uso por parte de outras pessoas, e a manutenção de uma boa condição física, ao longo do tempo, como os objetivos de uma coleção em uma biblioteca, chuvas fortes que ocasionem enchentes e/ou infiltrações, por exemplo, é um risco. Em coleções especiais, o risco também é entendido como a possibilidade de perda de seu valor.

Nesse caso, entendemos que as coleções possuem um valor – tanto de uma coleção em relação a outra e/ou pelo conjunto de uma coleção, como por cada item que as compõem – e o risco é tido como a possibilidade de um acontecimento que leve à perda parcial ou total desse valor, ou seja, algo negativo, visto que um dos objetivos das coleções é mantê-las com o valor que lhes foi atribuído, dentro do possível e pelo tempo que for plausível.

O risco expõe a vulnerabilidade de algo e está relacionado a fatores ligados ao próprio item, como seus materiais e modos de produção, e a fatores socioculturais e econômicos do contexto em que está a coleção especial e a biblioteca.

O risco é estruturado, neste guia, considerando a ação dos dez agentes de risco, a saber: forças físicas, furto/roubo e vandalismo, fogo, água, pragas, poluentes, luz/UV, temperatura incorreta, umidade relativa incorreta, e dissociação. Nesse sentido, a ação de qualquer um desses agentes é um risco para o uso/acesso às coleções, e para a manutenção da sua preservação, ou seja, de garantir uma condição física aceitável.

Uma vez que o risco, nesta pesquisa, está relacionado à deterioração das coleções, a seguir serão listados e detalhados os dez agentes de risco que podem causar danos aos itens das coleções, em maior ou menor escala.

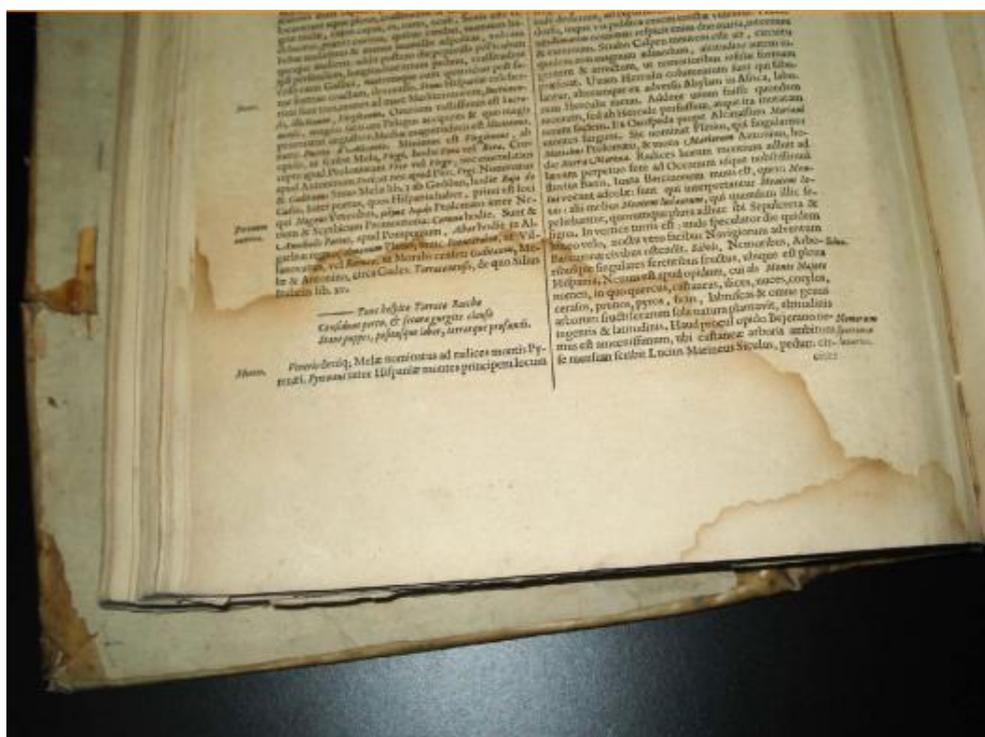
4.1 Água

Agente de risco: água.

Fontes do agente: chuvas, infiltrações, goteiras, canos estourados, vazamentos diversos, enchentes, acidentes de limpeza, acidentes de construção, ações de combate a incêndios, lençol freático, sistema hidráulico do edifício, tsunamis.

Possíveis consequências: manchas, distorções, tintas e demais corantes escorridos, mofo (em combinação com temperatura e umidade relativa incorretas), amolecimento dos papéis e/ou do miolo do livro.

Deterioração que pode ser causada por esse agente:



Fonte: Tremain (2018); Pedersoli Jr.; Antormarchi; Michalski (2016; 2017). Foto: Bojanoski; Almada (2021).

4.2 Fogo

Agente de risco: fogo.

Fontes do agente: fiação elétrica (falhas, curtos, etc), equipamentos elétricos com defeitos ou falhas, líquidos inflamáveis, obras no prédio ou nas proximidades, incêndios em prédios próximos, incêndios florestais, uso de equipamentos como aquecedores, fogões, etc. perto das coleções, criminosos, coleções com materiais naturalmente inflamáveis (como filmes de nitrato de celulose e outros).

Possíveis consequências: descoloração, distorções, fragilização do suporte, manchas devido ao depósito de fuligem, perda total ou parcial pela combustão do suporte.

Deterioração que pode ser causada por esse agente:



Fonte: Stewart (2018); Pedersoli Jr.; Antormarchi; Michalski (2016; 2017). Foto: Panglione (2017).

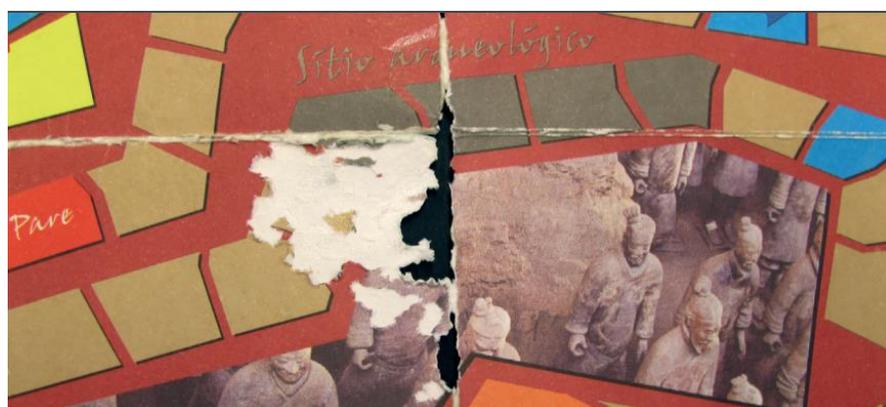
4.3 Pragas

Agente de risco: pragas, também chamado de “pestes” ou “agente de biodeterioração”.

Fontes do agente: insetos, roedores, aves, microorganismos. Além disso, o mofo também é considerado por alguns autores como um tipo de praga. Esse tipo de agente pode chegar às coleções por meios externos, considerando a fauna do local e a vulnerabilidade do edifício (janelas que não fecham, buracos na parede, etc.), assim como pode ser criado pela própria equipe, com o negligenciamento da limpeza e higienização.

Possíveis consequências: furos, buracos, manchas, enfraquecimento do material, perda de informação.

Deterioração que pode ser causada por esse agente:



Fonte: Strang; Kigawa (2022); Pedersoli Jr.; Antormarchi; Michalski (2016; 2017). Foto: Panglione (2017); Bojanoski; Almada (2021).

4.4 Poluentes

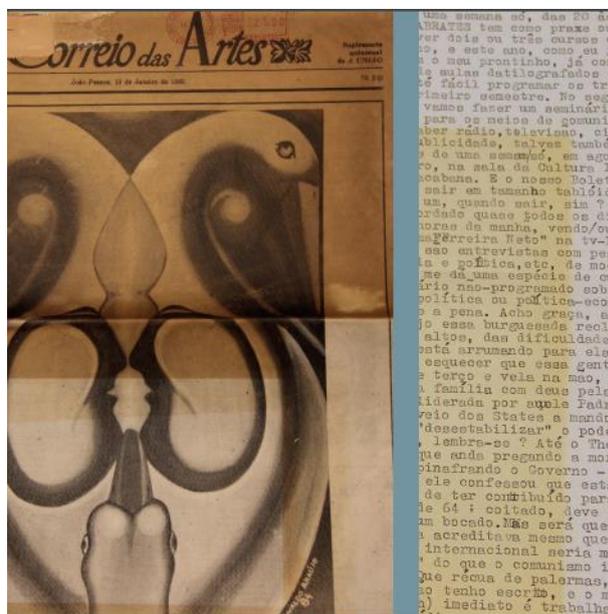
Agente de risco: poluentes, podem se manifestar na forma de gases, aerossóis, líquidos ou sólidos, sendo naturais ou não.

Fontes do agente: (1) intrínseca, em que as substâncias já existem dentro do item e as condições do ambiente fazem elas se manifestarem, ou são formados por reações dos próprios materiais que compõem o(s) item(ns); (2) transferência/contato entre dois ou mais materiais; e (3) pelo ar, na forma de aerossóis ou gases.

Segundo o CCI, depósitos de partículas sólidas (como a fuligem ou a poeira) também são considerados poluentes, “e ainda que eles não necessariamente causem danos, eles [...] alteram a aparência do objeto”⁷⁶ (CCI, [201-?], tradução nossa). Concretamente, os poluentes podem vir de indústrias, veículos, obras de construção ou renovação do edifício, visitaç o, etc.

Possíveis consequ ncias: acidifica o de pap is, desfigura o de objetos (como livros), descolora o do papel ou de suas cores, manchas, enfraquecimento, atra o de pragas.

Deteriora o que pode ser causada por esse agente:



Na foto, a migra o  cida de um tipo de papel para o outro, a partir do contato (Panglione, 2017).

Fonte: T treault (2021) Pedersoli Jr.; Antormarchi; Michalski (2016; 2017). Foto: Panglione (2017).

⁷⁶ “Deposits of solid particles are considered pollutants, and while they may not necessarily cause damage, they are recognized as altering the aesthetic aspects of the objects”.

4.5 Luz/UV

Agente de risco: luz, radiação ultravioleta (UV), radiação infravermelha (IR).⁷⁷

Fontes do agente: luz natural ou artificial.

Possíveis consequências: descoloração, amarelecimento, fragilização, escurecimento. A incidência de luz sobre materiais bibliográficos também acelera as reações que já acontecem nos materiais, de forma que a deterioração natural dos itens se torna mais rápida.

Deterioração que pode ser causada por esse agente:



Fonte: Michalski (2018); Pedersoli Jr.; Antormarchi; Michalski (2016; 2017). Foto: Bojanoski; Almada (2021).

⁷⁷ O CCI menciona que, “informalmente”, o termo “radiação” caiu em desuso, no entanto, escolhemos utilizá-lo nesta tabela para melhor entendimento.

4.6 Temperatura incorreta

Agente de risco: temperatura incorreta (maior ou menor que a “ideal”).

Fontes do agente: luz elétrica, luz natural, clima local, sistemas de controle climático, trânsito de objetos (que podem causar alteração na temperatura da coleção por determinado período), entre outros.

Possíveis consequências: acelera a acidificação do papel, além da possibilidade de tornar quebradiço, fragilização, escurecimento, ressecamento. Alguns materiais que compõem os livros, como as colas, podem se desintegrar ou se desfazer.

Deterioração que pode ser causada por esse agente:



Na foto, folhas fragilizadas e quebradiças, danos que podem ser causados pela variação de temperatura e da umidade relativa.

Fonte: Michalski (2018); Pedersoli Jr.; Antormarchi; Michalski (2016; 2017). Foto: Bojanoski; Almada (2021).

4.7 Umidade Relativa Incorreta

Agente de risco: umidade relativa incorreta (muito alta ou muito baixa).

Fontes do agente: clima local, geografia do local onde está o edifício, microclimas do edifício, água da chuva, drenagens do solo ou superfície, paredes exteriores, sistemas de aquecimento, proximidade da água.

Possíveis consequências: mofo, fragilização e escurecimento do papel, distorções.

Deterioração que pode ser causada por esse agente:



Na foto, vestígios de mofo, que pode ser causado pela U.R incorreta combinada com a temperatura incorreta.

Fonte: MICHALSKI, 2021; Pedersoli Jr.; Antormarchi; Michalski (2016; 2017). Foto: Panglione (2017).

4.8 Criminosos

Agente de risco: criminosos (intencionais ou ocasionais).

Fontes do agente: vandalismos, roubos e/ou furtos.

Possíveis consequências: perda total ou parcial de item(ns) do acervo, seja pela retirada do local, em roubos ou furtos, seja pelo dano causado no material por vandalismos como rasgos, inscrições, etc.

Deterioração que pode ser causada por esse agente:

ARTS & CULTURE | SEPTEMBER 2020

The Inside Story of the \$8 Million Heist From the Carnegie Library

Precious maps, books and artworks vanished from the Pittsburgh archive over the course of 25 years

Na foto, a *Smithsonian Magazine* conta a história de um roubo que aconteceu ao longo de 25 anos, na sala de livros e arquivos raros da Carnegie Library, em Pittsburgh (EUA).



Na foto, um livro da coleção especial da Universidade Católica de Leuven, na Bélgica, datado da segunda metade do século XVII, que teve parte de seu texto pintado com tinta vermelha, o que pode ser caracterizado como um tipo de vandalismo.

Fonte: TREMAIN (2020); Pedersoli Jr.; Antormarchi; Michalski (2016; 2017). Fotos: Smithsonian Magazine (2020); Biblioteca da Universidade Católica de Leuven (Bélgica) (2022).

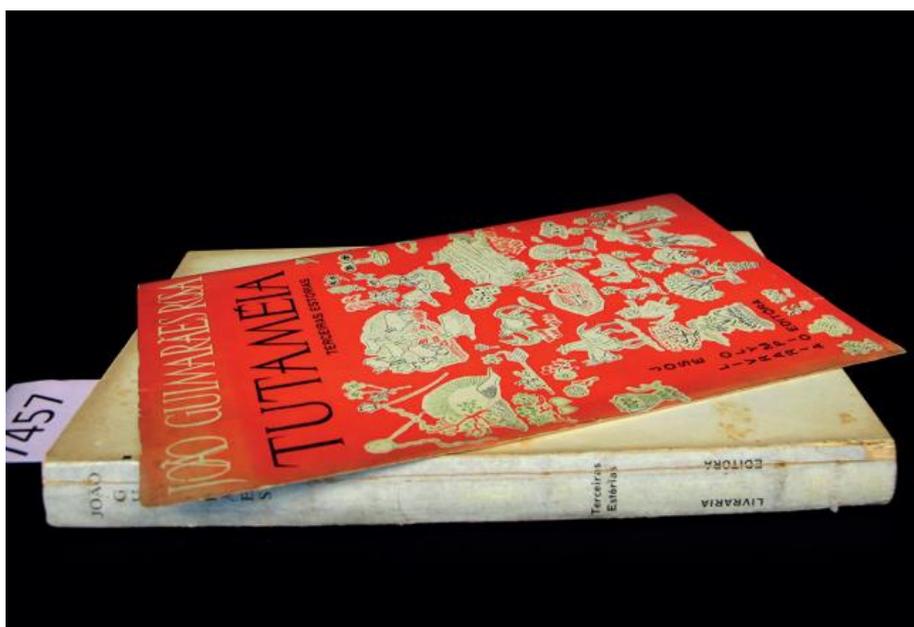
4.9 Dissociação

Agente de risco: dissociação (este agente pode ser entendido como a perda do item ou de parte do item, dentro do próprio acervo ou fora dele).

Fontes do agente: Manuseio incorreto, criminosos, remoção ou colocação incorreta de etiquetas e placas, assim como etiquetas e placas que se apagaram com o tempo e não foram substituídas, erros na transcrição de informações, armazenamento de informações sobre o item em meios ilegíveis, inexistência ou deterioração de registros (inventários, etc.), informações registradas erroneamente sem perceber, obsolescência de máquinas que dão acesso aos registros sobre a coleção, etc. (ARAUJO, 2019, p. 60).

Possíveis consequências: Comprometimento ou perda total ou parcial do item e/ou coleções, ou ainda de informações sobre os itens ou coleções.

Deterioração que pode ser causada por esse agente:



Na foto, um dano que é conhecido como “pasta destacada” (Panglione, 2017, p. 67) e que consiste no desprendimento da capa do restante do livro. Esse dano é um exemplo de dissociação, em razão do alto risco da capa ser perdida, em relação ao restante do livro.

Fonte: ARAUJO, 2019; WALLER; CATO (2019); Pedersoli Jr.; Antormarchi; Michalski (2016; 2017). Foto: Panglione (2017).

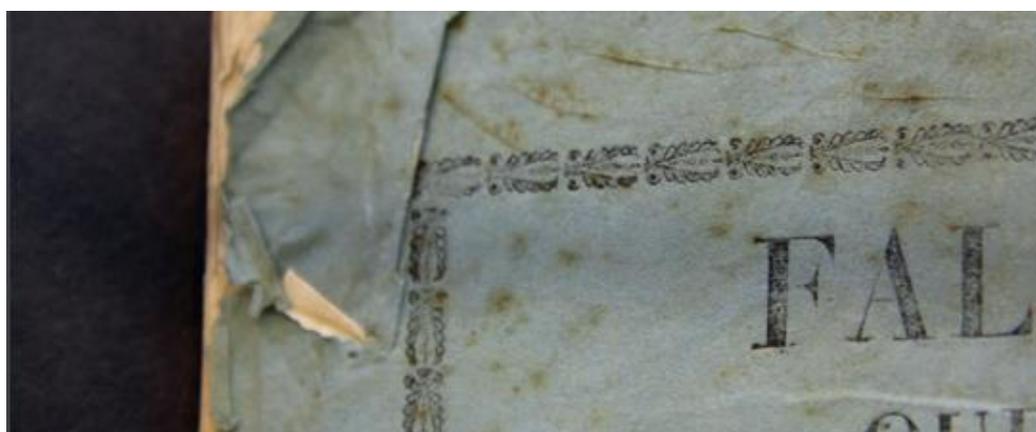
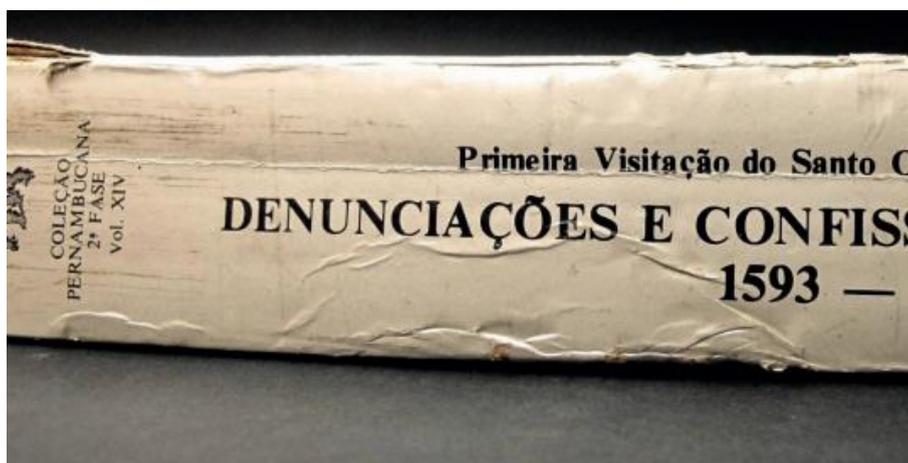
4.10 Forças Físicas

Agente de risco: forças físicas (ou seja, uma força que age fisicamente sobre o item e causa a sua deterioração).

Fontes do agente: manuseio, armazenamento, acondicionamento, trânsito de um local para o outro, escavações que podem causar o desabamento do solo ou do teto, vibrações de construções, ventanias, terremotos, guerras.

Possíveis consequências: amassos, distorções, rasgos, perda de partes.

Deterioração que pode ser causada por esse agente:



Na foto, rugas causadas por manuseio incorreto ou pelo acondicionamento/armazenamento incorreto do item (Panglione, 2017).

Fonte: Marcon (2018); Pedersoli Jr.; Antormarchi; Michalski (2016; 2017). Foto: Panglione (2017).

O conhecimento acerca do risco é especialmente importante em coleções especiais, pois a sua ocorrência significa uma possibilidade de danos em documentos que são considerados patrimônio, ou seja, parte da memória, história e/ou identidade de uma comunidade, grupo, instituição, corrente cultural, etc. São itens, na maioria das vezes, insubstituíveis, em razão dos valores que possuem e do que representam.

O processo para conhecer esses riscos, de forma abrangente e sistematizada, e para responder melhor aos seus acontecimentos pode ser fundamentado na metodologia do gerenciamento de riscos e do gerenciamento de desastres, que são detalhados nas duas próximas seções.

5 O GERENCIAMENTO DE RISCOS

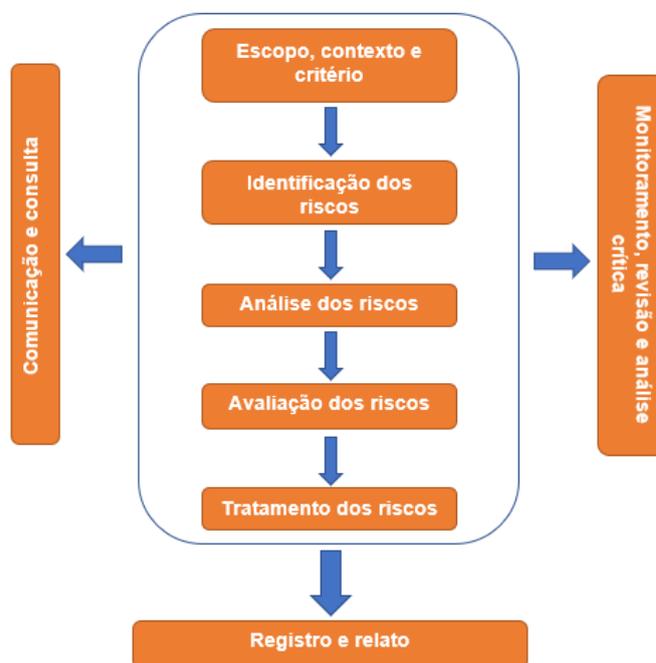
O gerenciamento de riscos é um método para conhecimento, estudo e administração do que pode afetar negativamente os objetivos de um projeto, instituição, ou, nesse caso, uma coleção.

Na gestão de preservação de coleções especiais, o gerenciamento de riscos consiste em um método eficaz para conhecer e estudar sobre o que pode trazer prejuízos aos objetivos dessas coleções – ou seja, permite a compreensão acerca dos riscos que ameaçam as coleções especiais.

Esse método não se restringe apenas a conhecer os dez agentes de riscos, mas também possibilita relacioná-los ao contexto da coleção, da biblioteca, da instituição, dos usuários, do local etc., para que seja possível uma análise factível do que, efetivamente, representa um perigo para a preservação e o acesso às coleções especiais – esses últimos definidos como objetivos dessas coleções, neste trabalho.

O gerenciamento de riscos é sistematizado a partir dos oito passos mostrados na ilustração abaixo:

Ilustração 5 – Ciclo de gerenciamento de riscos
(de acordo com a ABNT NBR ISO 31000:2009 e 2018)



Fonte: A autora (2022).

5.1 O ciclo de gerenciamento de riscos: escopo, contexto e critério

O propósito desta etapa do ciclo de gerenciamento de riscos é definir as bases do processo, uma certa personalização de tudo que será feito. Aqui, devem ser definidos:

- **O escopo:** ou seja, em que nível o processo será aplicado. Será em um programa? Um projeto? É necessário ter claro por qual razão o processo está sendo iniciado, e onde exatamente ele será realizado;
- **O contexto:** compreender em qual contexto o processo será realizado, tanto interno como externo. Nesse sentido, precisamos conhecer os aspectos relevantes relativos ao ambiente físico, administrativo, político, sociocultural, econômico, etc., tanto da biblioteca, da coleção, como da instituição e o ambiente à sua volta;
- **Os critérios:** estabelecer qual a medida aceitável ou não de um risco. Nesse momento, deve-se definir a quantidade de riscos, ou o quanto de deterioração, se está disposto a aceitar, com base em normas, padrões, leis, especialistas, etc. Em outras palavras, é necessário refletir: qualquer deterioração é

inaceitável? Existem deteriorações aceitáveis?

Considerando as coleções especiais, algumas perguntas podem ser listadas nessa etapa:

- De onde veio a coleção especial? Qual sua origem?
- Como essa coleção chegou à biblioteca?
- Qual a relação dessa coleção com as demais coleções especiais e/ou com o acervo da biblioteca?
- Qual a relação dessa coleção com a biblioteca e/ou instituição?
- Qual a relação dessa coleção com os usuários da biblioteca?
- Quais os valores que essa coleção possui? Esses valores vieram com a coleção ou foram atribuídos posteriormente?
- Qual o motivo que levou à decisão de realizar o processo de gerenciamento de risco para essa(s) coleção(ões)?
- Já foram realizados processos semelhantes anteriormente?
- Existe um nível de risco aceitável ou inaceitável que deverá ser considerado?
- Qual o objetivo final da realização do gerenciamento de risco para essa(s) coleção(ões)?

Essa é uma das etapas mais importantes, pois define as bases sobre as quais os riscos serão considerados e como o processo realizado, sempre em relação ao ambiente interno e externo de onde ele será aplicado, nesse caso, a coleção especial.

5.2 O ciclo de gerenciamento de riscos: identificação de riscos

Na segunda etapa do processo, o objetivo é encontrar e reconhecer possíveis riscos que impeçam alcançar os objetivos da coleção. Não se trata apenas de identificar os riscos que estão sob o controle da biblioteca, mas também aqueles cuja ocorrência ou fonte estão fora do domínio da biblioteca ou da instituição, e que, mesmo assim, podem trazer consequências negativas para as coleções.

Para as coleções especiais, o melhor ponto de partida para essa etapa são os dez agentes de riscos, detalhados anteriormente. Para cada agente, podemos nos

fazer as seguintes perguntas:

- Esse risco já ocorreu antes?

Se sim:

- Quando?
- Como?
- Por quê?
- Qual a gravidade?
- O que foi feito para prevenir, mitigar ou responder a sua ocorrência?

Se não:

- Existe probabilidade de ocorrer?
- Quais os danos esperados?
- Qual a perda de valor esperada?
- Como ele pode vir a ocorrer?
- Como ele pode ser evitado?

Na etapa de identificação dos riscos, ainda é relevante considerar outras duas ferramentas criadas para o gerenciamento de riscos em acervos culturais: as seis camadas de invólucro do acervo e os três tipos de riscos.

Os níveis de invólucro do acervo dizem respeito aos seis níveis de camadas físicas, intencionais ou não, que envolvem tanto cada item do acervo, quanto todo ele em si. Elas são, da maior para a menor: região, sítio, edifício, sala, vitrine/estante/mobiliário e embalagem/suporte.

Podemos visualizar os seis níveis na ilustração abaixo:

Ilustração 6 – Seis níveis de invólucro do acervo



Fonte: A autora (2022), com base em Pedersoli Jr.; Antomarchi; Michalski (2017).

Assim, os seis níveis de invólucros podem ser considerados para analisar se: a) o risco existe em cada uma dessas camadas; b) se o risco afeta cada uma dessas camadas; e/ou c) se o risco pode surgir a partir de alguma camada.

Vamos considerar, neste momento, o agente de deterioração “água”. O quadro abaixo detalha o que pode ser considerado em cada uma das seis camadas, ilustradas na figura anterior, observando o agente mencionado:

Quadro 26 – Seis invólucros em relação ao agente “água”

Camada	Perguntas pertinentes
Suporte	De qual material é feito o item? Ele está acondicionado em alguma “embalagem”? Se sim, de qual material? De que maneira a água afeta esse(s) material(is)?
Mobiliário	O material que o mobiliário é feito pode ser afetado pela água? Se sim, quais são as consequências?
Sala	A sala é vulnerável à entrada de água? Se sim, de que maneira? (Exemplos: infiltrações na parede ou teto; buracos na construção ou brechas em portas e janelas; vazamentos de encanamento ou de aparelhos de ar-condicionado ou umidificação/desumidificação; água de enchentes ou chuvas, etc.)
Edifício	O edifício é vulnerável à entrada de água? Se sim, de que maneira?

	Se sim, existe a possibilidade da água chegar até às coleções? Como?
Sítio	Quais características do sítio estão ligadas à água? (Exemplos: encanamentos; lençóis freáticos; proximidade a rios e semelhantes; vulnerabilidade à chuvas, etc.). Essas características podem afetar a biblioteca?
Região	De que maneira o agente “água” pode se manifestar na região que está a coleção? (Exemplos: níveis de chuva previstos e históricos para os meses do ano; possibilidades de enchentes; possibilidades de tsunamis, etc.). As coleções podem ser afetadas?

Fonte: A autora (2022).

Dessa forma, os níveis de envólucro nos auxiliam a ir um pouco mais além nesta etapa de identificação dos riscos, permitindo apontar, com mais ou menos precisão, onde e de que maneira o risco considerado pode acontecer.

Classificar os riscos em níveis, por sua vez, consiste em encaixá-los em uma das seguintes categorias: evento raro, evento comum ou processo cumulativo. Esta classificação auxilia na definição de prioridades no momento de tratar os riscos, além de permitir uma melhor compreensão acerca do que é um risco inaceitável e qual pode ser deixado para depois. Para alguns contextos, por exemplo, um tsunami é um evento raro e catastrófico; pequenos furtos são classificados como um evento esporádico e intermediário; o amarelecimento do papel é um processo constante e gradual.

Quadro 27 – Três tipos de riscos

Tipo de riscos	Descrição	Exemplo
Processos cumulativos	Acontece ao longo de um período, que pode ser curto ou mais longo. Talvez não seja visível em estágio inicial.	Desgaste têxtil, a poeira, e o amarelecimento do papel.
Eventos comuns	Riscos que já aconteceram vezes o suficiente para gerar certo costume; acontecem ou aconteceram algumas vezes em curto período. Even-	Infiltrações, princípios de incêndio, vandalismos, e até mesmo pequenos furtos.

	tos de risco para os quais a equipe já está acostumada.	
Eventos raros	Aconteram apenas uma ou duas vezes na história da instituição, ou acontecem com intervalos longos de tempo, podendo até mesmo nunca ter acontecido, apesar de existir a chance.	Grandes enchentes, terremotos, grandes roubos.

Fonte: A autora (2022), com base em Pedersoli Jr.; Antomarchi; Michalski (2017) e Waller (1994).

É necessário mencionar que, por vezes, um risco pode ser encaixado em mais de uma categoria, conforme o quadro abaixo:

Quadro 28 – Tipos de risco em relação ao agente “forças físicas”

Força física	1 – Eventos raros	Terremotos, colapso da estrutura do prédio, etc.
	2 – Eventos comuns	Dano por queda de itens; dano durante o transporte, etc.
	3 – Processos cumulativos	Objetos mal sustentados [em suas prateleiras, etc.], resultando em distorção e demais deformações.

Fonte: Araujo (2019).

Devemos considerar todos os riscos em relação a esses três tipos, com base em informações de acontecimentos passados e previsões que façam sentido e que forneçam uma perspectiva sobre as possíveis consequências. No geral, riscos raros são quase impossíveis de evitar, restando apenas a resposta e a recuperação; para os riscos comuns, podemos elencar medidas de prevenção; e quanto aos processos cumulativos, podemos apenas retardar, mas, talvez, não os evitar completamente.

5.3 O ciclo de gerenciamento de riscos: análise dos riscos

Na terceira etapa do processo, deve-se determinar a *chance de ocorrência* do

risco e o *impacto* que é esperado, caso ocorra. Esse cálculo é relevante para que, posteriormente, possamos decidir quais riscos terão prioridade de tratamento e quais poderão ficar em segundo plano.

Nesta etapa, é importante ter claro que o “impacto esperado” é calculado em termos de *perda de valor esperada*. Nesse sentido, pensamos da seguinte forma: *se tal risco acontecer, quanto de valor será perdido na coleção e/ou no item?*

Como estabelecido anteriormente, as coleções especiais possuem um valor diferenciado em relação ao acervo geral da biblioteca, e são esses valores que permitem a sua incorporação e salvaguarda na biblioteca. Os valores podem ser, de certa forma, inerentes às coleções, e/ou colocados pela instituição a que pertencem, sempre considerando o contexto em que se encontram.

Para a análise dos riscos, portanto, é necessário que esses valores sejam listados e estejam detalhados, incluindo a forma como se assemelham e se diferenciam de uma coleção para outra. Por exemplo, para uma coleção, o “valor de arte” pode ser mais proeminente do que para outra, onde este é um valor secundário.

Nesse sentido, respondemos às perguntas:

- Quais valores a coleção possui?
- Como esses valores estão distribuídos na coleção (igualmente, onde todos os itens possuem os valores listados; parcialmente, onde parte da coleção possui valor X, a outra valor Y, etc...)?
- Existem itens na coleção cuja valoração é diferenciada, mais ou menos relevante do que o restante dos itens? Que valores são esses? Por que são mais/menos relevantes?
- Se a coleção como um todo for afetada pelo risco, que valores serão perdidos?
- Se uma parte específica da coleção for afetada pelo risco, que valores serão perdidos? Serão os mais relevantes?

O detalhamento de valores também é importante para sabermos qual deve ser a prioridade de salvamento em caso de ocorrência do risco.

Após detalharmos os valores da coleção, partimos para a Escala ABC, ferramenta do gerenciamento de riscos para acervos culturais que permite calcular, comparar e comunicar a magnitude dos riscos encontrados. Trata-se de “[...] escalas

numéricas [...] utilizadas para quantificar a frequência ou rapidez de ocorrência e perda de valor esperada para cada um dos riscos identificados” (PEDERSOLI JR.; ANATOMARCHI E MICHALSKI 2017, P. 66).

Quadro 29 – Escala ABC

A	Para riscos que são eventos, com que frequência irão ocorrer? (tempo médio entre 2 consecutivos). Para os processos contínuos, em quanto tempo ocorrerão os riscos? (tempo necessário para que o grau de deterioração esperado na pergunta B ocorra)
B	Qual a perda de valor (estimada) em cada objeto afetado?
C	Quanto da coleção poderá ser afetada (parte, todo)?

Fonte: Pedersoli Jr. (2017, p. 169).

A resposta para cada uma dessas perguntas é dada em pontuações de 1 a 5, onde 5 corresponde à pontuação mais grave, e 1 refere-se a um nível mais aceitável. Abaixo, a Escala ABC detalhada:

Quadro 30 – Escala ABC

A – Para eventos, com que frequência ocorrerá o risco? Para processos cumulativos, em quanto tempo ocorrerá o risco?	
Pontuação	Eventos: tempo médio entre 2 eventos consecutivos. Processos cumulativos: tempo necessário para que a deterioração chegue em níveis inaceitáveis.
5	~ 1 ano
4 ½	~ 3 anos
4	~ 10 anos
3 ½	~ 30 anos
3	~ 100 anos
2 ½	~ 300 anos
2	~ 1.000 anos
1 ½	~ 3.000 anos
1	~ 10.000 anos
½	~ 30.000 anos

Fonte: Adaptado de Pedersoli Jr.; Antomarchi; Michalski (2017).

Na primeira pergunta devemos determinar, em anos, o tempo necessário para que o risco observado ocorra, utilizando dados e informações de eventos passados, se viável, para que a estimativa seja o mais factível possível.

Por exemplo, podemos determinar que “uma enchente de grandes proporções que irá danificar toda a coleção ocorrerá dentro de 3 anos”, e a pontuação para o risco “enchente”, do agente de deterioração “água”, será $A = 4\frac{1}{2}$, conforme o quadro acima.

Nos processos cumulativos, deve-se fixar um intervalo de tempo pertinente para a análise e estimar o grau de deterioração que irá ocorrer no período fixado. Por exemplo, podemos ter um intervalo de 5 anos e estimar que nesse período, todos os itens da coleção especial irão sofrer amarelecimento e fragilização, resultando em $A = 4$.

Ainda para os processos cumulativos, a pergunta A da Escala ABC pode significar que:

- 1) No intervalo de tempo fixado será alcançado um grau X de deterioração, por exemplo: *em cinco anos esse livro estará com todas as suas páginas quebradiças;*
- 2) O período fixado é o necessário para o acúmulo de um grau específico de dano, por exemplo: *para que todas as páginas desse livro fiquem amareladas são necessários 100 anos.*

Quadro 31 – Escala ABC

B – Qual a perda de valor esperada em cada objeto afetado?		
Pontuação	Perda de valor esperada em cada item afetado	Escala verbal
5	100%	Perda de valor total ou quase total em cada item afetado.
4 ½	30%	
4	10%	Perda de valor grande em cada item afetado.
3 ½	3%	
3	1%	Perda de valor pequena em cada item afetado.

2 ½	0,3%	
2	0,1%	Perda de valor muito pequena em cada item afetado.
1 ½	0,03%	
1	0,01%	Perda de valor minúscula em cada item afetado.
½	0,003%	

Fonte: Adaptado de Pedersoli Jr.; Antomarchi; Michalski (2017).

Na segunda pergunta da Escala ABC, tratamos os objetos da coleção individualmente, ou, se isso não for possível, em pequenos grupos determinados de acordo com o valor que possuem. Considerando os valores que os objetos e/ou os pequenos grupos possuem, temos que evitar o acontecimento de um risco que possa trazer a perda total ou parcial desses valores. Devemos nos perguntar: “se o *risco X acontecer, quanto de cada objeto da coleção será atingido?*”, e dependendo da resposta será possível estimar uma perda de valor maior ou menor do objeto dentro da coleção especial.

De forma menos subjetiva, é possível analisar a perda de valor de duas maneiras:

- 1) A partir da perda de uma quantidade específica de valores. Por exemplo, considerando que o item ou o pequeno grupo de itens possui cinco valores específicos, a perda de apenas um desses valores seria minúscula; enquanto a perda de todos os cinco seria total.

Deve-se levar em conta que os valores podem possuir importâncias diferentes entre si e, nesse sentido, se apenas um valor for perdido, mas justamente esse ser o valor mais importante, então será uma perda total ou quase total;

- 2) A partir do quão deteriorado espera-se que fique o item ou grupo de itens. Nesse sentido, considera-se a condição física esperada após a ocorrência do risco para quantificar a perda de valor. Por exemplo, um item ou grupo de itens enlameaçados, onde o dano é total, pode ter uma perda de valor quase total ou total, onde $B = 5$; mas, uma página rasgada pode significar uma perda de valor muito pequena, onde $B = 2$.

Devemos mencionar que essas duas visões da análise da perda de valor podem ser relacionadas.

A determinação da quantidade de perda de valor esperada deve ser feita em consenso pelas pessoas que estão realizando a análise e/ou o processo de gerenciamento de riscos como um todo, e o objeto deve ser considerado em seu estado atual de conservação (PEDERSOLI JR.; ANATOMARCHI; MICHALSKI, 2017).

Tomemos como exemplo um livro do século XX, cujo principal valor é o patrimonial, que está em uma coleção especial, em uma biblioteca universitária. A ocorrência de um incêndio que atinja todos os itens da coleção acarretará uma perda de valor total, onde $B = 5$; ao passo que um usuário escrever seu nome à caneta na página de rosto do livro irá acarretar uma perda de valor de pequena a minúscula no item, em que B ficará entre 3 e 1. Dessa maneira, podemos observar que as maiores perdas de valor, geralmente, estão relacionadas aos riscos catastróficos e/ou grandiosamente repentinos; e as menores perdas relacionam-se aos riscos cujos eventos são mais comuns ou cumulativos.

Quadro 32 – Escala ABC

C – Quanto da coleção é afetada?		
Pontuação	Porcentagem ou fração do valor da coleção afetada	Escala verbal
5	100%	Todo ou quase todo o valor da coleção foi afetado.
4 ½	30%	
4	10%	Uma fração grande do valor da coleção foi afetada.
3 ½	3%	
3	1%	Uma fração pequena do valor da coleção foi afetada.
2 ½	0,3%	
2	0,1%	Uma fração muito pequena do valor da coleção foi afetada.
1 ½	0,03%	
1	0,01%	Uma fração mínima do valor da coleção foi afetada.

		tada.
1/2	0,003%	

Fonte: Adaptado de Pedersoli Jr.; Antomarchi; Michalski (2017).

A última pergunta da Escala, de letra C, pede que seja estimada a fração do acervo como um todo que será atingida, caso o risco ocorra. Então, se, por exemplo, um incêndio atinge a sala onde a coleção especial é armazenada, a perda de valor seria de 100%, onde $C = 5$. Para os riscos que são processos cumulativos, ou para aqueles que atingem apenas uma parcela da coleção, é necessário saber como o valor da coleção está distribuído entre os itens para que possamos quantificar a perda esperada.

Em outras palavras, precisamos saber a porcentagem ou fração do valor da coleção está contida em cada um de seus componentes, sejam itens individuais, ou grupos de itens. Vamos imaginar, em exemplo, uma coleção especial bibliográfica, originária da coleção particular de um importante acadêmico da área da Biblioteconomia, com 500 itens. Esta coleção foi doada para uma biblioteca universitária e pode ser dividida em três grupos de itens: 150 itens, são os livros comprados pelo acadêmico para o exercício da sua profissão, todos com anotações, e tratam-se de obras importantes para a área; 250 itens, são livros que foram doados, a maioria com dedicatórias, onde nem todos possuem marcas de leituras ou têm relação com a área biblioteconômica; 100 itens, são documentos originais como manuscritos de artigos e demais trabalhos acadêmicos, tanto os de autoria própria como aqueles que o acadêmico orientou.

Um dos “tesouros” dessa coleção é um livro do final do século XX, basilar para a Biblioteconomia no Brasil, comprado pelo acadêmico e com dedicatória da autora para ele. Todos os itens se encontram em bom estado de conservação. Após extensa discussão e reflexão da equipe da biblioteca, considerando a missão da instituição, da biblioteca e os objetivos da coleção, assim como os interesses dos usuários, foi feita uma estimativa da distribuição dos valores dessa coleção entre os três grupos mencionados anteriormente, que pode ser vista abaixo no “Diagrama de Valor”⁷⁸ (PEDERSOLI JR.; AN TOMARCHI; MICHALSKI, 2017).

⁷⁸ São gráficos onde “cada setor ou ‘fatia’ indica quanto (em %) cada componente representa do valor total do acervo (PEDERSOLI JR.; AN TOMARCHI; MICHALSKI, 2017, p. 74).

Quadro 33 – Distribuição do valor da coleção entre os grupos que a compõe

Principais componentes da coleção	Porcentagem ou fração do valor da coleção representada por cada componente	Motivo da porcentagem
Grupo 1 – 150 itens comprados pelo acadêmico, anotados	55% (cinquenta e cinco por cento do valor da coleção está nesse grupo)	Itens comprados para exercício da profissão; possuem mais valores.
Grupo 2 – 250 itens doados para o acadêmico, com dedicatórias	30% (trinta por cento do valor da coleção está nesse grupo)	Itens doados ao acadêmico, onde nem todos foram lidos e que não necessariamente têm relação com a sua área.
Grupo 3 – 100 manuscritos originais de trabalhos autorais ou orientados pelo acadêmico	15% (quinze por cento do valor da coleção está nesse grupo)	São relevantes para mostrar a evolução e o registro do trabalho do acadêmico ao longo dos anos, mas não para a sua atuação, que é a razão de ser da coleção.
Total	100%	

Fonte: A autora (2022), com base em Pedersoli Jr.; Antomarchi; Michalski, 2017.

Esse quadro está representado no gráfico abaixo:

Ilustração 7 – Diagrama de Valor da Coleção Especial Acadêmico de Biblioteconomia

Coleção Especial Acadêmico de Biblioteconomia



Fonte: A autora (2022), com base em Pedersoli Jr.; Antomarchi; Michalski, 2017.

Esses grupos podem ser ainda mais detalhados, se levarmos em consideração os valores contidos em cada grupo separadamente. Tomando o Grupo 1 como exemplo, podemos dividi-lo da seguinte maneira:

Quadro 34 – Valores contidos no Grupo 1

Conjuntos de diferente importância relativa no Grupo 1	Porcentagem ou fração do valor da coleção representada por cada conjunto	Motivo da porcentagem
Livro do século XX com dedicatória da autora (1 item)	10%	Importância para área em que o acadêmico atua; dedicatória da autora, que possui relevância na área; valor sentimental; etc.
Livros em língua estrangeira comprados em eventos acadêmicos (50 itens)	20%	Livros relevantes por sua contextualização de outras realidades dentro da área de

		atuação do acadêmico.
Livros em português comprados ao longo da atividade profissional, utilizados em aula (80 itens)	20%	Livros relevantes pois se relacionam com a área de atuação do acadêmico em seu país, além de alguns serem, hoje em dia, mais difíceis de encontrar.
Livros de áreas adjacentes (19 itens)	5%	Livros de áreas adjacentes à do acadêmico; baixa importância para a sua atuação.
Total	55%	

Fonte: Aautora (2022), com base em Pedersoli Jr.; Antomarchi; Michalski, 2017.

Dessa forma, podemos ter dois cenários: no primeiro, uma enchente pode atingir a biblioteca e chegar à coleção, afetando todos os itens do Grupo 1, especificamente. Nesse cenário, a perda de valor da coleção como um todo seria de 55%, que é a porcentagem de valor que esse grupo possui na coleção, com $C = 5$. No segundo cenário, um incêndio pode atingir os livros em língua estrangeira comprados em eventos acadêmicos, do Grupo 1 da coleção, e, assumindo que todos os 50 itens sejam afetados, a perda de valor da coleção seria de cerca de 0,06% (50 itens desse conjunto \times 20% que é o valor desse conjunto na coleção / 150 itens do total), onde $C = 2$, que é a pontuação mais próxima para esse resultado.

Todas essas pontuações – A, B, e C – devem ser somadas, dando origem ao que chamamos de Magnitude do Risco, que será mais bem trabalhada na próxima etapa.

Por fim, cabe reafirmar que as reflexões necessárias para cada pergunta da Escala devem ser feitas com base em informações verídicas e precisas, o que não necessariamente significa apenas conhecimento científico e técnico. Nesse sentido, o quadro abaixo reúne algumas fontes de informações que podem ser consultadas nesta etapa:

Quadro 35 – Fontes de informação para a etapa “Análise dos Riscos”

Estatísticas regionais	Conhecimento local e senso comum	Conhecimento técnico e científico
<p>Estas estatísticas formam a base para a compreensão e análise de riscos catastróficos. Várias organizações de diferentes setores ao redor do mundo desenvolvem e disponibilizam na internet e em outros canais uma série de ferramentas e recursos para a análise desses riscos por usuários não especializados.</p>	<p>Esta fonte de informação requer a participação em discussões e entrevistas a diferentes pessoas, a realização de inspeções prediais e no entorno da biblioteca e da sala onde estão as coleções especiais, inspeções no acervo, etc. Não subestime ou superestime esta fonte de informação em relação às outras. Ela inclui também o bom senso e a intuição dos indivíduos envolvidos na análise dos riscos.</p>	<p>Algumas publicações nacionais e internacionais podem ser citadas, ressaltando que existem outras que podem ser consultadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O capítulo 4 desta dissertação; • Página na web do Instituto Canadense de Conservação sobre os 10 agentes de deterioração (inglês); • Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas, de Norma Cassares; • Página na web <i>Conservation Wiki</i>, também sobre os 10 agentes de deterioração (inglês) • Guia de Gestão de Riscos para o Patrimônio Museológico (ICCROM); • Cartilha Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro (IBRAM); • Gerenciamento de riscos: do planejamento à execução (Arquivo Nacional); • Plano de gerenciamento de riscos: salvaguarda &

		<p>emergência (FBN).</p> <p>Além disso, deve-se buscar informações adicionais na literatura técnico-científica pertinente, em consultas a colegas e especialistas (locais, internacionais, universidades, centros de pesquisa, etc.).</p>
<p>Esta é a fonte usual de conhecimento sobre a frequência e intensidade de eventos raros.</p>	<p>Esta é a fonte usual de conhecimento sobre eventos comuns e sobre a intensidade de danos cumulativos.</p>	<p>Esta é a fonte usual de conhecimento sobre a susceptibilidade dos materiais e objetos do acervo aos processos cumulativos. A maioria das teorias utilizadas na análise de riscos também deriva desta fonte.</p>
<p>Exemplos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sistema de informação geográfica (GIS); • Tabelas climáticas; • Bases de dados sobre desastres naturais; • Estatísticas governamentais; • Dados compartilhados entre organizações patrimoniais 	<p>Exemplos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inspeções prediais; • Documentação referente ao edifício do museu/biblioteca; • Conhecimento e memória de funcionários; • Memória de residentes locais; • Observações de danos passados. 	<p>Exemplos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Literatura técnica e científica; • Especialistas técnicos e científicos; • Modelos de riscos.

Fonte: Adaptado de Pedersoli Jr.; Antomarchi; Michalski (2017).

5.4 O ciclo de gerenciamento de riscos: avaliação dos riscos

A soma das respostas para as perguntas da Escala ABC fornece um número que chamamos de Magnitude de Risco (MR), e que é utilizado nesta quarta etapa do processo para comparar os riscos entre si e decidir os níveis de prioridade de cada um. Isso permite avaliar se estamos diante de um risco que, ao menos naquele momento, é aceitável, ou de um outro que devemos evitar ou eliminar por meio de um ou mais tratamentos escolhidos.

Seguindo a lógica da pontuação da Escala ABC, os valores de MR são organizados de modo que quanto mais alto, mais grave e catastrófico, e quanto mais baixo, menor a prioridade e a chance de grandes danos.

O quadro abaixo ilustra como estão organizadas as pontuações da magnitude de risco:

Quadro 36 – Magnitude de Risco (MR)

<i>Grau de prioridade do risco</i>	MR	Perda de valor esperada no acervo
13,5 – 15 <i>Prioridade catastrófica</i> Todo ou quase todo o acervo sofrerá perda total em alguns poucos anos.	15	100% em um ano
	14,5	30% ao ano
	14	10% ao ano = 100% em 10 anos
	13,5	3% ao ano = 30% a cada 10 anos
11,5 – 13 <i>Prioridade extrema</i> Danos significativos em todo o acervo ou perda total de uma fração significativa do mesmo em aproximadamente uma década. Perda total do acervo ou de grande parte em aproximadamente um século.	13	10% a cada 10 anos = 100% em 100 anos
	12,5	3% a cada 10 anos = 30% a cada 100 anos
	12	1% a cada 10 anos = 10% a cada 100 anos
	11,5	0,3% a cada 10 anos = 3% a cada 100 anos
9,5 – 11 <i>Prioridade alta</i> Perda de valor significativa numa pequena fração do acervo ou uma pequena perda de valor em parte significativa do acervo em aproximadamente um século.	11	1% a cada 100 anos
	10,5	0,3% a cada 100 anos
	10	0,1% a cada 100 anos
	9,5	0,03% a cada 100 anos
7,5 – 9 <i>Prioridade Média</i>	9	0,1% a cada 1.000 anos = 1% a cada 10.000 anos
	8,5	

Danos pequenos e similar perda de valor no acervo em muitos séculos. Perda significativa na maior parte do acervo no transcurso de vários milênios.	8	0,01% a cada 1.000 anos = 0,1% a cada 10.000 anos
	7,5	
7 e inferior Prioridade baixa Danos e perda de valor mínimo ou insignificantes para o acervo no transcurso de vários milênios.	7	0,001% a cada 1.000 anos = 0,01% a cada 10.000 anos
	6,5	
	6	0,0001% a cada 1.000 anos = 0,001% a cada 10.000 anos
	5,5	
	5	0,00001% a cada 1.000 anos = 0,0001% a cada 10.000 anos

Fonte: Pedersoli Jr.; Antomarchi; Michalski, 2017.

Considerando a Coleção Especial Acadêmico de Biblioteconomia, podemos ter a seguinte situação hipotética:

Quadro 37 – Escala ABC hipotética para a Coleção Especial Acadêmico de Biblioteconomia

Risco: enchente de grandes proporções (agente de deterioração “água”)		
Escala ABC	Pontuação	Observações
A	4,5	Analisando o acontecimento de enchentes passadas a partir de dados oficiais de agências governamentais e conversando com funcionários mais antigos, chegou-se a essa pontuação para este risco, que é um evento.
B	4	Por meio de documentos da biblioteca, foi observado que enchentes passadas acarretaram uma perda de valor significativa em cada objeto afetado, total ou quase total.
C	4	Aqui, considerou-se que, no caso da enchente atingir a coleção, uma perda de valor significativa poderia ocorrer.
MR Total	12,5	

Fonte: A autora (2022).

Com a MR no valor de 12,5, o que de acordo com a escala de MR é uma perda de valor de 3% a cada 10 anos, equivalente a 30% de perda de valor a cada 100 anos, a equipe da biblioteca responsável pelo processo decidiu que se trata de um risco inaceitável. Portanto, esse risco será uma das prioridades de tratamento, e ainda podemos inferir que todo risco acima deste valor também será considerado inaceitável.

Esse processo de avaliação deve ser realizado com todos os riscos encontrados, de maneira que, ao final, devemos ter uma lista de riscos mais e menos prioritários para tratamento, que é o foco da próxima etapa do ciclo.

É importante salientar que, sendo a magnitude dos riscos um produto da Escala ABC, que por sua vez deve ser realizada por integrantes da equipe da biblioteca e/ou gestor(es) da coleção especial, qualquer erro nos valores de MR deriva de um erro nas respostas dadas para a Escala ABC, o que reforça a necessidade de atenção e cuidado na etapa de Análise dos Riscos.

5.4 O ciclo de gerenciamento de riscos: tratamento dos riscos

O tratamento dos riscos, a última das cinco etapas principais do processo de gerenciamento de riscos, tem como objetivo selecionar e implementar ações para evitar ou eliminar a chance de ocorrência dos riscos considerados como inaceitáveis.

Não se trata apenas de selecionar os tratamentos mais baratos ou aparentemente melhores para aquela opção, mas também estudar se será possível adquirir, executar e manter o tratamento escolhido pelo tempo necessário. É relevante pensar especificamente na questão da manutenção – muitas vezes, os riscos surgem ou são agravados pela falta de manutenção dos tratamentos escolhidos para gerenciá-los.

Nesse sentido, podemos considerar algumas questões, com base em Peder-soli Jr.; Antomarchi e Michalski (2017):

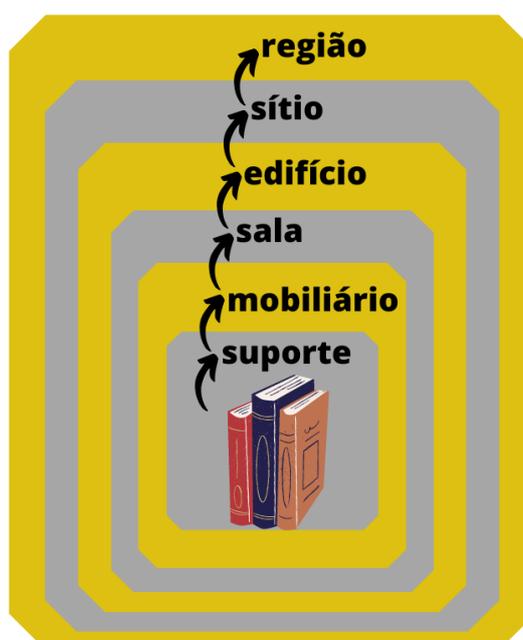
- Como a opção de tratamento analisada funciona e/ou reduz o risco?
 - Essa opção faz com o que o risco seja eliminado complementamente? Se sim, por quanto tempo?
 - Essa opção apenas reduz expressivamente a chance de ocorrência e/ou de consequências do risco?
 - Essa opção apenas traz uma redução moderada ou pequena do risco?

Sendo o objetivo final do gerenciamento de riscos evitar ou eliminar completamente os riscos considerados prioritários, a equipe deve escolher a melhor opção de tratamento, pensando no que é melhor para a coleção e para a biblioteca. Algumas vezes, isso pode significar a escolha de um tratamento que vai reduzir expressivamente o risco, mas não o eliminar completamente, pois será mais fácil manter e adaptar o tratamento à biblioteca.

Para auxiliar na execução desta etapa podemos contar com duas ferramentas: as seis camadas de invólucro da coleção, e os cinco estágios de controle dos riscos.

Relembrando as seis camadas, que já foram utilizadas para identificar os riscos:

Ilustração 8 – Seis camadas de invólucro da coleção



Fonte: Com base em Pedersoli Jr.; Antomarchi; Michalski (2017).

Nesta etapa, podemos considerar os seis níveis de invólucro do acervo para pensar tratamentos específicos para cada camadas, com o objetivo de reduzir ou eliminar as ocorrências ou as consequências dos riscos.

Como exemplo, considerando um risco de incêndio, podemos elencar os seguintes tratamentos em relação as seis camadas de invólucro:

- organizar treinamentos com o corpo de bombeiros da região, simulando o acontecimento desse risco (região);

- garantir o bom funcionamento de hidrantes para o uso das equipes de emergência (sítio);
- garantir que as instalações elétricas estejam atualizadas e em bom estado (edifício);
- garantir o bom funcionamento de equipamentos elétricos, evitando um curto-circuito ou a sobrecarga (sala);
- evitar, sempre que possível, mobílias que ajudam na propagação rápida do fogo, como os de madeira (mobília).

A utilização dessa ferramenta também nos permite uma visão mais abrangente de tratamentos possíveis, uma vez que não consideramos apenas a camada mais imediata da coleção, mas também o seu entorno. É importante dizer que nem sempre podemos – ou devemos – elencar tratamentos para todas as camadas, e que isso é normal.

Além das seis camadas, os cinco estágios de controle de riscos também podem ser utilizados no momento da escolha de possíveis tratamentos. Trata-se de outra ferramenta que coloca o controle de riscos em cinco “estágios” sequenciais: evitar, bloquear, detectar, responder e recuperar.

Nesse sentido, podemos nos perguntar: esse tratamento será utilizado para evitar, bloquear, detectar, responder ou recuperar o risco? Se pensamos majoritariamente em prevenção, então, todos ou grande parte dos tratamentos serão para evitar ou, no mínimo, bloquear o risco. No entanto, devemos reconhecer a importância de tratamentos para detectar o risco, caso seja possível; ou responder e recuperar, se a prevenção não é uma opção.

Quadro 38 – Cinco estágios de controle de riscos

Evitar	Ações para evitar a causa do risco e/ou qualquer coisa que aumente sua chance de acontecer. Se for possível, é a ação mais lógica e mais eficaz.
Bloquear	Ações para bloquear os agentes de deterioração. Se não for possível evitar, deve-se tentar interpor uma barreira entre o acervo e o agente.
Detectar	Ações para detectar os agentes de deterioração e os seus efeitos

	no acervo, de modo que possibilitem uma reação/resposta rápida.
Responder	Ações para responder à presença e aos efeitos danosos dos agentes de deterioração encontrados. Inclui todo o planejamento e preparação para uma resposta rápida e eficiente. No desenvolvimento dos tratamentos dos riscos, esta etapa deve estar sempre junta da anterior (detectar).
Recuperar	Ações para recuperar perdas e danos sofridos. Esta etapa é realizada se todas as ações dos estágios anteriores falharem, ou quando os riscos são difíceis de prever com certeza.

Fonte: Araujo (2019); Pedersoli Jr.; Antomarchi; Michalski (2017).

Nessa ferramenta, o pensamento de prevenção e reação estão conectados e, caso seja identificado algum risco para o qual a prevenção não é possível, então devem ser elencadas medidas para responder de forma eficiente, e recuperar o acervo após o fato ocorrido. Aqui, podemos falar em gerenciamento de desastres, o que será abordado mais adiante.

Voltando ao exemplo do incêndio, algumas das ações que elencamos para as seis camadas de invólucro também podem ser listadas para os cinco estágios:

- organizar treinamentos com o corpo de bombeiros da região, simulando o acontecimento desse risco (RESPONDER);
- garantir o bom funcionamento de hidrantes para o uso das equipes de emergência (EVITAR);
- instalar portas corta-fogo nos acessos à coleção (BLOQUEAR);
- garantir que as instalações elétricas estejam atualizadas e em bom estado (EVITAR/DETECTAR);
- garantir o bom funcionamento de equipamentos elétricos, evitando um curto-circuito ou a sobrecarga (EVITAR);
- evitar, sempre que possível, móveis que ajudam na propagação rápida do fogo, como os de madeira (EVITAR/BLOQUEAR).
- desenvolver um plano de emergência para guiar as ações da equipe, caso o risco ocorra (RESPONDER/RECUPERAR).

Observamos, então, que as duas ferramentas podem ser combinadas, conforme o quadro abaixo:

Quadro 39 – Seis camadas de invólucro da coleção x Cinco estágios de controle dos riscos

	Região	Sítio	Edifício	Sala	Mobiliário	Embalagem, suporte
Evitar						
Bloquear						
Responder						
Recuperar						

Fonte: Pedersoli Jr.; Antomarchi; Michalski (2017).

Apesar da possibilidade de combinação, devemos lembrar que nem sempre é possível preencher todos os espaços desse quadro para cada risco encontrado.

Essa etapa não é, portanto, apenas sobre pensar e elencar os melhores tratamentos para os riscos. Devemos considerar, sobretudo, as ações e medidas de tratamento que são mais apropriadas ao contexto da coleção e da instituição, visando não apenas instalá-las, mas também mantê-las.

Portanto, esta etapa termina com a elaboração de um plano para a implementação dos tratamentos escolhidos. Tal plano deve incluir:

- cronograma realista (indicando os momentos previstos para iniciar a implantação de cada medida e o período necessário para fazê-lo);
- a identificação de resultados mensuráveis (explicitando as mudanças ou melhorias concretas esperadas que possam ser auditadas);
- a definição clara de papéis e responsabilidades para cada um dos setores e profissionais da instituição que estarão envolvidos com o tratamento dos riscos;
- todos os recursos necessários à implementação das medidas selecionadas (materiais, equipamentos, financiamento, recursos humanos, etc.);
- necessidade de envolvimento ou não de profissionais externos ou internos ao setor de patrimônio cultural e à instituição, para consulta;
- necessidade de envolvimento ou não de instituições externas e inter-

nas ao setor, como universidades, centros de pesquisa, corpo de bombeiros, polícias (civil, militar, federal), defesa civil, etc. (PEDERSOLI JR.; ANATOMARCHI; MICHALSKI, 2017, p. 117).

5.6 O ciclo de gerenciamento de riscos: registro e relato

Nesta etapa todos os envolvidos devem registrar e relatar as atividades realizadas, documentando as dúvidas, consultas, decisões, resultados, etc., pertinentes a todo o processo. Trata-se de um passo adjacente às cinco etapas principais que, portanto, deve ser realizado concomitantemente a elas.

Os registros e relatos são importantes para a realização de relatórios, condução de reuniões, bem como para ter um documento com as ações realizadas ou pensadas que sirva de prova, caso necessário.

A equipe responsável pelo processo de gerenciamento de riscos é quem decide acerca do método de relato, frequência, informações a serem compartilhadas com terceiros, a quem se destina, qual pessoa será responsável por essa tarefa, etc. É imprescindível, no entanto, que todo o processo seja registrado enquanto acontece, em meios formais ou não formais, o que poderá gerar um documento oficial ao final do processo.

5.7 O ciclo de gerenciamento de riscos: comunicação e consulta

A etapa de comunicação e consulta refere-se ao necessário diálogo com as partes interessadas no processo, sejam internas ou externas à instituição, biblioteca ou coleção. Trata-se de promover uma comunicação básica entre as pessoas envolvidas, para que compreendam o processo, as decisões, os motivos da realização e também a sua importância; e, além disso, estabelecer um canal de consulta com indivíduos ou instituições pertinentes para o melhor andamento do processo que está sendo realizado.

Nesse sentido, é possível que a equipe responsável pelo processo de gestão de riscos realize reuniões, palestras, treinamentos e outros tipos de comunicação, para mostrar aos agentes internos e externos interessados no processo o que está sendo realizado, mas a importância do processo, os objetivos, os riscos analisados, etc. A comunicação com profissionais de outros setores da própria instituição ou de outros locais é também recomendada, seja para divulgar o que está sendo feito ou para consultar acerca de algum ponto do processo.

É importante destacar que todas as comunicações e consultas feitas também

devem ser documentadas e fazer parte do documento oficial final, mencionado na etapa anterior.

5.8 O ciclo de gerenciamento de riscos: monitoramento, revisão e análise crítica do processo

Enquanto processo, o gerenciamento de riscos não tem um fim – ele deve estar em movimento, em renovação, e não devemos esperar que, uma vez realizado, mantenha-se o mesmo por anos. Nesse sentido, a última etapa do ciclo de gerenciamento de riscos diz respeito a esse aspecto de renovação (ARAUJO, 2019).

Portanto, o processo de gerenciamento de riscos não possui um ponto final definitivo e deve sempre ser revisado, monitorado e analisado criticamente para que possamos assegurar que os resultados obtidos, os tratamentos escolhidos e os riscos encontrados estejam sempre de acordo com o contexto da coleção. O objetivo desse monitoramento é garantir que a qualidade e a eficácia do que foi realizado esteja sempre, na medida do possível, adequada ao contexto onde o processo foi executado, uma vez que mudanças inevitavelmente ocorrem com o passar do tempo.

Dessa maneira, o plano de gerenciamento de riscos deve prever, por exemplo, o período pelo qual será válido, assim como a maneira que será revisado, e como, por quem e de quanto em quanto tempo será realizada a análise do seu funcionamento dentro da coleção.

6 BREVES NOTAS SOBRE O GERENCIAMENTO DE DESASTRES

Se o gerenciamento de riscos deve ser utilizado para gerenciar os possíveis eventos danosos aos objetivos da coleção especial, o gerenciamento de desastres, por sua vez, lida com aqueles riscos para os quais só podemos nos preparar para responder de maneira apropriada e satisfatória, uma vez que não podemos evitar o seu acontecimento.

Entendemos o conceito de “desastre” como “uma séria perturbação do funcionamento de uma comunidade ou sociedade em qualquer escala devido a eventos perigosos [...]”, causando “[...] perda ou impacto humano, material, econômico ou

ambiental” (UNISDR, 2017, online, tradução nossa)⁷⁹.

Nesse sentido, o acontecimento de um desastre vem da combinação da concretização de um risco aliado à falta de preparo para lidar com o seu acontecimento – isso pode ocorrer por ser um risco não previsto; subestimado; que sai do controle; ou que acontece apesar das medidas de prevenção, entre outras possibilidades. Essa questão ressalta a importância de que, para além do preparo para prevenção, é necessário também o preparo para a resposta ao risco, ainda que mínimo.

Se considerarmos o ciclo de gerenciamento de riscos, o gerenciamento de desastres está localizado na etapa de “tratamento”, especificamente, nos estágios “responder” e “recuperar”, dos cinco estágios de controle de riscos.

Em bibliotecas, o gerenciamento de desastres se manifesta no esforço de conter os efeitos do acontecimento de riscos. Esses esforços estão relacionados com a destinação, em caráter emergencial, de recursos financeiros, humanos, de tempo, entre outros, para impedir ou minimizar possíveis efeitos negativos. São esforços que envolvem mais pessoas que a equipe imediata da biblioteca, onde a cooperação, rapidez e organização são, muitas vezes, as palavras de ordem principais.

Para coleções especiais, é importante pensar no estudo do gerenciamento de desastres como uma oportunidade para saber o que fazer e como responder em caso do acontecimento de um risco. Nesse sentido, será preciso obter respostas para as seguintes perguntas:

- Já ocorreram desastres antes? Se sim, quais, e como foi a resposta e recuperação? (para aprender com os acertos e também com os erros);
- Qual ou quais riscos o gerenciamento de desastres atende? Todos? Alguns – se sim, quais?;
- Quem será o/a responsável por pensar e elaborar o preparo para desastres? (uma pessoa, equipe, grupo de trabalho?);
- Quais serão os protocolos em caso de acontecimento? (Exemplo: primeira pessoa a ser avisada, autoridades a contatar, ações imediatas, medidas de salvamento do acervo, medidas de recuperação do acervo e/ou do espaço da coleção, etc.);
- No caso da ocorrência de um desastre, quem é o responsável por coordenar

⁷⁹ “A serious disruption of the functioning of a community or a society at any scale due to hazardous events interacting with conditions of exposure, vulnerability and capacity, leading to one or more of the following: human, material, economic and environmental losses and impacts”.

as equipes da biblioteca e os esforços de salvamento?;

- A coleção especial possui prioridades de salvamento? Se não, é interessante que possua? Se sim, isso está oficializado, documentado e sinalizado?;
- Como será o manuseio de materiais danificados? Por quem?;
- É interessante para a biblioteca manter um “kit desastre”⁸⁰ preparado? Se sim, onde ficará, quem terá acesso, quem será o responsável por ele?;
- e outras questões que irão surgir conforme o trabalho é realizado.

Assim, um documento que servirá como um guia para resposta ao acontecimento de desastres deve conter (BEALES, 2003; ARAUJO, 2022):

- **Responsáveis pela escrita, data** em que foi escrito e oficializado, bem como uma **data de “validade”**, quando deverá ser revisto e/ou refeito;
- **Conceitos básicos:** de risco, de desastre, de quando o documento deverá ser utilizado, dentre outros;
- **Área que o documento cobre:** apenas a coleção especial? Todo o acervo? Toda a biblioteca? **E por quê;**
- **Detalhamento das prioridades de salvamento**, com a localização – o mais exata possível – do que deverá ser salvo primeiro, caso necessário.
- **Passos específicos e claros que devem ser realizados** pela equipe, uma vez que o desastre ocorra. Exemplo: o que fazer primeiro? E depois?;
- **Lista dos responsáveis por colocar o plano em prática**, com cargos e tarefas prioritárias de cada um;
- **Uma lista de telefones**, tanto da equipe, quanto de autoridades com as quais pode ser necessário entrar em contato após o desastre;
- **Uma lista de telefones de consultores** (individual ou institucional) que poderão ser contatados;
- **Uma lista de fornecedores que possivelmente serão necessários** – Por exemplo, materiais (caixas) e serviços (limpeza, higienização), etc.

⁸⁰ Esse “kit de desastre” contém ferramentas, equipamentos e utensílios básicos para lidar com um desastre. Por exemplo: luvas, máscaras e demais equipamentos de proteção individuais (EPIs), flanelas, papéis mata-borrão ou toalha (entre outros); pincéis, *tags* de identificação, bolsas plásticas, etc. O que for identificado como necessário para começar a lidar com um desastre, pode estar nesse kit.

Pensando em coleções especiais, um documento que almeje o gerenciamento de desastres deve definir, principalmente, os itens que são a prioridade de salvamento da coleção, caso um desastre aconteça e seja possível salvar algo nesse momento. As prioridades devem ser definidas com base na importância individual do item, mas também considerando pequenos grupos de itens e o conjunto da coleção. Por isso, é importante saber os valores da coleção e a distribuição desses valores dentro dela.

Por exemplo: depois de avaliar os valores que a coleção especial possui, definir quais os valores são os mais importantes para a biblioteca e/ou instituição em relação àquela coleção. A atribuição de prioridade deve ser feita de tal modo que a coleção especial consiga manter todos ou a maioria mais importante dos valores, após o acontecimento do desastre.

Considerando, hipoteticamente, uma coleção especial que pertenceu a um indivíduo participante de uma importante parte da história de um país – uma coleção privada que, apesar de relativamente pequena, com cerca de 200 itens, é bastante relevante. Com o tempo, essa coleção foi acrescida de itens, como livros, cartas e outros, que versam sobre aquele acontecimento histórico, sob outras perspectivas. Essa coleção, portanto, possui os seguintes valores: histórico, de pesquisa, associativo, institucional e, principalmente, o valor de patrimônio/memória, que estão distribuídos pelos vários itens da coleção. Para a biblioteca, o valor histórico, de patrimônio e institucional são os mais importantes, especificamente, em relação à essa coleção especial.

Com base nessa coleção hipotética, a definição das prioridades de salvamento deve ser feita de tal modo que, se o salvamento for bem-sucedido, os itens que representam os valores mais importantes para a biblioteca terão sido salvos e os valores mantidos, total ou parcialmente. Para isso, é importante saber quais itens são esses, e marcá-los de modo que a identificação seja rápida e precisa, o que é necessário no momento de um desastre.

É interessante mencionar que nas prioridades de salvamento podem ser incluídos objetos além do acervo bibliográfico, como equipamentos eletrônicos, peças museológicas, etc. Ainda neste parêntese, cabe afirmar que a principal prioridade em caso de desastre, em qualquer momento ou local e por qualquer motivo, são as pessoas. As prioridades de salvamento da coleção especial somente entram em cena depois que seja considerado seguro e possível realizar essa ação.

O conhecimento acerca do gerenciamento de desastres em coleções especiais pode ser a diferença entre perder toda uma coleção ou apenas alguns itens. Além disso, permite mais segurança, clareza e eficiência para lidar com as emoções e com as ações necessárias em um momento difícil e, muitas vezes, bastante corrido.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS DESTE GUIA

A pretensão deste guia, acima de qualquer outra, é ser um informativo acerca dos riscos que podem atingir coleções especiais em bibliotecas universitárias e de que maneira podemos lidar com eles – nesse sentido, elencamos o gerenciamento de riscos e, brevemente, o gerenciamento de desastres.

Longe de ser algo fechado e definitivo, almejamos plantar a semente da curiosidade acerca desses assuntos nos bibliotecários e nos gestores de coleções especiais, além de procurarmos deixar clara a importância de pensar a gestão de preservação de coleções especiais, de forma eficiente e eficaz, tentando ser o mais realista possíveis.

Este guia é um início, onde o objetivo foi reunir, no mesmo lugar, o máximo de informações para proporcionar uma base de onde seja possível pensar a preservação dessas coleções. Além disso, ainda tivemos como objetivo provocar reflexões sobre a própria criação de coleções especiais ao relacioná-la à noção de atribuição de valores e ao patrimônio bibliográfico.

Esperamos que as informações reunidas aqui sejam úteis para todos aqueles que trabalham, ou almejam trabalhar, com coleções especiais – e, por que não, para todos aqueles que pensam a preservação de coleções bibliográficas como um todo.

8 LINKS ÚTEIS

Abaixo, alguns *links* úteis para fazer e pensar a gestão de preservação em coleções bibliográficas especiais:

Quadro 40 – Links úteis para a gestão de preservação

Site	Link
Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas, de Norma Cas-	Clique aqui.

sares	
Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos – CPBA	Clique aqui.
Guia de Gestão de Riscos para o Patrimônio Museológico (ICCROM)	Clique aqui.
Cartilha Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro (IBRAM)	Clique aqui.
Gerenciamento de riscos: do planejamento à execução (Arquivo Nacional)	Clique aqui.
Plano de gerenciamento de riscos: salvaguarda & emergência (Fundação Biblioteca Nacional)	Clique aqui.
Recomendação para acervos arquivísticos danificados por água (CONARQ)	Clique aqui.
Manual Técnico de Preservação e Conservação (Arquivo Nacional e Fundação Biblioteca Nacional)	Clique aqui.
Cadernos Técnicos de Conservação Fotográfica (FUNARTE)	Clique aqui.
<i>Canadian Conservation Institute</i> – Página sobre os 10 agentes de deterioração (inglês)	Clique aqui.
<i>Conservation Wiki</i> – Página sobre os dez agentes de deterioração (inglês)	Clique aqui.
<i>Northeast Document Conservation Center</i> (panfletos, informações, treinamentos, etc.) (inglês)	Clique aqui.
<i>Folhetos sobre preservação do Northeast Document Conservation Center</i> (EUA)	Clique aqui.
<i>Museum Pests</i>	Clique aqui.
<i>Caring for paper objects</i> – CCI	Clique aqui.

<i>Library Damage Atlas</i>	Clique aqui.
<i>Conservation Glossary</i>	Clique aqui.

Fonte: A autora (2022).

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Jullyana Monteiro Guimarães. Breve panorama sobre bibliotecas no contexto da Covid-19: uma análise sobre os casos da UFF, TJERJ e TCE-RJ. *In*: FREITAS, Thiago Cirne (Org.). **Grupo de Discussão em Coleções Especiais Jurídicas**: debates para o futuro do patrimônio bibliográfico no Direito. Rio de Janeiro: GIDJ/RJ, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.pge.rj.gov.br/scripts/bnweb/bnmap.exe?router=upload/84411>. Acesso em: 16 jul. 2022.
- ARAUJO, Jullyana Monteiro Guimarães. A coleção especial como patrimônio bibliográfico no Brasil: uma abordagem conceitual. **Memória e Informação**, [Rio de Janeiro], v. 4, n. 2, p. 75-97, jul./dez. 2020. Disponível em: <http://memoriaeinformacao.casaruibarbosa.gov.br/index.php/fcrb/article/view/132/89>. Acesso em: 5 de maio de 2021.
- BEALES, Donna L. Before Disaster Strikes. **Journal of Hospital Librarianship**, v. 3, n. 4, p. 11-24, 2003. Disponível em: https://doi.org/10.1300/J186v03n04_03. Acesso em: 19 abr. 2020.
- BOJANOSKI, Silvana; ALMADA, Márcia. **Glossário ilustrado de conservação e restauração de obras em papel**: danos e tratamentos. Belo Horizonte [MG]: Fino Traço, 2021. 586 p.
- CANADIAN CONSERVATION INSTITUTE. **10 agents of deterioration**. [Canada]: [s.n.], [201-?]. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/agents-deterioration.html>. Acesso em: 20 maio 2022.
- CONSERVATION WIKI. **Ten agents of deterioration**. [Estados Unidos]: American Institute for Conservation, 2020. Disponível em: https://www.conservation-wiki.com/wiki/Ten_Agents_of_Deterioration. Acesso em: 20 maio 2022.
- KU Leuven Libraries Special Collections (Twitter). One of the former readers/possessors of this work (7A269)... **Post de foto em 12 maio 2022**. Disponível em: https://twitter.com/SpColl_KULeuven/status/1524766102257078272. Acesso em: 5 jun. 2022.
- MARCON, Paul. Agent of deterioration: physical forces. *In*: Canadian Conservation Institute. **10 agents of deterioration**. [Canada]: [s.n.], 2018. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/agents-deterioration/physical-forces.html>. Acesso em: 20 maio 2022.
- McDade, Travis. The Inside Story of the \$8 Million Heist From the Carnegie Library. **Smithsonian Magazine**, set. 2020. Disponível em: <https://www.smithsonianmag.com/arts-culture/theft-carnegie-library-books-maps-artworks-180975506/>. Acesso em: 5 jun. 2022.
- MICHALSKI, Stefan. Agent of deterioration: incorrect relative humidity. *In*: Canadian Conservation Institute. **10 agents of deterioration**. [Canada]: [s.n.], 2021. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/agents->

[deterioration/humidity.html](#). Acesso em: 20 maio 2022.

MICHALSKI, Stefan. Agent of deterioration: incorrect temperature. *In*: Canadian Conservation Institute. **10 agents of deterioration**. [Canada]: [s.n.], 2018. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/agents-deterioration/temperature.html.html>. Acesso em: 20 maio 2022.

MICHALSKI, Stefan. Agent of deterioration: light, ultraviolet and infrared. *In*: Canadian Conservation Institute. **10 agents of deterioration**. [Canada]: [s.n.], 2018. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/agents-deterioration/light.html>. Acesso em: 20 maio 2022.

PANGLIONE, Camila Zanon. **Glossário Visual de Conservação**: um guia de danos comuns em papéis e livros. São Paulo: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, 2017. 96 p. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/7332/1/45000036237_Glossario_Visual_Conservacao.pdf. Acesso em: 25 maio 2022.

PEDERSOLI JR., José Luiz. Gerenciamento de riscos para acervos culturais. *In*: **Apostila do VII Curso de Preservação de Acervos Científicos e Culturais**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2017.

PEDERSOLI JR., José Luiz; AN TOMARCHI, Catherine; MICHALSKI, Stefan. **A Guide to Risk Management of Cultural Heritage**. Roma: International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM); Canadian Conservation Institute (CCI), 2016. 117 p. Disponível em: <http://www.iccrom.org/prioritizing-preservation-using-the-risk-management-approach/>. Acesso em: 15 jun 2022.

PEDERSOLI JR., José Luiz; AN TOMARCHI, Catherine; MICHALSKI, Stefan. **Guia de Gestão de Riscos para o Patrimônio Museológico**. Roma: International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM); Canadian Conservation Institute (CCI), 2016. 117 p. Disponível em: https://www.iccrom.org/sites/default/files/2018-01/guia_de_gestao_de_riscos_pt.pdf. Acesso em: 15 jun. 2022.

United Nations Office for Disaster Risk Reduction. **Terminology on disaster risk reduction**. Report of the open-ended intergovernmental expert working group on indicators and terminology relating to disaster risk reduction, 2017. Disponível em: <https://www.unisdr.org/we/inform/terminology#letter-d>. Acesso em: 16 abr. 2018.

STEWART, Deborah. Agent of deterioration: fire. *In*: Canadian Conservation Institute. **10 agents of deterioration**. [Canada]: [s.n.], 2018. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/agents-deterioration/fire.html>. Acesso em: 20 maio 2022.

STRANG, Tom; KIGAWA, Rika. Agent of deterioration: pests. *In*: Canadian Conservation Institute. **10 agents of deterioration**. [Canada]: [s.n.], 2022. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/agents-deterioration/pests.html>. Acesso em: 20 maio 2022.

TÉTREAUULT, Jean. Agent of deterioration: pollutants. *In*: Canadian Conservation Institute. **10 agents of deterioration**. [Canada]: [s.n.], 2021. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/agents-deterioration/pollutants.html>. Acesso em: 20 maio 2022.

TREMAIN, David. Agent of deterioration: thieves and vandals. *In*: Canadian Conservation Institute. **10 agents of deterioration**. [Canada]: [s.n.], 2020. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/agents-deterioration/thieves-vandals.html>. Acesso em: 20 maio 2022.

TREMAIN, David. Agent of deterioration: water. *In*: Canadian Conservation Institute. **10 agents of deterioration**. [Canada]: [s.n.], 2018. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/agents-deterioration/water.html>. Acesso em: 20 maio 2022.

WALLER, Robert; CATO, Paisley S. Agent of deterioration: dissociation. *In*: Canadian Conservation Institute. **10 agents of deterioration**. [Canada]: [s.n.], 2019. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/agents-deterioration/dissociation.html>. Acesso em: 20 maio 2022.

WALLER, Robert. Conservation risk assessment: A strategy for managing resources for preventive conservation. *In*: Preventive Conservation: Practice, Theory and Research. [Londres]: Roy and P. Smith (Eds.), 1994. p. 12-16. Disponível em: https://www.academia.edu/18440694/CONSERVATION_RISK_ASSESSMENT_A_STRATEGY_FOR_MANAGING_RESOURCES_FOR_PREVENTIVE_CONSERVATION. Acesso em 18 abr. 2022

APÊNDICE B:

Roteiro de observação de aspectos referentes aos riscos em coleções especiais

Sugestão de roteiro de observação de coleções especiais alocadas em salas individuais, elaborado por Araujo (2019) e adaptado para este trabalho.

Objetivo: Observar aspectos referentes aos riscos que já existem ou que podem surgir no futuro, em coleções especiais, com base na sugestão de roteiro delineado abaixo.

1) ESTABELECIMENTO DO ESCOPO, CONTEXTO E CRITÉRIO

Estabelecer, externamente:

- A quem a coleção está subordinada?
- Quais são os fatores financeiros que influenciam a coleção? (recursos da instituição mantenedora)
- Os fatores financeiros que influenciam ou podem influenciar a coleção podem ser mudados a curto-médio prazo?
- A quem interessa a preservação da coleção?
- A preservação da coleção é interessante para a instituição mantenedora? Por quê?
- Qual a relação dos usuários (internos e externos) com a coleção?
- A coleção está disponível para o público?
- Qual o objetivo da realização desse processo?
- Esse projeto (de gerenciamento de riscos) está relacionado/pode ser relacionado com algum outro projeto da biblioteca/instituição? Se sim, isso influencia no processo? De que maneira?
- Qual o resultado esperado com a realização desse processo?
- Quem está/será responsável pelo processo/por cada etapa do processo?
- Qual a missão da coleção?

- Qual o objetivo com a preservação da coleção?
- Quais os recursos (financeiros, humanos, tempo, tecnologias, conhecimento) disponíveis para preservar a coleção?
- Existem políticas e/ou planos de preservação em vigência?

2) IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS

a) Forças físicas

Verificar:

- Há danos causados por manuseio? (rasgaduras, amassados, exemplares reconhecivelmente com falta de páginas);
- Adequação do mobiliário;
- Adequação da guarda dos itens no mobiliário;
- Existiu/existe um critério para a escolha do mobiliário?;
- Existência de regras para movimentação/mudança da coleção: jeito correto de colocar em caixas, carros, carrinhos, etc.;
- Educação do usuário sobre a melhor forma de manuseio, guarda e transporte.

b) Criminosos

Verificar:

- Acesso do público à coleção;
- Há a realização de consultas ou empréstimos nessa coleção especial? De que maneira?
- Existência e funcionamento de sistemas eletrônicos de prevenção de roubos e furtos;
- Um bibliotecário/integrante da equipe fica com o usuário na hora da consulta (ao item da coleção especial)?
- A integridade do item é revisada antes e depois da consulta, na presença do usuário?
- Que tipo de orientação é passada para os usuários acerca da coleção?
- É possível que essa orientação seja um informativo para criminosos?

c) *Fogo*

Verificar:

- Há extintores na sala?
- Quem na equipe sabe utilizar o extintor, caso exista?
- Existem *sprinklers* instalados na biblioteca e/ou na sala da coleção?
- Existe algum plano de emergência para incêndio?
- A manutenção da fiação elétrica está em dia?
- Existe histórico de incêndio na instituição?
- Existe histórico de incêndio nos prédios ao redor da biblioteca? Se sim, qual a possibilidade da coleção ser atingida?

d) *Água*

Verificar:

- Existência de goteiras e/ou infiltrações e a razão para existirem, em caso de resposta afirmativa;
- Casos de goteiras e/ou infiltrações passados;
- A região onde a biblioteca está sofre com volumes grandiosos de chuva? Caso sim, a biblioteca é ou já foi afetada de alguma maneira?;
- Existem casos conhecidos de itens afetados por água na coleção? Essa mancha é anterior ao acolhimento do acervo, ou posterior?;
- Existem tubulações de sistema hidráulico próximas à sala da coleção?;
- Existem corpos d'água (mar, rios, canais, etc.) próximos à biblioteca/coleção? Se sim, eles podem representar um perigo?;
- Existe um plano de emergência para o caso do acontecimento de riscos envolvendo a água?;

e) *Pragas*

Verificar:

- Existe facilidade na entrada de insetos, roedores, aves, etc. na sala da coleção? (portas, janelas, aberturas em paredes, teto ou chão);
- Fauna local e a possibilidade desta contribuir para degradação dos itens;
- Limpeza do mobiliário e da sala;
- Hábitos da equipe e dos usuários (não deixar comida na sala ou próximo, etc.);

- Higienização da coleção.

f) Poluentes

Verificar:

- Existência de indústrias ou veículos nas proximidades;
- Sujidades que podem ser trazidas com visitantes;
- Sujidades que podem decorrer de construção civil próxima;
- Produtos de limpeza utilizados e se eles podem interferir na preservação do acervo;
- Contaminações decorrentes da limpeza do acervo e da sala.

g) Luz/UV

Verificar:

- Incidência solar (janelas, portas);
- Lâmpadas elétricas (quantidade, intensidade, horas de uso/dia);
- Mecanismos de controle de luminosidade (cortinas, revestimento de vidros de janelas e/ou portas, uso de lâmpadas econômicas, uso contínuo ou não de lâmpadas).

h) Temperatura incorreta

Verificar:

- Existência de ventiladores e/ou ar-condicionado;
- Abertura de janelas;
- Clima local;
- Equipamentos (aquecedores, etc.) que podem interferir na temperatura ambiente;
- Mecanismos de controle de temperatura.

i) Umidade relativa incorreta

Verificar:

- Clima local (períodos e quantidade de chuvas; possibilidade de ocorrência de enchentes; possibilidade de a biblioteca ser atingida por chuvas; umidade relativa 'normal' do local, etc.);

- Proximidade da água (rios, mares, cachoeiras, etc.) e sua influência no clima e umidade;
- Lençol freático ou locais úmidos por outros motivos (chuvas, infiltrações);
- Existência de tubulações de água próximas da coleção;
- Microclimas.

j) Dissociação

Verificar:

- Existência de inventário da coleção;
- Acesso de usuários à coleção;
- Saídas para consultas ou empréstimos (há a cuidadosa inspeção do item que está saindo, e o mesmo quando ele retorna?)
- Todos os itens da coleção estão identificados?
- Armazenamento dos itens após o uso;
- Existe a obsolescência de maquinário de registro e leitura de códigos, códigos de barra e reprodução (digitalização etc.).